

L P H

Revista de História

Nº 19-1 / 2009



LPH | Departamento de História | UFOP

Universidade Federal de Ouro Preto

Reitor: João Luiz Martins

Instituto de Ciências Humanas e Sociais

Diretor: Ivan Antonio de Almeida

Departamento de História

Chefe: Fábio Faversoni

Coordenação do Laboratório de Pesquisas Históricas

Francisco Eduardo de Andrade

Conselho Editorial

Andréa Lisly Gonçalves,
Francisco Eduardo de Andrade
Marco Antonio Silveira

Conselho Consultivo

Ângelo Alves Carrara (UFJF)
Antônio Carlos Jucá de Sampaio (UFRJ)
Carla Maria Carvalho de Almeida (UFJF)
Iris Kantor (USP)
Júnia Furtado (UFMG)
Lúcia Maria Paschoal Guimarães (UERJ)
Luiz Carlos Villalta (UFMG)
Stuart Schwartz (Yale University)

Editora: Helena Miranda Mollo

Projeto Gráfico e Diagramação: Editora da UFOP

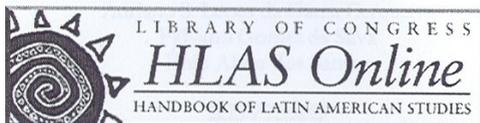
FICHA CATALOGRÁFICA

LPH - Revista de História. Departamento de História (LPH), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto. Ano 19 -nº19/1 – primeiro semestre, 2009 Mariana, MG: Departamento de História do ICHS UFOP, 2009.

Semestral

ISSN -0103 - 7110

1. História - Periódicos. Universidade Federal de Ouro Preto. Departamento de História do ICHS.



SUMÁRIO

Apresentação.....5

Dossiê Gênero

Apontamentos sobre a construção das relações de gênero e
violência nas ondas do rádio e dos impressos no oeste
paranaense

Tânia Regina Zimmermann.....10

Contra a honra feminina: crimes sexuais vitimando meninas
em Mariana (segunda metade do século XIX)

Heloísa Maria Teixeira.....43

Francisca Senhorinha da Motta Diniz: Trajetória de uma
feminista do século XIX.

Fernanda Alina de Almeida Andrade105

A mobilização das categorias “natureza” e “feminino” para a
construção da nação na Era Vargas

Natascha Stefania Carvalho Ostos163

A social-democracia e o feminismo revolucionário de Alexandra Kollontai	
Joana El-Jaick Andrade	476
Uma senhora de engenho no mundo das letras: História, memória e identidade cultural em Anna Ribeiro de Góes Bittencourt (1843-1930)	
Marcelo Souza Oliveira	239
Trabalho e gênero na sociologia: Nova (?) divisão sexual do trabalho e (re)construção da identidade masculina.	
Daniel Peticarrari	
Fernanda Flávia Cockell	292
Prostitutas e Movimento Político: a valorização da Profissional do Sexo	
Frederico Sidney Guimarães	360
A teia e o labirinto	
Flávia Regina Marquetti	432
Resenhas	

BRITO, Eleonora Zicari Costa de. **Justiça e gênero**: uma história de menores em Brasília (1960-1990). Brasília: Editora Universidade de Brasília: Finatec, 2007.476

MATOS, Maria Izilda Santos. **Terceiro setor e gênero**: trajetórias e perspectivas. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2005.
.....485

RESENHA DO LIVRO “HISTÓRIA E GÊNERO”

GONÇALVES, Andréa Lisly. **História & Gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.495

Transcrição

Carta enviada à baronesa de Camargos, em 1861.

Amanda Dutra Hot502

Sobre os Autores507

Normas para publicação515

APRESENTAÇÃO

O número 19 da LPH-Revista de História, primeiro semestre, dedica-se inteiramente ao debate dos temas relativos ao gênero. Identificado muitas vezes como um sinônimo para a história das mulheres, o número 19 traz diferentes reflexões sobre o tema, sem deixá-lo aprisionado a uma feição apenas. Aqui, identificam-se novos temas e uma ampliação significativa do campo ocorrida nos últimos anos. Os textos que formam este número são, alguns, frutos de pesquisas de pós-graduação e outros resultados de caminhos de longo curso, como mostram os livros resenhados.

5

Propõe-se aqui uma certa divisão. Na primeira parte estão os artigos que analisam as relações de gênero através das inúmeras tensões aí envolvidas. É o caso do artigo de Tânia Regina Zimmermann, “Apontamentos sobre a construção das relações de gênero e violência nas ondas do rádio e dos impressos no oeste paranaense”. A autora concentra seu estudo na relação muitas vezes de distanciamento existente entre a identidade das cidades do interior do Paraná, produzida pela imprensa local, nas décadas de 1960 e 1980,

e o que outras fontes acabam por mostrar da vida cotidiana desses lugares. Em lugar de cidadãos pacíficos e trabalhadores, as páginas dos jornais e os boletins de ocorrência evidenciavam conflitos cruentos. No artigo de Heloísa Teixeira, “Contra a honra feminina: crimes sexuais vitimando meninas em Mariana (segunda metade do século XIX)”, vê-se o debate das relações de gênero entrelaçado com a História Social e da Justiça. Através de processos criminais, a autora identifica os principais delitos cometidos contra meninas na segunda metade do oitocentos, em Mariana.

6

Com o terceiro artigo, inicia-se a parte dedicada ao debate sobre a recorrente relação entre gênero, História das Mulheres e feminismo. O artigo de Fernanda Alina de Almeida Andrade, intitulado “Francisca Senhorinha da Motta Diniz: trajetórias de uma feminista no século XIX” traz a análise da produção literária de Francisca Diniz e suas propostas de emancipação feminina. Apesar de a escritora ser identificada com a luta pela emancipação da mulher, o artigo contribui para que se ampliem as formas de olhar o próprio feminismo em seus primeiros momentos. Natascha Stefania Carvalho Ostos traz em seu artigo uma reflexão da construção política do lugar da mulher no período Vargas. Na proposta do artigo, a emancipação da mulher, durante o governo Vargas, não era a identidade eleita para caracterizar o papel feminino na

nação. Uma das formas de promoção da mulher “que cuida do lar” era a constante ligação da feminilidade à natureza. Ao analisar a trajetória de Alexandra Kollontai, Joana El-Jaick Andrade no artigo “A social-democracia e o feminismo revolucionário de Alexandra Kollontai”

amplia os estudos sobre o feminismo, colocando-o como forma integrante do movimento revolucionário e formas de ação dentro dos partidos políticos social-democratas europeus no momento que antecede a Primeira Guerra Mundial.

A terceira parte do número dedicado ao gênero abriga quatro artigos. O primeiro deles trata de uma personagem que se dedica ao registro da vida da elite baiana no século XIX. Marcelo Souza Oliveira situa a escritora Anna Ribeiro no contexto em que as atividades da agricultura de exportação no Recôncavo baiano viviam severa crise. Os escritos da autora, segundo Marcelo Souza Oliveira, a identificam como integrante deste grupo que passava a escrever suas memórias elaborando o passado como época de ouro.

Os artigos de Daniel Peticarrari e Fernanda Flávia Cockel, Frederico Sidney Guimarães tratam do tema do gênero diante do mundo do trabalho. Enquanto Peticarrari e Cockel se voltam para o impacto do afluxo cada vez mais significativo do contingente feminino para o mercado de trabalho, ampliando

também seus papéis e presença no espaço público, Guimarães trata da organização do movimento político em defesa da valorização da profissional do sexo, a partir da organização de entidades que fizeram com que esse grupo de trabalhadoras tivesse uma significativa mudança no que tange ao seu lugar no espaço público.

Subvertendo uma certa cronologia, encerramos a seção dos artigos com a contribuição de Flávia Regina Marquetti. A autora leva o debate sobre as relações de gênero ao universo cretense, e seu objetivo é o estudo dos papéis feminino e masculino através de uma longuíssima duração: as estruturas míticas que provêm do Paleolítico e Neolítico.

8

As três resenhas que compõem o Número Especial da LPH acentuam ainda mais a amplitude das discussões sobre gênero, como se pode verificar nos títulos propostos.

Emerson Dionísio G. Oliveira apresenta a resenha do livro **Justiça e gênero**, de Eleonora Zicari Costa de Brito. Priscila da Silva Nascimento sobre **Terceiro setor e gênero: trajetórias e perspectivas**, de Maria Izilda Santos de Matos e Laura Valéria Pinto Ferreira a respeito de **História e gênero**, de Andréa Lisly Gonçalves.

Finalizamos o número 19 relativo ao primeiro semestre de 2009 com a transcrição de uma carta enviada à baronesa de Camargos, em 1861. A importância deste documento se deve não só à sua natureza – as cartas, missivas, escritos particulares têm recebido uma atenção cada vez maior dos historiadores –, mas também aos personagens envolvidos: duas mulheres, que, em uma visão ao rés do chão, estariam totalmente apartadas dos pontos nevrálgicos do poder.

Apresentados os debates propostos pelos autores, desejamos a todos uma excelente leitura.

Helena Miranda Mol

Apontamentos sobre a construção das relações de gênero e violência nas ondas do rádio e dos impressos no oeste paranaense

Tânia Regina Zimmermann

10

Resumo: Nas décadas de 1960 a 1980 percebe-se na imprensa do Oeste do Paraná uma ênfase em enaltecer os municípios através da imagem de cidades progressistas, associadas ao caráter ordeiro, harmônico, pacífico e trabalhador de seus habitantes. O processo de ocupação, urbanização e de adensamento populacional contribuiu para o crescimento de tensões no cotidiano da cidade e nas áreas rurais. Tensões estas também presentes nas relações de gênero e que nos são percebidas em jornais, revistas, boletins de ocorrência e nos processos crimes que envolveram mulheres e homens nas suas tramas. Comportamentos vistos como desviantes da ordem instituída poderiam destruir a imagem das belas, ordeiras e civilizadas cidades do interior do Paraná. Para esta tarefa o judiciário, a imprensa e os grupos da elite encarregaram-se de elaborar e reproduzir via práticas discursivas às regras de convívio social.

Palavras-chave: Violência, gênero, imprensa

Notes on the construction of gender relations and violence in
radio and printed in the west Paraná

Abstract: In the 1960-1980 decade an emphasis in neglecter the cities through the image of progressive cities, associates to order, harmonic, pacific and diligent the character is perceived in the press of the West of the Paraná of its inhabitants. The occupation process, urbanization and of population contributed for the growth of tensions in the daily one of the city and the agricultural areas. Tensions these also gifts in the sort relations and that in they are perceived in periodicals, magazines, bulletins of occurrence and in the processes crimes that had involved women and men in its seen woof. To comprise as fault of the instituted order they could destroy the image of the beautiful, orders and civilized cities of the interior of the Paraná. For this task the judiciary one, the press and the groups of the discourse practical elite had been putted in charge to elaborate and to reproduce way to the rules of social conviviality.

Keywords: Violence, gender, press

Mais do que qualquer outro, o olhar sobre
as mulheres é mediatizado; é preciso
decifrar a natureza desta mediação.

Michelle Perrot

12

O cotidiano de mulheres e homens nas diferentes falas presentes nas revistas, nas produções historiográficas, nos artigos de jornais e na literatura pode ser um dos caminhos para entender a construção universal do feminino e do masculino. Com tal propósito, buscamos possibilidades de reflexão sobre a construção midiática de arquétipos para mulheres e homens envolvidos nas questões da violência. Na tentativa de atribuir sentidos aos lugares da fala nos apoiamos primeiramente na categoria gênero para uma análise histórica buscando trazer para o cenário historiográfico o jogo de relações de poder instituinte de práticas cotidianas. Com relação a isso, historiadoras e historiadores contemporâneos tem observado a contribuição do feminismo ao questionar a lógica da identidade e as oposições binárias que construíram a interpretação masculina do mundo.¹

Também é importante ressaltar que o uso da categoria gênero está relacionado às construções culturais dos sexos.

¹ Sugestiona-se o trabalho de Joana Pedro, intitulado *Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica*. Texto apresentado no evento: *III Seminário de Educação e Gênero e II Seminário sobre Infância*. Tocantinópolis, TO, 2006 e de Pierre Bourdieu, intitulado *A dominação Masculina*.

O estudo de gênero percebido de forma relacional implica no entendimento de diferentes e fluidas identidades sexuais. Os usos da categoria mulher, mulheres e gênero assim como as demais categorias sobre as quais nos apoiaremos estão inscritas no movimento da história e, portanto podem nos auxiliar no entendimento de representações e práticas da violência no Oeste do Paraná. Em nosso estudo os estigmas pautados na divisão sexual estão presentes e para tanto estas categorias colaboram nas análises, mas não podem universalizar e nem naturalizar as identidades de gênero pelas características físicas e anatômicas.

Sobre esta discussão Joan Scott tem sido uma referência recente nos estudos acadêmicos para compreender as relações sociais e culturais entre os sexos que, segundo ela, põe a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas ele não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina a sexualidade. Entende também que gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado as relações de poder.² Assim Scott articula gênero com a noção de poder e não estabelece fronteiras fixas entre mulheres e homens.

² SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, n. 16, julho/dezembro, p. 7-14, 1990.

O movimento da história parecia ir além dessa compreensão do uso que se fazia de determinadas categorias embora ainda hoje possam ser úteis. A história movia-se mais depressa que as categorias mulher, mulheres e gênero e então novos debates teóricos aflorados em parte de movimentos gays e lésbicos trouxeram questionamentos importantes sobre a diferença entre sexo e gênero. Entre os aportes de discussão recentes estão Thomas Laqueur e Judith Butler .

Com Laqueur reforça-se a historicidade da categoria sexo e gênero enquanto categorias explicativas e também históricas, ou seja, é uma linguagem que nasce de um processo histórico e, portanto permite que não nos tornemos prisioneiros dela. Historiador da medicina, Tomas Laqueur publicou em 1992 um livro chamado *Inventando o Sexo: Corpo e Gênero dos gregos a Freud*. Nesta obra o autor discute a construção do sexo e depois seu quase aprisionamento pelo gênero. Pretendia com isso apontar também para a construção do sexo, ou seja, que também continha uma historicidade.³

Este autor ressalta que no final do século XVIII, principalmente com os Iluministas a retórica sobre o corpo feminino e masculino muda. ⁴ No século XIX os naturalistas reforçam a diferença sexual. Anterior a esta divisão havia o

³ Veja-se Joana Pedro no artigo acima citado, p. 11.

⁴ LAQUEUR, Thomas. **Inventando o Sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2001. p. 22.

registro de um único sexo que era o masculino. O autor versa sobre a criação do sexo e não do gênero. Procura mostrar (...) que quase tudo o que se queira dizer sobre sexo – de qualquer forma que sexo seja compreendido – já contém em si uma reivindicação sobre o gênero. Entende que o sexo não pode ser apenas explicável dentro do contexto da luta sobre gênero e poder. O sexo é uma criação daquilo que a sociedade determina e não um dado, uma essência.⁵

Ainda nesta perspectiva Judith Butler em seu livro: *Problemas de Gênero: feminismo e subversão de identidade* questiona a categoria gênero como interpretação cultural do sexo. Então propõe que analisemos o sexo como resultado discursivo/cultural e não como algo constituído antes do discurso e da cultura. Em sua teoria Judith Butler aborda gênero como uma categoria temporária e performativa abrindo perspectiva para a desnaturalização das práticas de significação como por exemplo de que gênero está para a cultura e sexo está para a natureza. Seguindo a perspectiva de Foucault analisa o efeito discursivo de gênero e assim entende que o sexo é um efeito de gênero. Observa a autora que:

Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser concebido como a inscrição cultural de

⁵ Idem, p. 23.

significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica; tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos).⁶

16 Partindo destas discussões torna-se possível perguntar sobre o que pesquisamos na História do Oeste do Paraná. Como e que usos fizemos destes aportes sobre os discursos jornalísticos em torno das relações sociais e das relações de gênero. Os meios de comunicação escolhidos para o nosso estudo sobre violência constituem as diferenças ao instituir e reforçar os gêneros? A violência pode ser naturalizadora das relações sociais entre as pessoas? As falas sobre violência de gênero mantém a estrutura binária do sexo? Como a noção de gênero ao abranger as relações de poder produz o efeito de um sexo pré-discursivo e oculta a própria operação da produção discursiva?

A violência, violência de gênero e violência doméstica enquanto categorias históricas podem se remeter tanto ao campo político, jurídico e acadêmico. Em 1969, Hannah Arendt publicou seu estudo sobre violência. Seu trabalho parecia ser tão corriqueiro e poucos teciam reflexões sobre o tema que parecia óbvio para todas e todos. A este respeito Arendt observava que:

⁶ BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 25.

Ninguém que se tenha dedicado a pensar a história e a política pode permanecer alheio ao enorme papel que a violência desempenhou nos negócios humanos, e, a primeira vista, é surpreendente que a violência tenha sido raramente escolhida como objeto de consideração especial. (Na última edição da Enciclopédia de Ciências Sociais, a violência nem sequer merece menção) ⁷

Dos escritos de Arendt até o século XXI inúmeros estudos tecem análises sobre a violência de toda a ordem. É notável que o conceito foi sendo construído em torno de vários significados. Na Idade Média era concebido como pleno poder (latim *potestas*) e força (latim *vis* ou *virtus*) e estava relacionado ou a capacidade violenta de uma pessoa ou de uma tempestade. A partir do século XVI e XVII começa a se desenvolver o conceito contemporâneo, do latim *violentia*⁸. *Violentia* abarcava a desobediência a lei como briga, extorsão, roubo, assalto com ou sem agressão, violação, rapto, abuso, injúria, disparates, valentia.

Porém a definição conceitual ainda teve vários desdobramentos e pode ser encontrada em dicionários escolares e especializados. Nesse sentido traremos alguns exemplos.

⁷ ARENDT, Hannah. **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. p. 16.

⁸ KUN, Cornelia. **Ende des Schrekens**. Oldenburg. Carl von Ossietzky Universitat, 2005. (tese), p. 9.

Alguns dicionários deixam poucas linhas para explicar o conceito, ou o constroem de formas diversas. O dicionário *The Oxford English Dictionary* (OED) traz uma explicação mais densa, mas oculta a legalidade do poder. Neste há o seguinte conteúdo:

1. a. The exercise of physical force so as to inflict injury on, or cause damage to, persons or property; action or conduct characterized by this; treatment or usage tending to cause bodily injury or forcibly interfering with personal freedom. (...) b. (...) to inflict harm or injury upon, to outrage or violate. (...) c. in weakened sense: Improper treatment or use of a use of a word; wresting or perversion of a meaning or application; unauthorized alteration of working. d. Undue constraint applied to some natural process, habit, etc. So as to prevent its free development or exercise. Now used political contexts with varying degrees of appropriateness. (...) 2. a An instant or case of violent, injurious or severe treatment, a violent act or proceeding (...) 3. Force strength of physical action or natural agents, forcible, powerful or violent action or motion (...) 4. a. Great force or severity or vehemence, intensity of some condition or influence. b. intensity or excess of contrast (...) 5. vehemence of personal feeling or action; great extreme ardour of fervour;

also violent or passionate conduct or language:
passion fury (...)⁹

O dicionário não apenas expõe uma lista mais extensa de significados como constrói várias formas de violência: física, ilegítima, verbal. Para Kun há uma aproximação do conceito atual na língua inglesa com o significado do latim *violentia*.¹⁰

No Brasil, o dicionário Aurélio reduz violência a quatro campos de significados: 1. Qualidade do que é violento; 2. Ato violento; 3. Ato de violentar; 4. Jur. Constrangimento físico ou moral, uso da força, coação. Embora o dicionário de língua inglesa é mais extenso, com maior número de significações que o dicionário de língua portuguesa *Aurélio* ambos não distinguem a exemplo de Arendt poder e violência. Na visão de Hannah Arendt o poder requer consenso de alguns a um curso de ação comum e sua desintegração enseja a violência. A violência destrói o poder e ao contrário do que acreditavam alguns marxianos-hegelianos esta não cria o poder. A violência não reconstrói no processo dialético o poder, mas o paralisa, aniquila. A autora caracteriza a violência como instrumental: Posto que a violência – distintamente do poder [power], força [force] ou vigor [strenght] – sempre necessita de implementos (...)¹¹ Estes apontamentos de Arendt sobre

⁹ OED, 1989. p. 654.

¹⁰ Idem, p. 10.

¹¹ ARENDT, Hannah. **Sobre Violência**. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1994. p. 13.

poder e violência abrem uma possibilidade de discussão para nossa pesquisa e na pesquisa de autores sobre os quais nos apoiamos.

No *Dicionário de Política* entende-se violência como (...) intervenção física de um indivíduo ou grupo (ou também contra si mesmo) contra outro indivíduo ou grupo. A intervenção física deve ser voluntária e que tem por finalidade destruir, ofender, coagir. Na definição consta ainda que: (...) Exerce violência quem tortura, fere ou mata; quem, não obstante a resistência, imobiliza ou manipula o corpo de outro; quem impede materialmente o outro de cumprir determinada ação. Geralmente a violência é exercida contra a vontade da vítima.(...) Em termos descritivos a violência pode ser sinônimo de força. Assim como Hannah Arendt os autores do dicionário distinguem violência da noção de poder. Consideram o poder a modificação da conduta individual ou grupo, dotada de um mínimo de vontade própria. Já no caso da violência entendem ser a alteração danosa do estado físico de indivíduos ou grupos.¹²

Em estudo especializado sobre violência e agressão contra mulheres Miriam Pillar Grossi aborda a historicidade da categoria violência contra a mulher. Esta categoria teve seus começos no senso comum em meados dos anos de 1970 sendo parte de mobilizações feministas contra o assassinato

¹² BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, N. , PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 12 ed. Brasília: UnB, 2004, p. 1292.

de mulheres em nome do amor e da defesa da honra. Nos anos 80 ampliam-se a perspectiva da violência para os maus tratos e espancamentos. A visibilidade desta violência suscitou a criação de Delegacias Especiais de Atendimento a Mulheres. Nestas delegacias considera-se violência contra a mulher todo e qualquer ato agressivo que conste num Boletim Médico Legal, ou seja assassinatos, espancamentos e lesões. A violência psicológica carece de consenso e classificação no Brasil. Pelo fato de grande parte das queixas registradas nas delegacias serem de violência no âmbito privado e conjugal usa-se violência contra mulher como sinônimo de violência doméstica.¹³

Aproximando Hannah Arendt de Grossi, esta última diferencia violência e agressão. Segundo ela agressão implica e permite revide, é um ato onde não há uma distinção nítida entre sujeito e vítima da violência. Ou seja, a vítima pode responder a violência que sofreu. Já a violência é uma agressão que aniquila o indivíduo que a sofre, impedindo-o a de reação. A autora opta pelo uso da categoria violência contra a mulher por ser uma acepção mais vasta e que permite tratar atos violentos no interior da conjugalidade. Em nosso estudo utilizaremos também a categoria violência de gênero para dar conta de violência sofrida por homens, mulheres e crianças. Diante das discussões de Scott, Butler e

¹³ GROSSI, Miriam P. Rimando Amor e Dor: reflexões sobre violência no vínculo afetivo-conjugal. In: PEDRO, Joana M; Grossi, Miriam P. (org.). **Masculino Feminino Plural**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998. p. 296.

Laqueur atentaremos para não nos tornarmos prisioneiros dessa categoria no sentido de fixar as identidades e construir oposições binárias.

Observa Grossi que fará uso da categoria violência doméstica mesmo que em muitos casos trata-se de agressões e não de violências conjugais uma vez que elas não são consideradas apenas vítimas. Ao se referir a esta violência a considera do âmbito do privado pondo em suspeição a dicotomia universal público/privado. Uma das considerações sobre o privado refere-se ao processo de modernização ocidental advindo com o Iluminismo e a Revolução Francesa cuja violência passa a ser monopólio do Estado e de instituições. Esse processo tendeu a reforçar as dicotomias público/privado e emoção/razão. As mulheres em grande parte deixam o espaço público junto com os homens para retrair-se ao privado a partir do século XVII. A subordinação de mulheres no confinamento do privado permitiu e legitimou a violência masculina¹⁴. É em Welzer-Lang que nos apoiamos para a compreensão da construção social da masculinidade e a legitimidade dada à violência como masculina. Para o autor a opressão das mulheres pelos homens é um sistema dinâmico no qual as desigualdades vividas pelas mulheres são os efeitos das vantagens dadas

¹⁴ Idem, p. 297.

aos homens. Estas vantagens operam a divisão sexual e de gênero do mundo e são reguladas por violências múltiplas.¹⁵

Para Welzer-Lang analisar as construções sociais do masculino requer que questionemos alguns paradigmas como estes propostos por Grossi ao desconstruir a violência como sempre masculina mesmo que praticada por mulheres, pois essencializa a violência ao tomar como universal os papéis assumidos por homens e mulheres e a noção de subordinação das mulheres e de dominação dos homens. Também para entender a violência conjugal torna-se importante ver as complexas relações afetivas e emocionais entre as pessoas descentrando a violência do pólo masculino. Isso permite ver que as mulheres são co-participantes da violência doméstica. Neste sentido teorias discutem os canais de comunicação entre um casal. Entre elas esta o ciclo da violência doméstica. Esta teoria foi desenvolvida por assistentes sociais anglo-americanas. Segundo a teoria ocorre na vida conjugal a divisão circular do poder. A situação de vítima para mulher permite que ela tenha mais poder durante um determinado período. Esse poder temporário é estimulado por vários agentes sociais como amigos, assistente social e parentes. Com a promessa do marido em

¹⁵ WELZER-LANG, D. A Construção do Masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis: UFSC, v. 9, n. 2, p. 461, 2001. Sobre a construção da masculinidade Saffioti nos brinda com uma análise que centra o poder dos homens na ideologia machista que estimula as condutas agressivas e perigosas que revelem força e coragem. SAFIOTTI, H. **Gênero, Patriarcado e Violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004. p. 35.

recuperar-se o casal passa pela fase dita *lua de mel*. Mas com o decorrer do tempo o homem vai recuperando o poder no cotidiano doméstico até uma outra crise conjugal.¹⁶

Ao se inspirar em Foucault, Grossi aponta para a compreensão da violência nas relações afetivas/sexuais enquanto um jogo a ser vivido a dois, um teatro a ser encenado por cada casal e que comporta regras, nem sempre conscientes, a que se submetem os parceiros. O casamento parece estar fundado no amor e não na dor, mas a entrega de Cristo parece traduzir para as mulheres a entrega ao sofrimento e doação. Aí também está a validade da violência simbólica da cumplicidade.¹⁷

No Brasil o modelo ideal de relações entre homens e mulheres segue em parte o modelo de moralidade do complexo mediterrânico, marcado por noções de honra para os homens e de vergonha para as mulheres, modelo também associado à dicotomia público/privado. No entanto com o desenvolvimento da modernização/globalização e da crescente independência emocional e econômica das mulheres as relações de gênero abalam os princípios tradicionais do casamento e que pode ter suscitado o aumento da violência contra mulheres.¹⁸ Os estudos de Hiarata e Kergoat também elucidam que a divisão sexual do trabalho especialmente em países ocidentais do norte

¹⁶ GROSSI, p. 305.

¹⁷ Idem p, 305 – 307.

¹⁸ Idem p. 312.

contribuem para a desigualdade e conflitos, pois se naturaliza a incumbência simultânea de responsabilidade profissional e familiar as mulheres mesmo entre as feministas. Para ambas as autoras é preciso questionar os âmbitos psicológicos dessa dominação e a dimensão da afetividade.¹⁹

Neste sentido Grossi analisa que no modelo de conjugalidade ocidental o projeto afetivo/emocional de duas pessoas que vivem quase sempre num mesmo espaço e nem sempre tendo filhos é fundado nas categorias de amor e paixão e naturalizadas como categorias individualistas ocidentais modernas e sentimentos pertinentes a união de pessoas. Grossi aponta para contradições nesse modelo de conjugalidade cujos atos de violência são em parte reflexos disso e podem ser vítimas homens, mulheres e homossexuais.²⁰

Parte de nossa pesquisa centra-se na violência conjugal, mas nem sempre a vítima são mulheres e sim homens. Daí que também optamos pela violência de gênero, mas atentando para a construção de identidade fixas e para a legitimidade da violência como propensas ao homem.

Na construção dessa pesquisa partimos principalmente dos olhares masculinos presente nos impressos quer seja de jornais, dos noticiários falados e de revistas em busca de significações para as práticas cotidianas de violência de

¹⁹ HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. **Cadernos de Pesquisa**. v. 37, n. 132, p. 595-608, set/dez 2007.

²⁰ GROSSI. p. 219.

gênero. Optamos pelo recorte temporal da década de 1960 a década de 1980 cerceando a região Oeste do Paraná com a escolha de arquivos de pesquisa em alguns municípios. Convém observar que parte da imprensa pesquisada circulava e circula por toda a região Oeste como, por exemplo, os jornais: *O Paraná*, *Hoje*, *Fronteira do Iguçu* e das revistas: *Oeste e Paraná em Páginas*. Por outro convém pontuar que na apreensão de Pierre Bourdieu, a região também deve ser pensada como produto histórico das determinantes sociais. Nas classificações regionais os critérios concebíveis como língua, habitat, tamanho da terra, etc., não coincidem. Assim completa:

(...) a realidade, neste caso, é social de parte a parte e as classificações mais naturais apoiam-se em características que nada têm de natural e que são, em grande parte, produto de uma imposição arbitrária, quer dizer, de um estado anterior das relações de forças no campo das lutas pela delimitação legítima.²¹

Para nossos estudos partimos dessas observações quando recortamos espacialmente a nossa pesquisa. A região Oeste do Paraná constitui-se como produto de uma construção hoje formada por 51 municípios que usa como suas fronteiras naturais do lado setentrional o Rio Paraná,

²¹ BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. Para Bourdieu o que faz a região não é o espaço e sim o tempo. p. 115.

fronteira com o Paraguai e a Argentina e os rios Iguaçu e Piquiri. Conforme foi exposto e a fim de cercarmos as fontes elegemos produções discursivas impressas nos municípios de Toledo, Marechal Cândido Rondon e Cascavel e nos servimos também dos impressos de Foz do Iguaçu, uma vez que todos estes municípios fizeram parte da Comarca do município iguaçuense até a suas respectivas emancipações políticas.

Na perspectiva de rupturas e continuidades percebemos que ainda predomina, em muitos lugares da região Oeste, identidades para as mulheres como a maternidade enquanto função exclusiva do feminino, as próprias tarefas domésticas e o espaço privado e sendo assim muitas deixaram e deixam de ser para existirem enjauladas nas identidades para elas construídas nos discursos que enfatizam o sujeito universal. Na região pesquisada percebe-se ainda que a participação de mulheres em atividades consideradas públicas como a política, cargos administrativos em empresas, cooperativas, no judiciário e na própria imprensa é diminuto embora já sejam maioria nas universidades. Neste sentido buscamos nos discursos sobre a violência de gênero nos impressos indícios para determinadas práticas arraigadas em nosso cotidiano.

Também ressalta-se que nos anos de 1980 onde findamos com a pesquisa cresce o jornalismo tanto impresso como falado as informações a cerca da violência e da violência de gênero. Estas informações não estão mais como

no início da pesquisa nos anos de 1960 apenas nas últimas páginas. As manchetes agora possuem um espaço privilegiado tanto na capa como no interior do jornal. Talvez estas reflexões nos conduzam a entender por que e como em determinado período, determinados jornais e os demais impressos pesquisados aparece e desaparece ou se acentua a linguagem da violência de gênero.

Cabe observar que as fontes discutidas durante a pesquisa são discursos²², representações sociais e culturais os quais discorrem sobre os valores morais, sobre a economia e sobre o convívio-conflito social em que se inseriram aqueles que deixaram seus depoimentos escritos na imprensa. Uma reflexão relevante sobre esta questão é apontada por Margareth Rago quando afirma que o documento não é o reflexo da coisa imaginada ou uma transparência, mas é um documento que contém uma materialidade, uma escrita, uma interpretação, um recorte,

²² No decorrer da pesquisa optei por utilizar noções de discurso e de práticas discursivas seguindo a proposta de Foucault na obra *Arqueologia do Saber*. Discurso é um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos ; conjunto de enunciados que se apóia em um mesmo sistema de formação; é assim que se pode falar do discurso clínico, do discurso econômico, do discurso da história natural, do discurso psiquiátrico. (p. 124) As práticas discursivas como um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiriam, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa.(p. 136) Estas práticas possuem regras próprias estabelecendo relações para que certos objetos apareçam e se fale deles. (...) *não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época.*

uma leitura de alguma testemunha sexuada, determinada social, étnica, geracionalmente.²³

Ainda sobre o trabalho do historiador com o documento Foucault anuncia uma proposta que pode nos instrumentalizar quanto a pesquisa:

Ora, por uma mutação que não data de hoje, mas que, sem dúvida, ainda não se concluiu, a história mudou sua posição acerca do documento: ela considera como sua tarefa primordial, não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade nem qual é o seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações. O documento, pois, não é mais para a história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros: ela procura definir no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações.

24

²³ RAGO, Margareth. Pensar diferentemente a história, viver femininamente o presente. In: GUAZELLI, Cesar A.B. et all. (Org) **Questões de Teoria e Metodologia da História**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

²⁴ Idem, ibidem. Veja-se também FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986. p. 7.

As fontes que escolhemos como os jornais e revistas, relatórios de notícias diárias permitem entender uma rede de olhares e suas fissuras (quem, como, de onde e para quem se fala e o não-dito) que contribui para criar os sujeitos e as subjetividades presentes no cotidiano.

Para pensar as falas presentes nos impressos da imprensa escrita e falada também recorreremos a Análise Crítica do Discurso (ACD) que se fundamenta nas relações entre linguagem e sociedade problematizando injustiças, opressões, desigualdades étnicas, socioeconômicas, políticas e culturais. Ao analisar os problemas e as mudanças através da linguagem, a ACD propõe a desconstrução dos textos examinando os aspectos lingüísticos, imagéticos com aspectos socioculturais. Estes estudos contribuem para a percepção das imagens nos jornais e das chamadas sobre a violência contra e das mulheres, das ausências no período inicial da pesquisa, da importação da criminalidade e de outras práticas como o aborto do exterior (como se nas cidades progressistas do oeste não existissem), do tamanho das letras e disposições (vertical e horizontal) da localização das páginas policiais, da linguagem jornalística sobre criminalidade. No conjunto da pesquisa percebe-se a importância destes estudos pois o discurso midiático na sociedade contemporânea é também um lugar privilegiado de representação e por outro lado de contestações de práticas sociais naturalizadas. Convém ressaltar que as ondas

do rádio possuem um público muito mais abrangente e diário do que muitos jornais em sua maioria no período são de circulação semanal.²⁵

Além de teóricos da ACD (Norman Fairclough, Caldas-Coulthard, Fortkamp e Teun Van Dijk), nos apoiamos nas posturas postas por Teresa de Lauretis que pensa gênero como representação e auto-representação articulado a sexualidade. Para a autora as relações de gênero são construídas a partir de tecnologias sociais como imprensa, discursos, práticas da vida cotidiana, imagens, saberes, críticas, senso comum, artes. Para Lauretis não resta dúvida de que a linguagem é um dos aparatos sociais universalmente mais influente. Ao se referir ao cinema entende que (...) há “linguagens”, práticas de linguagem e aparatos discursivos que produzem sentidos e há diferentes modos de produção semiótica, maneiras pelas quais se investe esforço na produção de signos e significados.²⁶ Em nossa pesquisa a imprensa enquanto uma tecnologia social recorre muitas vezes ao uso da linguagem no senso comum para construção do crime, da violência e de vítimas. Principalmente com relação as mulheres pobres a imprensa repete continuamente determinadas palavras como cocotinha, sem-

²⁵ Uma tentativa de historicizar a imprensa regional foi publicada recentemente por WILSEM, Ana P.; KUNZLER, Maria C. **Mídia e Memória: estórias dos veículos de comunicação do município de Marechal Candido Rondon contada pelos seus protagonistas**. Mal. C. Rondon: Germânica, 2006.

²⁶ LAURETIS, Teresa. *Através do espelho: mulher, cinema e linguagem*. **Revista de Estudos Feministas**. p. 116-118, 1993.

vergonha, mundanas, mocós, amasias. Para os homens pobres fala-se elementos e larápios e em comum para todos e todas o sobrenome de tal (Pedro de tal, Teresa de tal).

Para Deleuze, o senso comum supõe uma função, uma faculdade de identificação, que relaciona qualquer diversidade com a forma do mesmo. O senso comum identifica e reconhece a uma unidade. O Eu é um só e mesmo eu que percebe, imagina, sabe etc. Assim a linguagem não parece possível fora desse sujeito. A diversidade é subsumida devido essa forma individualizada de mundo. É o mesmo objeto e o mesmo mundo que percebo. Então a linguagem não parece possível fora destas identificações.²⁷ Dessa forma o senso comum identifica e reconhece o que acaba sendo veiculado pela mídia. O jornal *Hoje* de Foz do Iguaçu e *Hoje* de Cascavel e edições especiais com denominações *Marechal Cândido Rondon Hoje* e *Palotina Hoje* apresentavam no seu conjunto semelhanças no uso da linguagem quanto as imagens, tamanho de letras e palavras e as chamadas sobre a violência de gênero em suas capas.

Remetendo-nos as imagens destes jornais e das revistas é possível perceber que o uso do senso comum é um meio utilizado para estigmatizar pessoas através das práticas da violência de gênero. O estigma é aqui utilizado no sentido proposto por Goffman:

²⁷ DELEUZE, Gilles. **Lógica do Sentido**. São Paulo: Perspectiva, 2003, p. 80-81.

Os gregos, que tinham bastante conhecimento de recursos visuais, criaram o termo estigma para se referirem a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava. Os sinais eram feitos com cortes ou fogo no corpo e avisavam que o portador era um escravo, um criminoso ou traidor – uma pessoa marcada, ritualmente poluída, que deveria ser evitada principalmente em lugares públicos.²⁸

O estigma está relacionado a uma depreciação do corpo de homens e mulheres. Nas páginas policiais dos jornais e revistas pesquisados são expressos signos de identificação. Existem características estáveis do corpo de mulheres e homens como a idade das mulheres vítimas de violência e a condição social. Esses signos transmitem uma informação social.²⁹ Normalmente as mulheres estão entre os 30 e 50 anos e não seguem os padrões de beleza dominantes no período. Para os homens as imagens são idênticas.

Segundo Goffman, a informação social ocorre sobre as características mais ou menos permanentes de um indivíduo, porém observa que:

(...) em oposição a estados de espírito, sentimentos ou intenções que ele poderia ter em certo

²⁸ GOFFMAN, Erving. **Estigma**: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. São Paulo: LTC, 1998. p. 11.

²⁹ *Ibidem*, p. 13.

momento. Essa informação, assim como o signo que a transmite, é reflexiva e corporificada, ou seja, é transmitida pela própria pessoa a quem se refere, através da expressão corporal na presença imediata daqueles que a recebem. (...).³⁰

O que fica perceptível nas imagens é a frontalidade das criminosas e dos criminosos e que por sua vez buscam caracterizar os traços físicos do rosto. Na sua maioria são imagens de pessoas de condição social inferior. Nos impressos também encontramos a padronização de condutas como por exemplo a categoria de esposa e filha, jovem casal. Exemplos dos enunciados e do texto articulam essa padronização como a esposa que traiu, ou a filha que fugiu o que retira a condição de indivíduo, assim como ser nominado como Teresa de tal, ou João de tal.

Na mídia regional a rede de informações é ampla por parte dos leitores, leitoras e ouvintes, ou seja, as pessoas se conhecem ou já ouviram falar de determinadas pessoas que são destacadas nos impressos falados e escritos. Quando a questão envolve agressão e violência os termos fama e má-reputação implicam que a massa de cidadãos deve possuir uma imagem do indivíduo. A mídia tem papel central por tornar possível que uma pessoa privada seja transformada em figura pública. Neste sentido os estudos de Pierre Bourdieu são relevantes ao apontar que além da violência física existe

³⁰ Idem , p. 52-53.

a dominação simbólica masculina, por ele denominada de violência simbólica e constante na mídia. Para este autor³¹, a violência simbólica é suave, insensível, invisível e que dificilmente é percebida pelas suas vítimas porque se reproduz no cotidiano através de gestos, sentimentos, emoções, linguagem, cor da pele e cria modos de ver o mundo cada vez mais nivelados e homogeneizados por intermédio dos meios de comunicação de massa. A violência simbólica torna-se possível quando suas vítimas a aceitam através do conhecimento e principalmente desconhecimento, do reconhecimento e, em última instância, do sentimento. Estabelece-se uma correlação de forças na qual a maneira de ver o mundo é imposta e adquire estatuto de verdade.³²

Para Goffman, a imagem pública será diversa da imagem que o indivíduo projeta através do tato direto com aqueles que o conhecem pessoalmente. A imagem pública é construída a partir da seleção de fatos que podem ser verdadeiros, mas se expandem até adquirir uma aparência dramática e digna de atenção e posteriormente utilizada como um retrato global. O fato de ser recebido como alguém que não é mais o que era encontra-se reduzida pelas demandas da mídia. Isso pode ocorrer com um fato acidental e rápido

³¹ BOURDIEU, Pierre. Über die Vorherrschaft des Mannes: ein Musterbeispiel für symbolische Gewalt. In: **Le Monde Diplomatique**. August, 1998, p. 16. Veja-se também CHARTIER, Roger. Diferenças entre os Sexos e Dominação Simbólica. **Cadernos Pagu**, n. 4, p. 37-47, 1995.

³² BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. P. 7-11.

que expõe a pessoa a identificação pública sem lhe dar nenhum direito que compense os atributos desejados.³³ Os exemplos estão relacionados às mulheres que cometeram algum tipo de violência. Pois é muito comum associar o fato a ordem normativa, ou seja, a vida pacata e simples do jovem casal. Neste impresso que seguem vemos um caso de violência conjugal:

Acredita-se que este deve ter havido motivos profundos para que E. agisse como agiu, de uma maneira tão violenta e bárbara. Há quem acredita que o motivo do crime tenha sido ciúmes de sua esposa. Pelo depoimento que deverá conceder hoje, certamente o véu de mistério será levantado e se tornará conhecimento dos motivos que levaram a destruição de um jovem casal que era conhecido pela vida pacata e simples que levava.³⁴

A condição para a vida social na região Oeste do Paraná é o progresso, ordem e estabilidade nas relações familiares e sociais. Goffman entende que as pessoas compartilhem um conjunto de expectativas normativas, sendo as normas sustentadas, em parte, porque foram incorporadas. Quando regras são quebradas surgem medidas restauradoras como a atuação da imprensa e do judiciário. O indivíduo não tem controle imediato sobre o nível em que se apóia a norma.

³³ GOFFMAN, p. 82.

³⁴ FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS. v. 01, 14/11/66 a 28/02/1967.

Isso é perceptível em depoimentos que associam a marginalidade social e o grau de escolarização de uma mulher agredida. Em matéria produzida pelo jornal *Alento* consta manifesto de um médico à região oeste: (...) A Gessi necessita, dada a sua primitividade, ao seu analfabetismo, as suas perturbações mentais, de um advogado ou procurador para defendê-la. O médico aparece em foto central com os filhos como *pai* exemplar. Ele é acusado por um jornalista de agressão a Gessi.³⁵

Goffman advoga que pessoas como prisioneiros e prisioneiras, criminosas e criminosos, prostitutas, homossexuais são percebidas mediante a ordem dominante como incapazes de usar as oportunidades disponíveis para o progresso nos vários caminhos aprovados pela sociedade; mostram um desrespeito evidente por seus superiores quer seja por valores, aparência física, comportamentos, falta-lhes moralidade e sobretudo sobram defeitos nos esquemas motivacionais da sociedade. Minorias, mulheres pobres e criminosas provavelmente se verão funcionando como indivíduos estigmatizados, inseguros sobre a recepção que os espera na interação com os demais indivíduos pois quase todos estão submetidos a manter relações sociais onde se supõe que prevaleça um tratamento cortês, uniformes baseadas num ideal virtual de classe média³⁶.

³⁵ O ALENTO, 13 a 18 de setembro de 1979, p. 15.

³⁶ GOFFMAN, op cit, p. 155-157.

Este ideal virtual civilizatório de classe média percebe-se na imprensa do Oeste do Paraná, pois existia e existe uma ênfase em enaltecer os municípios através da imagem de cidades progressistas, associadas ao caráter ordeiro, harmônico, pacífico e trabalhador de seus habitantes. Com o crescimento demográfico, a urbanização e modernização advinda dos grandes centros também aumentam as tensões no cotidiano da cidade e nas áreas rurais. Violências e agressões ocultas ou divulgadas perpassavam as relações de gênero e que nos são percebidas em jornais e revistas. Porém comportamentos vistos como desviantes da ordem instituída poderiam destruir o esforço de construção das imagens e da retórica das belas, ordeiras e civilizadas cidades do interior do Paraná. A tarefa envolvia uma multiplicidade de instituições na qual a mídia e os grupos da elite encarregaram-se de elaborar e reproduzir via práticas discursivas às regras de convívio social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, Hannah. **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, N., PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 12 ed. Brasília: UnB, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. Über die Vorherrschaft des Mannes: ein Musterbeispiel für symbolische Gewalt. In: **Le Monde Diplomatique**. August, 1998.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHARTIER, Roger. Diferenças entre os Sexos e Dominação Simbólica. **Cadernos Pagu**, n. 4, 1995.

DELEUZE, Gilles. **Lógica do Sentido**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. São Paulo: LTC, 1998.

40

GROSSI, Miriam P. Rimando Amor e Dor: reflexões sobre violência no vínculo afetivo-conjugal. In: PEDRO, Joana M; GROSSI, Miriam P. (org.). **Masculino Feminino Plural**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. **Cadernos de Pesquisa**. v. 37, n. 132, set/dez 2007.

KUN, Cornelia. **Ende des Schrekens**. Oldenburg: Carl von Ossietzky Universitat, 2005. (tese).

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o Sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2001.

LAURETIS, Teresa. *Através do espelho: mulher, cinema e linguagem*. **Revista de Estudos Feministas**. 1993.

PEDRO, Joana. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. In: *III SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO E GÊNERO E II SEMINÁRIO SOBRE INFÂNCIA*. Tocantinópolis, TO, 2006.

RAGO, Margareth. Pensar diferentemente a história, viver femininamente o presente. In: GUAZELLI, Cesar A.B. et all. (Org). **Questões de Teoria e Metodologia da História**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

41

SAFIOTTI, H. **Gênero, Patriarcado e Violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, n. 16, julho/dezembro, 1990.

WELZER-LANG. D. A Construção do Masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista de Estudos Feministas**. Vol 9, n. 2. Florianópolis: UFSC, 2001.

WILSEM, Ana P.; KUNZLER, Maria C. **Mídia e Memória:** estórias dos veículos de comunicação do município de Marechal Candido Rondon contada pelos seus protagonistas. Mal. C. Rondon: Germânica, 2006.

Contra a honra feminina: crimes sexuais vitimando
meninas em Mariana
(segunda metade do século XIX)

Heloísa Maria Teixeira

Resumo: O presente artigo estuda processos criminais envolvendo meninas que foram vítimas de delitos sexuais em Mariana ao longo da segunda metade do século XIX. Através dos processos-crime, analisaremos esses delitos (defloramentos, estupros, “raptos com fins libidinosos”, etc.), que, em sua maior parte, tinham como agressores homens que viviam no mesmo ambiente residencial ou laboral dessas crianças. A situação social das vítimas – todas de origem pobres – propiciava a impunidade dos acusados, facilitando as agressões. Além dos processos-crime, os Códigos Penais Brasileiros de 1830 e 1890 também nos serviram de base para análise.

Palavras-chave: crimes sexuais; honra feminina; infância pobre.

Against feminine honor: sexual crimes victiming girls in
Mariana (second half of 19th century)

Abstract: The present article analyzes criminal suits about girls who was victims of sexual delicts in Mariana on second half of the 19th century. Using the criminal suits, we will analyze these delicts (deflowerings, rapes, “kidnapping with libidinous ends”, etc.), which mostly had as aggressors men who lived at the same home or work ambient of their victims. The victims’ social situation – all of them arising from poorness – propitiated the offender’s impunity, favouring the aggression. Besides the criminal suits, we also based our analysis in the Penal Brazilian Codes of 1830 and 1890.

Key-words: sexual crimes; feminine honor; poor infancy.

44

Levantando processos-crime que continham narrações de histórias envolvendo crianças livres e pobres para o período 1850-1900 encontramos 17 registros de crimes sexuais cometidos contra menores do sexo feminino com até 15 anos³⁷. Eram defloramentos, estupros, raptos para fins libidinosos que vitimavam meninas pobres, mas, na maioria das vezes, inseridas em famílias que se responsabilizavam pelas denúncias dos delitos à Justiça³⁸.

³⁷ Boris Fausto, analisando 253 processos-crime referentes à cidade de São Paulo para o período de 1880-1924, define que o “crime sexual contra a mulher assenta-se em alguns pressupostos básicos que se realizam historicamente. Dentre eles, a desigualdade entre os sexos e o controle da sexualidade feminina pelas instituições do casamento e da família” (FAUSTO, 2001, p.194).

³⁸ Alzira de Arruda Campos, investigando casos de crianças estupradas na São Paulo oitocentista observou que essas crianças “*pertenciam à pobreza,*

A dificuldade em se falar sobre a “perda da honra” deve ter omitido vários crimes de cunho sexual. A denúncia de um crime desse viés não era algo fácil de se fazer, pois tornar pública a perda da virgindade expunha as vítimas ao julgamento da sociedade. Para a maioria dos crimes sexuais, predominou a resignação ou os acordos entre as partes, que iam da indenização em dinheiro ao casamento³⁹. Entretanto, o desejo pela reparação do mal causado pela perda da honra e a impossibilidade de resolver o problema na esfera privada conduziram algumas famílias, normalmente pobres, à justiça.

O apelo à autoridade policial por parte das moças ou de suas famílias, em decorrência de uma primeira relação sexual fora do casamento, torna público um ato íntimo praticado com desrespeito às normas sociais. Quais os objetivos desse recurso e em que circunstâncias se lançam mão dele? Em

45

mas em geral não estavam desprovidas de todo da proteção familiar. Proteção que acabava por denunciar o crime” (CAMPOS, 1995, p. 141). Para o Rio de Janeiro da Primeira República, espaço estudado por Martha de Abreu Esteves, a maioria das meninas vítimas de defloramento também eram pobres e estavam inseridas em vínculos de parentesco que a autora chamou de reais (parentesco consanguíneo) ou fictícios (relações de parentesco estabelecidas através da solidariedade – padrinhos e madrinhas) (ESTEVES, 1989, p.160-161).

³⁹ FAUSTO, 2001, p.198. Em sua análise sobre o tema Gislane Azevedo, investigando a cidade de São Paulo no período de 1871-1917, concluiu que a minoria dos crimes sexuais acabava na justiça. Para o ano de 1895, por exemplo, a autora encontrou um único processo de defloramento no juizado, entretanto, o chefe de polícia da capital, em seu relatório, constatou *que* “(...) quarenta e cinco menores foram apresentadas para serem examinadas, em trinta das quais, o defloramento foi constatado pelos médicos. Nos quinze casos restantes, foram notados apenas sinais de tentativas. Em quase todos os casos a polícia conseguiu a reparação pelo casamento” (AZEVEDO, 1995, p.135).

geral, entre gente pobre e solteira, os queixosos vão à polícia em busca de um casamento – final de uma história que, pelo menos na aparência, reintegra comportamentos inadequados no mundo da ordem⁴⁰.

Para as moças solteiras, virgindade era sinônimo de honra. A perda dela significava a perda da honra, algo desastroso somente reparável com o casamento – entendido como o meio mais justo de reparar o mal – do ofensor com a ofendida. Segundo Boris Fausto,

o hímen representa sob este aspecto um acidente biológico que veio facilitar o controle da sexualidade feminina através da distinção entre mulheres puras e impuras. Símbolo material de uma abstração, em torno dele estrutura-se uma rede cruzada de imagens sociais. A mulher interioriza o dever de preservar o ‘selo’, a flor da virgindade, último reduto dos jogos sexuais mais ou menos admitidos; o homem pressente o risco representado pela ruptura do selo fora do leito conjugal ou, inversamente, teme expor-se ao ridículo, casando-se com ‘uma mulher furada’, como se dizia na linguagem popular da época⁴¹.

⁴⁰ FAUSTO, 2001, p.224.

⁴¹ FAUSTO, 2001, p.201.

Era preocupação da maioria dos pais zelar pela honra das filhas, o que acontecia principalmente através da vigilância constante. Conforme a mentalidade da época, “as moças de família, vivendo no recato do lar doméstico, sob vigilância materna, saberiam conservar a virgindade do corpo e a dignidade dos sentimentos”⁴².

Durante a segunda metade do século XIX, a idéia de moralizar, higienizar e acabar com as práticas “promíscuas” da população, sobretudo da feminina, passa a ser preocupação dos magistrados. Conforme afirma Margareth Rago, surge

um novo modelo normativo de mulher, elaborado desde meados do século XIX [e que] prega novas formas de comportamento e de etiqueta, inicialmente às moças de famílias mais abastadas e paulatinamente às classes trabalhadoras, exaltando as virtudes burguesas da laboriosidade, da castidade e do esforço individual⁴³.

Segundo os estudos que analisaram a preocupação com a honra feminina no Brasil durante o final do século XIX e começo do século XX⁴⁴, as atenções sobre a postura sexual dos indivíduos no Brasil inseriam-se numa política sexual mais ampla, iniciada na Europa. Segundo Foucault, os médicos primeiramente, os pedagogos e, mais tarde, os psiquiatras vão

⁴² ESTEVES, 1989, p.68.

⁴³ RAGO, 1985, p.62.

⁴⁴ ESTEVES, 1989; CORRÊA, 1994; MAZZIEIRO, 1998; MORENO, 2005.

higienizar as relações familiares tentando normatizar as condutas e os prazeres sexuais, tendo como alvos principais a mulher e a criança⁴⁵. Espelhado nessas idéias, no Brasil,

o sexo passou a ser um negócio do Estado, um assunto de interesse de todo o corpo social em função das exigências e definições médicas sobre a normalidade. Nesse sentido, os estudos dos desvios e dos processos patológicos sexuais passaram a ter importância como forma de orientar e garantir a normalidade das gerações futuras. Daí a necessidade de administrar-se o sexo em termos médicos e, principalmente, políticos. A cadeia de efeitos perversão-hereditariedade-degenerescência, com origem na medicina, passou a impregnar todas as instâncias de controle social, particularmente o aparelho jurídico. A saúde do corpo social tornou-se uma preocupação de médicos e políticos: que nação estamos formando?⁴⁶

Segundo a avaliação de Martha Esteves, a difusão de regras higiênicas e dos “bons” costumes morais para os habitantes da nação brasileira, a partir da segunda metade do século XIX, estava associada à construção de uma ideologia positiva do trabalho entre os brasileiros.

⁴⁵ Ver: FOUCAULT, 1984; DONZELOT, 1986; ELIAS, 1996.

⁴⁶ ESTEVES, 1989, p.27.

Famílias organizadas, dentro dos padrões médicos, seriam fundamentais para a formação do trabalhador, pois incentivariam valores como a assiduidade e responsabilidade. O trabalhador ideal seria aquele que já saísse de casa com os hábitos da rotina doméstica, com as responsabilidades do lar e sem vícios sexuais, pelo menos para evitar o nascimento de crianças ilegítimas (...) O aparelho judiciário tornou-se, assim, mais uma instituição (junto com a medicina, a fábrica e a polícia) a tentar introduzir o trabalhador nos valores fundamentais do trabalho, dentro da ótica burguesa. As reformulações introduzidas no novo Código Penal republicano, em 1890, constituíram um dos primeiros indícios desse tipo de atuação do Poder Judiciário⁴⁷.

O caminho para a civilização do país estaria numa eficiente legislação que garantisse a moralidade das famílias e a disseminação de uma ideologia valorizadora do trabalho. De acordo com os modelos estabelecidos, um homem honesto seria um bom trabalhador, respeitável e leal e a mulher honesta seria aquela que demonstrasse uma virtude moral no sentido sexual. Nesse contexto, “as mulheres deveriam controlar seu sexo e os homens suas indisposições para o trabalho”.⁴⁸

⁴⁷ ESTEVES, 1989, p.27-30.

⁴⁸ ESTEVES, 1989, p.79.

DEFINIÇÕES DOS CRIMES SEGUNDO A LEGISLAÇÃO

O Código Criminal do Império, de 1830, registrou, em seu capítulo II, os crimes sexuais contra a mulher sob a denominação "Dos crimes contra a segurança da honra". Tais crimes estavam divididos nos artigos 219, 220, 221 e 222, 223, tendo, inclusive, fixado um dote a ser entregue à ofendida, como uma compensação por ter diminuído sua capacidade de encontrar um bom pretendente para o casamento.

Essa legislação visava, segundo os valores da época, a proteger a honra feminina concretizada na virgindade. O artigo 219, que descrevia como crime "Deflorar uma mulher virgem com menos de dezessete anos", demonstra evidente propósito de amparar a figura feminina, não por respeitá-la e reconhecer o seu valor, mas por delegar-lhe posto de ser inferior na sociedade de então – o Código Criminal viera à luz na primeira metade do século XIX, quando a sociedade brasileira vivia sob o domínio da figura masculina, restando à mulher a condição de submissão total. O artigo 220 chama a atenção para os casos em que o ofensor tem o poder de guarda sobre a deflorada e o 221 menciona os crimes cometidos por parentes da deflorada "em grau que não admita dispensa para o casamento".

O artigo 222 definiu o crime de estupro como "ter cópula carnal por meio de violência ou ameaças com qualquer mulher honesta". Neste caso, a pena cominava em prisão de 3 a 12

anos. Para a hipótese de vítima prostituta, mesmo estando presente a violência e a ameaça, o código previa pena significativamente mais branda, sendo mínima de um mês e máxima de dois anos.

No artigo 223, relativo ao atentado violento ao pudor, o legislador de 1830, mais uma vez, quis proteger tão-somente a vítima mulher ao assim descrever a conduta: “Quando houver simples ofensa pessoal para fim libidinoso, causando dor ou algum mal corpóreo a alguma mulher, sem que verifique a cópula carnal”. Desta vez, como fez em relação ao estupro, o código não estipulou a pena baseado nos predicados da vítima, mas deixou a descoberto a eventual ocorrência de atos libidinosos, cujo sujeito passivo figurasse pessoa do sexo masculino. O crime de sedução, descrito no artigo 224, previa “seduzir mulher honesta, menor de 17 anos e ter com ela cópula carnal” e, em qualquer dos casos, o casamento da ofendida isentava-o de pena, conforme descrito no artigo 225 – “Não haverá as penas dos três artigos antecedentes para os réus que se casarem com as ofendidas”.⁴⁹ O artigo 227 “condenava aquele que tirasse para

⁴⁹ A pesquisa realizada por Rosane Lopes Corrêa para as freguesias cariocas do Espírito Santo e São Cristóvão, no período 1890-1911, constatou que em 56,85% dos casos de defloramento levados à polícia, de um total de 146, o casamento entre vítima e indiciado foi consumado, sendo atingido, assim, conforme explica a autora, “em mais da metade dos casos o objetivo dos populares ao procurarem a instituição policial” (CORRÊA, 1994, p.58). “No direito penal moderno a pena perde seu caráter punitivo para ser definida como corretiva, e nos inquéritos de defloramento a idéia de correção não de restringe ao delito do indiciado, mas principalmente, ao comportamento da vítima. Pois o que se pretende com a queixa policial não é penalizar o

fim libidinoso por meio de afago ou promessa, alguma mulher virgem, ou reputada como tal, do poder de seu tutor, às penas de prisão por um a três anos e, ainda, de dotar a ofendida”⁵⁰.

A consolidação das leis penais contra os crimes sexuais aconteceu após a Proclamação da República, com o Código Penal Brasileiro de 1890, sob o título “Dos crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e do ultraje público ao pudor”⁵¹. Como o imperial, o legislador republicano também valorizou a virgindade e o ser honesta, como atributos a serem portados pela mulher.

O artigo 266 do Código Penal tratou do crime de ultraje público ao pudor. Foi assim considerado “atentar contra o pudor de pessoa de um, ou de outro sexo, por meio de violência ou ameaça, com o fim de saciar paixões lascivas ou por depravação moral”. O texto abrangia todo tipo de relação

indiciado, o que se busca é a realização de seu casamento com a vítima que recupera através dele sua ‘honra’ perdida pelo defloramento” (CORRÉA, 1994, p.47).

50 “Embora a legislação obrigasse o casamento do violentador com a violentada, quase sempre as determinações legais só eram cumpridas quando os dois possuíam condições sociais semelhantes. Nas situações em que evidenciavam-se diferenças sociais, em geral, ou os processos eram arquivados, ou ‘provava-se’ que a menor teve relações de livre e espontânea vontade, ou ainda, que já não era mais virgem quando da relação sexual” (AZEVEDO, 1995, p.137). Sandra Jatahy Pesavento observou nos jornais de Porto Alegre do final do século XIX inúmeros casos nos quais o casamento apagava a transgressão do defloramento de uma virgem e menor de idade (PESAVENTO, 2001, p.258). Entretanto, as “promessas de casamento eram honradas se o rapaz constatasse ter sido o primeiro. O direito de primazia atestava, pois, direitos e deveres, explicitando códigos de honra nos quais o ato em si – o do defloramento – funcionava como penhor da palavra do rapaz e a garantia para a moça de obter casamento” (PESAVENTO, 2001, p.265).

⁵¹ Código Penal de 1890, Título VIII, capítulo I, artigos 266, 267, 268 e 269.

sexual não consentida, com exceção das “relações normais”, ou seja, o coito vaginal, objeto específico dos crimes de defloração (artigo 267) e estupro (artigo 269). “Embora tipificado como delito, o atentado ao pudor desperta menor interesse por não caracterizar a perda da honra e por não envolver o risco de gravidez”⁵².

Diferentemente de 1830, admitiu-se em 1890 que a vítima do atentado violento ao pudor pudesse ser tanto o homem quanto a mulher. Esta circunstância alargou sobremaneira o campo de aplicação do dispositivo e já demonstrava uma mudança de costumes. No artigo 273, previu aumento de sexta parte da pena, quando o sujeito ativo fosse religioso, casado, criado doméstico ou pessoa da família da ofendida⁵³.

O crime de defloração, segundo o artigo 267, consistia em “Deflorar mulher de menor idade, empregando sedução, engano ou fraude”. Estava explícito que, para haver um crime

⁵² FAUSTO, 2001, p.201.

⁵³ Tanto no defloração quanto no estupro, a existência de laços de sangue e parentesco, relações de dependência ou facilidade para a realização do atentado ou a impossibilidade de casar-se eram consideradas circunstâncias agravantes. Entre os parentes, estavam englobados pai, irmão e cunhado; nas relações de dependência, tutor, curador, encarregado de guarda e educação ou quem tivesse alguma autoridade sobre a vítima. O alvo principal da proteção legislativa era, entretanto, a honra, corporificada na mulher, através da definição dos crimes de estupro e de defloração. Mas, como descreve Boris Fausto, “não se trata precipuamente de proteger a ‘honra’ como atributo individual feminino e sim como apanágio do marido ou da família. Desvenda-se desse modo o pressuposto de que a honra da mulher é o instrumento mediador da estabilidade de instituições sociais básicas – o casamento e a família. Não por acaso, o Código Penal de 1890 deu aos delitos sexuais aqui mencionados o título de ‘crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias” (FAUSTO, 2001, p.195-196).

de defloramento, deveria haver cópula e a mulher deveria ser menor de idade e o deflorador teria que empregar a sedução, o engano ou a fraude⁵⁴. A pena neste caso teria uma variação entre um a quatro anos de prisão celular⁵⁵. Caso não houvesse cópula, o delito seria o atentado contra o pudor. Sem o consentimento da mulher, o crime seria estupro.

Nos artigos 268 e 269, o Código Penal definiu como estupro o ato sexual com uma mulher sem seu consentimento, ou seja, com a utilização de violência, diferenciando pois do defloramento consentido. “Chama-se estupro o ato pelo qual o homem abusa com violência de uma mulher, seja virgem ou não” (artigo 269). O estupro poderia se dar com mulheres maiores, virgens, casadas, viúvas e prostitutas, sendo assim considerado todo ato sexual com mulheres sem condições de

⁵⁴ “Era indispensável o concurso do elemento moral, que se encontrava expresso no artigo do Código como consentimento ao ato sexual através da sedução, engano ou fraude. Essas três formas de consentimento foram sistematizadas, pela primeira vez, no Código de 1890, o que demonstra uma maior preocupação dos legisladores em especificarem as condições em que a mulher, mesmo não sendo mais virgem, permanecia honesta. Entretanto, como seus significados e conteúdos não estavam definidos no Código e ligavam-se diretamente ao conceito honestidade, um valor não codificável, as exigências do crime envolviam-se em questões subjetivas. (...). Para comprovar sedução, engano ou fraude, definidores da culpabilidade do réu, a mulher que procurasse reparar uma ofensa teria, então, que articular um discurso convincente sobre sua honestidade, dentro dos parâmetros esboçados pelo saber jurídico e também médico” (ESTEVES, 1989, p.38).

⁵⁵ “As penas estipuladas pelo Código de 1890 introduziram a novidade da pena celular (no máximo seis anos) e mantinham apenas, em relação ao Código de 1830 e as Ordenações Filipinas, a obrigação de o acusado dotar a ofendida” (ESTEVES, 1989, p.92). “Isso equivale a dizer que apropriar-se do corpo de alguém para fins sexuais, por meio de uma violência física ou psicológica, é algo menos grave do que apropriar-se dos bens materiais de alguém mediante simples violência à coisa, delito passível de pena de dois a oito anos de prisão” (FAUSTO, 2001, p.197).

consentir na relação. Neste caso, estariam as idiotas e dementes, as alcoolizadas, as reclusas em casas de detenção ou correção, hospitais, asilos, etc. e as menores de 16 anos, que “não têm bem nítida a compreensão do ato que afeta profundamente a sua honra e o seu futuro”. Além da força física, eram consideradas violências outras formas que privassem a mulher de suas faculdades tais como o hipnotismo, o clorofórmio, o éter e demais anestésicos e narcóticos⁵⁶. De acordo com o artigo 268, as penas para o crime de estupro variavam segundo a honestidade da ofendida. “Estuprar mulher virgem ou não, mas honesta: pena – de prisão celular por um a seis anos. Se a estuprada for mulher pública ou prostituta: pena – de prisão celular por seis meses a dois anos. Se o crime for praticado com o concurso de duas ou mais pessoas, a pena será aumentada da quarta parte”. Embora tais qualidades não influíssem na qualificação do delito, importavam na variação da pena, reduzindo-a significativamente, na hipótese de tratar a vítima de mulher pública ou prostituída.

Também foi considerado crime pelo Código Penal de 1890, artigos 270 e 271, o raptio, ou seja, retirar do lar doméstico mulher honesta através da violência ou sedução. Caso a ele se seguisse o defloramento ou estupro, o indivíduo seria enquadrado também nesses artigos.

⁵⁶ MAZZIEIRO, 1998.

Os crimes sexuais, conforme especificava o artigo 407 do Código Penal, somente transformar-se-iam em queixa à Justiça pela família da vítima (direito privado). As exceções aconteciam nos casos em que a ofendida fosse miserável ou asilada de algum estabelecimento de caridade; quando da violência carnal resultasse morte, perigo de vida ou alteração grave de saúde da ofendida; se houvesse abuso do pátrio poder ou da autoridade do tutor, curador ou preceptor (artigo 274). Nesses casos, a denúncia poderia acontecer por um agente legalmente constituído (chefe de polícia, delegado ou juiz de menores) que teria competência para oferecer queixa à revelia da vítima e de sua família (direito público). Nestes casos, ao Estado caberia a responsabilidade do inquérito.

A justificativa para a manutenção do direito privado nos crimes sexuais fundamentava-se na opção de escolha das famílias em manter ou não sob sigilo a desonra de suas mulheres. Muitas famílias preferiam evitar o escândalo que queixas desse nível poderiam gerar. Famílias abastadas possuíam outras formas de resolver os conflitos sexuais e não procuravam a polícia. Por outro lado, a condição de miserabilidade era freqüentemente aplicada pelas famílias que pretendiam a punição do agressor. Quando a vítima se tratava de menina pobre, também ocorria a intervenção da Justiça, porém, cabia à vítima provar sua miserabilidade,

solicitando um atestado na delegacia policial onde tramitava seu inquérito⁵⁷.

CARACTERÍSTICAS DOS CRIMES SEXUAIS

O processo criminal é promovido pela Justiça com o objetivo de julgar um delito. Ele é composto de abertura, auto de exame de corpo de delito⁵⁸, autos de declaração dos envolvidos (auto de perguntas à ofendida, auto de perguntas ao acusado e depoimento das testemunhas), julgamento e sentença.

Os processos correspondentes a crimes sexuais, mais do que quaisquer outros, trazem em suas páginas uma visão masculina.

Essa visão não se limita ao fato em si mesmo relevante de que o aparelho repressivo e o corpo de jurados sejam constituídos por homens, a quem cabe investigar e julgar delitos praticados por gente do sexo masculino cujas vítimas são, em sua imensa maioria, mulheres. Diante

57

⁵⁷ Segundo Rosane Corrêa, o artigo 274 do código penal de 1890 deixara explícita a intenção de controle da população pobre. Na opinião da autora, “quando a vítima e sua família eram consideradas miseráveis eram elas também definidas pela Justiça como incapazes de proteger a ‘honra’ de suas meninas ou mulheres. Visto que, a princípio, ao perderem o direito de decidir sobre a conveniência de fazer a queixa sobre o crime, possibilitaram a intervenção do Estado em seu cotidiano, tirando da sua esfera de controle as decisões sobre sua vida privada” (CORRÊA, 1994, p.46).

⁵⁸ O auto de corpo de delito constava das seguintes questões: 1º se houve defloramento, 2º qual o meio empregado, 3º se houve cópula carnal, 4º se houve violências para fins libidinosos, 5º quais eles sejam, 6º se esse defloramento é recente.

das autoridades e das pessoas investidas do poder de julgar apresenta-se uma relação psicobiológica caracterizada como delito em determinadas circunstâncias que se liga diretamente a concepções e identidades sociais. (...). A tipificação do defloramento como delito depende intrinsecamente da prova de 'sedução, engano ou fraude', qualificativos que impõem a avaliação da identidade social da vítima e do acusado, da credibilidade dos meios empregados, etc. No caso do estupro (...), o texto da lei distingue para fins de intensidade da pena o fato de a ofendida ser 'mulher honesta' ou prostituta. A definição do rapto inclui mais uma vez o primeiro desses qualificativos, associados a uma instituição social – o lar doméstico (tirar do lar doméstico, para fim libidinoso, qualquer mulher honesta ...). Essas breves indicações deixam entrever a importância da construção das identidades do ofensor e da vítima. A ofendida é o núcleo central das atenções, sendo em regra objeto de uma estratégia poluidora de longo alcance, com a finalidade de comprovar ou pelo menos sugerir sua 'desonestidade'. Uma das técnicas mais comuns dessa estratégia consiste no depoimento de testemunhas do sexo masculino que dizem ter mantido relações sexuais com a ofendida ou, mais

prudentemente, afirmam ter 'brincado' com ela, ou ainda saber de seu defloramento por um terceiro⁵⁹.

Coletamos 17 processos relatando crimes sexuais contra meninas com idade até 15 anos.

Tabela 1: Tipo de crimes sexuais presentes nos processos (1850-1900)

Crimes	Número de Ocorrências
Defloramento	8
Estupro	3
Rapto e defloramento	2
Atentado ao pudor	1
Rapto	2
Injúria	1
Total	17

A maioria dos crimes era de defloramento (dez ocorrências, sendo duas de rapto seguido de defloramento). Os demais crimes ocorreram em número menor: o estupro denunciado em três processos; o rapto apareceu em uma ocorrência; e a injúria e o atentado ao pudor foram os motes de duas denúncias.

⁵⁹ FAUSTO, 2001, p. 206-207. "Em contraposição à estratégia de poluição da figura da ofendida, seus parentes, amigos, vizinhos tratam de construir uma imagem que mais se aproxime dos contornos da moça recatada, obediente, semi-reclusa se possível. (...). Tal imagem – assim como a da prostituta que lhe é oposta – raramente pode ser tomada ao pé da letra, constituindo a idealização (positiva ou negativa) de comportamentos reais" (FAUSTO, p.208-209).

Tabela 2: Autores das queixas

Autores das queixas	Número de queixas
Pais e mães	6
Promotor de Justiça	9
Ofendidas	2
Total	17

A maioria das denúncias foi realizada pelo promotor de justiça. Em segundo lugar, aparecem as denúncias produzidas pelos pais e, em último lugar, pelas ofendidas.

Nas situações encontradas em nossa coleta, todas as meninas – mesmo aquelas que tiveram a abertura do inquérito realizada pelos pais – foram descritas como miseráveis. Nessas circunstâncias, os pais, sem condições de arcar com as despesas do processo, pediam à Justiça que assumissem o andamento do processo por falta de recursos financeiros para tal empreendimento. Diante dessa situação, podemos especular que apenas moças pobres procuravam a Justiça como meio de resolver a desonra provocada pelas ofensas sexuais. A historiografia referente ao assunto corrobora nossa constatação⁶⁰.

Veraclely Lima Moreno, utilizando-se dos inquéritos policiais e artigos de jornais sobre crimes de defloramentos,

⁶⁰ Boris Fausto também encontrou a grande maioria dos processos referentes a ofendidas miseráveis (FAUSTO, 2001, p.224). Também de maioria pobre eram as vítimas analisadas por ESTEVES, 1989; CORRÊA, 1994; AZEVEDO, 1995; CAMPOS, 1995; PESAVENTO, 2001; GUIMARÃES, 2006.

investigou a questão da honra feminina na sociedade de São Luís do Maranhão da virada do século XIX para o século XX e observou que

os defloramentos atingiam toda a sociedade, não escolhendo classe social, embora os casos levados ao conhecimento público envolvessem mais as mulheres das camadas populares, uma vez que as famílias ricas procuravam mediadores no seu próprio meio social para resolver o problema e evitar o escândalo⁶¹.

Famílias abastadas possuíam outras formas de resolver os conflitos sexuais e, quase sempre, não procuravam o caminho judicial.

61

Tabela 3: Situação familiar das ofendidas

Situação familiar	Número de ofendidas
Presença de pai e mãe	5
Ausência de pai e mãe	4
Presença apenas do pai	1
Presença apenas da mãe	7

⁶¹ MORENO, 2005, p.201. Martha Esteves afirma que, no Rio de Janeiro da *Belle Époque*, os crimes sexuais "julgados nas pretorias, apenas um não teve procedimento oficial da Justiça e desenrolou-se por meio da queixa privada. Todos os outros passaram a ser da alçada do Ministério Público, através da comprovação da miserabilidade da ofendida, mesmo sendo possível, em determinados casos, aplicar o abuso do pátrio poder. Algumas hipóteses podem ser sugeridas a partir daí. Apenas moças pobres procuravam a polícia e conseqüentemente a Justiça? Ou a polícia, órgão que emitia o atestado de miserabilidade, sem mesmo ser pedido pela ofendida ou sua família, tendia a enquadrar os que a procuravam na condição de miseráveis" (ESTEVES, 1989, p.90).

Total**17**

A maioria das meninas estava inserida em relações familiares. Apenas quatro delas não residiam nem com o pai, nem com a mãe. Aparecem como agregadas ou empregadas em domicílio alheio ao de origem. O restante das meninas vivia em família, sendo sete residindo apenas com a mãe, cinco com o pai e a mãe e uma somente com o pai⁶².

Tabela 4: Relação entre acusado e ofendida

Relação entre acusado e ofendida	Número de casos
Vizinho	7
Parentes	3
Patrões	1
Colegas de trabalho	1
Conhecido	1
Sem descrição	4
Total	17

Com exceção dos quatro processos em que não localizamos a relação existente entre acusado e ofendida, em todas as demais denúncias, o vínculo entre eles era relativamente estreito⁶³. Em sete processos, os acusados

⁶² A pesquisa de Boris Fausto encontrou resultados diferentes para a situação familiar das meninas agredidas. Segundo o autor, essas meninas viviam sem a presença de um grupo protetor. Para a maioria das meninas da amostragem, Fausto averiguou a ausência de ambos os pais, sinal claro de uma situação de desestruturação da família (FAUSTO, 2001, p.221).

⁶³ Campos também observou que os agressores saíam das cercanias dos agredidos. "Pais, padrastos, tios, tutores aproveitavam-se do poder macho para reduzir crianças, especialmente as do sexo feminino, à satisfação de suas libidos" (CAMPOS, 1995, p.141). Gislane Azevedo, analisando

eram vizinhos da ofendida; em três, a relação era ainda mais próxima, pois se tratava de parentes das vítimas (um pai, um cunhado e um padrasto). Os três casos restantes referiam-se a um patrão, um colega de trabalho e um conhecido⁶⁴. Diante desses dados, podemos afirmar que as circunstâncias do crime estavam no próprio meio cotidiano das meninas.

Tabela 5: Idade das ofendidas

Idade	Ofendidas
Menos de 10 anos	1
Entre 10 e 15 anos	9
Descritas como menores	7
Total	17

Todas as ofendidas tinham até 15 anos de idade⁶⁵. Do total das 17 meninas, apenas uma tinha menos de 10 anos;

processos judiciais envolvendo crianças em São Paulo do período 1871-1917, encontrou crianças menores de 13 anos estupradas por vizinhos, tutores e padrastos (AZEVEDO, 1995, p.135). Nos processos que relatavam crimes sexuais envolvendo meninas em Juiz de Fora nas últimas décadas do século XIX, Elione Silva Guimarães percebeu que “os agressores eram, geralmente, pais, padrastos, irmãos, cunhados, vizinhos e namorados” (GUIMARÃES, 2006, p.136). Nos seis processos de crimes sexuais analisados por Celeste Zenha para a localidade de Capivary do século XIX, três dos ofensores constituíram-se nos pais das ofendidas. Nos outros três, a autora localizou um tio em primeiro grau e um tutor. “Em pelo menos dois dos casos estudados, as ofendidas tinham recorrido anteriormente à justiça e à própria família para livrarem-se das investidas dos pais que as sequestravam freqüentemente” (ZENHA, 1986, p.135).

⁶⁴ Dos 146 inquéritos sobre as freguesias cariocas do Espírito Santo e São Cristóvão do período de 1890- 1911 coletados por Rosane Lopes Corrêa, 12,3% dos agressores eram patrões das vítimas, 7,5% eram comerciantes estabelecidos próximos à residência da vítima e 2,1% eram padrastos (CORRÊA, 1994, p. 58).

⁶⁵ Da amostragem de 253 processos de crimes sexuais coletados por Boris Fausto, 248 correspondiam a vítimas de menor idade e solteiras (FAUSTO, 2001, p.212).

nove estavam na faixa etária 10-15 anos e, para sete, não foi descrita a idade, sendo apenas qualificadas como menores.

Tabela 6: Idade dos acusados

Idade	Acusados
Entre 20 e 30 anos	1
Entre 31 anos e 40 anos	3
Entre 41 e 50 anos	2
Sem descrição	11
Total	17

Entre os acusados, predominavam os homens sem descrição de idade. Para aqueles que tiveram idade mencionada, um aparece com idade entre 20 e 30 anos; três com idade entre 31 e 40 anos; e dois com idade variando entre 41 e 50 anos. Dos 17 acusados, 11 eram casados, três solteiros e, para três, não conhecemos a situação civil.

Tabela 7: Ocupações das ofendidas e dos acusados

Ocupações	Ofendidas	Acusados
Cozinheira	1	-
Costureira	2	-
Costureira e lavadeira	1	-
Aprendiz de costureira	1	-
Serviços domésticos	8	1
Carpinteiro	-	3
Roceiro	-	2
Padeiro	-	1
Comerciante	-	2

Ferreiro	-	1
Sem descrição	2	7
Sem profissão	2	-
Total	17	17

As ofendidas foram todas descritas como oriundas da pobreza. Para 13 delas, as ocupações relacionadas a trabalho foram mencionadas; para apenas duas, a descrição “sem profissão” foi referida; e, para duas meninas, não apareceu nenhuma citação relacionada à ocupação. Todas as ocupações diziam respeito a serviços domésticos. A profissão de dez acusados foi exposta nos processos: dois comerciantes, um empregado doméstico e sete profissionais de ofícios. Embora não tenhamos maiores informações acerca das ocupações dos acusados, não nos parece que eles estivessem em situação socioeconômica superior às vítimas. Com exceção de um comerciante, que inclusive possuía um empregado, para os demais, os processos também expõem a condição de pobreza dos acusados.

Casos envolvendo vítimas pobres e acusados ricos deveriam chegar com menor frequência à Justiça. Em outros estudos, a semelhança socioeconômica prevalece entre as denúncias de crimes sexuais. Dos 88 processos investigados por Martha Esteves, 80 (91%) são contra homens pobres. Segundo a autora, para a Justiça,

os homens que fossem ricos jamais eram suspeitos de comportamento imoral, eram simplesmente

ricos, incapazes de cometer um crime de defloração contra uma criada, por exemplo. A doença estava com os pobres – não eram pobres? Os ricos já conheciam a higiene, pelo menos sabiam recitá-la. Não eram bem-sucedidos? Patrão, ou um homem rico, e pervertido sexualmente era uma associação negada nas imagens dos juristas, apesar de os processos mostrarem muitos casos desse tipo (um grande número até nem deve ter sido levado às delegacias)⁶⁶.

66

Tabela 8: Resultado dos exames de corpo de delito realizados nos crimes de defloração e estupro

Questões	Sim	Não	Ignoram	Total
Houve defloração?	12	2	-	14
Houve cópula carnal?	9	2	3	14
Houve violências para fins libidinosos	2	9	3	14
O defloração é recente?	7	4	3	14

A realização do exame de corpo de delito nos inquéritos abertos em decorrência de denúncias de defloração e estupro constituía, junto com os testemunhos, o elemento que

⁶⁶ ESTEVES, 1989, p.77. “O apelo à polícia, quando há desigualdade entre os parceiros (acusados de melhor condição), resulta em regra do fracasso da expectativa de algum tipo de acordo pecuniário, que se converte facilmente em alegação de chantagem, na estratégia de defesa” (FAUSTO, 2001, p.225).

permitia à Justiça avaliar a “verdade” sobre os fatos. Entretanto, o exame de corpo de delito era considerado muito falho, pois podia afirmar o defloramento e a mulher estar virgem, como negar o fato e a mulher ter sido violada. Das 14 meninas submetidas ao exame de corpo de delito, 12 tiveram defloramento constatado, havendo em nove casos cópula carnal confirmada. Para a maioria das meninas, o corpo de delito não constatou o uso de violência para fins libidinosos. O defloramento era recente para sete meninas e, para quatro, o defloramento era antigo, o que dificultou a análise sobre a autoria do defloramento⁶⁷.

Tabela 9: Desfecho dos processos

Desfecho	Número de processos
Absolvição	1
Condenação	4
Arquivamento	12
Total	17

A maioria dos processos terminou sem veredictos⁶⁸.

Nada menos que 12 processos foram arquivados por diversos

⁶⁷ “A existência da virgindade, imediatamente anterior à relação sexual referida no processo-crime de defloramento, era elemento característico do delito (juntamente com a existência da cópula, completa ou incompleta, a menoridade da ofendida, até 21 anos, e o consentimento obtido por sedução, engano ou fraude). Para prová-la era necessário o exame de corpo de delito” (ESTEVES, 1989, p.62). “Nos defloramentos, os peritos devem esclarecer se o fato ocorreu, se é recente ou remoto. Dentro desses limites na aparência estreitos, há muitas formas de se reforçar a acusação ou, pelo contrário, auxiliar a defesa” (FAUSTO, 2001, p.203).

⁶⁸ Quanto aos desfechos dos processos de crimes sexuais, Fausto conclui que “decisões absolutórias ou condenatórias obedecem a um determinado padrão. No primeiro caso, as dúvidas quanto à autoria – através da

motivos: o auto de corpo de delito não encontrou vestígio de defloração; falta de documentação como, por exemplo, ausência de certidão das meninas que comprovassem menoridade, ausência do atestado de miserabilidade⁶⁹; desistência por parte dos pais das ofendidas⁷⁰.

Em apenas um processo, houve absolvição do acusado por não existirem provas que comprovassem a autoria do crime⁷¹. Em quatro situações, o acusado foi considerado culpado (em um caso, entretanto, não foi encontrado para ser preso). Em outros dois processos, os acusados foram condenados ao casamento com a vítima e, somente em um processo, o réu foi realmente preso pelo crime de defloração.

exploração de um laudo pericial mal feito, da variação da fala da queixosa ou das testemunhas –, os indícios de relações sexuais espontâneas, a inexistência de namoro ou o namoro breve, as 'manchas' na vida cotidiana da vítima, a desigualdade social abrem caminho à absolvição. No segundo, preponderam os elementos opostos: a autoria apurada, a credibilidade de uma promessa de casamento dada a posição social semelhante dos parceiros e o namoro formal, o recato da vítima, a sexualidade 'excessiva' do ofensor, a premeditação do ato ele praticado. Sob o último aspecto, em várias condenações pesa o fato de que os acusados se apresentaram às vítimas utilizando nomes falsos, ou assim se registrando em hotéis ou rendez-vous, nos quais se dá a relação sexual" (FAUSTO, 2001, p.283).

⁶⁹ Uma das formas utilizadas pelos advogados dos acusados para anular um processo era provando que a ofendida não era menor de idade, nem que sua condição era de miserável (elementos imprescindíveis pelo Código Penal para haver o procedimento oficial da Justiça).

⁷⁰ Os casos de arquivamento também foram maioria nos processos sexuais estudados por Fausto. A análise do autor coloca a inexistência do elemento sedução como causa motivadora para 34 dos 67 arquivamentos (FAUSTO, 2001, p.281).

⁷¹ A precariedade das provas da autoria também foi o motivo de 13 (do total de 17) absolvições averiguadas por Fausto (FAUSTO, 2001, p.281).

MENINAS VIOLENTADAS

Diz Maria Perpétua dos Anjos, moradora nesta freguesia de Abre Campo, que no dia 23 de junho do presente ano [1855] foi sua filha Joaquina Alves, de idade de 7 anos, deflorada por seu genro Jesuíno Antônio de Freitas [44 anos], também morador nesta mesma freguesia⁷².

Sendo a menina interrogada, o juiz quis saber quem foi seu ofensor:

respondeu que foi Jesuíno Antônio de Freitas, e que neste conflito sua irmã Maria José do Livramento foi quem lhe acudiu. Sendo-lhe mais interrogada em que lugar foi que aconteceu o delito, respondeu que foi na casa de sua mãe⁷³.

Pelo testemunho da mulher do agressor, ficamos conhecendo a cena do crime. Diz Maria José do Livramento que

achou seu marido com sua irmã na cama, debaixo de um cobertor e chegando ela testemunha informante, e perguntando ao marido o que estava fazendo, respondeu para a mulher dizendo 'minha mulher, estou doido'. (...). Disse mais que nesse mesmo dia deu

⁷² Arquivo da Casa Setecentista de Mariana (ACSM), II Ofício, códice 191, auto 4.794, p.3.

⁷³ ACSM, II Ofício, códice 191, auto 4.794, p.6.

parte a sua mãe para dar providências e esse respeito⁷⁴.

Realizado o exame de corpo de delito em Joaquina Alves concluiu-se que houve “apenas” princípio de defloração. Assim, o réu foi indiciado nos artigos 223 – “Quando houver simples ofensa pessoal para fim libidinoso, causando dor ou algum mal corpóreo a alguma mulher, sem que verifique a cópula carnal” – e 221, mas o processo não teve continuidade por desistência da autora. O fato de Joaquina ter apenas 7 anos quando da agressão e, por essa razão, sem nenhuma chance de defesa, não constituiu nenhum agravante contra o acusado.

Cecília Maria de Jesus, filha de Joaquina Canga, tinha 11 anos quando

no dia 4 de fevereiro do corrente ano [1897], o denunciado [Felix Padeiro] detendo corporalmente a menor Cecília Maria de Jesus, em um beco que sobe na rua Direita, na Barra Longa, município desta Comarca, violentamente a deflorou, incorrendo nestas circunstâncias na sanção dos artigos 268 combinado com o artigo 272 do código penal⁷⁵.

Inquerida sobre o ocorrido, a menina disse que

⁷⁴ ACSM, II Ofício, código 191, auto 4.794, p.4.

⁷⁵ ACSM, II Ofício, código 223, auto 5.540, p. 2. Os artigos 268 e 272 correspondiam ao crime de estupro sendo a vítima menor de 16 anos.

ontem às sete horas da noite sua mãe mandando-lhe comprar quitanda e descendo pelo beco foi agarrada por Felix Padeiro, que a deitou no chão para fins libidinosos e ela gritando por socorro, ele tapou-lhe a boca com a mão e assim conseguiu deflorá-la. (...). Perguntada se costumava ir sozinha a padaria comprar quitandas, respondeu que costumava ir procurar panos da padaria de dia para lavar, e ele pagava com um pão. Perguntada se quando ele encontrava com ela sozinha lhe dizia alguma graça ou fazia alguma promessa para você satisfazer aos desejos dele. Respondeu que falava e pedia que não contasse a sua mãe. Perguntada se antes deste fato, já deixou algumas vezes servir-se dela e onde foi? Na padaria ou de noite nas ruas? Respondeu-lhe que ele já tinha se servido dela, e era de dia, na padaria, nas coxas. Perguntada se ele deitava-se com ela e nunca fez como agora, respondeu que não, era em pé, e nunca fez como agora. Perguntada se ela tem medo dele, respondeu que tinha⁷⁶.

71

O exame de corpo de delito revela-nos Cecília como uma menina de cor escura, de 11 para 12 anos presumíveis, de mediana compleição, cujo porte e desenvolvimento de formas não revelam a entrada no período orgânico da

⁷⁶ ACSM, II Ofício, código 223, auto 5.540, p.11-12.

puberdade⁷⁷. Constatou-se que o hímen estava interrompido, portanto, havia ocorrido o defloramento. Entretanto, “a ausência que temos notado de lesões físicas, tais como escoriações em qualquer parte do corpo”⁷⁸ denuncia, segundo os peritos a ausência de luta e violência. A este fato, o perito conclui que

pois as meninas nesta idade em geral cedem espontaneamente as seduções sem cogitarem de um sofrimento doloroso que nunca sentiram não o temendo portanto por não terem dele consciência⁷⁹.

72

Nesses processos, as meninas também eram investigadas. Era necessário conhecer a conduta delas para avaliar os acusados. Nos interrogatórios, essa questão fica clara. Perguntas sobre o comportamento cotidiano das meninas eram feitas a todas as pessoas ouvidas – se costumavam sair sozinhas, se tinham bons procedimentos, se eram moças de família, etc. Nos autos de corpo de delito, o comportamento das vítimas também era avaliado. A pergunta “se houve violências para fins libidinosos” pretende responder se a menina participou ou não do ato sexual, pois, nas

⁷⁷ Não foi comum a descrição da cor para as ofendidas. Das 17 vítimas, apenas para duas a cor foi relatada, sendo, nesses dois casos, descritas como negras.

⁷⁸ ACSM, II Ofício, código 223, auto 5.540, p. 6v-p.8.

⁷⁹ ACSM, II Ofício, código 223, auto 5.540, p. 8v.

palavras do perito acima, “as meninas nesta idade em geral cedem espontaneamente as seduções”⁸⁰.

Os peritos avaliaram os danos causados em três contos de réis,

⁸⁰ “Fica bastante evidente que a questão da honestidade, medida através da conduta, passada ou presente, foi um elemento subjetivo fundamental para que se completasse o conceito legal do delito de defloramento, ou mesmo estupro. (...). Vale ressaltar que, nos crimes de amor, as ofendidas se tornavam, mais que os acusados, o centro de análise dos julgamentos. Os juristas avaliavam se mereciam, ou não, sofrer o crime; se os comportamentos e os atos facilitavam e justificavam a ocorrência de uma agressão. A transformação da ofendida em possível culpada correspondia à posição da mulher como principal alvo da política sexual: sua conduta tornou-se objeto de conhecimento científico (médico e jurídico) e construíram-se verdades universais em relação a ela” (ESTEVES, 1989, p.41). “Declarações de estupro desacompanhadas de traços corporais de violências físicas são vistas com a maior reserva ou desconfiança, mesmo porque, como dizem Hungria e Lacerda, ‘é preciso não esquecer antes de tudo que, em matéria de crimes sexuais, mais do que em qualquer outro gênero de crimes são freqüentes as acusações falsas, notadamente por parte de mulheres histéricas ou neuropáticas” (Hungria & Lacerda, p.128 *apud* FAUSTO, 2001, p. 203). Também as testemunhas “não eram apenas requisitadas a falar sobre o que sabiam do crime, mas também eram interrogadas, por delegados, promotores, advogados e juízes, sobre determinados comportamentos das ofendidas. Não eram perguntas que deixassem dúvidas sobre como as ofendidas deveriam ter agido para serem consideradas honestas, nem tampouco deixavam lacunas de como as próprias testemunhas deveriam conduzir-se no futuro” (ESTEVES, 1989, p.42). “Escrivães, delegados, promotores, advogados, juízes, testemunhas, acusados e ofendidas, formavam-se as diversas versões sobre a moralidade da vítima e do acusado de crime sexual, fundamentais na produção de uma ofendida e de um criminoso. Aí se cruzaram valores e discursos diferentes, representando vivências diversas, que, ao serem relatados, esmiuçados e julgados, nos palcos da Justiça, iam especificando e divulgando os padrões de honestidade e os comportamentos que mereciam ser punidos ou incentivados” (ESTEVES, 1989, p.38). Nos processos estudados por Celeste Zenha para a cidade fluminense de Capivary durante o século XIX, a autora encontrou as seguintes perguntas feitas ao réu e que serviam como avaliação de sua culpa: “1- Perguntado se esta moça antes de ir para sua casa era virgem e honesta? 2- Perguntado se esta moça fora deflorada pelo réu? 3- Perguntado se o réu havia prometido casamento a esta moça? Perguntado se o acusado a seduzira para fins libidinosos? Pergunta se no dia em que viera buscar a dita menor, veio ou mão armado?” (ZENHA, 1986, p.129).

não que seja esse o preço pelo qual se possa indenizar o mal causado que é absolutamente irreparável, desde que não o possa ser pelo casamento da vítima com o seu ofensor, mas por que atendemos a posição social da vítima e sobretudo do ofensor que uma maior indenização não poderia pagar⁸¹.

Crimes como esse, poderiam ser resolvidos com o casamento entre a vítima e o agressor, entretanto, neste caso, Felix já era casado com uma menina de nome Maria que tinha de 10 a 11 anos mais ou menos, e que também fora por ele deflorada.

Maria era uma menina desvalida que vivia sobre a tutela de João Patrício Xavier. Sendo este interrogado, disse que Felix, aproveitando-se de sua ausência, entrou em sua casa e deflorou a menina Maria. João Patrício Xavier, cumprindo seu papel de zelar por Maria, e em vista dos conselhos das autoridades, “exigiu o casamento para reparar o mal feito, o que foi realizado de pronto catolicamente”⁸², não podendo efetuar o casamento civil pela menoridade da vítima. Perguntado se depois do defloramento da menor Maria, se sabe de algum outro estupro cometido por Felix,

respondeu que por diversas pessoas ouviu dizer que com a que se casou, já era a quarta que ele

⁸¹ ACSM, II Ofício, código 223, auto 5.540, p. 9.

⁸² ACSM, II Ofício, código 223, auto 5.540, p. 15v e p. 16.

deflorava. Perguntado mais se sabe de alguma ação desonesta que ele tenha praticado com meninas, respondeu que a pouco tempo, ouviu dizer que indo uma filha de família de menor idade a padaria comprar quitandas, ele propôs dar-lhe a quitanda com a condição de mostrar-lhe as partes pudendas, mas a menina recusou-se e retirou-se⁸³.

João Patrício Xavier, acerca da agressão sofrida por Cecília, disse que nada podia dizer por estar fora da freguesia no dia do ocorrido, porém, chegando de viagem, soube que havia um grande grupo de pessoas querendo enxotar para fora do distrito o dito Felix Padeiro por ter este deflorado a menina Cecília.

A segunda testemunha, Manuel José dos Santos também declarou conhecer vítimas do padeiro Felix. Declarou que tendo em

seu poder uma menina de menor idade, o acusado [Felix Padeiro] procurou pervertê-la a ponto tal que ele testemunha, e sua mulher, achavam-se sempre prevenidos quando o acusado chegava em sua casa, receando-se que algum mal pudesse acontecer a menina, mas o acusado encontrando dificuldades, seduziu a menina para fugir para a casa de sua mãe, o que aconteceu, pois ele ali esperava saciar seus desejos, porém a mãe

⁸³ ACSM, II Ofício, código 223, auto 5.540, p.16.

desconfiando a entregou ao Doutor José Caetano de Almeida Gomes, em cuja companhia a mesma se acha, e que sabe mais, por ouvir dizer de Venâncio Ferreira da Trindade que Felix padeiro deflorou a menor Rosalina, em casa do Alferes Antônio José da Silva no quarto onde ele Venâncio dormia, e que por vezes Felix padeiro foi visto no pátio da casa do referido Alferes Silva por Venâncio, e que ele testemunha sabe mais de diversas imoralidades praticadas pelo acusado com outras meninas na padaria quando iam comprar quitandas, ou ver uma boneca que o mesmo tinha na padaria para seduzir as inocentes crianças; e de uma dessas imoralidades é que ele testemunha ouviu de Olimpio Antônio da Silva que viu o acusado na padaria praticar com uma menor levantando as vestes para ver as partes pudendas, e que ele Olimpio ficou indignado e avisou a avó e mãe da menor para não consenti-la ir mais na padaria sozinha, e sabe mais ele testemunha que ele casou-se com uma menina que deflorou e qual morava com João Patrício Xavier, que a considerava como se fora sua filha. Disse mais que há anos conhece Felix padeiro muito de perto e sabe que ele tem esse mau costume de desencaminhar as meninas menores, e tem ouvido

de muitas pessoas que o conhecem dizer o mesmo⁸⁴.

Venâncio Ferreira da Trindade confirmou o defloramento de Rosalina, menina pobre que residia na casa do alferes Antônio José da Silva. Disse Venâncio que

tomando conta da casa do seu cunhado, o Alferes Antônio José da Silva por se achar este ausente com a família e tendo ele testemunha saído de noite a passeio, quando voltava soube que Felix Padeiro deflorou a menina Rosalina no quarto onde ele testemunha dormia⁸⁵.

Todas as testemunhas ouvidas narraram histórias envolvendo Felix e as meninas da freguesia de Barra Longa. Estranha-nos que Felix, sendo acusado de tantos delitos continuasse vivendo seu cotidiano de padeiro. Suas ações contra as meninas eram conhecidas por todos, inclusive, o fato de possuir uma boneca para atraí-las à padaria. Sabemos que pelo menos em uma outra situação a denúncia contra Felix foi levada à Justiça: no caso da menina Maria onde a sentença não era favorável à vítima. Com apenas 11 anos, foi obrigada a casar-se com seu agressor.

Sobre o inquérito referente a Cecília escreveu o promotor:

⁸⁴ ACSM, II Ofício, código 223, auto 5.540, p. 16v, p. 17 e p.17v.

⁸⁵ ACSM, II Ofício, código 223, auto 5.540, p. 20 e p. 20v.

As testemunhas juram de modo inequívoco que o denunciado fora o autor do fato incriminado. Como que o denunciado é reincidente, porquanto considerado o casamento como uma pena nos termos pelos quais expressa o único artigo 276 do código penal e se tendo sustado a ação criminal, pelo fato de casar-se com a menor Maria, incorrendo em nova sanção penal pelo mesmo fato criminoso, mas em diversa pessoa, este novo fato é uma reincidência, pois o artigo 40 do código penal exige para a reincidência dois requisitos: sentença condenatória passada em julgado e nova infração do mesmo artigo (...) e deste autor se evidencia a uma nova violação do mesmo artigo do código penal (...)⁸⁶.

Nestes termos, o réu foi considerado culpado e condenado à pena máxima (seis anos de detenção) do artigo 268, referente ao estupro, combinado com o artigo 272, pelo fato de a vítima ter idade inferior a 16 anos. Além da prisão, o acusado foi condenado à indenização de três contos de réis. Embora condenado, não aparece no processo a prisão do agressor.

No dia 6 de setembro do ano de 1895, na povoação de Bicas, freguesia de Camargos, a menina Antônia Gaspar, de 14 anos, após sofrer ameaças de morte e agressões, foi

⁸⁶ ACSM, II Ofício, código 223, auto 5.540, p. 39v.

deflorada por Firmino Pedro Caetano, casado, de 26 anos. Após o defloramento, Firmino, contra a vontade da menina, conduziu-a para o distrito de Passagem depositando-a em casa de Cristiano Augusto. Dona Joaquina Francisca Marques, sogra do dito Cristiano, narra a chegada de Firmino e Antônia dizendo que

no dia 8 do corrente mês às cinco horas da manhã pouco mais ou menos, estando ela testemunha, seu genro e filha ainda deitados, ouviram um barulho na porta e levantando-se seu genro Cristiano Augusto abriu a porta e encontrou ali Firmino Pedro em companhia de Antônia Gaspar Ladeira e de um velho, cujo nome ignora, e tendo sido introduzidos por seu genro para o interior de sua casa, ai Firmino pediu a seu genro para ter em sua casa Antônia Gaspar enquanto ele ia a sua casa nas Bicas buscar uns trens e quando voltasse a levaria para a sua casa no Distrito de Passagem. Disse mais que Antônia dissera-lhe que acompanhou Firmino com medo do mesmo assassiná-la, visto que o mesmo Firmino dissera a ela Antônia que se ela não o acompanhasse ou cassasse com qualquer outro homem ele Firmino a assassinaria e depois suicidava-se. Disse

finalmente que aceitaram a moça em casa por que não sabiam que ela tinha sido furtada por Firmino⁸⁷.

Voltando ao povoado de Bicas, Firmino foi preso por pessoas da comunidade e conduzido à delegacia para ser denunciado pelo crime de defloramento.

Sendo a ofendida conduzida à delegacia para prestar depoimento, confirmou ter sido deflorada por Firmino Pedro Caetano.

Perguntada em que dia e lugar foi deflorada? Respondeu que no dia 6 do corrente mês no quintal dela ofendida, pelas sete horas da manhã mais ou menos. Perguntada de que meios ele Firmino Pedro Caetano serviu-se para deflorá-la? Respondeu que sendo chamada por ele no quintal de sua casa, unida a dele, ali depois dele dizer-lhe que abandonasse seus pais, que não sabiam tratá-la, agarrou-a a força e contra sua vontade e a deflorou. Disse mais que ele Firmino falara a ela ofendida que si não a acompanhasse, tirar-lhe-ia a vida e com medo, depois de deflorada pelo mesmo, o acompanhou⁸⁸.

⁸⁷ ACSM, II Ofício, código 209, auto 5.231, p. 13.

⁸⁸ ACSM, II Ofício, código 209, auto 5.231, p. 10.

O pai de Antônia Gaspar disse que não estava no povoado no dia da agressão, mas que o agressor tinha por costume

empregar todos os meios para conseguir o amor de sua filha Antônia até que finalmente a mulher dele testemunha encontrou o dito Firmino dentro de seu quintal deflorando sua filha. Disse mais que quem deflorou sua filha foi o dito Firmino Pedro Caetano, e que este há dois meses empregara todos os meios para conseguir o defloramento de sua filha. Disse finalmente que todas as vezes que [sua filha] saía de casa era acompanhada por ele testemunha ou por sua mulher e que todos do lugar a respeitavam, exceto o dito Firmino⁸⁹.

81

Sendo interrogado, Firmino Pedro Caetano contestou ser o autor do defloramento de Antônia Gaspar e acusou que os verdadeiros ofensores da honra da menina eram Antônio Felipe e Messias Felipe. O auto de corpo de delito confirmou o defloramento, mas não conseguiu averiguar se a agressão era antiga ou recente. Dessa forma, apesar da denúncia, o exame de corpo de delito nada concluiu sobre a culpa do acusado. Diante disso e da não confissão do réu, o juiz julgou improcedente a denúncia contra Firmino Pedro Caetano pelo defloramento e rapto da menina Antônia

⁸⁹ ACSM, II Ofício, código 209, auto 5.231, p. 12.

por não estar provado o crime, nem a sua autoria, não se podendo afirmar que a ofendida tivesse sido deflorada pelo indivíduo e por este raptada pelo fato de tê-la ela o acompanhado ao arraial da Passagem, onde pretendia [ilegível]., como afirmam algumas das testemunhas do processo que outro foi o autor do defloramento de Antônia Gaspar, referindo-se [ilegível] deles a própria ofendida. Não podem provar a culpa do réu nem as ditas testemunhas nem a confissão da ofendida e o depoimento de seu pai que podem ser suspeitos de parcialidade. As testemunhas que depuseram contra o denunciado referem-se todas a ofendida e não se afirmam de ciência própria ou por terem ouvido de outras pessoas⁹⁰.

Neste contexto, Firmino foi posto em liberdade.

Aos 22 dias do mês de dezembro de 1888, Luiz Gomes de Freitas, residente na freguesia de Sumidouro, procurou a delegacia para denunciar que sua filha Amélia, de 14 anos de idade, havia sido deflorada por Agostinho Rufino de Mattos. A surpresa aconteceu quando foi inquerida a ofendida e ela declarou ser seu ofensor Honório Firmino Carneiro Belfort, com quem residia na condição de cozinheira.

Perguntada se conservava sua honra e virgindade, respondeu que acha-se infelizmente desonrada.

⁹⁰ ACSM, II Ofício, código 209, auto 5.231, p. 36.

Perguntada quem foi o autor que tirou sua honra e a maneira como o fez, respondeu que foi Honório Firmino Carneiro Belfort que a convidou e servindo-se de sua pessoa teve com ela cópula carnal e que pediu a ela respondente que a ninguém dissesse isto, e no instante que foi ele o primeiro a falar com algumas pessoas que a tinha desonrado (...). Perguntada se conhece Agostinho Rufino de Mattos, respondeu que conhece e que este não foi quem a desonrou e que até a estimava e pretendia casar-se com ela respondente, mas que ultimamente tinha receios dela lhe ser falsa por causa de já achar desonrada por Honório Firmino Carneiro Belfort, e que ainda a solicitava para fins desonestos, mas que ela procurava evitar dizendo-lhe que ia contar a sua mulher, pelo que então ele Honório procurava desviar-se impetrando a desonra dela respondente a Agostinho Rufino de Mattos⁹¹.

O pai da ofendida justifica a denúncia que fez acusando Agostinho Rufino de Mattos dizendo que somente soube que o verdadeiro autor do defloramento de sua filha era Honório Firmino Carneiro Belfort depois da denúncia feita e que fora o próprio Belfort que lhe havia dito que sua filha tinha sido deflorada por Agostinho Rufino de Mattos. Belfort pretendia

⁹¹ ACSM, II Ofício, código 360, auto 7938, p.4v.

impelir a autoria do defloramento da menina Amélia a Agostinho e chegou ao ponto, conforme relatou uma testemunha, de pressionar Amélia para que confirmasse essa versão. A testemunha era José João, de 20 anos, que afirmou

que chegando em casa de Agostinho de Mattos, ali encontrou a menor Amélia conversando com a mãe e irmã de Agostinho sobre Honório Belfort. Dizia Amélia para a mãe de Agostinho que o dito Belfort é quem tinha ofendido a sua honra, mas Honório para se defender chamou ela em presença de sua mulher para lhe dizer se ele tinha ofendido a sua honra, ela no aperto em que se viu por ser a mulher de Honório sua mestra, negou, mais depois que saiu do quarto disse para a mãe de Agostinho e irmã que tinha sido obrigada a negar que Honório tinha sido ofensor de sua honra por ela ali no interrogatório de Belfort temer ser ofendida por este e sua mulher⁹².

Apesar de todas as tentativas para incriminar Agostinho de Mattos pelo defloramento de Amélia, era público que o verdadeiro agressor da honra da menina era Belfort. As testemunhas acrescentaram ainda que Belfort tinha como costume dizer gracejos às meninas da escola de sua mulher e que era voz pública que Antônio Alves tirara suas filhas da escola por esse motivo.

⁹² ACSM, II Ofício, código 360, auto 7938, p.17v.

O auto de corpo de delito confirmou o defloramento e, para tanto, o agressor utilizou-se de meios suasórios, mas não houve o uso de violências para obtenção da cópula. Amélia foi julgada como de bons costumes, porém, para a Justiça a dúvida sobre o autor do defloramento permaneceu e o inquérito foi julgado improcedente por não se conseguir chegar ao verdadeiro autor do crime.

Maria Calista de Oliveira, de 14 anos, foi desonrada no ano de 1893 pelo próprio padrasto, o ferreiro Cassiano de Oliveira Gomes, de 50 anos. A ofendida declarou que

há quatro anos, mais ou menos ele tem empregado todos os meios possíveis para conseguir desonrá-la, ora dizendo que se ela não fizesse o que ele queria seria morta por ele, ora [ilegível] a fazer o que ele desejava, ora finalmente dizendo que ela não casaria com outro sem primeiro ser desonrada por ele, que tinha tido muito trabalho com ela e que não consentiria jamais que qualquer outra pessoa tivesse relações ilícitas com ela antes dele. Disse mais que desprezou as suas ameaças e disse a ele por muitas vezes que preferia antes morrer do que ser desonrada por ele ou por qualquer outra pessoa por que estimava muito a sua honra. Disse mais que ultimamente aproveitando-se ele da ausência de sua mulher que tinha separado dele e dormindo ela no mesmo quarto onde ele dormia

por ser a casa muito pequena, ele aproximando-se dela que dormia a agarrou de maneira que ela acordando não pode mais fugir dele e que ele empregou sobre ela toda a sua força conseguindo por esta maneira desonrá-la⁹³.

Depois da violência sofrida, Maria Calista saiu de casa indo morar com o negociante italiano Carmo Scarpelli, de 31 anos. Scarpelli era um pretendente de Maria Calista, sendo conhecida por todas as testemunhas a intenção do mesmo em casar-se com a jovem. Intenção que foi anulada quando soube do defloramento da dita pretendida. Quanto a isso, disse Scarpelli

que estava por casar com a menor Maria Calista de Oliveira que viveu em companhia de seu padraсто Cassiano Gomes de Oliveira que este em presença dele respondente mostrava-se satisfeito com o casamento de sua enteada, mas na sua ausência opunha-se (...) e que a ofendida declarou-lhe que tinha sido desonrada pelo seu padraсто, razão por que ele interrogado deixou de casar com ela⁹⁴.

Acerca da violência sofrida por Maria Calista, as testemunhas ouvidas nada viram e nada ouviram. O auto do corpo de delito constatou o defloramento que ocorreu “sem violência, mas sim com o emprego de meios suasórios”, ou

⁹³ ACSM, II Ofício, código 208, auto 5220, p.4.

⁹⁴ ACSM, II Ofício, código 208, auto 5220, p.44v.

seja, por meios persuasivos a menina foi convencida a ceder ao defloramento. Por falta de provas que qualificassem o autor do defloramento, o processo foi encerrado.

O processo que narra a história de Ilidia, 14 anos, traz como acusado seu próprio pai, Antônio Francisco. Diz o subdelegado de polícia que

deprendendo-se dos interrogatórios juntos, que Antônio Francisco, residente no Morro de Santana desta cidade [Mariana] deflorara por meio de violência a sua própria filha menor de nome Ilidia de Jesus e sendo esta pessoa miserável cumpre que V. S. instaure processo contra o delinqüente⁹⁵.

Após a violência sofrida, Ilidia saiu de casa, indo morar em Ouro Preto. Quando em depoimento, realizado na secretaria de polícia de Ouro Preto, foi perguntada por qual motivo achava-se naquela capital, respondeu que fugia de seu pai

a fim de evitar que continuasse a ter relações ilícitas com ela respondente. Perguntada quantas vezes seu pai teve relações com ela respondente, e se a forçava para esse fim, respondeu que quatro vezes, sendo que ela respondente era sempre forçada. Perguntada se foi só com seu pai que ela respondente teve relações, respondeu que sim, e que seu dito pai foi quem a deflorou. Perguntada se

⁹⁵ ACSM, II Ofício, código 204, auto 5092, p.2.

ela respondente dormia conjuntamente com o pai, respondeu que sim. Perguntada quais são as pessoas que sabem do fato, respondeu que no Morro de Santana quase todos sabem do procedimento de seu pai, assim como Ana Joaquina em companhia de quem ela respondente acha-se nesta cidade. Perguntada se ela respondente tem alguma irmã, respondeu que tem uma de nome Maria Isabel. Perguntada onde mora sua irmã, respondeu que nesta capital. Perguntada se houve algum motivo pelo qual sua irmã deixou a companhia de seu pai, respondeu que foi porque seu pai também entretinha relações ilícitas com ela⁹⁶.

Embora Ilidia dissesse que as pessoas do morro de Santana conheciam a violência que seu pai lhe fazia sofrer, nenhuma das oito testemunhas confirmou a história denunciada pela menina. O depoimento mais comprometedor foi o de Ana Joaquina – concubina de Antônio Francisco, que por conviver com o acusado e com a vítima declarou que

⁹⁶ ACSM, II Ofício, código 204, auto 5092, p.4, p.4v. Observando os relatos de meninas defloradas pelo próprio pai, Boris Fausto afirma que “a iniciativa sexual do pai é sempre descrita como uma insuportável violência, combinada por vezes com uma tentativa de convencer, seja sob a alegação de que nada há de reprovável no ato, seja por alguma razão afetiva ou material: apelo ‘à filha mais querida’, promessa de melhor quinhão na herança, etc. A isso as ofendidas opõem uma resistência maior ou menor, pontilhada de gritos de socorro, fugas do quarto, em meio a uma atmosfera de horror e medo” (FAUSTO, 2001, p.236).

por duas vezes ela testemunha tendo dúvidas com o réu de noite, ele passou-se para a cama de Ildia mas que ela testemunha não pode assegurar que o réu tivesse relações ilícitas com a filha⁹⁷.

Por falta de provas, não houve continuação do processo.

Disse o juiz:

Vistos estes autos, julgo improcedente o procedimento ex-offício contra o réu Antônio Francisco Ferreira por quanto pelo juramento das testemunhas e interrogatório feito ao réu nem o mais leve indício se encontra, que induza a persuasão de que fora o autor do defloramento de sua filha⁹⁸.

89

Romualdo de Moura, 45 anos, também foi acusado de violentar sexualmente suas filhas de menor idade, entretanto, o processo-crime foi de agressão produzida com faca contra sua esposa, Maria Delfina.

O réu confirma a agressão, mas culpa o estado de embriaguez pela violência cometida. Segundo a ofendida, o motivo da agressão, realizada no dia 28 de novembro de 1888, era o de o marido querer servir-se das filhas para fins libidinosos. Pelo mesmo motivo, Maria Delfina havia meses saíra de casa com suas filhas. Disse uma das testemunhas,

⁹⁷ ACSM, II Ofício, código 204, auto 5092, p.15.

⁹⁸ ACSM, II Ofício, código 204, auto 5092, p.20.

que há quatro meses ou menos a mulher do acusado presente tomara a resolução de separar-se de seu marido pelo fato de ter o mesmo tentado contra a honra de todas suas filhas, e que assim resolvera levantar um rancho, na distância de três léguas mais ou menos da casa de seu marido e que para ali se retirou com todos os filhos procurando assim evitar rixas contínuas com o mesmo e guardar a honra de suas próprias filhas. Disse mais a testemunha que é voz geral em São Domingos e seus arredores que o acusado presente tem tentado desonrar todas as suas filhas⁹⁹.

Maria Delfina buscava, com a separação do marido, garantir a proteção da honra das filhas. Era uma preocupação da maioria dos pais zelar pela honra das filhas, o que acontecia principalmente através da vigilância constante¹⁰⁰. Às vezes, sofriam represálias por isso: em dezembro de 1860, na freguesia do Inficcionado, Luciano Machado e sua mulher Maria da Silva queixaram-se à polícia que Joaquim Pinto, por quatro vezes, tinha ido a sua casa tentar raptar sua filha, de nome Cândida, que ainda era moça recolhida e filha de família, e sendo impedido por ele, Joaquim Pinto feriu o

⁹⁹ ACSM, I Ofício, código 359, auto 7929, p.31. O réu foi julgado apenas pelas agressões a Maria Delfina e acabou absolvido.

¹⁰⁰ Conforme a mentalidade da época, “as moças de família, vivendo no recato do lar doméstico, sob vigilância materna, saberiam conservar a virgindade do corpo e a dignidade dos sentimentos” (ESTEVEZ, 1989, p.68).

suplicante e sua mulher utilizando como instrumento uma faca¹⁰¹.

História parecida aconteceu com Josefina Duarte Pereira, mãe de Maria, menor de idade, que Manuel José dos Santos Filho tentou seduzir. Disse Josefina que

estando em sua casa entrou Manuel José dos Santos Filho com o intuito de tirar sua filha de casa, e ela ofendida já tendo medo dele por ter apanhado por diversas vezes da mão do mesmo, e nessa ocasião pediu a ele para se retirar e a resposta foi ser agredida por ele com bofetões que a deixou machucada e ensangüentada, não sofrendo mais por que o povo vendo os gritos veio em seu auxílio, nessa ocasião evadiu ele agressor¹⁰².

Sendo as testemunhas inqueridas sobre os costumes do agressor Manuel José dos Santos Filho, todas foram unânimes em dizer que ele era “*desrespeitador de famílias*” e que perturbava a ordem pública. Uma testemunha afirmou que soube pela ofendida que o denunciado, na noite que antecedeu a agressão, estivera na casa da ofendida e procurou abrir as portas forçosamente com a intenção de deflorar uma filha da ofendida e que, por vezes, tentava seduzir essa menor com promessas de casamento. Acrescentou ainda que

¹⁰¹ ACSM, II Ofício, código 187, auto 4677, p. 2.

¹⁰² ACSM, II Ofício, código 194, auto 4846, p. 7.

não sabe se no dia em que espancou a ofendida, tentou ainda deflorar a referida menor, mais sabe que dera-se o espancamento por não ter o denunciado conseguido deflorar a menor¹⁰³.

Outros processos criminais traziam histórias de cumplicidade entre ofensor e ofendida¹⁰⁴. O rapto de Ricardina de Oliveira Guites, 14 anos, menina pobre, por Joaquim Martins da Silva, 30 anos, negociante, de boa condição social, residente em Passagem de Mariana parece ser uma dessas

¹⁰³ ACSM, II Ofício, códice 194, auto 4846, p. 26.

¹⁰⁴ Os casos de defloramentos com o consentimento das mulheres não os descaracterizavam como crimes. Entre os 99 processos de defloramento, estupro e atentado ao pudor estudados por Esteves, 60 acusados são considerados pelas vítimas como seus namorados. Outros acusados dividem-se em conhecidos de vista (sete casos), desconhecidos (dois casos), patrões e filhos deles (sete casos), parentes ou parentes fictícios (nove casos) e donos das casas onde as ofendidas são agregadas (dois casos). Apenas em um processo a relação de poder inverte-se e um alfaiate deflora a filha do patrão. Os dez processos restantes são crimes bem diferentes dos casos de defloramento, pois envolvem homossexualismo, tentativa de estupro de crianças, embriaguez e um atentado a uma moça que sofria de doença mental (ESTEVES, 1989, p.146-147). Sandra Jatahy Pesavento percebeu, analisando jornais, que a maioria dos defloramentos ocorridos na Porto Alegre do final do século XIX “parece ter sido prática corrente aos casais de namorados que viviam um amor contrariado fugir ou raptar a noiva”. De acordo com a autora, “tais práticas eram seguidas do defloramento da menor, para forçar a aceitação do casamento pelos pais” (PESAVENTO, 2001, p.251). Gislane Azevedo também encontrou casos de namorados na cidade de São Paulo que planejavam o defloramento com o propósito de conseguirem a autorização dos pais para a realização dos casamentos. Diz Azevedo que “a mesma lei que previa punição aos homens que desvirginassem solteiras era utilizada por casais de jovens cujos pais não aprovavam o casamento. Sabendo que se a garota perdesse a virgindade antes de se casar a única forma deste crime ser reparado era através da união legal de ambos, muitos jovens planejavam passar uma noite juntos para terem a ‘obrigação’ de se casarem. Após esta noite se apresentavam ao Juiz de Órfãos e assim obtinham a autorização do casamento. (...). É claro que após o ‘dano irrecuperável’, a atitude dos familiares ou tutores, normalmente, era a de permitir a união do casal” (AZEVEDO, 1995, p.138-139).

situações. A denúncia do rapto foi feita por seu padrasto, Martinho José dos Santos, que declarou conhecer Joaquim Martins da Silva e considerá-lo, até o ocorrido, homem de bem, sendo muito estimado por sua família. O autor declara ser pobre e que nada possui além de seu trabalho, que mal chega para sustentar parcamente sua família.

Na noite de 14 para 15 do mês de novembro de 1896, no distrito de Passagem, o dito denunciado Joaquim Martins da Silva, que meses antes convidava e seduzia a menor Ricardina de Oliveira Guites para vir morar em sua companhia prometendo-lhe casar-se com ela logo que sua mulher falecesse, na noite acima referida, servindo-se de seu empregado, Felício de Tal, raptou da casa materna a dita menor conduzindo-a para Ouro Preto para a casa de Joaquim Pedro, tendo deflorado no mês de setembro por ocasião do Jubileu de Congonhas do Campo, ocasião em que nesse lugar achava-se a mãe da raptada e conservou a dita ofendida em casa de Joaquim Pedro convivendo com a mesma, até a menor ser mandada a polícia de Passagem¹⁰⁵.

Sendo interrogada, Ricardina afirmou que na, referida noite,

¹⁰⁵ ACSM, I Ofício, código 14, auto 279, p. 1.

ela interrogada retirou-se da casa de seus pais, por instâncias de Joaquim Martins da Silva que meses antes sempre lhe convidara para ir morar em sua companhia prometendo-lhe casar-se com ela logo que ficasse viúvo e garantindo-lhe tratá-la muito bem¹⁰⁶.

O rapto de Ricardina foi planejado com o conhecimento dela que sabia que na dita noite, o empregado de Joaquim Martins, Felício de Tal, iria a sua residência apanhá-la para conduzi-la até Ouro Preto “por combinação que fez com Joaquim Martins”. Disse ainda que na tarde do dia 15, Joaquim Martins chegou na dita casa onde permaneceu morando com ela até o dia em que foi chamada à polícia. A menina confirmou que foi deflorada por Joaquim Martins em setembro daquele mesmo ano e que, desde então, mantinha encontros com o mesmo. Tais encontros eram conhecidos pela mãe e irmã de Joaquim Martins, que acobertavam o casal. Essa situação fica explícita no depoimento da mãe da jovem Ricardina. Sobre os encontros da filha com o negociante Joaquim Martins, D. Ana Caetana dos Santos diz que

surgiu-lhe a suspeita de que hoje está convicta que sua filha perdia-se com Joaquim Martins ou já tinha perdido a sua honra com o mesmo, pelo que passa a expor. No dia 7 do corrente mês ela interrogada, sendo muito amiga e vizinha da irmã e mãe de

¹⁰⁶ ACSM, I Ofício, código 14, auto 279, p. 7.

Joaquim Martins no dia referido a tarde convidou-lhe D. Policena, irmã de Martins para darem um passeio na rua de baixo. Nessa ocasião como de costume deixou sua filha em casa aos cuidados de D. Belarmina, mãe de Martins. Prosseguindo no passeio já dito passando pela venda de Joaquim Martins aonde pretendia entrar para comprar uma lata de manteiga viu Martins na porta de seu negócio que fica bem distante da casa de residência de Martins e família do mesmo, e estando o negócio muito cheio de gente, ela interrogada seguiu o passeio com a irmã de Martins, persuadida de quando na volta procurar a manteiga, na sua volta procurou a manteiga em mão de um seu empregado, pois que Martins ali não mais se achava, ao chegarem a casa dela interrogada, cinqüenta metros mais ou menos distantes avistou a mãe de Joaquim Martins que ficava na frente da casa dos mesmos e notou que a mãe de Joaquim Martins ao avistá-la correu em direção a casa dela o que ela interrogada suspeitou alguma coisa e seu coração demonstrou-lhe algum fato estranho, pelo que ela interrogada andando mais depressa chegou a porta de Martins e viu a mãe de Martins na sala. Em seguida foi de pronto a sua casa, procurou sua filha Ricardina Guites e não

a encontrando voltou logo a casa de Martins perguntando ela interrogada por sua filha a mãe de Martins a chamou e Ricardina saiu dos interiores da casa muito desapontada como se tivesse cometido algum crime e igual desaponto achava-se a mãe de Martins pelo que ela interrogada teve como certeza que alguma desgraça entraria no centro de sua família, continuou na porta de Martins com a mãe do mesmo sem lhe dar uma palavra até que viu Joaquim Martins sair do mesmo lado que havia saído sua filha já dita pelo que ela interrogada declara que não atribui a ninguém autor da desgraça de sua filha senão a Joaquim Martins¹⁰⁷.

A versão de Joaquim Martins apontava Ricardina como a mentora do rapto. Segundo o réu,

as relações dele interrogado com Ricardina Guites tiveram lugar no mês de setembro deste ano por instância da mesma, indo em sua casa de manhã cedo quando sua mãe ia para o mato e que por vezes ele interrogado chamando – lhe a atenção que ela era moça e que ele não podia casar-se com ela, ela dizia-lhe que não era moça honesta

¹⁰⁷ ACSM, I Ofício, código 14, auto 279, p. 9, p.9v, p.10.

mais continuando essa perseguição ele interrogado copulou-se com ela em setembro desta data¹⁰⁸.

Segundo o depoimento do réu, Ricardina já não era mais virgem, sendo o verdadeiro autor do defloramento da menina Francisco José dos Santos, morador de Ouro Preto¹⁰⁹. Prosseguindo o processo, as testemunhas foram ouvidas e inqueridas sobre a conduta da menina Ricardina antes desse rapto, todos afirmaram ser Ricardina filha de família, não sendo de conhecimento público nenhum mau procedimento da menina.

O corpo de delito confirmou o defloramento que, por ser “antigo” não apresenta vestígios de outras violências. Entretanto, despacha o promotor, que

existe matéria suficiente para prova de criminalidade do indivíduo. Quanto para o estupro não se possa colher prova bastante, que demonstre datar a sua prática de menos de 6 meses, pois o tribunal da relação firmou a doutrina que para semelhante crime, a ação prescreve

¹⁰⁸ ACSM, I Ofício, código 14, auto 279, p.13.

¹⁰⁹ Entre os réus era comum a ação de acusarem as meninas de já terem sido desonradas por outros homens antes deles. “O comportamento da vítima e o resultado do exame de corpo de delito são essenciais no encaminhamento do inquérito. Contudo, duas hipóteses há para a conclusão do inquérito, a primeira traduzir-se-ia na realização do casamento quando da confirmação do defloramento pelo indiciado e a segunda seria o arquivamento do inquérito diante de sua negativa de autoria, a palavra da mulher e seus desejos nem sempre encontrariam eco na instituição policial quando o indiciado rejeitava o fato” (CORRÊA, 1994, p.7).

findos 6 meses, está bem patente a existência de raptos para fins libidinosos¹¹⁰.

O juiz julgou procedente a acusação de Joaquim Martins, incurso no artigo 270 do Código Penal pelo rapto da menor Ricardina e determinou a prisão ou o pagamento de fiança no valor de Rs. 1:000\$000. O réu recorreu da sentença e acabou sendo absolvido na instância superiora.

A história da menina Maria Madalena Augusta do Espírito Santo, de 14 anos, também parece ser um exemplo típico de menina envolvida com o réu. Órfã, Maria Madalena vivia sobre a proteção do dentista Felicíssimo de Castro Guimarães, quando no ano de 1889 denunciou Cassiano Marcelino, empregado de Felicíssimo, por sedução, tendo como resultado o estado de prenhes que a mesma se encontrava.

A menina disse em depoimento que

por sua infelicidade foi seduzida por Cassiano de Tal com promessa de casamento. Achando-se a suplicante em estado de gravidez e, próxima a dar a luz, vem perante a V.S. requerer para que seja intimado Cassiano a fim de restituir sua honra e nomeie a seu futuro filho, tudo de acordo com o artigo 212 capítulo 2 do código do processo criminal. A suplicante prova que Cassiano jata-se ser pai do filho que tem em seu ventre, e, no intuito

¹¹⁰ ACSM, I Ofício, código 14, auto 279, p. 22.

de não realizar o casamento da promessa declara publicamente que a encontrou desonrada o que a suplicante jura e desafia provar, sendo ele o único varão pela suplicante conhecido¹¹¹.

Cassiano assumiu ter tido relações com Maria Madalena, sendo inclusive o pai do filho dela, mas afirmou que ela já se encontrava desonrada quando a cópula aconteceu. Será que a difamação de Maria Madalena por Cassiano era apenas uma estratégia de defesa utilizada pelo acusado para desobrigá-lo do casamento e até livrá-lo da prisão, pois ficaria caracterizada a desonestidade da mulher? Sobre a “honra” de Maria Madalena diz uma das testemunhas que

conhecia Maria Madalena a mais de seis anos e que durante o tempo que ela existiu fora da casa do senhor José Felicíssimo nunca viu ou ouviu dizer que ela fosse desonrada só sim agora a um mês é que soube que ela estava grávida, respondeu mais que não lhe consta que Maria Madalena tivesse relações ilícitas com pessoa alguma a exceção do acusado¹¹².

Todas as testemunhas responderam não conhecer nenhum fato que desabonasse o comportamento de Maria Madalena a não ser pelo que dizia Cassiano. Não sendo possível provar não ser o autor do defloramento de Maria

¹¹¹ ACSM, I Ofício, código 346, auto 7.636, p.3.

¹¹² ACSM, I Ofício, código 346, auto 7.636, p.10.

Madalena, a Justiça condenou Cassiano pelo defloramento da mesma, que resultou em prenhes, e como pena, foi estipulado o casamento entre o casal, realizado em 12 de setembro de 1889.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os crimes sexuais permitem que pensemos sobre a questão da honra feminina no período focado por este estudo. Honra esta que era sinônimo de virgindade sexual. Quando a mulher perdia a virgindade fora do casamento, desonrava a si própria e a forma de corrigir tal desgraça, quando o agressor não era casado, era através do casamento.

100

Baseados na superioridade de forças, os crimes sexuais, no mais das vezes, expunham relações de violência dos homens sobre as mulheres, no caso específico deste texto, sobre meninas.

Com exceção de quatro vítimas, todas as outras tinham pais e, muitas vezes, foram eles que promoveram as denúncias. O cenário para os crimes era a própria residência das meninas ou redondezas. Os agressores eram conhecidos das vítimas. Nos casos em que os agressores eram residentes na própria casa das agredidas, vemos como uma forma de resistência a fuga das meninas do lugar da agressão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Gislaïne Campos. **Sebastianas e Geovannis**: o universo do menor nos processos dos Juízes de Órfãos da cidade de São Paulo (1871-1917). São Paulo: PUC, 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1995.

CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. Crianças estupradas na São Paulo oitocentista (relações de gênero). **História**. São Paulo, 14:139-152, 1995.

CARVALHO, Meynardo Rocha de. **Doce honra frágil**: estupro e defloramentos na Juiz de Fora da Segunda metade do século XIX. Comunicação apresentada na Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2003.

CORRÊA, Rosane Lopes. **A questão da cor no feminino**: pretas, pardas e brancas nos inquéritos policiais nas freguesias de São Cristóvão e Espírito Santo. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história de costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas**: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da *Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FAUSTO, Boris. Crimes sexuais. In: FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano**. São Paulo: EDUSP, 2001, p.193-248.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**. São Paulo: Graal, 1984.

GUIMARÃES, Elione Silva. Tensões remanescentes das senzalas: análise de tutorias de menores afrodescendentes (Juiz de Fora, Minas Gerais). In: GUIMARÃES, Elione Silva. **Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão na escravidão e no pós-emancipação**. São Paulo: Annablume, 2006, p. 109-165.

MAZZIEIRO, João Batista. Sexualidade criminalizada: prostituição, lenocínio e outros delitos – São Paulo 1870/1920.

Revista Brasileira de História, São Paulo 18 (35): 247-285, 1998.

MORENO, Veraclely Lima. “Questões de honra”: sexualidade feminina e sociedade em São Luís na virada do século. **Outros tempos**. São Luís, UEMA, 2:189-209, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatagy. Dos crimes de amor e das tragédias sexuais: mulheres em cena. In: _____. **Um outra cidade**: o mundo dos excluídos no final do século XIX. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001, p. 251-299.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar – Brasil, 1890-1930. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

RIBEIRO, Gladys Sabina & ESTEVES, Martha de Abreu. Cenas de amor: histórias de nacionais e imigrantes. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, 9(17): 217-235, 1989.

SCREMIN, João Valério. A influência da medicina legal em processos crimes de defloramento na cidade de Piracicaba e região (1900-1930). **Revista Eletrônica do Arquivo do Estado**. São Paulo: Arquivo do Estado, 2006.

ZENHA, Celeste. Casamento e ilegitimidade no cotidiano da justiça. In: VAINFAS, Ronaldo. **História e sexualidade no Brasil**. Graal: Rio de Janeiro, 1986, p.125-141.

Francisca Senhorinha da Motta Diniz: Trajetória de uma feminista do século XIX.

Fernanda Alina de Almeida Andrade

Resumo: Este artigo busca relatar alguns dados biográficos de Francisca Senhorinha da Motta Diniz, escritora, editora e proprietária de jornal, professora e atuante do movimento pelos direitos das mulheres durante o século XIX. O objetivo é relacionar a produção literária de Francisca Diniz com suas propostas de emancipação feminina, bem como, relacioná-las com sua trajetória pessoal. Constituem fontes deste trabalho os periódicos feministas **O Sexo Feminino (1873 – 1889)** e **O Quinze de Novembro do Sexo Feminino (1889 – 1890)**; a revista **Primavera** (1880) - escritos e editados por ela - e o romance, de sua autoria, **A Judia Rachel**, publicado em 1886.

Palavras-chave: Gênero e cultura; História Cultural; Feminismo; biografia.

Francisca Senhorinha da Motta Diniz: Journey of a 19th century feminist

Abstract: This article aims to relate some of the biographical issues of Francisca Senhorinha da Motta Diniz, who used to

be a writer, editor and owner of a journal which made a great difference during the 19th century women's movement on the way for their rights. This is to relate Francisca Diniz's literary works to her proposals on the women's emancipation as well as to associate her professional background with her personal history. Here are some of her feminist publications: *O Sexo Feminino* (1873 – 1889), *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino* (1889 – 1890), the magazine *Primavera* (1880) - written and edited by her- in addition to the novel *A Judia Rachel*, by Francisca Diniz, published in 1886.

Keywords: Gender and culture; Cultural History; Feminism; biography.

106

Se atendermos que a palavra foi dada à criatura humana para por meio dela, esta mesma criatura tirar vantagens preciosas da sociedade e cumprir os deveres a que está ligada para com seus semelhantes, facilmente se conhecerá que o uso que dela devemos fazer não deve ser oposto aos nossos sentimentos, nem aos deveres de sociabilidade.

Esta citação foi retirada de um exemplar do jornal *O Sexo Feminino*, de 14 de setembro de 1889, e é bastante ilustrativa do pensamento de Francisca Senhorinha da Motta Diniz, uma mulher que recorreu à palavra escrita como meio

de conduzir sua vida e como instrumento de expressão e defesa de seus ideais. Francisca Diniz foi professora, proprietária de colégio, escritora, editora de jornal. Produziu dois periódicos feministas: *O Sexo Feminino* e *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*. Editou uma revista de caráter cultural, *A Primavera*, e uma revista de caráter abolicionista, *A Voz da Verdade*¹. Publicou um romance, *A Judia Rachel* e foi colaboradora da revista *A Estação*². Foi uma das precursoras do movimento feminista brasileiro³. Em todos os seus escritos, Francisca Diniz defendeu a emancipação das mulheres, defendeu a ampliação de seus direitos, promoveu a educação no Brasil, em especial a educação feminina, lutou contra a pena de morte e a escravidão e, transformou a imprensa e a palavra escrita em um espaço de contornos políticos.

107

¹ Infelizmente, não foi encontrado nenhum exemplar dessa revista no acervo da Biblioteca Nacional. Entretanto, encontram-se referências a três exemplares dessa revista no trabalho de HAHNER, June. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850 – 1937**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981, p. 48; no qual é destacado o caráter abolicionista de *A Voz da Verdade*.

² *A Estação* era um suplemento, em português, da revista de modas francesa *La Saison* publicado, entre 1871 e 1879, pela casa Lombaerts. A partir de 1879, o suplemento deu lugar a uma versão brasileira da revista.

³ Neste trabalho, considera-se movimento feminista como um movimento que não se organiza, necessariamente, de uma forma centralizada. Ele caracteriza-se pela auto-organização das mulheres em suas múltiplas frentes, como em grupos pequenos, onde se expressam as vivências próprias de cada mulher. O feminismo manifesta-se em grupos organizados, manifestações culturais ou outras formas de expressão e na esfera doméstica. O feminismo abarca todos os aspectos da emancipação das mulheres e inclui qualquer luta para melhorar sua condição social, política ou econômica. Sobre a definição de feminismo e movimentos feministas, ver: ALVES, Branca Moreira; PITANGUI, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1981. HAHNER, June, op. cit.

A leitura dos exemplares de *O Sexo Feminino* tornou possível o levantamento das informações sobre a vida de Francisca Diniz, uma vez que não há notícias de qualquer biografia sistematizada dessa autora. Ao expor sua vida nas páginas de seu jornal, Francisca Diniz estabeleceu uma relação de cumplicidade com o seu público. É por meio de seus escritos, que ela convidava o leitor a compartilhar momentos e acontecimentos de sua história pessoal.

Em 07 de setembro de 1873, na cidade de Campanha, Minas Gerais, Francisca Senhorinha da Motta Diniz lançou o periódico *O Sexo Feminino*. Ela era, ao mesmo tempo, a proprietária e redatora do jornal. Exatamente um ano depois, 07 de setembro de 1874, ela se despede da cidade mineira, repetindo, tal qual no primeiro exemplar, referências elogiosas à Independência do Brasil de Portugal, o que sugere que a escolha da data de lançamento do jornal não havia sido aleatória. Em 22 de julho de 1875, menos de um ano após sua transferência para a capital do Império, o jornal começa a ser editado na cidade do Rio de Janeiro, sendo publicado até o ano de 1890.

Francisca Senhorinha da Motta Diniz nasceu em São João del-Rei, filha de Eduardo Gonçalves da Motta Ramos e de D. Gertrudes Alves de Mello Ramos⁴. Não foi possível localizar o ano de seu nascimento, entretanto, os primeiros

⁴ BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario bibliographico brasileiro**. Rio de Janeiro: 1883-1902, p. 371.

indícios da atividade de Francisca Diniz no magistério datam de 1854 quando, provavelmente ainda solteira, trabalhava como professora interina na Villa do Uberaba⁵. Posteriormente, mudou-se para Campanha, onde casou-se com José Joaquim da Silva, advogado, professor de pedagogia da Escola Normal de Campanha⁶ e proprietário do jornal *O Monarchista*⁷. Teve três filhas, Amélia Diniz, Albertina Diniz e Elisa Diniz⁸. Foi na cidade de Campanha, que ela iniciou sua participação na reivindicação dos direitos das mulheres, ao iniciar a publicação do jornal *O Sexo Feminino: um semanário dedicado aos interesses das mulheres*. Tudo indica que José Joaquim da Silva, o marido Francisca Diniz, apoiou a iniciativa de sua esposa em publicar *O Sexo Feminino*, cedendo, para tanto, a tipografia de seu próprio jornal. Entretanto, a relação entre *O Sexo Feminino* e *O Monarchista*, nem sempre foi amistosa em relação às idéias defendidas.

109

A cidade de Campanha destacou-se, durante o século XIX, como um centro cultural na região sul de Minas, sendo

⁵ NASCIMENTO, Cecília Vieira do. **O Sexo Feminino em campanha pela emancipação da mulher (1873 – 1874)**. Belo Horizonte: UFMG, 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004, p. 25.

⁶ *O Sexo Feminino*, 21 de fevereiro de 1874.

⁷ NASCIMENTO, Cecília Vieira do, op. cit. p. 46.

⁸ *O Sexo Feminino*, 08 de agosto de 1875. Consta no SHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. **Dicionário mulheres do Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 246. que Francisca Diniz teve apenas duas filhas. Entretanto, foram encontradas, em exemplares de *O Sexo Feminino*, referências a três filhas.

que, durante o Império, assistiu à criação de 31 jornais, a grande maioria deles de duração de até 01 ano. Pelo que se percebe, Campanha dedicou uma atenção, pouco usual para a época, à instrução feminina. Quadro sobre a frequência escolar da cidade, publicado no jornal *O Sul de Minas* de 09 de outubro de 1859, registra a presença de 52 alunos nos cursos de latim e francês, 53 alunos no 2º grau de instrução primária para meninos, 64 alunas no 1º grau para meninas. A cidade possuía, em 1870, uma escola de propriedade de uma mulher: o Colégio Mariano, fundado por D. Francisca Candido Mariano. A instalação da Escola Normal, na cidade de Campanha, deu-se em 1873 e o único nome feminino que figura na listagem do corpo docente é o de Francisca Diniz⁹.

O magistério foi, para Francisca Diniz, não apenas espaço para manifestação de suas idéias, mas também, fonte de renda, visto que com a morte de seu marido, esposa e filhas tiveram que garantir seu sustento. Para sobreviver economicamente, Francisca Diniz e suas filhas tiveram de suplementar o magistério e a publicação do jornal com proventos que iam desde lições de piano até traduções¹⁰. Com certeza, a necessidade de se sustentar financeiramente e sustentar suas filhas colaborou para a construção do discurso de Francisca Diniz em defesa da participação das mulheres no mercado de trabalho. Uma das justificativas que

⁹ VALLADÃO, Alfredo. **Campanha da Princeza**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1942, p. 72.

¹⁰ HAHNER, June, op. cit. p 99 – 100.

ela utilizava para defender a educação feminina e o preparo das mulheres para o exercício de uma profissão era, exatamente, a possibilidade da mulher encontrar-se em alguma situação adversa ou de necessidade: viuvez, a condição de solteira, mau uso do dinheiro da família por parte do marido, etc...

A reivindicação principal de todos os órgãos da imprensa feminina do século XIX (vinculados à causa da emancipação da mulher) era o acesso das mulheres à educação, vista como necessária para a formação da esposa e preparação da mãe de família, apta a desempenhar seu papel de guardiã da moral, da religião e do futuro da nação, por meio de seus filhos. O objetivo principal do periódico *O Sexo Feminino* seria promover a educação das mulheres e, conseqüentemente, sua participação no universo letrado.

Graças às luzes deste século – aos passos gigantescos do progresso – à ilustração difundida pela imprensa, , já não se depara com um pai de família que ouse impunemente dizer – não é preciso, não quero que minha filha aprenda a ler¹¹.

Apesar de *O Sexo Feminino* não ter feito parte de uma imprensa educacional, ou seja, não ser um periódico destinado exclusivamente aos professores e professoras, a grande maioria de seu conteúdo versava sobre a importância

¹¹ *O Sexo Feminino*, 27 de setembro de 1873.

da educação. Para Francisca Diniz, o grau de progresso e civilização de uma nação deveria ser medido através da existência, ou não, de uma população culta e instruída. O semanário *O Sexo Feminino* denominava o século XIX como o século das Luzes e entendia a educação como um processo de regeneração social, fundamental para aferição do índice de civilidade e para a construção de uma sociedade mais justa. Segundo Francisca Diniz: “o século XIX parece ter cerrado fileira, chamando a postos todos os sábios do mundo para a um só plano estratégico, de todos conhecido, debelarem a hidra da ignorância”¹². É claro que para a escritora, a regeneração social somente seria, efetivamente, um projeto, se associada à ilustração da mulher ou, o que ela denominava a *racional emancipação da mulher*. No caso específico da questão feminina, havia um consenso de que não era mais possível admitir que metade da população estivesse numa situação absurda de inferioridade, ou seja, um consenso em torno da idéia de que uma sociedade não evolui se não cuidar também da educação das mulheres¹³. Francisca Diniz defendia a tese da estreita relação entre o cuidado com a educação feminina e o desenvolvimento de uma nação.

A educação era concebida como um meio para ser atingir um determinado fim. Ela deveria atender a um fim

¹² *O Sexo Feminino*, 14 de janeiro de 1874.

¹³ DUARTE. Constância Lima, A ficção didática de Nísia Floresta. In: **500 Anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 293.

social. Mais especificamente no caso da educação das mulheres, a importância de sua educação estaria na possibilidade real da construção da família burguesa brasileira. Ao contribuir para a construção da perfeita imagem da mãe de família, a educação estaria fazendo com que a mulher correspondesse à sua nobre função social. Mas, paradoxalmente, a educação também era proposta como meio de independência, liberdade, iniciativa e posicionamento para as mulheres.

No século XIX, as mulheres não eram formalmente proibidas de frequentar as escolas, entretanto, as escolas de meninas destinavam-se mais ao ensino das prendas domésticas, às orações e aos rudimentos de leitura. Desde seu início, a educação feminina foi concebida a partir de uma visão romântica: precisava ser uma educação calcada na religião e na moral, necessária apenas para estimular a dignidade e preparar a futura mulher para assumir as funções de mãe e esposa junto à família. No ensino brasileiro, a diferenciação da educação entre homens e mulheres ocorria em relação ao currículo. As meninas deveriam aprender a ler, escrever e fazer as quatro operações. A parte relativa a decimais e proporções, bem como, o estudo da geometria, que fazia parte do currículo dos meninos, era interdita às meninas. No entanto, elas aprenderiam a coser, a bordar e as demais matérias próprias da educação doméstica. Durante todo o século XIX, veremos firmada essa diferenciação nos

currículos tanto das escolas primárias femininas, quanto nas seções femininas das escolas normais¹⁴. Nesse sentido, as moças ficavam restritas ao ensino primário e ao desenvolvimento de habilidades manuais, não projetando uma expectativa de continuação de ensino para o secundário e o superior; ou seja, para as mulheres o aprendizado deveria restringir-se às primeiras letras. Tal projeto ficava bem distante, portanto, de um projeto de formação intelectualizada, reservada ao segmento masculino da população¹⁵.

Francisca Diniz ao mudar-se para o Rio de Janeiro, em 1875, tornou-se uma conceituada professora na Corte¹⁶. Na capital do Império, Francisca Diniz dirigiu o Colégio Maternal de Nossa Senhora da Penha, que funcionava em sua residência, recebendo meninas pensionistas, meio-pensionistas e externas. Recebia meninos em regime de meia pensão e externos para prepará-los nas matérias do 1º e 2º ano do Colégio D. Pedro II. Dirigiu, também, com a colaboração de suas filhas, o Colégio Santa Izabel. Nesse colégio, os meninos recebiam o ensino primário, como alunos externos, até a idade de 9 anos. As meninas poderiam ser

¹⁴ VILLELA, Heloísa de O. S. O mestre escola e a professora. In: **500 Anos de educação no Brasil**. op. cit. p. 109.

¹⁵ DUARTE, Constância Lima, op. cit. p. 293. E FARIA FILHO, Luciano Mendes, VILLELA, In: **500 Anos de educação no Brasil**. op. cit. p. 136.

¹⁶ DUARTE, Constância Lima. A mulher e o jornalismo: contribuição para uma história da imprensa feminista. In: **Mulher**: cinco séculos de desenvolvimento na América: capítulo Brasil. Belo Horizonte: Federação Internacional de Mulheres da Carreira Jurídica, 1999, p. 426.

alunas do ensino primário e secundário, em regime interno ou externo¹⁷. O Colégio Santa Izabel mereceu o seguinte comentário:

Bem cabia a qualificação de completamente novo, ao estabelecimento, que a ilustre escritora e professora, e suas filhas, estavam fundando, como verdadeiras precursoras no Brasil. E lograram elas sucesso no seu empreendimento, pois, pelo menos até 1893, ainda existia o Colégio Santa Isabel, (...) ¹⁸.

Na direção do Colégio Maternal Nossa Senhora da Penha, Francisca Diniz preparava os alunos do sexo masculino para entrada no Colégio Pedro II, sendo que havia uma sala separada para os estudos dos meninos. Entretanto, no Colégio Santa Izabel, havia a ênfase na educação feminina. Nesse colégio, ministrava-se o primário e o secundário para moças. As matérias do primário eram: leitura e escrita (caligrafia); gramática portuguesa; aritmética, até frações decimais; noções de geometria plana; sistema métrico legal; noções de geografia; elementos de história pátria e música vocal. No currículo do Colégio Santa Izabel foram acrescentadas matérias para as meninas, que, usualmente, eram restritas aos meninos. Havia, ainda, evidentemente, as matérias destinadas ao aperfeiçoamento moral: instrução

¹⁷ O Sexo Feminino, 16 de junho de 1889.

¹⁸ VALLADÃO, Alfredo, op. cit. p. 251 – 252.

moral e religiosa, princípios de moral e civilidade e história sagrada. Apesar de no programa constar avanços no conteúdo oferecidos às meninas, não ficaram de fora as famosas prendas domésticas, tão importantes na preparação da mãe de família: economia doméstica; corte e feitiço de roupa branca; bordado branco; crochê e ponto de marca. No ensino secundário, que no Colégio Santa Izabel era oferecido somente às moças, constavam as seguintes matérias: instrução moral e religiosa desenvolvida; história antiga, média, moderna e contemporânea; leitura de clássicos em prosa e verso; redação e estilo epistolar; pedagogia com desenvolvimento da tríplice educação; gramática portuguesa a fundo, aritmética completa e o sistema métrico; geografia geral. A parte referente a trabalhos domésticos manteve-se, com acréscimos, claro. Havia a introdução do estudo de línguas estrangeiras: francês, inglês, alemão e italiano. A parte de ciências – álgebra, geometria e cálculo; moral geral e noções de filosofia; higiene e medicina prática; história natural e fisiologia – havia a observação de que seriam dadas apenas noções. Constavam, ainda, as chamadas “belas artes”: piano, canto, dança, desenho e pintura¹⁹. A partir da descrição desse programa de ensino, pode-se afirmar que o Colégio Santa Izabel mantinha uma proposta de moralização através do ensino e formação da mãe de família. Está se falando, aqui, é

¹⁹ Sexo Feminino, 15 de novembro de 1889.

claro, de uma educação refinada, dentro dos parâmetros da época, para moças de elite que se tornariam mães de família. Ainda assim, o Colégio Santa Izabel inovava, proporcionando às mulheres continuação de seus estudos e o acesso a conteúdos considerados tipicamente masculinos. Também, pode-se afirmar que era um colégio sofisticado, com completo programa de ensino. O curso secundário, ao ensinar pedagogia com desenvolvimento da *tríplice educação*, visava introduzir as moças na profissão de professoras.

O projeto educacional de Francisca Diniz concebia a educação em três perspectivas distintas: física, intelectual e moral. Ou como ela mesma denominava, a *tríplice educação*. A educação física, em consonância com as propostas higienistas da época, deveria *formar homens robustos e sadios, aptos à vida laboriosa*. A educação intelectual cujo objetivo seria o de *adquirir conhecimento* e, finalmente, a educação moral que tinha por fim *encaminhar o homem para o amor do bem*.

Francisca Diniz, expunha, em seu jornal, a grade curricular, as despesas com a escola, o preço cobrado pelo seu colégio. Nesse sentido, demonstrava que acompanhava toda a discussão sobre a educação que permeou o século XIX. Ao mesmo tempo, buscava contribuir, introduzindo, inclusive, modelos educacionais estrangeiros no Brasil: “Sempre que for possível, será aplicado o sistema de ensino, dito indutivo ao concreto, tão proveitosamente adotado na

Europa e nos Estados Unidos²⁰. Francisca Diniz não limitava suas críticas e contribuições apenas em relação ao conteúdo e às práticas educacionais. Ela também discorria sobre a atuação do Estado em sua função de promover a reforma educacional. Durante o período imperial, as políticas públicas de desenvolvimento dos serviços de instrução esbarraram na precariedade das finanças provinciais, que variavam bastante em razão da diversidade da realidade das províncias, e na falta de continuidade que era dada a essas políticas. Durante todo o século XIX, a instalação de um sistema de ensino alternou-se entre avanços e retrocessos sem alcançar uma verdadeira efetivação²¹. Francisca Diniz inseria em seu jornal críticas às políticas públicas, tais como construção de prédios escolares em um sistema desprovido de material e pessoal qualificado; correspondia-se com políticos vinculados à causa da educação; acompanhava o desenvolvimento das escolas normais, - os exames de admissão, quantas mulheres ingressaram, etc. - e noticiava o recenseamento feito sobre a frequência de alunos nas escolas.

Em razão das dificuldades no estabelecimento da rede pública de ensino, ocorreu, no século XIX, uma rede de escolarização doméstica. Muitas escolas funcionavam, na maioria das vezes, nas casa dos professores, os quais, muitas vezes, recebiam seu pagamento como forma de ajudar

²⁰ O Sexo Feminino, 29 de julho de 1875.

²¹ FARIA FILHO, Luciano Mendes, op. cit. p. 138.

no aluguel. Esse costume pode ser exemplificado no fato de que as duas escolas que Francisca Diniz instalou, ao se estabelecer no Rio de Janeiro, eram anexas à sua residência, sendo que o Colégio Maternal Nossa Senhora da Penha tinha o mesmo endereço de sua residência: *Rua do Lavradio 45 (Sobrado)*. No geral, a rede de escolarização doméstica caracterizava-se por funcionar em espaços cedidos pelos pais dos alunos, que contratavam o professor, arcando com as despesas da educação. Outro exemplo de escolarização doméstica, era quando diversos pais associavam-se, contratando coletivamente o professor e criando uma escola. Constituíam-se as chamadas escolas domésticas. O sistema particular de ensino chegou a atender um expressivo número de alunos superior à rede pública²². Francisca Diniz defendia esse modelo, propondo-o como forma de minimizar os problemas enfrentados pela educação no Brasil. Com relação a esse modelo de associação, Francisca Diniz tentou implantar um modelo que atendesse a meninas carentes, uma escola filantrópica que ela denominou de Escola Doméstica. Mesmo com dificuldades financeiras, Francisca Diniz, em de 15 de março de 1890, anuncia em seu jornal a instalação de uma Escola Doméstica anexa ao Colégio Santa Izabel. Essa escola propunha ministrar a instrução primária e o ensino de

²² Idem, p. 144 – 145.

trabalhos domésticos para *meninas menores, pobres e desamparadas, sem distinção de cor*, gratuitamente.

As Exmas. e caridosas senhoras que nos quiserem auxiliar em beneficiar tantas inocentes meninas lançadas à miséria, e que por nós socorridas, ..., poderão fazê-lo, já assinando o jornal O Sexo Feminino, cuja terça parte do rendimento lhes é destinado, ... As meninas recolhidas à Escola Doméstica, além da instrução elementar e ensino doméstico geral, terão o aperfeiçoamento de um ramo de ensino para que mostrem vocação e que lhes servirá de profissão mais tarde²³.

Importante ressaltar que Francisca Diniz foi uma mulher engajada na sua luta pelos direitos das mulheres em todos os aspectos de sua vida. Seus escritos foram direcionados a esse objetivo, sua profissão de educadora, a destinação de recursos próprios para o jornal e o trabalho filantrópico através da Escola Doméstica. Essa escola caracterizou-se como um projeto sintonizado com os ideais defendidos por seu jornal: educação para todos, desenvolvimento do país por meio da educação e acesso das mulheres a uma qualificação profissional. No programa da Escola Doméstica é possível perceber duas visões distintas por parte de Francisca Diniz. Primeiro, é uma proposta inovadora de levar educação, não

²³ O Sexo Feminino, 15 de março de 1890.

apenas às mulheres, mas às mulheres pobres, um projeto que consumia tempo e dinheiro, que a escritora não possuía. Ao contrário do que vigorava na época, Francisca Diniz não criou uma instituição de amparo onde as moças aprendiam prendas domésticas e, posteriormente, eram encaminhadas a matrimônios arranjados, mas um colégio onde poderiam aprender uma profissão. Conforme escrito anteriormente, na Escola Doméstica não haveria *distinção de cor*. No século XIX, dentre as iniciativas de inclusão de negros livres e libertos na instrução primária (as que efetivamente obtiveram algum sucesso), estavam cursos encabeçados por abolicionistas²⁴. Por outro lado, a Escola Doméstica inseria-se no projeto vigente de instrução para as camadas mais pobres da sociedade, pois, claramente, objetivava moralizá-las. Havia, também, a intenção da educação para o trabalho, sendo que a educação da “moça de família” do Colégio Santa Izabel pretendia instruí-la para ser uma *literata ou preceptora*, enquanto a Escola Doméstica pretendia educar a mãe da classe operária.

121

Apesar de todas as teorias vigentes que limitavam as mulheres ao ensino elementar, Francisca Diniz foi uma árdua defensora da instrução superior para o sexo feminino. Em diversos exemplares de *O Sexo Feminino*, há referências às mulheres que conquistaram o direito de adquirir um diploma

²⁴ GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. Negros e educação no Brasil. In: **500 Anos de educação no Brasil**. op. cit. p. 327.

de curso superior. A maioria desses exemplos diz respeito a mulheres estrangeiras, mas Francisca Diniz também citou valorosas brasileiras que tiveram que obter seus diplomas fora do país, denunciando, assim, o descaso por parte do Estado e da sociedade brasileira.

Entretanto, um campo profissional foi possível às mulheres e se configurava como uma profissão aceitável socialmente: a professora primária. Em relação ao exercício do magistério no Brasil, o processo de institucionalização da formação docente teria início a partir das décadas de 30 e 40 do século XIX, com o surgimento das primeiras escolas normais provinciais. Durante todo o século, esse tipo de instituição caracterizar-se-ia por um ritmo inconstante, de infundáveis reformas, criações e extinções de escolas normais. Do início da formalização da profissão docente no Brasil até a sua feminização passaram-se cinco décadas. Nesse período, uma profissão quase que exclusivamente masculina tornar-se-ia prioritariamente feminina²⁵. Como o que ocorreu na Escola Normal do Rio de Janeiro:

Consta do relatório apresentado pelo respectivo presidente da província à assembléia, que essa escola é freqüentada por 54 alunos, sendo 22 moços, e 32 moças. O mesmo se dá aqui em

²⁵ VILLELA, Heloísa de O. S. op. cit p. 101 - 119.

Campanha, onde o número de moças é muito superior ao de moços²⁶.

Essa aceitação deriva, em parte, dos discursos ideológicos que atribuíam a função de professora de crianças como uma continuidade da função materna, como traduzido em *O Sexo Feminino*: “Conciliando-se, ao mesmo tempo, os desvelos todos maternos, próprios ao período de vida em que se acham os alunos”²⁷. Essa teoria obteve respaldo nos discursos médico-higienistas e positivistas da época. A concepção da mulher como a educadora por excelência das crianças impregnou todo o imaginário da época, em *O Sexo Feminino* inúmeros artigos reiteravam esse pensamento dominante: “É problema resolvido, e hoje sem a menor contestação, que somente a mulher pode com vantagem educar a mocidade”²⁸.

A partir da relação educação e civilização, o professor deveria ser um agente capaz de reproduzir, além do conhecimento, a moralidade. A mulher-professora assumiria o papel de regeneradora moral da sociedade, possibilitando a difusão de idéias que a associam ao lar, à criança e à regeneração de uma sociedade “sadia”. A nova condição feminina do magistério fez, também, emergir mecanismos de controle e discriminação contra as mulheres, além de reforçar a imagem da mulher associada à domesticidade. Ao substituir

²⁶ *O Sexo Feminino*, 27 de setembro de 1873.

²⁷ *O Sexo Feminino*, 27 de setembro de 1875.

²⁸ *O Sexo Feminino*, 27 de setembro de 1875.

a mãe, esperava-se que a preceptora assumisse uma conduta materna, ou seja, assexuada, respeitável, pura. Os concursos para admissão nas escolas normais passaram a dar mais ênfase na moral e no comportamento dos professores do que em seus conhecimentos. Nacionalidade, idade e moral eram critérios de exclusão para quem pretendia exercer o magistério²⁹.

Se a pureza de costumes é tão importante no professor, o pudor é dos mais indispensáveis requisitos numa professora. A missão do professor é difícil, mas a da professora é sempre muito mais árdua. (...) A sociedade avalia pelo pudor da mulher a sua coroa de virgem, a sua virtude de esposa e a pureza de sua maternidade. (...) Como pregar a moral, senão quando deveras se sente? Como edificar a esperança de um povo inteiro senão como o exemplo? O mais recatado pudor e a mais rígida moral devem ser os principais adornos das professoras³⁰.

Apesar dos baixos salários, das dificuldades encontradas, do controle e do reforço da ideologia de domesticidade e maternagem, o magistério de crianças foi uma profissão que permitiu uma certa liberdade para as mulheres e, possibilitou a aquisição de conhecimentos, além

²⁹ VILLELA, Heloísa de O. S. op. cit p. 119 – 127.

³⁰ O Sexo Feminino, 12 de março de 1875.

de ter se constituído como uma boa alternativa a um casamento forçado ou a profissões menos prestigiadas como costureiras, governantas e parteiras. Assim, o magistério primário representou o ponto de partida possível naquele momento histórico. A ideologia da mãe educadora serviu como desimpedimento para a inserção profissional das mulheres, possibilitando um trabalho digno e remunerado³¹. Assim, nos escritos de Francisca Diniz é possível perceber estratégias para a emancipação econômica e social da mulher embutidas em discursos que à primeira vista aparentam apenas reforçar a condição feminina como restrita à família.

O jornal *O Sexo Feminino*, foi publicado, com duas interrupções, no período entre 1873 e 1890. Em 1889, passou a chamar-se *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, em homenagem à proclamação da República. Pode-se considerá-lo um periódico de sucesso, tendo em vista que *O Sexo Feminino* manteve sua publicação constante e, mais importante, manteve sua mensagem sem comprometer seu padrão em um Brasil cuja maioria dos jornais não ultrapassavam a um ou dois números³². Francisca Diniz, ao se despedir dos leitores de Campanha, agradece a colaboração de todos no que considera uma trajetória de sucesso do jornal. sobre o qual afirma que:

125

³¹ VILLELA, Heloísa de O. S. op. cit p. 119 – 122.

³² HAHNER, June, op. cit. p. 61.

Galhardamente fez a sua peregrinação pelo vasto mundo da imprensa; lutou como poderia faze-lo uma mulher; sempre saudado por seus delicados companheiros de igual peregrinação, encontrou a toda hora um caminho juncado de flores. (...) A tiragem deste hebdomadário era de 800 exemplares, e cousa singular, esta folha não contou 10 números devolvidos!³³

No Rio de Janeiro, Francisca Diniz teve que reimprimir 4.000 exemplares dos dez primeiros números de *O Sexo Feminino* tamanho o impacto que o jornal obteve. Sua publicação na Corte manteve-se constante, sendo que a interrupção foi motivada por fatores exógenos, como a epidemia de febre amarela que ocasionou a suspensão do jornal no ano de 1876. Em 1889, *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino* alcançou uma tiragem de 2.400 exemplares³⁴. Inicialmente, em especial durante sua primeira fase em Campanha, *O Sexo Feminino* era um semanário. No Rio de Janeiro, entretanto, Francisca Diniz encontrou maiores dificuldades financeiras para manter o jornal, passando a publicá-lo quinzenalmente. A longa duração da edição do jornal e sua expressiva vendagem foram, seguramente, frutos de uma estratégia editorial desenvolvida por Francisca Diniz que tinha formas de apelo e convencimento de suas leitoras

³³ *O Sexo Feminino* 07 de setembro de 1874.

³⁴ *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, 15 de dezembro de 1889.

bastante próprios. Tratava-se de sensibilizar o público feminino para o fato de que aquele era um órgão em defesa dos seus interesses. Para Francisca Diniz, era necessário convencer as mulheres da sua condição de inferioridade perante o homem, para que essas mulheres atuassem em defesa de seus próprios direitos. Os discursos da imprensa feminina divergiam em relação ao público a ser atingido, alguns jornais direcionavam sua argumentação para os homens na tentativa de persuadi-los a reconhecer os direitos das mulheres³⁵. O sistema de assinaturas, em destaque no cabeçalho do jornal trazia preços diferenciados para a localidade de origem e para outras regiões, preços promocionais, caso o assinante optasse pela assinatura anual, semestral, trimestral.

127

Para garantir a sobrevivência e a longevidade de sua folha, Francisca Diniz recorreu à colaboração de indivíduos que compreendiam a necessidade de sua causa e podiam viabilizar a publicação do jornal. Para garantir outros recursos para a manutenção do jornal, Francisca Diniz também recorreu a anúncios, que tiveram maior ocorrência na sua fase de publicação na Corte. Eram, em geral, anúncios de atividades culturais e dirigidos ao público feminino, tais como: espetáculos de teatro, venda de livros e coleções, aulas de piano, casas de modistas, produtos para a saúde, etc...

³⁵ HAHNER, June, op. cit. p. 36.

Durante o século XIX, os jornais feministas não podiam contar apenas com a defesa da maternidade ou dos direitos e aptidões da mulher para manter a atenção e lealdade de suas leitoras, mas também, sentiam-se obrigados a oferecer tanto entretenimento quanto informação³⁶. Para garantir a constância de um público consumidor, *O Sexo Feminino* alternou seus discursos com jogos, charadas, poemas e, é claro, com o folhetim. No caso de *O Sexo Feminino* houve a publicação de três folhetins, escritos por mulheres, sendo que um deles de autoria de sua filha Elisa Diniz. Os jornais femininos incentivavam as mulheres para que divulgassem sua produção literária, transformando-se em espaços de convivência onde se poderia desenvolver uma cumplicidade feminina.

Um dos aspectos que se pode observar em *O Sexo Feminino* é o esforço empreendido por Francisca Diniz para criar um circuito de divulgação e trocas com outros órgãos da imprensa, feminina ou não. É o caso, por exemplo, dos comentários sobre o surgimento de novos periódicos, comumente publicados, cuja importância era ressaltada por colaborarem na configuração de uma sociedade que, cada vez mais, lia e expressava suas idéias por meio da escrita. Também as cartas de agradecimento, que acusavam o recebimento de novas publicações cumpriam esse papel.

³⁶ Idem, p. 58.

Quando o número de jornais recebidos era muito grande, *O Sexo Feminino* não deixava de publicar, pelo menos, uma lista dos títulos. Enviava exemplares às redações de diversos jornais em todo Brasil, e até mesmo para fora do país. Esse costume tinha, a intenção de divulgar a causa das mulheres e, também, de incrementar as vendas de *O Sexo Feminino*. Francisca Diniz tinha ainda o costume de enviar exemplares do seu jornal a pessoas influentes politicamente, tais como ministros e conselheiros do Império e, em especial, a pessoas que tivessem influência na área educacional. Além de divulgar que os jornais eram enviados a outras redações, de outros locais, publicava as respostas recebidas como estratégia de valorização de seu impresso, de sua própria pessoa e, ainda para sugerir que a educação feminina era um tema de interesse cada vez mais amplo na sociedade. A assinatura de *O Sexo Feminino* pelo Imperador D. Pedro II e sua filha Princesa Izabel, foi noticiada com entusiasmo na publicação de 29 de julho de 1875.

Durante o século XIX, os jornais que se pretendiam constantes em sua periodicidade possuíam títulos que expressavam de maneira bastante direta a intenção de seus produtores, indicando que, na imprensa do período, a circulação de determinadas idéias se fazia por meio de sua associação a determinadas imagens, mais próxima ao

discurso publicitário³⁷. No caso de *O Sexo Feminino*, esse título era uma referência clara e direta à intenção do jornal, cujo título completo era: *O Sexo Feminino - um semanário dedicado aos interesses da mulher*. A escolha do nome *O Sexo Feminino* demonstra uma proposta diferenciada em relação a outros jornais que se utilizaram de metáforas que relacionavam a mulher a imagens de fragilidade e beleza, tais como: *O Bello Sexo* ou *A Violeta*. *O Sexo Feminino* faz, a nosso ver, uma referência maior à individualidade e à subjetividade femininas, uma demanda que a leitura e a escrita buscavam preencher, diferentemente de outros periódicos cujos títulos: *A Família*, *Arquivo das Famílias*, *Jornal das Famílias* e *A Mãe de Família*, sugeriam leitores muito mais preocupados com a estrutura familiar e, talvez, o papel da mulher nesta estrutura. Mais ilustrativos em relação a suas propostas do que os títulos dos jornais, são os seus sub-títulos, espécie de resumo do conteúdo e da intenção presente no periódico³⁸. Francisca Diniz definiu seu jornal como um “semanário dedicado aos interesses da mulher”. Essa epígrafe variou com o tempo passando a *semanário literário, recreativo e noticioso*, sem, no entanto, deixar de lado sua proposta original de ser *especialmente dedicado aos*

³⁷ SEABRA, Elizabeth Aparecida Duque. **A escrita e a fala: idéias de monarquia e república nos folhetos e periódicos (1821 – 1825)**. Belo Horizonte: UFMG, 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999, p. 50.

³⁸ SEABRA, Elizabeth Aparecida Duque, op. cit. p. 50.

interesses da mulher. Evidenciando a ampliação de suas propostas para a sociedade brasileira e de seu entendimento do papel da mulher nessa sociedade, Francisca Diniz passou a qualificar seu jornal como uma “revista quinzenal, literária, recreativa, noticiosa e **política** especialmente dedicada aos interesses da mulher”³⁹. Além dos sub-títulos, eram constantes as citações nos jornais do século XIX. Em *O Sexo Feminino*, encabeçando a primeira página do jornal e iniciando todas as suas edições, constava a seguinte citação: “É pelo intermédio da mulher que a natureza escreve no coração do homem”, retirada do livro *Educação das mães de família ou A civilização do gênero humano pelas mulheres* de Aime Martin. Essa obra, premiada pela Academia Francesa em 1840 e traduzida para o português em 1870, enfatizava a regeneração da humanidade através da educação das mulheres. A escolha desse livro evidencia o foco central dos escritos de Francisca Diniz: o aperfeiçoamento da sociedade brasileira a ser conquistado por meio da educação das mulheres. Os jornais e periódicos brasileiros do século XIX eram publicados com uma clara intenção pedagógica ou doutrinária com vistas a atingir um público, tinham como objetivo a defesa de seus propósitos, orientando seus leitores para determinadas ações⁴⁰. Nesse sentido, *O Sexo Feminino* não pretendeu ser um periódico apenas noticioso ou um

³⁹ Grifo nosso.

⁴⁰ SEABRA, Elizabeth Aparecida Duque, op. cit. p. 45.

passatempo agradável para as mulheres. Seu objetivo, pode ser compreendido através do manifesto *O Que Queremos*:

Queremos a nossa emancipação – a regeneração dos costumes;

Queremos reaver nossos direitos perdidos;

Queremos a educação verdadeira que não se nos tem dado a fim de que possamos educar também nossos filhos;

Queremos a instrução pura para conhecermos nossos direitos, e dele usarmos em ocasião oportuna;

Queremos conhecer os negócios do nosso casal, para bem administrarmo-los quando a isso formos obrigadas;

Queremos em fim saber o que fazemos, o porque e pelo que das cousas;

Queremos ser companheiras de nossos maridos, e não escravas;

Queremos saber como se fazem os negócios fora de casa

Só o que não queremos é continuar a viver enganadas⁴¹.

No decorrer das edições de *O Sexo Feminino*, Francisca Diniz reafirmou a superioridade moral da mulher,

⁴¹ *Sexo Feminino*, 25 de outubro de 1873.

que ela considerava *a síntese de todas as perfeições*. Superioridade essa que, para a autora, não era intrínseca à condição feminina, mas originada principalmente em razão de seu papel junto à família, principalmente como mãe. A mulher seria a responsável pela reprodução da espécie, entretanto, esse conceito de reprodução não se limitava a um papel exclusivamente biológico, a mulher reproduziria todo um conceito vigente de família, e na qualidade de mãe, ela seria a responsável pela formação moral do futuro cidadão⁴²: “A sua missão na terra não se limita, como muita gente pensa, a procriar filhos, mas bons filhos”⁴³. Para Francisca Diniz, a maternidade é a missão mais importante a ser desempenhada pelas mulheres: “É claro que à mãe está assinalada a missão de fazer os perfectíveis; seu papel é um dos mais importantes e de primeira ordem na escala social da perfectibilidade humana”⁴⁴. Está presente nas páginas de *O Sexo Feminino* a importância da família para a construção de uma sociedade moderna e para a construção de uma nação que atendesse aos moldes de civilização.

Hoje no século XIX está mais que demonstrada a maravilhosa importância que a mulher tem na regeneração da humanidade. É no lar da família, é a sociedade em miniatura, é que pode e deve ser

⁴² CARVALHO, José Murilo de, **A formação das almas**: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 130.

⁴³ *O Sexo Feminino* 08 de agosto de 1875.

⁴⁴ *O Sexo Feminino*, 08 de agosto de 1875.

aproveitada a luz divinal que a mulher recebeu de Deus, e nem é mais permitido negar-se a sua superioridade na educação e instrução da mocidade⁴⁵.

Não há ato nenhum mais grave, nem mais digno de reflexões em todo o conjunto da vida social do que o da vida da família, a qual é a base da ordem social e tem por pedra angular a mãe de família⁴⁶.

É importante tentar compreender por que uma representante da luta pelos direitos das mulheres tenha escrito tanto sobre a valorização da família e do papel da mulher na esfera doméstica, processo que resultou num afastamento dessas mulheres da esfera pública, do mercado de trabalho e da participação política. É possível pensar que, para a mulher brasileira, a valorização de sua atividade na esfera privada, na esfera doméstica, representasse um ganho em seu status social⁴⁷:

A mulher, pertencente ao sexo frágil, como é denominado pela onipotência do homem, é um móvel, um juguete que o capricho de qualquer estóico coloca no canto da casa ou atira barbaramente à última escala social. Vedada da instrução, que a perspicácia masculina tem julgado

⁴⁵ O Sexo Feminino, 02 de junho de 1889.

⁴⁶ O Sexo Feminino, 02 de abril de 1873.

⁴⁷ HANER, June, op. cit. p. 38.

incompatível com o sexo, inconsciente de seus direitos ela, qual cordeiro humilde, deixa subjugar-se e esmagar-se pela manopla de ferro de qualquer bárbaro. (...) Que papel representa a mulher na sociedade? Quando filha, quando mãe, quando esposa ou viúva, sempre, sempre, manietada, oprimida e dominada desde o primeiro até o último homem. A mulher dotada com as mesmas faculdades do homem, com a inteligência e a razão abertas a receber o cultivo das letras, das artes e das ciências, para ser útil á pátria e desempenhar a sua missão na sociedade, a maior e mais santa missão da humanidade, que toda depende da mãe de família, deve chamar a si os foros que não pode negar-lhe uma sociedade culta. Instrução para o sexo feminino minhas caras patricias!⁴⁸

135

O *Sexo Feminino* propunha novos modelos de casamento, em contraposição aos modelos vigentes desde o período colonial. Ao contrário da subordinação da esposa ao marido, Francisca Diniz dava importância à igualdade entre os sexos no matrimônio e à contribuição da esposa nas decisões do casal, principalmente, o direito das mulheres de opinar sobre a renda familiar. Em diversas passagens de *O Sexo Feminino*, é possível perceber a preocupação da escritora

⁴⁸ O *Sexo Feminino*, 14 de setembro de 1873.

com a situação de miséria em que muitas mulheres se encontravam em razão de desmandos dos maridos, do abandono, causados, principalmente, pela ignorância das esposas sobre o dinheiro da família. Em relação ao uso do dote, Francisca Diniz era uma severa crítica dessa tradição: *Leva-lhe um rico dote: a sua virtude e o seu amor*⁴⁹. Tradição que ela considerava ultrapassada, causa de uniões por motivos materiais e símbolo da desvalorização do intelecto da mulher. Ao contrário da subordinação da esposa ao marido, Francisca Diniz dava importância à igualdade entre os sexos no matrimônio e à contribuição da esposa nas decisões do casal, principalmente, o direito das mulheres de opinar sobre a renda familiar. Francisca Diniz, ao escrever sobre o casamento, buscava não apenas reformular a esfera doméstica. Em seu discurso, estava presente a crítica à falta de direitos das mulheres ao contrair matrimônio. Essa crítica chegava mesmo a ser direcionada ao poder público, que ela considerava omissa em relação aos abusos cometidos pelos maridos, conforme pode ser compreendido pelo seu artigo intitulado *O Casamento*:

O casamento não deve nem pode deixar de ser um verdadeiro e sólido elemento de ordem, uma condição de vida não só para o indivíduo, mas também para a família e para a sociedade. O

⁴⁹ O Sexo Feminino, 04 de abril de 1874.

casamento sendo um contrato civilmente falando é pois sujeito à igualdade de direitos tanto civis quanto penais, (...). Sabemos que a lei não é um código de moral, e que o contrato denominado casamento, por sua natureza especial e santa, não deve estar, como qualquer outro contrato, sujeito a dissolubilidade; (...) A mulher, por seu recato, pudor caridade, etc..., nunca ou quase nunca acusa o marido, nem em circunstância alguma por mais desgraçada que seja, deve fazê-lo; mas a lei ao ministério público deveria incumbir de fazê-lo em seu lugar. O ministério público deve promover a repressão de semelhantes crimes cometidos pelo marido no lar da família e não deixá-los impunes⁵⁰.

137

Francisca Diniz defendia a independência financeira da mulher como forma dela tornar-se independente da autoridade masculina. Nas propostas normatizadoras presentes em O Sexo Feminino, estava colocada, ainda que de forma amena, a possibilidade da mulher sustentar a família: “Ela trará com o fruto do trabalho inteligente, porém leve, a riqueza material para a família, de quem é soberana, ou deve sê-la”⁵¹. A restrição aos ofícios tipicamente masculinos permanece e Francisca Diniz chegou, mesmo, a

⁵⁰ O Sexo Feminino, 16 de junho de 1889.

⁵¹ O Sexo Feminino, 29 de setembro de 1875.

listar quais seriam os trabalhos mais condizentes com a natureza feminina:

A mulher instruída, convenientemente, pode à vontade e com toda dignidade e propriedade de seu sexo ocupar o emprego de médico, de químico, naturalista, físico, farmacêutico, pintor telegrafista, taquígrafista, botânica, agente de correios, negociante de rendas, sedas fitas e muitos outros próprios do lar doméstico⁵².

Ao longo dos anos em que foi publicado, *O Sexo Feminino* trouxe inúmeros artigos referentes a esse novo papel da mulher, ao casamento e à família. Pode-se perceber que o objetivo não se restringia apenas a redefinir o papel da mulher na sociedade de modo que ela pudesse exercer de maneira mais exemplar seus deveres domésticos para com a família. Essa redefinição de papéis deveria representar ganho de direitos para essas mulheres. Um dos exemplos é esse editorial intitulado *A Mulher*: “É-lhe precisa [às mães] uma instrução sólida e precisa. É preciso que conheça seus direitos e seus deveres para melhor saber a nobre missão que tem a desempenhar no seio da família e da sociedade”⁵³. A educação era, pois, o direito mais importante que as mulheres estariam adquirindo com essa redefinição de papéis. Por mais

⁵² *O Sexo Feminino*, 29 de setembro de 1875.

⁵³ *O Sexo Feminino*, 08 de agosto de 1875.

que a valorização da família, maternidade e do casamento tenham arrastado e restringido as mulheres para o interior do lar e, de certa forma, mantido-as no universo doméstico, ao mesmo tempo possibilitou trazer à tona da sociedade brasileira a necessidade de oferecer educação e instrução à população feminina.

Apesar de Francisca Diniz ressaltar em tantos artigos a importância da mãe de família, fica claro que, para a escritora, a mulher deveria contribuir para a evolução da sociedade muito além da regeneração social. É o que se pode ver no artigo abaixo, intitulado A Racional Emancipação da Mulher, no qual Francisca Diniz defende a igualdade e a emancipação feminina, inserindo-as no contexto de liberdade e civilização das nações.

O Sexo Feminino surgindo novamente na imensidão do oceano das idéias apregoadas pela liberdade, não faz mais do que concorrer com seu pequeno, porém franco apoio, para fazer vingar as idéias que a maioria das nações civilizadas afagam, fazendo refulgir a racional emancipação da mulher, (...). repitamos: todas as nações sacodem esses restos de grilhões que antes se opunham ao seu aperfeiçoamento moral e intelectual, e erguendo-se ao seu verdadeiro nível,

atingem de dia em dia seu fito principal – **A civilização da humanidade**⁵⁴.

Para Francisca Diniz, a meta e o conceito de progresso seriam o de uma nação que valorizasse a instrução e a educação, e que essas abrangessem todos os cidadãos independentes de sexo, raça ou cor. E como para a autora a instrução feminina era a que se encontrava em maior abandono, o progresso de um país somente ocorreria a partir da educação das mulheres.

140

Durante a interrupção da publicação de *O Sexo Feminino*, Francisca Diniz reapareceu no cenário editorial, em 1880, com uma revista intitulada *Primavera: revista semanal, instrutiva e noticiosa*. *Primavera* foi lançada em 29 de agosto de 1880 e circulou por apenas um ano. Em seu primeiro editorial, intitulado *Às Nossas Leitoras*, Francisca Diniz manteve parte de seu estilo literário, presente em *O Sexo Feminino*, informando às suas leitoras os motivos de seu afastamento do Rio de Janeiro, os motivos da suspensão da publicação de *O Sexo Feminino* e, ressaltando que o jornal havia mantido um público leitor assíduo, tendo sua interrupção sido motivada por fatores não relacionados à sua vendagem.

Entretanto, o discurso expressava um tom bem mais moderado em relação aos direitos da mulher brasileira. A

⁵⁴ *O Sexo Feminino*, 02 de junho de 1889. Grifo da autora.

intenção de se produzir um discurso mais moderado, ou melhor, a intenção de se produzir um periódico desprovido de um caráter político-doutrinário explícito - como era usual na imprensa do século XIX - estava demonstrada já na escolha do próprio título, *Primavera*. Francisca Diniz, após anos editando um jornal, cujo título era tão expressivo como *O Sexo Feminino*, acabou cedendo ao que era comum na imprensa direcionada às mulheres, periódicos com títulos que sugeriam a fragilidade, ou mesmo o romantismo das mulheres. Mas, *Primavera* tinha a proposta de ser um semanário instrutivo e noticioso, como sugerido por seu próprio sub-título. No primeiro exemplar, logo depois do editorial *Às Nossas Leitoras*, havia um texto intitulado *Primavera*, que descrevia essa estação do ano e ressaltava o seu significado. O fato de a revista ter sido uma publicação editada aos domingos, conforme explicitado na primeira página da cada edição, já de alguma maneira a conformava como leitura de entretenimento e voltada para toda a família.

A *Primavera* foi uma revista cujo conteúdo era composto de notícias sobre os acontecimentos da capital e artigos de cunho cultural e instrutivo. Os editoriais, com exceção do primeiro, não se referiam à causa feminina. Os temas abordados eram, geralmente, de História Universal – muito utilizado por Francisca Diniz, principalmente em *O Sexo Feminino*, para referir-se aos seus ideais de civilização e progresso -, de religião e de artes. O editorial da segunda

edição apresentou um tema mais contundente que mesclava religião, Platão, César e Napoleão. Através dele, a escritora termina por condenar a religião mulçumana, definindo o Alcorão como “um livro tenebroso e confuso que há mil anos é o oráculo da metade do mundo”⁵⁵. A poesia tinha espaço constante na revista. No entanto, diferentemente de *O Sexo Feminino*, em *Primavera* os poetas colaboradores eram homens. A revista contou, inclusive, com a ilustre colaboração de Casimiro de Abreu em três edições. O noticiário caracterizava-se por conter informações de caráter cultural, tais como moda, festas, bailes, o festival de música Carlos Gomes. Os anúncios restringiram-se a anunciar casas de moda, pensões e, claro, anúncios de escolas, principalmente às de propriedade de Francisca Diniz. Na parte sobre moda, introduziu-se uma novidade: dicas do que seria a *última moda na Côte*.

Apesar dessa proposta mais cultural e do abandono da causa feminina, a *Primavera* dedicou grande parte de seus artigos à causa abolicionista, ou segundo palavras da própria editora: *propunhamo-nos a tratar da escravidão*⁵⁶. Em seus textos sobre a escravidão, Francisca Diniz adotou um tom bastante direto e politicamente engajado, como no exemplar de 03 de outubro de 1880, no qual reproduz um discurso proferido no parlamento *por um dos mais acérrimos*

⁵⁵ Primavera, 03 de outubro de 1880.

⁵⁶ Primavera, 10 de outubro de 1880.

partidários da idéia abolicionista, o deputado Marcolino Moura, sendo que esse discurso ocupou mais da metade da revista. Na edição de 17 de outubro, duas semanas após a publicação desse discurso, Francisca Diniz afirmava: “Os povos hoje sabem que comprar e vender um homem é um crime; é violar as leis de Deus e o direito da humanidade”⁵⁷.

A publicação da revista *Primavera*, fez com que Francisca Diniz ultrapassasse a condição de ser uma escritora exclusivamente militante, - que utilizava de seus escritos como um instrumento de divulgação de suas idéias de emancipação da mulher brasileira -, para se afirmar como escritora e editora. Através de sua própria trajetória pessoal, a autora se afirmou como um modelo de emancipação feminina, uma mulher que conseguiu se profissionalizar em uma seara tipicamente masculina e alcançou, com seu trabalho, reconhecimento e sustento financeiro.

Além da publicação desses dois periódicos, Francisca Diniz publicou um romance em 1886, *A Judia Rachel*, em co-autoria com sua filha Albertina Diniz. Dividido em duas partes, o livro narra a vida de Rachel, mulher, judia, escrava, esposa e mãe. Sua história começa na Europa quando, ainda criança, foi seqüestrada de sua família. A partir desse acontecimento, são relatadas uma série de desventuras até o desfecho feliz: o casamento com o príncipe Roberto, o reencontro com os pais e a vida tranqüila em família em um castelo na Suíça.

⁵⁷ Primavera, 17 de outubro de 1880.

É importante entender o que a publicação desse romance representava para suas autoras. No jornal, seus escritos eram uma forma de disseminação de suas idéias em defesa da emancipação da mulher, assumindo, portanto, um forte caráter propagandístico. Em *Primavera*, o viés ideológico permaneceu, porém, apresentando características mais instrutivas e com temas mais amplos. Afinal, para Francisca Diniz, ser uma romancista configurava-se em mais uma etapa que ela estava trilhando como escritora. Escrever um romance deve ter sido um grande desafio para Francisca Diniz. Afinal a afirmação de sua posição como escritora, impunha, necessariamente, a autoria de um romance. Francisca Diniz, ao eleger uma mulher como o personagem de seu romance, indicava a emergência da individualidade da mulher brasileira, individualidade essa que se expressou, principalmente, através da escrita. Coerente com a luta de sua autora pela emancipação feminina, o romance *A Judia Rachel* deve ser visto como instrumento de formação de um público leitor brasileiro e expressão da construção da subjetividade feminina através da literatura; afinal é escrito por uma mulher, narra a história de uma mulher e, com certeza, buscava um público de leitoras.

O desenvolvimento do gênero literário romance esteve relacionado com a expansão do público leitor⁵⁸. No Brasil, a

⁵⁸ Na Europa do século XVIII, bem como, no século XIX no Brasil, assistiu-se a um crescente interesse popular pela leitura, em especial pelos romances. Entretanto, esse aumento de leitores não representava, necessariamente, um

partir da segunda metade do século XIX, ocorria a formação de um público feminino, leitor e escritor de romances. Nesse período, ocorria no Rio de Janeiro o projeto de formação de uma sociedade letrada. A elite urbana brasileira valorizava a leitura como símbolo de instrução e como forma de sociabilização, sendo a prática da leitura entendida como uma forma de acesso ao saber erudito, ao *status* que a cultura letrada propiciava. O Rio de Janeiro possuía, em 1850, doze livrarias, em 1870, trinta e em 1890, quarenta e cinco livrarias⁵⁹. O interesse pelos romances, por parte do público leitor, pode ser medido pela estratégia editorial de publicação dos folhetins na imprensa da época. Tal foi o sucesso que o romance atingiu no século XIX, que a literatura podia configurar-se como um caminho para a popularidade⁶⁰. Nesse sentido, a publicação de um romance atendia a uma estratégia de divulgação. Ou seja, o público leitor e consumidor das propostas de emancipação feminina e de instrução da sociedade brasileira, veiculadas por Francisca Diniz, estava em formação. O desenvolvimento do romantismo no Brasil esteve vinculado a um público leitor feminino bastante extenso. Não apenas no Brasil como na Europa, as mulheres formavam o público alvo preferido dos

expressivo aumento do número de pessoas instruídas. Ver WATT, Ian. **A ascensão do romance**: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 34 – 55.

⁵⁹ MORAES, Maria Arisnete Câmara de. **Leitura de mulheres no século XIX**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, p. 32 – 55.

⁶⁰ CÂNDIDO, Antônio. **O romantismo no Brasil**. São Paulo: Humanitas/FFLCH, 2002, p. 42.

escritores romancistas. Entretanto, o romance, como definiu Nelson Werneck Sodré, era uma leitura que preenchia o ócio das mulheres e caracterizava-se como romance sentimental⁶¹. A literatura destinada às mulheres era considerada apenas como uma forma de lazer. Mas seu grande apelo popular acabou por fazer com que muitos passassem a ver nele um precioso instrumento pedagógico⁶². Francisca Diniz, com toda certeza, acompanhava essa discussão, optando pela escrita como forma de expressar suas idéias; utilizou-se, então, dos dois veículos em ascensão na sociedade brasileira: o livro e o jornal. Ela publicou não um romance sentimental, publicou, isto sim, um tratado ideológico, apresentando um estilo onde o tom didático ressaltava uma moral.

O romance *A Judia Rachel* pode ser inserido no estilo que Antônio Cândido definiu como literatura de carregação ou estilo romanesco. Esse estilo remete à primeira fase do romance, onde predominavam “paixões incontroláveis, sedução, raptos, traições, vilões terríveis, desonra, revelações de última hora, ausência de meias-tintas, ausência de nexo casual entre os acontecimentos, personagens estereotipados (radicalmente bons ou radicalmente maus)”. *A Judia Rachel* apresenta boa parte desses elementos, demonstrando que

⁶¹ SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

⁶² VASCONCELOS, Sandra Guardini T. **A formação do romance brasileiro: 1808 – 1860 (vertentes inglesas)**. Disponível em <<http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/>>, p 8. Acesso em: 17 maio 2005.

Francisca Diniz e sua filha seguiram uma tradição muito própria do folhetim, ao contrário de outra linguagem do romance que apostava na vida comum dos homens e em cenas próximas do cotidiano⁶³. Entretanto, essa escolha se justifica em razão dessa tradição novelesca corresponder em maior escala à missão moralizadora que em parte foi atribuída ao romance, com seus desfechos onde o vício era punido e a virtude recompensada. A Judia Rachel é um livro fonte de princípios morais e virtudes que exaltam a atuação de uma mulher de ações benemerentes e heróicas.

Como já foi dito, A Judia Rachel é um romance escrito em co-autoria por Francisca Diniz e sua filha Albertina Diniz. A autoria do livro é comunicada, na capa da publicação, da seguinte maneira: o nome de Francisca Diniz em destaque, com a designação de “Directora do Colégio Santa Izabel”, o que sugere que esse cargo conferia status à autora e, provavelmente, insinuava a idéia de que o livro seria, além de passatempo, fonte de instrução e conhecimento. Após essa referência, vem o nome de Albertina Diniz, sendo devidamente explicitado que trata-se da filha de Francisca. A editora da obra é a José Assis Clímaco dos Reis, do Rio de Janeiro. O título completo do livro, com seus dois sub-títulos, é *Scenas Orientais – A Judia Rachel: romance original de costumes*. O termo *Scenas Orientais* justifica-se por ser o Oriente o cenário da história. Na verdade, o romance

⁶³ VASCONCELOS, Sandra Guardini T. op. cit. p. 25.

descreve um imaginário criado pelas autoras do que seria o Oriente e a cultura oriental. A expressão romance de costumes refere-se ao estilo literário da segunda metade do século XIX, muito popular, no qual o leitor encontrava narrado o cotidiano de sua sociedade. Houve grande interesse por parte do leitor brasileiro em deparar-se os lugares, os hábitos, o tipo de gente cuja realidade podia aferir, e que por isso lhe davam a sensação alentadora de que o seu país podia ser promovido à esfera atraente da arte literária⁶⁴. Então, se o romance de costumes retratava a realidade brasileira, porque A Judia Rachel, cuja história se passa no Oriente e na Europa, foi definido como tal? Primeiramente, o romantismo utilizou muito do interesse pelo exotismo de regiões longínquas e de outras civilizações, inclusive européia⁶⁵. Entretanto, além dessa influência literária pode-se compreender a obra A Judia Rachel como uma metáfora à situação da mulher no Brasil. O ideal de feminino presente em A Judia Rachel, é um ideal que busca superar, utilizando-se da imagem da mulher do Oriente, a condição de inferioridade a que estava submetida a mulher brasileira, inferioridade, esta, resultante do seu estado de ignorância. A única forma de superação desse estágio seria justamente a educação. A civilização oriental, descrita em A Judia Rachel, pode ser compreendida como uma referência ao Brasil, entendendo

⁶⁴ CÂNDIDO, Antônio, op. cit p. 41.

⁶⁵ CÂNDIDO, Antônio, **Presença da Literatura brasileira**: das origens ao romantismo. São Paulo: Difusão Européia, 1968, p. 250.

que o Oriente, em relação à posição da mulher em sua sociedade, represente a sociedade brasileira. Afinal, a realidade brasileira do século XIX, ainda era a de uma sociedade patriarcal, que herdara, do período colonial, a imagem de uma fazenda harém, na qual o senhor vivia rodeado de escravas. Em diversos artigos presentes em *O Sexo Feminino*, Francisca Diniz criticou a condição de escrava a que a mulher brasileira era submetida no casamento.

O Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX foi o palco central das transformações que ocorreram no Império. Especificamente, em relação à vida das mulheres, o modelo de civilização do período tinha como locais e interesses femininos as modas de Paris, os bailes, a conversação amena dos salões e os romances de leitura recomendável a todas as moças solteiras. A representação da mulher e da mulher leitora em especial, presente em boa parte dos romances do Segundo Reinado, reproduzia esses conceitos, construindo personagens cuja rotina era constituída de passeios, bailes, piano e, é claro, uma leitura amena e prazerosa⁶⁶. Para Francisca Diniz e sua filha Albertina, a futilidade das mulheres de elite era um triste reflexo de um perfil feminino pouco preocupado com questões relacionadas à beleza interior, como o intelecto e os valores morais. Crítica essa bastante presente em *A Judia Rachel*, como na seguinte passagem:

⁶⁶ MORAES, Maria Arisnete Câmara de. Op. cit p. 78 – 79.

“Entregues absolutamente ao ócio, têm todavia uma grande habilidade na arte de se enfeitarem, e como sejam satisfeitas pelo sultão, em tudo o que desejam, gastam imensa soma em jóias..”⁶⁷.

Infelizmente, não é possível aquilatar a recepção que a sociedade do Rio de Janeiro ofereceu à *A Judia Rachel*. Como não foram encontradas críticas ao livro e dado o fato que ele restringiu-se a uma única edição, pode-se deduzir que ele não tenha se tornado um romance com ampla presença na maioria dos lares cariocas. Entretanto, acreditamos que o romance *A Judia Rachel* também poderá ser compreendido como uma significativa contribuição para a História da Literatura Brasileira. A produção literária de Francisca Diniz possui uma originalidade em relação à sua época. Afinal, o discurso feminista era uma novidade no Brasil e Francisca Diniz foi uma voz bastante radical na luta pelos direitos das mulheres. Ao mesmo tempo, Francisca Diniz foi uma escritora que se adequou ao mercado editorial de seu tempo e objetivava atingir um extenso público. Nos três impressos aqui analisados, é possível perceber a finalidade de Francisca Diniz como escritora, convencer as mulheres, seu público alvo, da necessidade de promoção da educação feminina. O acesso à educação permitiria a essas mulheres terem consciência de seus direitos e, a partir disso, reivindicá-los.

⁶⁷ DINIZ, Albertina A. e DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. **A Judia Rachel**. Rio de Janeiro: José Clímaco dos Reis, 1886, p. 25.

Francisca Diniz tratou abertamente da inserção da mulher no espaço público, seja pelas críticas aos governantes, pela reivindicação à educação e ao trabalho, condenando a pena de morte, a escravidão, seja pela própria discussão sobre a política de seu tempo. Entretanto, seu discurso foi construído com idas e vindas, exigências e concessões, estratégias e escritos. Uma das formas com que Francisca Diniz atuou em prol de melhorias da sociedade, fora da esfera doméstica, foi a filantropia, que, no entanto, não representava inserção no espaço público, mas era bastante aceita socialmente. A filantropia foi um assunto muitas vezes discutido pelos órgãos da imprensa feminina no século XIX. Esses veículos propunham a organização de estabelecimentos e instituições filantrópicas com o objetivo de ajudar as classes pobres, moralizar seu comportamento e facilitar sua educação⁶⁸. As mulheres que realizavam tarefas filantrópicas fora do lar eram mais aceitas do que as que invadiam o domínio masculino dos assuntos públicos⁶⁹. Além da sua atuação com a Escola Doméstica, Francisca Diniz apresentou em *O Sexo Feminino*, exemplos filantrópicos que ocorriam em outras partes do mundo, como uma maneira de sensibilizar seus leitores e fornecer modelos que poderiam ser seguidos na realidade brasileira.

⁶⁸ BICALHO, M. F. B. **O belo sexo**: imprensa e identidade feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do século XX. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1988, p. 233.

⁶⁹ HANER, June, op. cit. p. 77.

Francisca Diniz evitou assumir, abertamente, o seu posicionamento frente ao sistema político brasileiro. Ao contrário de muitos periódicos do século XIX, que surgiam para defender ou acusar o regime político, *O Sexo Feminino* tendia a respeitar a figura do governante, apoiando o Imperador e, à época da proclamação da República, apoiando a mudança de regime político.

Que nossa folha não é política, e por tanto não tem que se ingerir no grande problema social de qual seja a melhor forma de governo, se monarquia absoluta, constitucional, teocracia, democracia ou república aristocrática (...) Se estivéssemos sob a forma de governo republicano saudaríamos de bom grado o presidente da república; mas como estamos dominados pela monarquia, (...) Não sabemos em que grande república ou republicueta a mulher deixe de ser escrava, e goze de direitos políticos, como o de votar e ser votada⁷⁰.

Entretanto, não pode ser desprezado o fato de ela ter denominado seu jornal como *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino* em homenagem à Proclamação da República. É claro que, acompanhando os movimentos políticos brasileiros, Francisca Diniz pode expor de forma mais clara um

⁷⁰ *O Sexo Feminino*, 20 de dezembro de 1873.

posicionamento político mais definido. Junto à proclamação da República, *O Sexo Feminino*, ou melhor, *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, jubilou-se com o novo regime político, que a autora definiu como *democracia estabelecida no território brasileiro*, o qual, para ela, fez desaparecer *em um momento os preconceitos de nobreza de nascimento*⁷¹. Francisca Diniz pode ter sido influenciada pelo ambiente político de seu tempo, as agitações da década de 1880. A morte de seu marido pode ter posto fim a uma influência monarquista que ele certamente exercia sobre ela. Ou simplesmente, teria Francisca Diniz mudado de opinião e, conseqüentemente, de posição frente ao regime político em razão de sua trajetória de vida na luta pelos direitos para as mulheres. O certo é que se, em 1873, a forma de governo não é o mais pertinente, em 1880 ela escreveu o seguinte texto:

Um povo convicto da superioridade dos nobres como sob o antigo regime feudal, curva-se perante a realeza e nobreza; obedecendo a ambos, julgavam obedecer à justiça e à razão. Eis a causa única de sua obediência. Chegue um dos poderes ao povo, a descobrir que está em erro; imediatamente despedaçar-se-ão as cadeias e despiando as crenças que o retinham escravo,

⁷¹ O Sexo Feminino, 15 de dezembro de 1889.

correm em busca da justiça em que ele reconhece o direito de governar⁷².

154

Da mesma maneira compreendia que a forma de governo não representava, diretamente, mudanças nos direitos das mulheres. Francisca Diniz via poucos benefícios na obtenção do direito ao voto. Entretanto, a partir da década de oitenta do século XIX, em meio à agitação republicana, acentuou-se a discussão sobre o voto feminino no Brasil. Algumas feministas passaram a exigir esse direito, causando escândalo entre muitos brasileiros e brasileiras. Após a proclamação a República, *O Sexo Feminino* passou a reservar uma coluna em defesa do sufrágio feminino. O sufrágio feminino encontrou forte resistência masculina, baseando-se na suposta nobreza, pureza e domesticidade das mulheres⁷³. Na Assembléia Constituinte de 1891, a discussão sobre o voto feminino levantou argumentos sobre a importância do papel da mulher no lar, sua função primordial na família e a importância da família para a sociedade. Logo, o sacrossanto lar não poderia ser colocado em risco pela competição entre a mulher e o homem. Francisca Diniz, antevendo essa resistência, declarou: “Nós a mulheres não queremos ser Presidentes de República, Coronéis de Regimento, etc, etc..”.⁷⁴. Para em seguida propor novas possibilidades vetadas às mulheres:

⁷² Primavera, 17 de outubro de 1880.

⁷³ HANER, June, op. cit. p. 78 - 85.

⁷⁴ O Quinze de Novembro do Sexo Feminino, 06 de dezembro de 1890.

Mas, que a mulher, como ser inteligente, é capaz de fazer tudo o que faz o homem, tendo ainda segura e ampla esfera de ação no mundo moral e sensível, é fato demonstrado. (...) As profissões livres não são vedadas; há médicas e advogadas exercendo suas profissões livremente. Em conclusão, a mulher na maior parte dos países onde prevalece a civilização, ..., não está já sobre o jugo despotamente exercido pelo poder marital, e goza de maiores privilégios⁷⁵.

A partir do que ela considerava a *democracia estabelecida*, *O Sexo Feminino* ampliou a discussão a respeito da participação política das mulheres, defendendo seu direito ao voto. Resta-nos imaginar que, a partir de sua crítica a uma *republicana* em que *a mulher não goze de direitos políticos, como o de ser votada*⁷⁶, Francisca Diniz vislumbrava o princípio de novas possibilidades à mulher brasileira.

155

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste artigo, além da análise dos próprios escritos, foi de resgatar uma personalidade do século XIX -

⁷⁵ O Quinze de Novembro do Sexo Feminino, 06 de dezembro de 1890.

⁷⁶ O Sexo Feminino, 20 de dezembro de 1873.

uma mulher, ao mesmo tempo, tão comum e tão especial - e, a partir de suas próprias palavras, retratar questões pertinentes às mulheres de sua época. Apesar de, por um lado, a imprensa feminina ter falado tanto sobre o casamento, a família e a maternidade, por outro, retratou mulheres que possuíam outras dimensões que não deixavam de ser uma novidade em seu tempo. Eram leitoras, escritoras, professoras, literatas, trabalhadoras, que, muitas vezes, tiveram que ir a público contar suas histórias no sentido de legitimar esse espaço que elas já estavam ocupando. A trajetória de Francisca Diniz revela a necessidade que tinham essas mulheres do século XIX de recorrerem à escrita como meio de expressão.

A imprensa feminina do século XIX produziu e reproduziu os inúmeros discursos do período, que tratavam da condição feminina, e elegeram a educação como sua principal reivindicação. A instrução da mulher promoveria sua valorização na esfera doméstica, no lar e na família, ou melhor, a educação prepararia a mãe de família para exercer um papel que lhe era naturalmente devido: a de responsável pela educação dos filhos e responsável pela formação moral da família. A sua função moralizadora estendeu as atribuições das mulheres para a sociedade.

A valorização da mulher na esfera doméstica representou condição fundamental para as reivindicações da imprensa feminina em relação ao mercado de trabalho e à

participação política. O acesso à educação possibilitou o ingresso das mulheres nos cargos de professoras e possibilitou o exercício da atividade de escritoras. Da mesma forma, a instrução da mulher lhe forneceu subsídios para reivindicar o direito de participação política e permitiu que participasse da esfera pública por meio da participação na esfera literária.

Nesse sentido, é possível ressaltar o aspecto político do jornal *O Sexo Feminino*. Também, a partir da sua luta pelos direitos das mulheres, pode-se afirmar que Francisca Diniz foi uma representante do movimento feminista brasileiro. A luta das mulheres no decorrer do século XIX caracterizou-se por uma série de permanências e recuos, estratégias e escritos. A escrita configurou-se, para essas mulheres, como a estratégia de negociação possível de acordo com o momento histórico vivido.

157

FONTES

O Sexo Feminino: periódico dedicado aos interesses da mulher (1873 - 1889).

O Quinze de Novembro do Sexo Feminino: periódico quinzenal recreativo noticioso (1889 - 1890).

A Primavera: revista semanal, instructiva noticiosa (1880).

DINIZ, Albertina A. e DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta.

A Judia Rachel. Rio de Janeiro: José Clímaco dos Reis, 1886.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, B. M. **Ideologia e feminismo**: a luta pelo voto no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____.; PITANGUI, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BICALHO, M. F. B. **O belo sexo**: imprensa e identidade feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do século XX. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1988.

159

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario bibliographico brasileiro**. Rio de Janeiro: 1883-1902.

CÂNDIDO, Antônio. **Presença da Literatura brasileira**: das origens ao romantismo. São Paulo: Difusão Européia, 1968.

_____. **O romantismo no Brasil**. São Paulo: Humanitas/FFLCH, 2002.

CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas**: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DUARTE, Constância Lima. A ficção didática de Nísia Floresta. In: **500 Anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. A mulher e o jornalismo: contribuição para uma história da imprensa feminista. In: **Mulher**: cinco séculos de desenvolvimento na América: capítulo Brasil. Belo Horizonte: Federação Internacional de Mulheres da Carreira Jurídica, 1999.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. Negros e educação no Brasil. In: **500 Anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

HAHNER, June. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas**: 1850 –1937. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

MORAES, Maria Arisnete Câmara de. **Leitura de mulheres no século XIX**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

NASCIMENTO, Cecília Vieira do. **O Sexo Feminino em campanha pela emancipação da mulher (1873 – 1874)**. Belo Horizonte: UFMG, 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

SEABRA, Elizabeth Aparecida Duque. **A escrita e a fala:** idéias de monarquia e república nos folhetos e periódicos (1821 – 1825). Belo Horizonte: UFMG, 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

SHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. **Dicionário mulheres do Brasil.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

VALLADÃO, Alfredo. **Campanha da Princesa.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1942.

VASCONCELOS, Sandra Guardini T. **A formação do romance brasileiro:** 1808 – 1860 (vertentes inglesas).

Disponível em:

<<http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br>>.

VILLELA, Heloísa de O. S. O mestre escola e a professora. In: **500 Anos de educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

WATT, Ian. **A ascensão do romance**: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

A mobilização das categorias “natureza” e “feminino” para a construção da nação na Era Vargas

Natascha Stefania Carvalho Ostos

Resumo: Este artigo pretende investigar as práticas e representações construídas acerca do feminino e da natureza no Brasil, entre os anos de 1930 e 1945. Partindo do pressuposto de que as pessoas interagem com o meio natural através de imagens e saberes culturalmente criados, projetando sobre a natureza valores e significados próprios de uma dada sociedade, analisaremos as representações construídas em torno das categorias históricas de mulher e de natureza, em sua relação com a idéia de nação. Priorizaremos, em nosso estudo, a compreensão, de um lado, dos sentidos culturais e políticos subjacentes à associação discursiva entre as mulheres e a natureza e, de outro lado, procuraremos mapear as relações de poder que animaram esse jogo de relações.

Palavras-chave: mulheres, natureza, representações culturais.

163

La mobilisation des catégories «nature» et «féminin» pour la construction de la nation dans l'ère Vargas

Résumé: Cet article vise à enquêter les pratiques et les représentations construites concernant le féminin et la nature au Brésil, entre les années 1930 et 1945. En partant du présupposition que les personnes interagissent avec le moyen naturel à travers des images et des savoirs culturels, en projetant sur la nature de valeurs et de significations propres d'une société, nous analyserons les représentations construites autour des catégories historiques de femme et de nature. Nous donnerons la priorité à la compréhension, d'un côté, des sens culturels et politiques sous-jacents à l'association entre les femmes et la nature et, d'autre côté, nous chercherons tracer les relations de pouvoir qui ont animé ce jeu de relations.

Mots clés: femmes, nature, représentations culturelles.

INTRODUÇÃO

As relações construídas, ao longo do tempo, entre as sociedades humanas e o mundo natural têm sido privilegiadas pelo surgimento de vários estudos produzidos no campo da História Ambiental. Essa vertente de pesquisa investiga as percepções que orientam as interações entre os seres humanos e a natureza, questionando o pretenso dualismo existente entre a sociedade e o meio natural. Os pesquisadores abandonaram uma noção monolítica de

natureza, privilegiando o estudo das diversas idéias que os agentes históricos construíram sobre o mundo natural, idéias essas forjadas em temporalidades e culturas específicas. As pesquisas atuais tendem a afirmar que não existe apenas uma noção de natureza e sim várias, produzidas no próprio devir histórico, pelas diferentes comunidades (CRONON, 1996). Partindo do pressuposto de que as pessoas interagem com o meio natural através de imagens e saberes culturalmente criados, projetando sobre a natureza valores e significados próprios de uma dada sociedade, este artigo pretende analisar as representações construídas acerca do feminino e da natureza no Brasil, entre os anos de 1930 e 1945, em sua relação com a idéia de nação. Priorizaremos, em nosso estudo, a compreensão, de um lado, dos sentidos culturais e políticos subjacentes à associação discursiva entre as mulheres, a natureza e nação e, de outro lado, procuraremos mapear as relações de poder que animaram esse jogo de relações.

A tradição ocidental vem sedimentando, há séculos, a divisão entre a sociedade e o meio natural. O fato de a cultura ocidental alicerçar-se, em grande parte, sobre religiões monoteístas favorece uma visão monolítica da natureza, entendida como criação una de Deus. As narrativas do Antigo e do Novo Testamento reforçam a dicotomia entre a cultura, lugar do civilizado, e a natureza, domínio do selvagem. De acordo com a Bíblia, o homem é o único ser feito à imagem e

semelhança do Criador, o que lhe confere uma posição hierárquica superior em relação aos demais viventes. O texto do Gênesis anuncia, ainda, que o Jardim do Éden (e todas as criaturas que o habitam) foi concebido para a fruição do homem, a quem foi delegado o domínio sobre as outras formas de vida (BIBLIA, 1971).

Por outro lado, o pensamento científico ocidental também contribuiu para consolidar a oposição entre o homem e a natureza. A partir do século XVII, com a prevalência de uma visão mecanicista do universo, reforçou-se tal dicotomia; classificar, catalogar, realizar levantamentos, tudo isso atendia ao desejo de subjugar o diferente e assimilá-lo ao corpo da cultura européia ¹¹³. Assim, a combinação das matrizes religiosa e científica quase sempre trabalhou no sentido de distanciar as esferas social e natural, como se elas fossem submetidas a lógicas completamente diferentes. Tal visão de mundo favoreceu o surgimento de comportamentos destrutivos para com a natureza, já que esta era tida como uma realidade exterior ao homem, um objeto que poderia ser

¹¹³ Segundo K. Thomas, para os europeus de então, “o homem era capaz de escolher, enquanto os animais eram presa de seu próprio instinto, guiados apenas pelo apetite e incapazes de livre arbítrio. [...] Para Descartes, o corpo humano também é um autômato [...] Mas a diferença está em que no seio da máquina humana há a mente e, portanto, uma alma separada, enquanto os seres brutos são autômatos desprovidos de almas ou mentes. Só o homem combina, ao mesmo tempo, matéria e intelecto.” In: **O homem e o mundo natural** – Mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 39.

livremente manipulado. O espaço considerado positivo era o da cultura, da sociabilidade ordenada. À órbita do civilizado se opunha o meio ambiente, lugar do selvagem, da desordem, do primitivo. A interação entre esses dois domínios era encarada como um embate a ser vencido pelo homem, que então imporia à natureza os valores superiores da cultura. Diante disso, derrubar florestas, exterminar animais ou pô-los a serviço do homem, eram iniciativas tidas como louváveis.

Foi principalmente na segunda metade do século XVIII, com a crescente industrialização e urbanização da Europa, que novas sensibilidades emergiram nesse continente. A escala de destruição ampliou-se de tal forma que os efeitos para a vida humana não tardaram a surgir; desde então muitos passaram a ver a natureza como um refúgio, lugar idealizado, romântico, em contraposição à insalubridade das cidades. Apesar dessa nova maneira de se encarar a natureza, não se pensava, então, em limitar a expansão industrial. Prevalencia a vertente de pensamento iluminista, que acreditava nos poderes ilimitados da racionalidade e que apontava como causas para a degradação ambiental a ignorância das pessoas e o atraso tecnológico das atividades produtivas. A maioria dos governantes e cientistas acreditava que o progresso, o avanço constante da técnica, eliminaria as distorções geradas pelas atividades econômicas (DUARTE, 2005, p. 56).

No caso do Brasil, as concepções européias acerca da natureza se fizeram presentes desde os tempos da colonização. Para os europeus, a natureza brasileira era uma realidade exuberante, fonte de riqueza infinita, onde abundavam plantas, rios e solos, prontos para serem explorados. Ocorria que, ao mesmo tempo em que os cronistas exaltavam uma natureza tida como idílica, instalava-se aqui um sistema de exploração calcado em atividades econômicas predatórias. Segundo José Pádua, essa aparente contradição entre a idealização da natureza e as práticas de destruição implantadas, deitou raízes no pensamento político brasileiro, já que, ainda nos dias de hoje, possuiríamos, sobre a questão da natureza no Brasil,

uma tradição de dois pólos esquizofrenicamente divorciados: uma celebração puramente retórica de um lado, e uma realidade de devastação impiedosa de outro. É verdade que esse divórcio é em grande parte aparente, na medida em que a retórica serve para obscurecer a prática, desviando o olhar de uma realidade que violenta tudo o que é idealizado na teoria. (PADUA, 1987, p.20)

Ao longo da história do Brasil foram construídas diversas concepções acerca da natureza¹¹⁴. Entre os anos de

¹¹⁴ Para uma discussão mais detalhada sobre essas diversas perspectivas ver: PÁDUA, José Augusto (org.). **Ecologia e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1987. Destacamos a análise que o autor faz do pensamento de José Bonifácio de Andrada e Silva, apontado como precursor, no Brasil, de uma crítica em torno do uso predatório dos recursos

1930 e 1945 o Brasil assistiu à implantação de um projeto político autoritário e centralizador, iniciado no governo provisório de Vargas e consolidado entre os anos de 1937 e 1945, período em que vigorou no país um regime ditatorial. Ao longo desses anos, o poder instituído procurou construir um projeto nacional unificador, capaz de sobrepor-se às diferenças sociais e políticas, gerando nas camadas populacionais o sentimento de pertencerem a um todo homogêneo, traduzido na idéia de pátria. Na tentativa de amalgamar os vários aspectos da realidade brasileira em torno do ideal de uma nação harmônica e pacífica, os grupos dirigentes adotaram uma visão biológica da sociedade (DUTRA, 1997). O período compreendido entre 1930 e 1945 foi marcado pela força das idéias nacionalistas que buscaram enaltecer tudo quanto pudesse simbolizar a grandeza do Brasil. A exuberante natureza do país foi elevada à condição de bem público, sendo alvo de regulamentações, inclusive com menção explícita no texto constitucional de 1937 ¹¹⁵.

169

naturais. Ressaltamos que nos dias de hoje muitos pesquisadores se dedicam ao estudo da visão de outros povos sobre a natureza, ver: ALBERT, Bruce. O ouro canibal e a queda do céu: uma crítica xamânica da economia política da natureza (Yanomami). In: ALBERT, B.; RAMOS, A. R. (orgs.). **Pacificando o Branco**: cosmologias do contato no Norte-Amazônico. São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado, p. 239-274, 2002; VIVEIROS, De Castro, Eduardo. Os Pronomes Cosmológicos e o Perspectivismo Ameríndio. **Mana**, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p. 115-144, 1996; RIVIERE, Peter. A predação, a reciprocidade e o caso das Guianas. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 7, n.1, pp. 31-53, 2001.

¹¹⁵ Art.134 "Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra

Além de seu simbolismo cultural, a natureza apresentava-se como fonte de riquezas exploráveis para o desenvolvimento econômico, e os projetos industrializantes emergiram como o comprometimento essencial do Estado (DUARTE; OSTOS, 2005, p. 78). As indústrias de base adquiriram grande importância para a estruturação de uma economia que deveria ser moderna e competitiva. O Estado brasileiro encampou os interesses dos setores produtivos e, dentro de um viés nacionalista e interventor, procurou organizar as atividades ligadas à exploração do subsolo e das florestas, estimulando assim os empreendimentos siderúrgicos e energéticos; as medidas se sucederam rapidamente: em 1939 foi criada a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional, em 1940 criou-se o Conselho Nacional de Minas e Metalurgia e em 1942 foram fundadas a Companhia Siderúrgica Nacional e a Companhia Vale do Rio Doce. Concomitantemente à tentativa de otimizar a exploração dos recursos naturais, o governo Vargas procurou conciliar os interesses dos diversos setores econômicos com o clamor de cientistas e intelectuais, que exigiam a implantação de medidas capazes de impedir a crescente destruição da natureza do país¹¹⁶. Em 1934 são criados o Código Florestal,

o patrimônio nacional". BRASIL, Constituição dos Estados Unidos do Brasil. 1937. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938, p.36.

¹¹⁶ Sobre esse assunto ver os trabalhos de: DUARTE, Regina Horta. Pássaros e cientistas no Brasil: em busca de proteção, 1894-1938. **Latin American Research Review**, Austin, Texas, EUA, v. 41, n. 1, p. 03-26, 2006; FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. Alberto José

o de Caça e Pesca e o de Águas; e em 1940 o Código de Minas¹¹⁷. Através desses dispositivos legais o governo tentou demarcar os limites para o uso dos recursos naturais, estabelecendo critérios para o corte de árvores, o replantio de áreas devastadas e a caça de animais silvestres, por exemplo.

O certo é que, com o golpe de 1937, acirraram-se os projetos intervencionistas, não de modo a negar a iniciativa individual, mas sim de forma a ressaltar que as atividades econômicas deveriam pautar-se pelo espírito de cooperação. Em que pese os inúmeros discursos proferidos na época criticando os egoísmos e as desigualdades geradas pelo livre mercado, é preciso assinalar que, nesse período, o Estado, no papel de agente da modernização econômica, beneficiou enormemente os setores empresariais, criando uma infraestrutura produtiva (indústrias de base, fomento do setor energético, transportes) cujos custos ultrapassavam em muito a capacidade de investimento da iniciativa privada. Assim, apesar do viés nacionalista que marcou a Era Vargas, as políticas econômicas iniciadas em 1930 já indicavam a disseminação, entre a elite nacional, de um pensamento desenvolvimentista, que iria se fortalecer nos anos posteriores.

Sampaio – Um botânico brasileiro e o seu programa de proteção à natureza. **Varia Historia**, Belo Horizonte, n. 33, p. 129-159, janeiro de 2005.

¹¹⁷ Respectivamente: Decreto-lei n. 23.793, de 23/01/1934; Decreto-lei n. 23.672, de 02/01/1934; Decreto-lei n. 24.643, de 10/07/1934 e Decreto-lei n. 1.985, de 29/01/1940.

No que diz respeito ao levantamento das riquezas naturais, fazia-se necessário, de acordo com o ideal centralizador da época, formar um mapa econômico que explicitasse a “vocalização” produtiva de cada recanto do Brasil. As peculiaridades das diversas regiões eram valorizadas, não por manifestarem a diferença interna do país, e sim por expressarem a multiplicidade de riquezas e as possibilidades de progresso da nação. As especificidades regionais precisavam diluir-se na idéia central de pátria, referencial que deveria amalgamar os brasileiros em torno de um único projeto nacional, ou seja, aquele levado adiante pelo governo Vargas. Para tanto era necessário conquistar as diferenças e as desigualdades internas, pacificando-as, mesmo que teoricamente, em um discurso de unidade nacional. Assim, o território do país era esquadrinhado na coleta de dados para o aproveitamento das florestas, das águas e dos minerais, de modo a definir quais seriam as formas legítimas de uso e ocupação do espaço. Essas informações seriam sistematizadas de modo a promover o crescimento *ad infinitum* da riqueza nacional e a modernização das atividades produtivas.

A QUESTÃO FEMININA

O fim da escravidão e a proclamação da República no Brasil, no fim do século XIX, inauguraram um momento de

profunda indeterminação quanto aos rumos político-sociais do país. Havia, teoricamente, uma vacância no poder, o que incentivou a disputa entre os mais diversos movimentos políticos pelo controle do Estado e pela definição dos alicerces em que se fundaria a nação (CARVALHO, 1987). A República trazia consigo a noção de uma estrutura política mais aberta e flexível, que daria oportunidade para a manifestação e a participação pública dos mais diferentes agentes sociais. Ao mesmo tempo em que se vivia esta experiência, o fim do regime escravocrata alterava os parâmetros em que se davam as relações laborais, abrindo espaço para o trabalho assalariado. Uma grande massa de imigrantes adentrava o país, enquanto boa parte da população do campo dirigia-se para os centros urbanos à procura de novas oportunidades de vida.

Nascia então, mesmo que de forma incipiente, uma economia de mercado que obedecia a uma lógica própria de funcionamento. Concomitantemente a essa nova situação, investia-se cada vez mais na urbanização das principais cidades do país, que agora concentravam em seu espaço uma série de empreendimentos comerciais, prestação de serviços e locais de sociabilidade. Ao lado dessas atividades, formava-se uma classe média brasileira desejosa de afirmar sua modernidade através do comprometimento com um modelo idealizado de civilização européia e com os valores burgueses que então se consolidavam. O ritmo das

transformações políticas, econômicas e culturais do início do século XX, favoreceu um clima de euforia e de crença no progresso. As mulheres brasileiras, principalmente as que residiam nas cidades, vivenciaram essas mudanças de forma conflitante, pois ao mesmo tempo em que eram chamadas a participar desta sociedade que, em muitos aspectos, se reinventava, elas também eram pressionadas a permanecer no espaço privado, ocupando-se exclusivamente com os cuidados do lar e da família.

Desde o período imperial já se debatiam algumas questões relacionadas à situação da população feminina do país, principalmente através da fala de mulheres que, influenciadas pelos movimentos sufragistas ingleses e norte-americanos, pleiteavam mudanças sociais, dentre elas o direito ao voto¹¹⁸. A luta dessas mulheres ganhou novo fôlego com o nascimento do regime republicano no final do século XIX. A reunião da Assembléia Constituinte, em 1891, abriu o debate a respeito do voto feminino e deu vazão às mais diversas teorias a respeito da incompatibilidade da mulher com o mundo da política. Alguns debutados defendiam

¹¹⁸ Nísia Floresta Brasileira Augusta, nascida no Rio Grande no Norte em 1809, foi uma dessas pioneiras na defesa dos direitos das mulheres; assim como Francisca Senhorinha da Motta Diniz, que fundou na cidade de Princesa da Campanha, Minas Gerais, no ano de 1873, o jornal *O Sexo Feminino*. A partir da segunda metade do século XIX foram fundados, no Rio de Janeiro, jornais como *O Bello Sexo* (1862) e o *Jornal das Senhoras* (1852), que já debatiam temas relacionados à educação das mulheres e ao voto feminino. In: HAHNER, June E. **A Mulher Brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

abertamente a inferioridade intelectual da mulher; outros argumentavam que ela era um ser instável e fraco, submetido aos ritmos da natureza e que seus nervos não suportariam a excitação própria do ambiente público. Porém, a maioria dos anti-sufragistas entendia que a concessão do direito de voto à mulher iria afastá-la de suas obrigações domésticas, colocando em perigo a instituição familiar e, em consequência disso, a própria estabilidade da sociedade brasileira. Com base nestes e outros argumentos os constituintes de 1891 recusaram à mulher o direito ao voto ¹¹⁹.

Ao longo das primeiras décadas do século XX, todas as controvérsias, propostas, valores e idéias que estavam de alguma forma relacionados com a condição feminina no Brasil, delimitaram o que então se convencionou chamar de a *questão feminina*. O país experimentava a invasão de um estilo de vida moderno, que acelerava o ritmo das mudanças sociais. Diversos avanços técnicos (navio a vapor, locomotiva e mais tarde o automóvel, o rádio e o cinema) já permitiam ao homem experimentar novas formas de vivência do tempo e do espaço. Essas inovações possibilitaram às pessoas de então construir uma espécie de imaginário global, onde indivíduos que residiam em locais diferentes passaram a compartilhar modelos semelhantes de medição temporal e de

¹¹⁹ Para uma discussão mais detalhada em torno do debate sobre o voto feminino na Assembléia Constituinte de 1891 ver: HAHNER, June E. **A Mulher Brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

representação do espaço. A circulação de idéias e de produtos se dava a uma velocidade nunca antes sonhada, favorecendo a interação entre as pessoas e a permeabilidade a novas idéias e culturas.

Ao mesmo tempo, o avanço da economia de mercado no Brasil desvalorizava a produção doméstica, levando à queda do valor econômico do trabalho feminino realizado em casa. As crescentes necessidades de consumo que foram então criadas levaram a um estrangulamento da classe média urbana, já enfraquecida pelos baixos salários e pela alta taxa de inflação que vigorava nas primeiras décadas do século XX. Paralelamente a esses fenômenos, o país estava se industrializando e certos setores da economia demandavam o emprego preferencial de mão-de-obra feminina. Assim, por todos esses fatores, as mulheres pobres e da classe média baixa se viram na contingência de adentrar o mercado formal de trabalho. Havia, no entanto, uma clara divisão das funções a serem exercidas por homens e mulheres. Estas participavam, em sua grande maioria, daquelas atividades que, de alguma forma, estavam associadas ao trabalho doméstico (indústria têxtil, fabricação de vestuário e calçados, produção de alimentos e bebidas).

Mesmo que restritas a esses empregos havia uma grande resistência ao ingresso das mulheres no mundo do trabalho formal. Temia-se, sobretudo, que o afastamento da mulher do lar a levasse a negligenciar os cuidados com a

casa e a família. Acreditava-se que a função social da mulher era a de assegurar a estabilidade da instituição familiar e que, se ela se distanciasse desse papel, o caos e o "anarquismo" tomariam conta da sociedade brasileira. Naquele período, poucas mulheres trabalhavam em busca de uma realização pessoal; a maioria delas necessitava desesperadamente do emprego para garantir a sua própria sobrevivência e a de sua família. O discurso dos grupos feministas engajados na luta pelos direitos da população feminina estava, geralmente, distante da realidade das mulheres pobres e das proletárias que trabalhavam nas fábricas. Essas militantes eram, em sua maior parte, integrantes da classe média/alta, que vivenciavam uma realidade muito diferente daquela experimentada pelas mulheres economicamente menos favorecidas. A profunda divisão social que caracterizava as relações humanas no Brasil também imperou entre as mulheres, e o movimento feminista não rompeu, totalmente, com os ditames dessa sociedade hierarquizada ¹²⁰. No entanto, a organização das mulheres proletárias se dava em outras instâncias (como sindicatos e associações), estabelecendo suas prioridades e reivindicações de acordo com sua própria realidade social. As principais mobilizações

177

¹²⁰ Há que se ressaltar que a denominação *feminista* englobava diversos significados, e nem todas as mulheres que se diziam feministas, ou eram assim designadas, compartilhavam das mesmas idéias; existiam nuances que as diferenciavam entre si e perante a sociedade. Para uma melhor caracterização do perfil desses movimentos ver: BESSE, Susan K. **Modernizando a desigualdade** – reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

se davam em torno da melhoria das condições do trabalho feminino: fim dos maus tratos e dos abusos sexuais sofridos no ambiente das fábricas; incremento dos salários; diminuição das horas de serviço; melhoria da higiene nos locais de trabalho.

Embora os movimentos operários apoiassem, de modo geral, as reivindicações feitas pelas mulheres trabalhadoras, estas não participavam em pé de igualdade da gestão e organização das lutas operárias. Nos sindicatos e nas associações elas costumavam ser responsáveis pela manutenção de um ambiente limpo e ordenado, dando suporte aos homens para que eles desempenhassem os papéis de líderes e de articuladores políticos dos movimentos. Muitos operários argumentavam que, se eles tivessem melhores condições de vida, suas mulheres não necessitariam abandonar o lar em busca de trabalho nas fábricas. Para boa parte desses homens a verdadeira “vocação feminina” estaria na maternidade e na dedicação aos serviços domésticos. Joel Wolfe cita o exemplo de operários da indústria têxtil paulista que, no ano de 1931, demandaram do presidente Getúlio Vargas uma solução para o crescente número de mulheres empregadas nas fábricas, afirmando que elas “contribuíam para aumentar o número de homens desempregados, criando [...] um espetáculo ridículo,

vergonhoso e revoltante: a mulher na fábrica e o marido em casa”¹²¹.

Por outro lado, a campanha empreendida por muitas mulheres a favor do voto feminino ganhou destaque na imprensa nacional e intensificou o debate em torno dos direitos, e dos deveres, que caberiam à população feminina¹²². Com a promulgação do novo Código Eleitoral, em 1932, as mulheres conquistaram o direito de voto, mas a aquisição dessa prerrogativa não significou a aceitação, por parte dos segmentos conservadores da sociedade brasileira (principalmente aqueles relacionados à Igreja Católica) da participação feminina nas diversas esferas da vida social do país. A incapacidade das mulheres para exercerem funções fora do lar era constantemente ressaltada na imprensa, através de editoriais escritos, em sua maioria, por homens temerosos dos efeitos morais resultantes da crescente

¹²¹ Memorial da União dos Operários em Fábricas de Tecidos de São Paulo para Getúlio Vargas, em 3 de agosto de 1931. In: WOLFE, Joel. “Pai dos pobres” ou “Mãe dos ricos”? Getúlio Vargas, industriários e construções de classe, sexo e populismo em São Paulo, 1930-1954. **Revista Brasileira de História**, São Paulo. ANPUH/Marco Zero, vol. 14, n. 27, p.35/36, 1994. Ao longo das primeiras décadas do século XX, o movimento operário apresentou diversas facetas; os grupos existentes, na medida das suas convicções, assumiam posições heterogêneas, por vezes mutáveis, sobre diversos assuntos. Com relação à situação social das mulheres, os anarquistas se destacavam pela sua posição libertária, defendendo a igualdade entre homens e mulheres, sendo favoráveis, até mesmo, ao divórcio e às uniões livres.

¹²² A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), fundada em 1922, conseguiu maior destaque na imprensa da época, congregando mulheres das classes média e alta em torno da luta pelo acesso feminino à educação e à saúde, pelo direito de voto, dentre outras reivindicações. As integrantes da FBPF repudiavam, de modo geral, as plataformas que incluíssem temas como o divórcio e a liberdade sexual.

participação feminina no mundo público. Muitos discursos adotavam um tom alarmista, destacando que, com o abandono do lar, as mulheres colocavam em perigo a estabilidade interna do país, quiçá do mundo, como mostra o comentário, sugestivamente intitulado *A Origem dos Males Presentes*: “A anarquia mental, a anarquia mundial (não é demais que se repita sempre), procedem justamente da anarquia do lar. Perdeu a mulher o governo da família e não conseguiu nem conseguirá jamais o governo das sociedades políticas”¹²³.

Na esteira das críticas tecidas contra as mulheres que não correspondiam às idealizações femininas de fragilidade, dependência, subserviência e devoção, encontramos o seu duplo na figura, também idealizada, da mãe de família, enaltecida como alicerce da sociedade brasileira. A maternidade, ou a condição de pobreza, eram as únicas realidades que eximiam de culpa as mulheres que porventura fossem obrigadas a trabalhar fora de casa em razão de sua precária situação econômica, pois, nesses casos, a mulher estava correspondendo ao ideal de sacrifício tido como inerente ao ser feminino, dedicando-se, assim, ao papel de cuidadora da família. Ao longo das décadas de 1930 e 1940 o governo Vargas decretou uma série de medidas que visavam

¹²³ PRAZERES, Oto. *A Origem dos Males Presentes*. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XLVIII, n.118, 22 de maio de 1938, p. 5.

proteger as mulheres operárias ¹²⁴, já que, para os mais resignados, o trabalho feminino precisava ser encarado como uma

realidade, que o Estado tem a obrigação de amparar, uma vez que é impossível impedir que a mulher trabalhe na indústria e em outras esferas de atividades manuais. Seria agradável se se pudesse riscar do vocabulário humano a palavra *operária*, como desejava Michelet. [...] Mas como é impossível, resta aos governos, aos legisladores [...] procurar remédios para minorar o sofrimento e a miséria das que obtêm, no trabalho, o seu pão de cada dia ¹²⁵.

181

Tratava-se, portanto, de um período de intensas transformações no cotidiano da população urbana brasileira

¹²⁶. Ao mesmo tempo em que o avanço da cultura de massa

¹²⁴ Ver o Decreto n. 21.417, de 17 de Maio de 1932, que regulava as condições do trabalho das mulheres nos estabelecimentos industriais e comerciais. Do referido Decreto também consta um anexo onde se listam os serviços perigosos e insalubres, proibidos para as mulheres. No entanto, é interessante destacar que, ao lado das medidas de proteção ao trabalho feminino adotadas pelo governo Vargas, o presidente da República autorizou, através do Decreto lei n. 2.548, de 31 de Agosto de 1940, a redução, em 10%, do valor do salário mínimo pago às mulheres trabalhadoras. Disponível em: < www.senado.gov.br > Acesso em: 10 de janeiro de 2007.

¹²⁵ CALLAGE, Fernando. O trabalho da mulher em face da legislação social brasileira. **Cultura Política**, Rio de Janeiro, ano II, n. 19, setembro de 1942, p. 36/37.

¹²⁶ Mesmo sendo verdade que as mudanças tecnológicas, os avanços científicos e a introdução de novos hábitos de consumo integram a realidade dos segmentos sociais mais privilegiados (ao menos em um primeiro momento), isso não significa que tais alterações deixam de ser percebidas pelos demais grupos sociais, influenciando, também, no ritmo de suas vidas. Certamente, a disseminação no Brasil do automóvel e do rádio, por exemplo,

(cinema, jornais e revistas de grande circulação, publicidade em larga escala) propunha novos hábitos e outras formas de comportamento para as mulheres, ela também se encarregava de estabelecer limites para o que seria o campo de ação da “mulher moderna”. Na maioria das vezes a modernidade era identificada com o consumo de certos produtos e o cultivo de uma dada aparência física. Nas propagandas voltadas para o público feminino, a mulher “emancipada” era aquela que seguia a moda dos cabelos curtos, que diminuía o comprimento das saias e que consumia com entusiasmo os novos aparelhos domésticos. No entanto, a adoção desse estilo de vida não implicava na adesão a um novo modelo de organização social, com mudanças substanciais na distribuição dos tradicionais papéis femininos e masculinos vivenciados no mundo público e na esfera privada.

MULHERES E NATUREZA

Ao longo da década de 1970 começaram a surgir, na bibliografia internacional, estudos que se dedicaram à pesquisa dos vínculos entre o feminino e a natureza. Sherry Ortner publicou, em 1974, um artigo precursor sobre o

impactou o cotidiano de toda sorte de pessoas, introduzindo mudanças em suas percepções espaciais e temporais, apesar da grande maioria da população não possuir tais bens.

assunto¹²⁷. Nesse trabalho a autora afirma que a aproximação mulheres/natureza estaria conectada a aspectos da biologia, pois as funções físicas femininas facilitariam a sua co-relação com a natureza. Assim, as mulheres acabaram por ser consideradas pela cultura dominante como seres subordinados ao signo do biológico, aos ritmos dos seus corpos, que as impediriam de libertar-se do jugo da matéria. Já os homens construíram para si outros modelos de referência, pautados na idéia de que somente eles teriam a plena capacidade de transcender o mundo físico/natural, sendo aptos a transformar a realidade e a produzir cultura através da ação criadora nos campos da arte, política, literatura, filosofia. Apesar de a autora destacar que o vínculo feminino/natureza passa pelo plano cultural, sua argumentação apresenta um ponto de vista bastante generalista, pois coloca as categorias natureza/cultura como universalmente opostas; do mesmo modo ela desconsidera as especificidades históricas que levam as sociedades a atribuírem sentidos múltiplos às instâncias do feminino, do masculino e da natureza¹²⁸.

183

¹²⁷ Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura?. In: LAMPHERE, L.; & ROSALDO, M. Z. (orgs.). **A Mulher, a cultura, a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 95-120, 1979.

¹²⁸ Henri Acselrad destaca que “o mundo material é objeto de inúmeras atividades de atribuição de significados. Pois os fatos culturais [...] mostram-se [...] como parte integrante do processo de construção do mundo, dando-lhe sentidos e ordenamentos, comandando atos e práticas diversas a partir de categorias mentais, esquemas de percepção e representações coletivas diferenciadas.” In: As praticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais.

MacCormack e Strathern (1980) aprofundaram o debate através da organização de um livro onde diversas autoras discutem os vínculos sociais construídos entre as mulheres e a natureza. A maioria dos artigos critica as visões acadêmicas apriorísticas, que consideram a conexão entre as categorias mulher/natureza como algo instituído pela “realidade” biológica, estabelecendo critérios a-históricos na análise dessas co-relações. As autoras ressaltam que as experiências humanas são vivenciadas através de culturas específicas, inseridas em temporalidades próprias e que, por essas razões, não seria possível construir análises indiferenciadas, que tentam adequar toda sorte de relações, eventos e agentes históricos dentro de modelos explicativos totalizantes.

A discussão no Brasil sobre as relações mulheres/natureza ganhou fôlego na década de 1990, inspirada pelos debates internacionais em torno do meio ambiente, que culminaram com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro, em 1992. Nesse mesmo ano foi lançada, no Brasil, a revista *Estudos Feministas*, cujo número inicial foi especialmente dedicado à problematização da questão de gênero em sua relação com o meio ambiente. Dentre os artigos publicados destacamos o trabalho de Sandra Mara

Garcia (1992), no qual ela mapeia as diferentes posições das chamadas eco-feministas com relação aos debates que envolvem gênero e natureza. De acordo com a autora, de modo geral, as eco-feministas defendem que a dominação masculina tem se dado tanto sobre as mulheres como sobre o meio natural, de forma a inferiorizar essas duas categorias frente ao universo dos homens e da cultura. Essas ativistas defendem uma aproximação dos movimentos feminista e ambientalista como forma de potencializar a luta contra um sistema opressivo comum. No entanto, a autora ressalta que parte da argumentação das eco-feministas carece de uma sólida perspectiva histórica, pois tende a atribuir sentidos unívocos às categorias das mulheres e do meio natural, adotando, como universal, o dualismo natureza/cultura.

185

Assim, para além da mera constatação de uma continuidade no tempo de certas associações entre o feminino e a natureza, é preciso levar em consideração que, se as ações e as palavras dos agentes históricos podem aparentemente assemelhar-se, “as coisas que eles dizem não são todas ditas em uma mesma modalidade de discurso” (WILLIAMS, 1989, p.25). Cabe ao historiador atentar para esses diferentes significados, construídos pelos atores históricos no turbilhão dos seus enfrentamentos diários, negociações, disputas, e conflitos vivenciados em realidades e em conjunturas específicas.

É fundamental assinalar que os discursos que procuravam associar a natureza com o feminino, ao longo da Era Vargas, estavam propagando uma determinada visão social da mulher, muitas vezes em consonância com um pensamento político conservador, que defendia a presença feminina no lar como elemento garantidor da “saúde moral” e da estabilidade social do Brasil. A mulher brasileira considerada ideal passou, então, a ser investida de diversas associações a uma natureza fértil, revestida de aspectos positivos, como mostram os versos:

Mulher brasileira,
 a mais tocada de Deus
 a mais tocada de graça maternal
 [...]
 e no húmus do teu corpo
 a vida germinou e floresceu.
 Eras como uma terra adormecida
 que a este frêmito novo despertou
 para a plenitude da alegria
 ___ a alegria de criar... ¹²⁹

O uso, no poema, da expressão “Eras como uma terra adormecida”, para designar a mulher sem filhos e, mais abaixo, o emprego do termo “plenitude” em referência à condição da maternidade (enunciada no ato de criar a vida),

¹²⁹ SILVEIRA, Tasso da. A mulher. **A Ordem**, Rio de Janeiro, ano XII, n. 31, set. de 1932, p. 191 e 192.

representa um pensamento comum no período: o de que a existência da mulher só adquiriria pleno sentido após o nascimento de uma criança. Note-se que os versos acima não associam à mulher outras atividades criativas, como nos campos da arte ou da literatura, mas apenas no que se refere à sua condição biológica, sua capacidade de reproduzir a vida. Certamente, as associações entre a mulher e a natureza, ao longo da história, são facilitadas em razão da observação humana de vários fenômenos naturais, como o processo de germinação das plantas, do brotamento, da frutificação, do nascimento dos animais e dos cuidados que, em geral, as fêmeas das espécies dedicam aos filhotes. Desses acontecimentos naturais emergem comparações com os fenômenos da gravidez, do parto, da amamentação e outras ocorrências próprias da fisiologia da mulher. Contudo, para além da crença de que as associações mulher/natureza, geradas pela comparação de fenômenos naturais, são puramente “lógicas”, já que baseadas na observação de fatos tidos como semelhantes, é importante recordarmos que elas não ocorrem sem a mediação da cultura, adquirindo sentidos diferenciados de acordo com as peculiaridades de cada sociedade. Como bem nos lembra Gaston Bachelard (1990, p.151), quando a natureza imita o humano, ela imita o humano imaginado.

187

Ao longo dos anos de 1930 e 1940 recrudesceram as aproximações discursivas entre as mulheres e o mundo

natural, como, por exemplo, na constante associação de um perfil maternal às árvores, revestidas de vários atributos femininos idealizados. Em artigo intitulado *Mãe*, o autor argumenta que o amor maternal é “feito a prova de todas as dores e de todo o gênero de ingratidões. Um coração que nunca se cansa de sofrer”¹³⁰. Em outro texto, dedicado a tecer elogios à árvore, também se recorre a esse modelo de abnegação materna ao proclamar que “A árvore [...] sabe perdoar aos que lhe fazem mal, dando-lhes sombra e alimento nas horas de cansaço e de fome. Não se vinga dos seus algozes, porque é generosa e compassiva.”¹³¹. Ou ainda: “Amemos a árvore, porque ela é cariciosa e maternal na sua utilidade e na sua ternura. Porque nos dá, magnânima e compassiva, toda a seiva [...] é, sempre, inalteravelmente, boa para as ambições humanas”¹³². Alceu Amoroso Lima, pensador católico, afirmava, em 1937, que um dos princípios que diferenciava o homem da mulher é que esta possuía “o espírito da aceitação”, uma “subordinação ao seu destino” que lhe conferia a capacidade de “suportar as mais duras adversidades”¹³³.

¹³⁰ MÃE. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XLIV, n. 228, 23 de set. de 1934, suplemento, p. 20.

¹³¹ CAPISTRANO, Martins. Elogio da Árvore. **Fon Fon**, Rio de Janeiro, n. 39, 28 de set. de 1935, p. 23.

¹³² _____. O Culto da Árvore. **Fon Fon**, Rio de Janeiro, n.39, 27 de set. de 1941, p. 3.

¹³³ LIMA, Alceu Amoroso. O homem e a mulher. **A Ordem**, Rio de Janeiro, nov./1937, p. 464.

Para os principais grupos conservadores do período (intelectuais católicos, integralistas, militares, funcionários públicos e juristas defensores dos papéis femininos tradicionais) a mulher que aspirava à realização fora do casamento e da maternidade era um ser egoísta, que ignorava o dever patriótico de constituir família e de cuidar da formação moral dos futuros cidadãos. Na fala desses indivíduos a mulher aparece como um ser acessório, cuja definição sempre se dá de acordo com a posição familiar que ela ocupa em relação ao outro - esposa, mãe, filha ou irmã. Esses seriam os papéis naturais a serem desempenhados pela população feminina, pois, como bem explicitou um autor da época, “Ora, a mulher é e será sempre mulher, a despeito de todo esforço do modernismo ateu para libertá-la da sua espécie”¹³⁴.

189

No entanto, se abundam nas fontes relações entre o meio natural e as idealizações maternas da época, também percebemos outro tipo de associação entre os elementos da natureza e certas noções do feminino. Em um período de intensas transformações sociais, que abrangiam a crescente urbanização do país, o aumento do trabalho assalariado e as inúmeras inovações técnicas, formava-se uma classe média brasileira que oscilava entre o fascínio produzido pela modernidade e o apego aos valores tradicionais. Nessa

¹³⁴ AULER, Guilherme Martinez. A cultura física e a mulher. **Tradição:** Revista de Cultura, Recife, ano V, n. 23, vol. IV, fascículo IV, Julho de 1941, p.185.

conjuntura, encontramos na documentação discursos que consideravam deploráveis o avanço das mulheres em direção ao mundo público. Em 1938 o funcionário público Oto Prazeres se insurgia contra a invasão das mulheres nas repartições públicas, proclamando que:

Há um grande engano botânico quando se diz que a floresta do Brasil, as nossas intrincadas florestas, são invencíveis. Muito mais resistente, tenaz, é a pequena planta, são as gramíneas, é a nossa teimosa tiririca, que arrancada aqui, nasce acolá, cortada hoje, aparece amanhã e aparece em profusão que desanima, invade tudo. [...] Não há país algum no mundo que ofereça o curioso espetáculo que estão oferecendo repartições e serviços públicos do Brasil, especialmente abarrotados de mulheres, atravancados de mulheres, grande parte atrapalhando o serviço, atrapalhando das mais variadas formas, prejudicando tudo [...] terrível avalanche de saias que desabou nas repartições ¹³⁵.

Podemos perceber, nessa fala, uma clara comparação entre o avanço feminino no serviço público e a proliferação das pragas vegetais no solo. Assim como as chamadas ervas daninhas, as mulheres que integravam os

¹³⁵ PRAZERES, Oto. Ofensiva Feminina. **Jornal do Brasil**. R J, ano XLVIII, n. 218, 17 de set. 1938, p. 5.

quadros do Estado não seriam capazes de produzir nada de bom, elas apenas atrapalhariam, com sua presença insidiosa, a realização do trabalho sério, no caso o masculino. Em uma época onde as mulheres estavam começando a ocupar novos espaços de trabalho e construíam novas redes de convivência, notamos o temor, por parte de setores conservadores da sociedade brasileira, de que essas mudanças gerassem uma “desagregação moral” da nação e um rompimento da ordem social pelo esfacelamento da estrutura familiar. A maior presença das mulheres no mundo público animou a produção de discursos masculinos que estabeleciam paralelos entre a população feminina e os desastres/pragas naturais, como explicita o seguinte texto:

o número de mulheres [...] irá aumentando cada vez mais [...] Elas serão em tal número que teremos que destruí-las com gazes asfixiantes e aviação, como fazemos às nuvens de gafanhotos [...] as mulheres andarão por aí em torno da gente, a perseguir-nos, como cupim em volta das luzes em dia de canícula ¹³⁶.

Assim, quando a mulher desejou escapar de sua “vocaçãõ” para a maternidade, ou pretendeu experimentar novas formas de sociabilidade, ela foi vinculada a elementos negativos da natureza, como as pragas e os desastres

¹³⁶ GUSTAVO, Paulo. Cabeças grandes e coisas perigosas. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XLVII, n. 215, 12 de set. de 1937, p. 4.

naturais, encarados como fatores de desequilíbrio e de dissolução dentro do que seria considerado o “curso natural da vida”. A mulher moderna também violava a naturalidade de sua condição feminina através da ostentação de hábitos artificiais, como o uso maquiagem, pois, como afirmava um comentarista do período: “O sexo feminino é bonito em si mesmo, a mulher, como todas as mamíferas e todas as outras fêmeas do reino animal, acumula dons e graças em tudo apropriado ao seu papel na espécie”, concluindo que “Toda beleza além dessa é anormal e danosa.”¹³⁷.

Certos autores não se acanhavam em publicar caracterizações ainda mais ofensivas sobre as mulheres, justificando crimes passionais, como o assassinato, argumentando que “As mulheres nos oferecem espetáculos de arrepiar e de confranger. Está por natureza absolvido o homem que mata uma mulher... Há no gesto do assassino uma vingança profundamente social. É a punição positiva de um crime qualquer”¹³⁸. Note-se que os discursos mais virulentos contra a mulher estavam associados ao temor de que a crescente participação feminina no mundo público, através do trabalho ou do lazer, acabasse por estimular outras liberdades, principalmente no campo sexual. Diante das novas oportunidades de sociabilidade vivenciadas pelas

¹³⁷ FILHO, Ribeiro. E assim por diante. **Careta**, Rio de Janeiro, ano XXVII, N.1337, 03 de Fevereiro 1934, p.13.

¹³⁸ RIEFFE, E. Do Outro Sexo. **Careta**. Rio de Janeiro, ano XXII, n. 1173, 13 de dez. de 1930, p.36.

mulheres, muitos homens viam-se atormentados pelo receio da traição feminina e, conseqüentemente, pela dúvida quanto à legitimidade dos filhos. Mesmo que a maioria dos comentaristas se limitasse a fazer insinuações sobre o assunto, referindo-se aos perigos morais que resultavam das excursões femininas fora do lar, outros eram mais claros ao explicitar suas preocupações, afirmando que se deixassem as mulheres “entregues às suas próprias inclinações [...] e à liberdade de escolha, o mundo estaria povoado de híbridos, de gente sem raça, sem sangue, sem caráter, monstros gerados ninguém sabe como nem onde”¹³⁹.

ERA VARGAS - MÁTRIA E NATUREZA

193

Concomitantemente ao crescente processo de exploração do meio natural ocorrido nesse período, importante parcela da elite dirigente, e intelectual, construía outros sentidos para a natureza brasileira. Como já mencionado, entre os anos de 1930 e 1945, ocorreu uma forte valorização da família tradicional, enaltecida como alicerce da sociedade, primeira instituição formadora dos cidadãos e que, por esses motivos, deveria cultivar os princípios da ordem e da paz social. Nesse esquema organicista, a figura da mulher/mãe foi apontada como suporte da família, idealizada

¹³⁹ _____. Do Outro Sexo. **Careta**. Rio de Janeiro, ano XXII, n. 1174, 20 de dez. de 1930, p.20.

através de falas moralizantes que lhe outorgavam a posse de um espírito cooperativo, disposto a abdicar dos próprios interesses em prol do bem comum. Multiplicaram-se, então, os discursos que interligavam as idéias de natureza e do feminino, reportando essas duas categorias à noção de *Mátria* brasileira. Essa dinâmica discursiva atribuía às mulheres e à natureza os valores de cooperação, ordem e sacrifício, noções consideradas essenciais para a manutenção da estabilidade e da tão almejada coesão nacional.

Benedict Anderson (1989) destaca que muitas concepções ligadas à idéia de nação foram construídas evocando as relações afetivas (familiares e/ou religiosas) vivenciadas pelos indivíduos. Daí adviria grande parte do potencial mobilizador da idéia de nação, capaz de despertar fortes emoções e de suscitar entre os nacionais a noção de pertencimento a uma dada comunidade. Os símbolos e as representações coletivas têm um papel de destaque na consolidação do imaginário político nacional, já que eles possibilitam ao indivíduo vivenciar a idéia de nação através de experiências mais concretas ¹⁴⁰.

¹⁴⁰ Andréa Zhouri nos lembra da importância que a natureza tem para a formação de uma idéia de brasilidade, sendo capaz de suscitar nos nacionais fortes noções de identidade e de pertença. A autora ressalta que “Em geral, os recursos naturais ocupam um lugar privilegiado na constituição da identidade nacional. Isso é evidente no simbolismo da natureza presente na bandeira nacional, no hino e, mais importante, nos movimentos históricos, culturais e especificamente literários. A abundância dos recursos naturais é o patrimônio maior do país. Paradoxalmente, sentimentos de abundância e distanciamento contribuem para a impressão de infinitude, obscurecendo a realidade de destruição.” In: O ativismo transnacional pela Amazônia: entre a

O período de 1930 a 1945 foi marcado no Brasil pela proliferação de idéias políticas autoritárias, que buscavam construir uma idéia de nação brasileira harmônica, unida em torno de valores comuns. Nessa conjuntura, as fronteiras entre o mundo público e privado se tornaram mais tênues, pois em uma concepção orgânica da sociedade nada deve escapar ao controle do todo e tudo interessa para a composição de um corpo social estável e “saudável”. Essa pretensão totalizante favoreceu a proliferação de discursos aonde abundavam as metáforas biológicas, que procuraram naturalizar as mulheres, fazendo de seus papéis de esposa e mãe um desdobramento natural das funções orgânicas femininas. Do mesmo modo, a natureza brasileira foi elevada à condição de símbolo do vigor e da fertilidade do país, cultuada por materializar a idéia-imagem de Mãria, de suprema doadora da vida a quem os brasileiros, seus filhos, deveriam prestar obediência e lealdade.

195

Assim, as associações construídas em torno da natureza e do feminino, nesse período, não constituíram um simples jogo de linguagem. De acordo com as várias vertentes de pensamento autoritário que predominavam no país, era preciso conciliar, no Brasil, “raça, meio e cultura”, promovendo a agregação dos vários segmentos sociais de modo a construir uma nação forte. Ao revestir a natureza com

qualificações e atributos ligados ao que era, então, considerado próprio da esfera feminina, reforçava-se a noção de uma natureza brasileira fértil, dadivosa, pródiga em distribuir bens. A partir desse tipo de associação não houve dificuldade em identificar a natureza com a própria nação brasileira, solo materno, berço ancestral, como evidencia o seguinte trecho:

Terra brasileira [...] Como um calidoscópio animado, vejo-te em toda a expressão física de tua grandeza territorial. Teus rios imensos, tuas vertentes rumorosas rasgam teu ventre enorme, a cantar a canção de volúpia de tuas entranhas generosas e fecundas. E entrecruzando-se, aqui e ali, para o beijo do amor comum, que une todos os teus filhos na paz e no carinho do teu regaço amigo¹⁴¹.

Ao apresentar a natureza como terra-mãe, fundamento maior de brasilidade, os discursos da época enfatizavam as “características” femininas de entrega e de cooperação como parte constitutiva da nacionalidade. Nas representações do Brasil como Mãtria tornava-se mais fácil banir possíveis alusões aos conflitos e rivalidades políticas do período, pois, nas idealizações conservadoras da época, ser mãe significava harmonizar e unir, em comunhão de felicidade, todos os

¹⁴¹ LOPES, Elcias. Prece. **Fon Fon**, Rio de Janeiro, Ano XXVI, n.30, 23 de Julho de 1932, p.23.

membros da família. Se a nação, figurada na natureza, era a mãe dos brasileiros, a figura paterna era encarnada por Getúlio Vargas, chefe da família nacional e pai dos pobres, único porta voz legítimo dos anseios do país. Desse modo, discordar das diretrizes políticas do governo Vargas equivaleria a cometer uma traição contra o próprio núcleo familiar, constituído pela totalidade dos nacionais. Dentro dessa lógica, os integrantes do poder instituído passaram a representar os brasileiros como um povo-criança, como massa infantil, dependente dos cuidados e da proteção dos governantes do país. Em troca das dádivas ofertadas pela grande Mãtria, através dos recursos naturais prodigalizados pelo seu solo-útero, e dos benefícios sociais distribuídos pelo Estado paternal, por meio do presidente Vargas, esperava-se que os brasileiros mostrassem gratidão, e piedade filial, aderindo, incondicionalmente, ao projeto político varguista.

A atribuição de caracteres maternas à nação brasileira, principalmente através da exaltação da fertilidade da natureza, incentivava o fortalecimento dos vínculos afetivos entre os brasileiros e a terra natal. A noção de Mãtria favorece a identificação dos cidadãos com uma dada idéia de comunidade, já que as referências à maternidade evocam, na maioria das pessoas, momentos de carinho, ternura e confiança. Esse tipo de associação alimenta-se de “uma projeção delirante, utópica e machista de uma autoridade soberana exercida de forma gentil pela figura da mãe, em

oposição à autoridade firme e inflexível do pai que provê o berço com aquelas riquezas”¹⁴². Contudo, se a natureza do Brasil era fértil e dadivosa isso não significava que ela concedia seus frutos sem esforço ou trabalho; cabia ao homem *cultivar* esse meio natural de contornos explicitamente femininos, através de uma ação humana traduzida em iniciativa masculina, onde surgiam, por vezes, claros aspectos de dominação e de autoritarismo, como mostra o trecho a seguir:

O primeiro contato é brutal. Chama-se derrubada. O homem empunha o machado e acomete os troncos seculares das perobeiras, canjaranas, maçarandubas, angicos, cedros, ipês [...] Em poucos dias, a paisagem oferece o espetáculo de um campo onde se feriu duríssima batalha, da qual o homem foi o vencedor. [...] É a canção nupcial do homem com a natureza virgem. De agora em diante, aquele trecho de território alimentará as gerações como carinhosa mãe. Outras áreas serão conquistadas, domadas, reduzidas ao convívio familiar. Cidades nascerão como filhas do casamento cósmico¹⁴³.

¹⁴² EISENBERG, José. Patriotismo e gênero na tradição do pensamento político moderno: uma genealogia. In: **Revista USP**, São Paulo, N.59, set./nov. 2003, p.23.

¹⁴³ SALGADO, Plínio. Como Nasceram As Cidades Do Brasil – I- Panorama da Terra e da Gente do Brasil. In: **Obras Completas de Plínio Salgado**. V. 8. São Paulo: Editora Das Américas, 1955, pp.21-23.

Trata-se, aqui, de uma perspectiva que pretende ressaltar a dimensão do controle humano frente ao mundo natural. A descrição não deixa dúvidas quanto ao desejo de submeter a natureza, claramente revestida de diversas alusões ao universo feminino, de modo a reduzi-la “ao convívio familiar”, trazendo-a para o mundo da sociabilidade ordenada. Podemos entrever, nesse trecho, o uso de uma linguagem agressiva, aonde o vocabulário bélico (com a utilização de palavras como “brutal”, “derrubada”, “batalha”, “vencedor”, “conquistadas”, “domadas”, “reduzidas”) dá o tom do tipo de relação que ali se constitui. O resultado desse embate seria a transmutação de uma natureza selvagem em uma natureza maternal, referencial seguro a partir do qual seria possível construir uma civilização.

199

As tentativas de atribuir contornos maternais à nação brasileira contribuíam para fortalecer a figura de Getúlio Vargas como o pai do povo, mediador e juiz das relações sociais, investido, pela prerrogativa do pátrio-poder, de uma autoridade inquestionável. Nesse quadro o Brasil era apresentado, pelos defensores do Estado Novo, como “uma grande família amparada e dirigida por um nobre chefe, que reage contra o excesso de individualismo resultante da desorganização moral”¹⁴⁴. As falas conservadoras delimitavam, claramente, os deveres familiares de cada um: à

¹⁴⁴ VARGAS, Viriato. A Doutrina do Estado Novo deve ser o Evangelho dos Patriotas. In: **Ciência Política**, Rio de Janeiro, fascículo V, vol. V, dez. de 1942, p.7.

Nação-Mãe cabia o cuidado da prole, através da disponibilização generosa dos seus recursos naturais; a Getúlio Vargas, o pai, cabia a chefia do núcleo familiar e, assim, o direito de tomar decisões em nome de todos, escolhendo os rumos políticos do país; ao povo-filho cabia o dever de obediência e respeito para com os esforços paternos no sentido de prover o bem estar da coletividade. Assim, atribuição de caracteres maternais à nação brasileira, principalmente através da exaltação da fertilidade da natureza, buscava incentivar o fortalecimento dos vínculos afetivos entre os brasileiros e a terra natal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante frisar que a construção, ao longo da Era Vargas, de associações discursivas entre o feminino e a natureza, mesmo quando idealizavam suas figuras, ajudaram a perpetuar um modelo sócio-econômico autoritário e conservador. Ao tratarem “a mulher” e “a natureza” como categorias unívocas, portadoras de uma essência, as falas desses sujeitos históricos deslegitimavam outras significações e vivências construídas, na sociedade brasileira, em torno do feminino e do mundo natural. Esses discursos procuravam apagar as diferenças sociais e culturais existentes entre as mulheres ricas e pobres, negras e brancas, donas-de-casa e operárias, instruídas ou de baixa escolaridade; todas elas,

sem exceção, deveriam ser boas esposas e mães dedicadas, esteio do lar, reserva moral da nação. Do mesmo modo, a natureza brasileira, tão festejada em razão de sua diversidade e abundância, não deixou de ser intensamente explorada em benefício de um projeto de desenvolvimento econômico que visava promover, com a ajuda dos recursos naturais, a modernização industrial do país.

Nesses discursos, o signo da maternidade aparece como o elo que une as mulheres e a natureza. Nas idealizações conservadoras da época, ser mãe significava sacrificar-se em função da família, esquecer de si ao dedicar-se ao outro, morrer, se fosse preciso, para o bem estar da prole. Essas associações favoreciam, predominantemente, dois tipos de atitude em relação à população feminina e à natureza brasileira: de um lado, sua idealização, com a produção de discursos laudatórios e romantizados enaltecendo suas qualidades morais e suas virtudes; de outro lado, a sua exploração, já que, tanto as mulheres quanto a natureza, ao encarnarem um papel maternal idealizado, existiriam para nutrir, doar, suprimindo, até a morte, as necessidades do próximo.

Restava que, em reconhecimento a essa inequívoca “vocação” para a abnegação e o sacrifício, as figuras maternas mereciam, em troca, a veneração e a lealdade incondicional por parte dos seus filhos. Assim, ao associar as idéias de nação, natureza e maternidade, os discursos

conservadores e nacionalistas, produzidos ao longo da Era Vargas, se apropriaram dessa lógica de reciprocidade familiar, tentando transferi-la para o campo das lealdades políticas, buscando promover, assim, a adesão da população brasileira aos projetos governamentais. A idéia de Mãtria favorece a identificação dos cidadãos com a idéia de uma comunidade familiar, fundada na confiança e no carinho, onde a representação do espaço público como o espaço da casa, lugar aonde se desenvolvem os laços e os afetos familiares, é comumente usada quando se deseja atenuar a dimensão dos conflitos sócio-políticos e promover a conciliação entre as diferenças, já que ““ estar em casa” ou “sentir-se em casa” fala de situações que indicam relações harmoniosas, em que disputas devem ser evitadas”¹⁴⁵.

As noções de natureza-feminina e de mulher-natureza se articulavam através referências cruzadas, que alimentavam os estereótipos compartilhados entre essas duas categorias: fertilidade, generosidade, altruísmo, abundância, dentre outros. Diante do exposto, acreditamos que tanto as mulheres, quanto a natureza, foram valorizadas, nesse período, no seu papel de reprodutoras: as mulheres, como procriadoras da sociedade (não apenas fisicamente, mas também de um determinado modelo social e familiar), e a natureza, como multiplicadora da riqueza econômica do país

¹⁴⁵ DA MATTA, Roberto. **A casa & a rua** – espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991, p. 60.

(através do uso desmedido dos seus recursos naturais) e como fonte de renovação das lealdades políticas, através da exploração do seu simbolismo como patrimônio maior da nação brasileira.

FONTES

A Ordem, Rio de Janeiro, 1930 a 1945.

Bíblia Sagrada. São Paulo: Editora Ave Maria, 1971.

Careta, Rio de Janeiro, 1930 a 1945.

Ciência Política, Rio de Janeiro, 1940 a 1945.

Constituições e decretos, 1930 a 1945 (disponíveis em: www.senado.gov.br).

Cultura Política, Rio de Janeiro, 1941 a 1945.

Fon Fon, Rio de Janeiro, 1930 a 1945.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 1930 a 1945.

Obras Completas de Plínio Salgado, vol. 8. São Paulo: Editora Das Américas, 1955.

Tradição: revista de cultura, Recife, 1941.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. As praticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri (org.). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, p.13-35, 2004.

ALBERT, Bruce. O ouro canibal e a queda do céu: uma crítica xamânica da economia política da natureza (Yanomami). In: ALBERT, B.; RAMOS, A. R. (orgs.). **Pacificando o Branco: cosmologias do contato no Norte-Amazônico**. São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado, p. 239-274, 2002.

ANDERSON, Benedict. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

BACHELARD, Gaston. **A terra e os devaneios do repouso – Ensaio sobre as imagens da intimidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BESSE, Susan K. **Modernizando a desigualdade** – reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

CARVALHO, José Murilo. **Os Bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CRONON, William (org.). **Uncommon Ground** – rethinking the human place in nature. New York: W. W. Norton & Company, 1996.

DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua** – espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

DUARTE, Regina Horta. **História & Natureza**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

_____. Pássaros e cientistas no Brasil: em busca de proteção, 1894-1938. *Latin American Research Review*, Austin, Texas, EUA, v. 41, n. 1, p. 03-26, 2006.

DUARTE, Regina Horta; OSTOS, Natascha S. C. Entre Ipês e Eucaliptos. **Nômadias**. Bogotá, n. 22, p.74-85, abril de 2005.

DUTRA, Eliana de Freitas. **O Ardil Totalitário**: imaginário político no Brasil dos anos 30. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

EISENBERG, José. Patriotismo e gênero na tradição do pensamento político moderno: uma genealogia. **Revista USP**, São Paulo, n.59, p.21-35, set./nov. 2003.

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. Alberto José Sampaio – Um botânico brasileiro e o seu programa de proteção à natureza. **Varia Historia**, Belo Horizonte, n. 33, p. 129-159, jan. de 2005.

207

GARCIA, Sandra Mara. Desfazendo os vínculos naturais entre gênero e meio ambiente. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.0, n.0, p.163-167, 1992.

HAHNER, June E. **A Mulher Brasileira e suas lutas sociais e políticas**: 1850-1937. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

MACCORMACK, C. P.; STRATHERN, M. (orgs.). **Nature, Culture and Gender**. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

ORTNER, Sherry B. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura?. In: LAMPHERE, L.& ROSALDO,

M. Z. (orgs.). **A Mulher, a cultura, a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 95-120, 1979.

PADUA, José Augusto (org.). **Ecologia e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1987.

RIVIERE, Peter. A predação, a reciprocidade e o caso das Guianas. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 7, n.1, p. 31-53, 2001.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural** – Mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**; na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WOLFE, Joel. “Pai dos pobres” ou “Mãe dos ricos”? : Getúlio Vargas, industriários e construções de classe, sexo e populismo em São Paulo, 1930-1954. **Revista Brasileira de História**, São Paulo. ANPUH/Marco Zero, vol. 14, n. 27, p.27-59, 1994.

VIVEIROS De Castro, Eduardo. Os Pronomes Cosmológicos e o Perspectivismo Ameríndio. **Mana**, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p. 115-144, 1996.

ZHOURI, Andréa. O ativismo transnacional pela Amazônia: entre a ecologia política e o ambientalismo de resultados. **Horizontes Antropológicos**, v.12, n.25, Porto Alegre, jan./jun. 2006. Disponível em: www.scielo.br.

A social-democracia e o feminismo revolucionário de Alexandra Kollontai

Joana El-Jaick Andrade

210

Resumo: O relevante papel desempenhado pelas militantes socialistas no período histórico que antecedeu a Primeira Guerra Mundial possibilitou a criação de grupos femininos organizados no interior dos partidos social-democratas europeus. Tais grupos concebiam a luta pela emancipação da mulher como parte integrante do projeto emancipatório socialista, cuja concepção radical de igualdade afastaria todas as formas de opressão. O trabalho em questão pretende analisar a contribuição de Alexandra Kollontai – célebre revolucionária russa – para a constituição de um movimento feminista revolucionário no âmbito da social-democracia, através do desenvolvimento e organização de estratégias de ação das “novas mulheres revolucionárias”.

Palavras-chave: Feminismo, Marxismo, Social-Democracia

The Social democracy and Alexandra Kollontai’s revolutionary feminism

Abstract: The significant role played by militant socialist women during the historic period before the First World War led to the creation of many feminine groups inside social democratic parties in Europe. These groups understood the struggle for women's emancipation as been a part of a wider emancipator socialist project, embracing a radical conception of equality which would exclude all forms of oppression. The paper intends to analyze the contribution of Alexandra Kollontai – famous Russian revolutionary – to the formation of a revolutionary feminist movement within the social democracy, and her importance to the development and organization of action strategies for the “new revolutionary women”.

211

Keywords: Feminism, Marxism, Social democracy.

As profundas transformações econômicas, políticas e sociais em processo na Europa no final do século XIX e início do século XX, decorrentes da expansão industrial e do predomínio das relações de produção capitalistas, afetaram indelevelmente inúmeros aspectos da vida privada. O crescimento das cidades, o surgimento de novas técnicas de produção, a ruína dos pequenos camponeses, a precarização da indústria doméstica ou “à domicílio” e a implementação do grande sistema fabril elevaram o grau de insegurança dos trabalhadores e provocaram a rearticulação das relações

sociais e da organização tradicional da família (THERBORN, 2006). Neste sentido, o ingresso de mulheres e crianças no mercado de trabalho, conforme observado por Engels em “A situação da classe operária na Inglaterra”, de 1844, pode ser compreendido como um aspecto social relevante vinculado ao desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Segundo Michele Perrot, em 1906 o trabalho industrial absorveria apenas uma pequena parte da mão-de-obra feminina da Europa – somente 25%, enquanto 36% estariam empregadas em trabalhos à domicílio e 17% em trabalhos domésticos, estando as demais empregadas no setor terciário (PERROT, 2005, p.195). Malgrado a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho, sua opressão e dominação no âmbito familiar e sua exclusão da esfera pública persistiam. Basta lembrar que o sufrágio feminino só foi estabelecido antes de 1914 em parte dos Estados Unidos (1893), na Nova Zelândia (1893), Austrália (1903), Finlândia (1906) e Noruega (1913) (ELEY, 2005 p.46).

Como Geoff Eley atenta, “a industrialização não subverteu tanto os velhos padrões de subordinação feminina, mas antes, os reproduziu sob novas formas” (ELEY, 2005, p.48). À exploração das mulheres em profissões precárias, serviços domésticos, indústrias de suadouro, trabalhos informais e na prostituição somou-se a desvalorização social refletida nos níveis inferiores de salário, na sujeição à

autoridade masculina paterna e marital e na dificuldade de sua integração a associações políticas e sindicais.

A forte resistência encontrada no meio operário à incorporação das mulheres refletia não apenas o apego a valores tradicionais e a preocupação com a dissolução ou arrefecimento dos laços familiares, mas, sobretudo, uma reação ao que representaria um rebaixamento quase generalizado dos salários. Com efeito, além da miséria, exploração e reificação, típicas da sociedade burguesa, as trabalhadoras enfrentavam ainda a tirania familiar e os entraves impostos por relações de dependência material, política e psicológica¹.

Tal situação conduziu a uma forma particular de inserção das mulheres nas fileiras do movimento operário. Ao mesmo tempo em que procuravam engajar-se nos órgãos e instituições de classe, exigindo a inclusão de suas demandas à pauta reivindicatória, constituíam grupos exclusivamente femininos² que se debruçavam sobre questões específicas

213

¹ Cabe lembrar que na maioria dos países europeus o regime jurídico que regulava as relações familiares havia se espelhado no Código Civil Napoleônico de 1804, que consagrava o poder marital e a subordinação total das mulheres e filhos ao marido/pai. Em seu artigo 213, o Código dispunha: "O marido deve proteção à mulher; a mulher, obediência a seu marido" (GUTIÉRREZ, 1984, p. 42).

² Neste artigo aderimos à distinção histórica entre movimentos femininos (ou de mulheres) e movimentos feministas, realizada por Josette Trat no "*Dictionnaire critique du féminisme*" (2000, p.125-126). Segundo a autora, os movimentos populares femininos seriam abrangentes e diversificados no tocante aos seus objetivos, não abordando exigências específicas das mulheres, como a oposição a formas de categorização universalizantes e de hierarquias sexuais. Já os movimentos feministas, originados a partir de meados do século XIX, teriam como objetivo a mobilização política e luta

das mulheres. Assim, as mulheres forjaram múltiplas estratégias de resistência com vistas à assunção de um papel mais ativo e significativo no interior do movimento operário. Carlos Bauer nos oferece vários exemplos deste tipo de organização:

em muitos lugares da Europa e da América, a persistente negativa dos sindicatos em admitir as trabalhadoras levou-as a constituir sindicatos femininos. Surgiram associações nas mais diversificadas profissões. Na indústria têxtil algodoeira inglesa estas sociedades protagonizaram importantes lutas em defesa de melhorias salariais na perspectiva de equiparação com os dos salários masculinos. O movimento feminista deu apoio absoluto a criação destas organizações sindicais específicas (BAUER, 2001, p. 83-84).

Esta orientação manifestou-se, inclusive, no cerne do movimento socialista, entrando em contradição com o princípio segundo o qual a luta pela emancipação da mulher seria indissociável da luta de classes, pois aquela seria parte integrante de um projeto mais amplo e radical de igualdade que visa acabar com todas as formas de opressão. Sob este

coletiva das mulheres pela transformação social e reconhecimento de sua condição enquanto grupo especificamente e sistematicamente oprimido.

prisma, portanto, somente a transformação revolucionária da sociedade – a abolição da exploração capitalista e a construção de uma ordem social socialista – poderia dar origem a um sistema verdadeiramente igualitário, que conferisse validade e efetividade aos preceitos legais que na sociedade burguesa só possuem existência formal.

Destarte, conforme os ensinamentos de Marx e Engels, haveria uma inter-relação entre a dominação de classe e a dominação de gênero, no âmbito da família, de forma que a superação de ambas só poderia ocorrer a partir da profunda e radical transformação social, mediante a socialização dos meios de produção:

A família individual moderna está baseada na escravidão doméstica, transparente ou dissimulada, da mulher (...) é o homem que, na maioria dos casos, tem de ser o suporte, o sustento da família, pelo menos nas classes possuidoras, e isso lhe dá uma posição de dominador que não precisa de nenhum privilégio legal específico. Na família, o homem é o burguês e a mulher representa o proletariado (ENGELS, 2000, p. 80).

Aderindo à concepção socialista, parte significativa das mulheres operárias passou a clamar pela redefinição radical de poder nos espaços público e privado como parte de um projeto de refundação da sociedade sobre novas bases, de forma a eliminar todas as formas de opressão e superar

relações sociais hierarquizadas construídas historicamente, típicas da sociedade patriarcal capitalista³.

Como afirmara Rosa Luxemburgo, a luta de classes proletária ampliou os horizontes das mulheres trabalhadoras “tornando suas mentes flexíveis, desenvolvendo seu pensamento e apontando para o grande objetivo a que deveriam dirigir seus esforços” (LUXEMBURGO, 2007)⁴. Desta forma, segundo a autora, o socialismo teria conseguido proporcionar o “renascimento” da massa de mulheres proletárias. Tal renascimento implicaria o questionamento da posição ocupada pela mulher na sociedade burguesa, a ruptura com os valores tradicionais religiosos e patriarcais, a rejeição da moral burguesa, o reconhecimento do seu direito de voto, associação e expressão, o anseio pela conquista de sua independência econômica e a luta pela construção de sua

³ Utilizamos a concepção de patriarcado subjacente à análise de Christine Delphy (1998), para quem distingue uma ordem econômica e social de caráter histórico, marcada pela hierarquia e pela subordinação política, material e simbólica das mulheres. Deste modo, Delphy não aderi a uma perspectiva dualista que realize uma separação entre patriarcado e capitalismo, ainda que um não seja redutível ao outro. Cabe ressaltar, igualmente, nosso distanciamento em relação às concepções essencialistas ou biologizantes relativas aos estudos de gênero. Assim como Heleieith Saffioti (2004, p. 138), consideramos que “não se trata de abolir o uso do conceito de gênero, mas de eliminar sua utilização exclusiva”. Ainda de acordo com a autora, “o gênero é aqui entendido como muito mais vasto que o patriarcado, na medida em que neste as relações são hierarquizadas entre seres socialmente desiguais, enquanto o gênero compreende também relações igualitárias. Desta forma o patriarcado é um caso específico das relações de gênero” (Saffioti, 2004, p. 119). Deste modo, justifica-se a utilização simultânea dos conceitos de gênero (enquanto representações históricas do feminino e do masculino) e de patriarcado (enquanto categoria histórico-política).

⁴ Discurso de 12/05/1912, intitulado “*Women's Suffrage and Class Struggle*”.

individualidade através do seu livre desenvolvimento intelectual e profissional.

Ao colocarem em questão as relações de gênero e de classe presentes na ordem burguesa partindo em defesa da reformulação do papel feminino, uma nova concepção de mulher passou a emergir. Michelle Perrot aponta algumas especificidades destas mulheres, que, em sua visão

não são nem passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por mais reais que sejam, não bastam para contar a sua história (...). Afirmam-se por outras palavras, por outros gestos. Na cidade, até mesmo na fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência – à hierarquia, à disciplina – que frustram a racionalidade do poder e estão diretamente enxertadas em seu uso próprio do espaço e do tempo (PERROT, 2005, p. 222).

A revolucionária russa Alexandra Kollontai foi uma das primeiras teóricas a identificar o surgimento, nas décadas de 1870 e 1880, deste novo tipo de mulher, forjado “na luta pesada da necessidade vital”, cujo perfil psicológico diferiria completamente dos anteriormente conhecidos: “uma mulher com novas necessidades e emoções, plena de luminosidade e encanto” (KOLLONTAI, 2005, p.44). Estas mulheres enfrentariam “a velha e decadente ordem da vida”, através da ação, da luta e do “trabalho construtivo” (KOLLONTAI, 2005,

p.173). Logo, criariam condições para a conquista de sua completa independência e para a livre formação de sua personalidade, com base no princípio da camaradagem e da solidariedade.

As transformações operadas no interior da sociedade capitalista e a entrada massiva de mulheres no mercado de trabalho teriam levado à adaptação das mulheres trabalhadoras às novas condições de existência, exigindo-lhes a incorporação de valores considerados “masculinos” – como firmeza, decisão e energia. Sendo assim, as “virtudes femininas” – passividade, submissão, doçura – que lhes foram inculcadas durante séculos, tornar-se-iam agora completamente supérfluas, inúteis e prejudiciais. A dura realidade exigiria outras qualidades nas mulheres trabalhadoras (KOLLONTAI, 2005, p.17).

Embora Kollontai dê destaque ao processo de proletarização feminina, e sua conformação a categorias supostamente universalizantes que estão calcadas em atributos sociais considerados masculinos (a disciplina, a rigidez, a força e a racionalidade), a autora mostra-se atenta ao aspecto paradoxal deste fenômeno, uma vez que a homogeneização da classe trabalhadora não é atingida. Assim, mesmo ao ingressar em ramos industriais, o sexo permanece um mecanismo de distinção e hierarquia. A divisão sexual do trabalho reservaria as ocupações mais

monótonas, repetitivas e precárias às mulheres⁵, como por exemplo nas indústrias alimentar, química, têxtil e em setores terciários (Michel Perrot, 2007:119).

As mulheres trabalhadoras constituiriam, então, uma vanguarda, integrando em suas fileiras representantes das diversas camadas sociais, que clamavam por independência econômica, autonomia e individualidade. Portanto, “as mulheres do novo tipo, celibatário e independente, ao se libertarem, libertam o espírito agrilhoado durante séculos, de outras mulheres ainda submissas” (KOLLONTAI, 2005, p.19):

Ao arrancar do lar, do berço, milhares de mulheres, o capitalismo converte essas mulheres submissas, escravas obedientes dos maridos, num exército que luta pelos seus próprios direitos e pelos direitos e interesses da comunidade humana. Desperta o espírito de protesto e educa a vontade. Tudo isto contribui para que se desenvolva e fortaleça a individualidade da mulher.” (p.20).

219

⁵ Helena Hirata (2002), ao analisar as particularidades e metamorfoses que vêm ocorrendo no mundo do trabalho sob a nova forma de organização da produção pós-fordista ou toyotista, destaca a sobrevivência de tal diversidade na gestão da força de trabalho: o trabalho manual, intensivo e repetitivo ainda é predominantemente atribuído às mulheres, sendo que aquele mais dotado de atributos e conhecimentos técnicos é predominantemente destinado aos homens. As mudanças na estrutura produtiva, marcada pela flexibilização do trabalho, levariam à revalorização de virtudes antes relacionadas ao caráter feminino (criatividade, polivalência, integração de tarefas, adaptabilidade e capacidade de trabalhar em equipe). Contudo, segundo Hirata, é possível observar, em geral, uma maior vulnerabilidade, precarização, informalidade, dispersão e atomização do trabalho das mulheres, dadas as mudanças nas modalidades de emprego (trabalho a domicílio, teletrabalho, formas ditas ‘atípicas’ de emprego, ‘tempo parcial’ ou de ‘meio-período’).

O despertar da consciência da comunidade de interesses constituiria laços sentimentais e espirituais entre os membros da classe trabalhadora, uma sensibilidade recíproca que se manifestaria através de uma “unidade de ação e de vontade na criação comum”. Deste modo, a “tarefa da ideologia proletária não é, pois, separar das suas relações sociais o amor, mas dar-lhe novo colorido. Ou seja, visa desenvolver o sentimento do amor entre os sexos, baseado na mais nova e poderosa força: a solidariedade fraterna” (KOLLONTAI, 2005, p.158).

As “novas mulheres revolucionárias” – originadas de diferentes classes sociais, porém firmemente engajadas na causa proletária – possuiriam, assim, visão de mundo e prática política substancialmente distintas das gerações passadas, estando imersas na luta revolucionária como legítimos sujeitos do processo histórico. Neste sentido, conforme atenta Kollontai, a tarefa fundamental da social-democracia deveria consistir na mobilização do potencial transformador destas mulheres com vistas ao objetivo revolucionário. Assim, a conscientização e organização das mulheres seria condição *sine qua non* para a vitória do movimento operário, uma vez que retiraria da burguesia seu derradeiro recurso: a exploração capitalista de sua “última vítima indefesa”⁶:

⁶ Discurso proferido por Alexandra Kollontai em Stuttgart (1907), na “Primeira Conferência de Mulheres Socialistas”.

O novo tipo de mulher, que é interiormente livre e independente, corresponde, plenamente, à moral que elabora o meio operário no interesse de sua própria classe. A classe operária necessita, para a realização de sua missão social, de mulheres que não sejam escravas. Não quer mulheres sem personalidade, no matrimônio e no seio da família, nem mulheres que possuam virtudes femininas – passividade e submissão. Necessita de companheiras com uma individualidade capaz de protestar contra toda servidão, que possam ser consideradas como um membro ativo, em pleno exercício de seus direitos, e, conseqüentemente, que sirvam à coletividade e à sua classe. (KOLLONTAI, 2005, p.18)

221

Contudo, a libertação feminina ainda enfrentaria sérios obstáculos para sua concretização. Mesmo entre homens e mulheres adeptos da causa socialista, a emancipação da mulher aparecia com freqüência como questão menor, ou mesmo irrelevante, dentre aquelas relacionadas na pauta do partido. Como lembra Kollontai em sua autobiografia, referindo-se à época de eclosão da primeira revolução na Rússia:

Ainda naquele período eu percebi quão pouco nosso partido se preocupava com a sorte das mulheres da classe trabalhadora e quão pequeno

era o seu interesse na libertação feminina. (...) Foi muito difícil ganhar meus companheiros para essa idéia. Eu estava completamente isolada com minhas idéias e demandas (KOLLONTAI, 2007, p. 37-38).

A luta de Kollontai para incluir a questão feminina como um dos objetivos da luta no programa social-democrata tinha implicações práticas bem claras. Para a autora, a indiferença de socialistas em relação ao despertar da consciência política das mulheres abriria caminho para a sua cooptação por organizações femininas de caráter burguês – tais como a Aliança por Igualdade das Mulheres e o Partido Progressista Feminino na Rússia – puramente dedicadas à reivindicação de mudanças parciais na legislação.

Os apelos das “feministas burguesas” à união de todas as mulheres, independentemente de sua condição social, em prol da extensão do sufrágio e ampliação de direitos civis e políticos, segundo Kollontai, somente encobriria os profundos laços de exploração vinculados à estrutura econômica e social capitalista responsáveis pela opressão das mulheres trabalhadoras. Em lugar de colocar em questão as bases sociais da exploração, dependência e submissão feminina, as “feministas” e sufragettes reduziram a luta à conquista da igualdade formal e da assunção de uma posição mais confortável, principalmente para as mulheres oriundas das

classes privilegiadas, dentro de um sistema opressivo e desigual:

Para a maior parte das mulheres do proletariado, direitos iguais aos dos homens significaria apenas uma igual divisão na iniquidade, mas para as “poucas escolhidas”, para as mulheres burguesas, abriria as portas para direitos e privilégios sem precedentes que até hoje têm sido desfrutados somente pelos homens burgueses. Mas cada nova concessão ganha pelas mulheres burguesas daria a elas uma nova arma para a exploração de suas jovens irmãs e aumentaria a separação entre as mulheres dos dois campos sociais opostos (KOLLONTAI,1984)⁷.

223

No entanto, a ênfase no objetivo final revolucionário não representaria a renúncia à mobilização por reformas parciais que elevassem o status e a condição das mulheres trabalhadoras, mesmo nos estreitos limites do sistema burguês. Ao contrário, Kollontai percebe estes avanços como meios importantes para a intensificação da luta de classes com vistas à real aquisição de direitos iguais, liberdade, autodeterminação, harmonia e justiça – algo inatingível sob o regime de produção capitalista. Para tanto, a luta não poderia se dar “em oposição aos homens”, mas sim pela atuação

⁷ Cf. KOLLONTAI, A. The social basis of the women question (1909). **Selected Articles and Speeches**. New York: Progress Publishers, 1984.

conjunta e solidária de homens e mulheres proletários, unidos em função de sua consciência de classe.

A atuação política de Kollontai, portanto, revelou-se essencial para a organização sistemática das mulheres no interior da social-democracia russa. Em 1907, tal esforço vê-se materializado na Conferência Internacional das Mulheres Socialistas e na constituição do “Clube das Mulheres Trabalhadoras”. As participantes deste grupo posicionavam-se criticamente tanto em relação às feministas burguesas quanto em relação aos entraves à sua ação encontrados dentro das próprias organizações operárias⁸. Deste modo, as socialistas conseguiram apresentar-se como grupo autônomo e distinto no Congresso de Mulheres da Rússia, convocado pelas sufragistas burguesas em 1908, demarcando, nas palavras de Kollontai (2007, p. 40), “uma clara linha entre as sufragistas burguesas e o movimento de libertação feminina da classe trabalhadora na Rússia”.

Neste sentido, o paradigma da “nova mulher revolucionária”, representante da nova postura assumida por grupos de mulheres no final do século XIX e início do século XX, atingiu seu auge na Rússia durante a primeira década do

⁸ Como Alexandra Kollontai nos mostra em sua autobiografia: “Meus camaradas de partido acusaram a mim e àquelas mulheres que compartilhavam meu ponto de vista de sermos “feministas” e atribuir demasiada ênfase às questões que diziam respeito apenas às mulheres. (...) exigia do partido que ele abraçasse a causa de libertação feminina. Isso nem sempre foi uma tarefa fácil. Muita resistência passiva, pouca compreensão, e ainda menor interesse para esse objetivo se apresentavam, reiteradamente, como obstáculos no caminho” (KOLLONTAI, 2007, p. 40-43).

século XX. A organização das mulheres e sua ampla adesão a greves e ações de massa que se tornaram notórias nos anos de 1905 e 1906⁹, intensificaram-se ainda mais. A negação do direito ao voto feminino para as eleições da Duma não esmaeceu o ímpeto transformador das organizações socialistas feministas emergentes, que passaram a avivar sua atuação, constituindo-se como um movimento de massas. Kollontai teve importante participação neste projeto, através de sua atividade jornalística e militante, intensificada nos anos em que passa no exílio, de 1908 até 1917, tendo estabelecido contato com os movimentos socialistas da Alemanha, Bélgica, França, Inglaterra, Suíça, Itália, Dinamarca, Noruega e Estados Unidos, entre outros países.

225

A partir de 1914 e a deflagração da Primeira Guerra Mundial, o movimento das mulheres trabalhadoras pode florescer com maior vigor e energia. A militância contra a guerra e a entrada de grande número de mulheres no mercado de trabalho propiciou maior engajamento e crítica em relação à condição da mulher na sociedade capitalista e sua dupla exploração, na esfera doméstica e laboral. Dois periódicos destinados às mulheres trabalhadoras foram lançados e em 8 de março de 1914 foi realizado o Congresso Internacional de Mulheres Trabalhadoras.

⁹ Cf. KOLLONTAI, A. On the history of the movement of women workers in Russia (1919). **Selected Articles and Speeches**. New York: Progress Publishers, 1984.

A Revolução de 1917 testemunhou uma nova onda de radicalização das mulheres, que conseguiram levar adiante um extenso rol de reivindicações vinculadas à questão de gênero. Neste contexto, uma vez vitoriosa a revolução, tratava-se não apenas de concretizar seus ideais de igualdade, há muito tempo prometidos, mas também de expandir o movimento das mulheres trabalhadoras no âmbito internacional, como forma de auxiliar a propagação da revolução socialista nos demais países da Europa.

O papel desempenhado por Kollontai durante os primeiros anos da revolução, seja através de sua nomeação como Comissária do Povo para o Bem-Estar Social (1918-1922)¹⁰ seja pela organização política das mulheres no Primeiro Congresso de Mulheres Trabalhadoras de toda a Rússia (1918) e criação do *Zhenotdel* – seção feminina do Partido Comunista – foi fundamental para o reconhecimento dos direitos e liberdades das mulheres. Tratava-se, portanto, de estimular e promover a participação política das mulheres na vida pública e na formulação dos projetos sociais. Neste sentido, corroborava o entendimento de Lênin que, em discurso de 22 de fevereiro de 1920, observou que

¹⁰ Como ressalta Kollontai (2007, p.65), dentre as atribuições do Ministério incluíam-se: "todo o programa de assistência aos mutilados de guerra (...), o sistema de pensão em geral, casas para crianças abandonadas, casas para os idosos, orfanatos, hospitais para os necessitados, as oficinas de manufatura de próteses, a administração de fábricas de baralho, o sistema educacional, hospitais clínicos para mulheres. Além de toda uma série de institutos educacionais para meninas (...)".

existe uma longa distância entre igualdade na lei e igualdade na vida; para que as mulheres trabalhadoras alcancem a igualdade em relação aos homens é fundamental que cada vez mais tomem parte na administração dos negócios públicos e do Estado. (...) o proletariado não conseguirá alcançar a completa liberdade a não ser que alcance a completa liberdade para as mulheres (LÊNIN, 2007).

Segundo Kollontai, a Revolução Russa de 1917 teria inaugurado uma nova etapa da história da humanidade. Com efeito, apenas entre 1917 e 1930 foram criados 301 decretos e resoluções do partido concernindo a mulher – incluindo a legislação sobre o divórcio, o casamento civil, a igualdade entre marido e mulher, a igual remuneração para ambos os sexos, o acesso da mulher à terra, a legalização do aborto, além do Código de Família Russo, de 1926, que introduzia o reconhecimento dos casamentos *de facto* e a igualdade de condições entre filhos legítimos e ilegítimos (ELEY, 2005, p. 229)¹¹. Além disto, foram concebidos projetos de proteção à maternidade e à infância, incluindo a concessão de benefícios sociais e a criação de creches. A profundidade de tais

227

¹¹ Cabe notar que o Terceiro Congresso em junho de 1921 aprovou diversas resoluções sobre o tema, dispostas na forma de tarefas dos partidos membros. No Quinto Congresso, em 1924, foi adotado um programa de “igualdade total entre homens e mulheres perante a lei e na vida social; de reforma radical da legislação sobre o casamento e a família” (THERBORN, 2006, p. 129).

mudanças, para a autora, só poderia ser produto de um processo revolucionário, pois “somente as frescas tempestades revolucionárias” seriam “fortes o bastante para varrer velhos preconceitos contra a mulher e somente as pessoas com trabalho produtivo podem igualar e liberar completamente a mulher, construindo uma sociedade nova” (KOLLONTAI, 2007, p. 80).

Embora Kollontai saudasse com otimismo as mudanças introduzidas pelo governo revolucionário quanto aos direitos da mulher¹², suas idéias referentes à transformação do matrimônio e da moral sexual e à dissolução da família como unidade isolada econômica e emocionalmente não chegaram a ser concretizadas. Como observara a autora,

No fim das contas, havia ainda a tarefa infinda, a libertação das mulheres. As mulheres, é claro, tinham recebido todos os direitos, mas na prática viviam ainda sob a velha opressão: sem autoridade na vida familiar, escravizadas por mil tarefas domésticas, carregando todo o fardo da maternidade, mesmo os cuidados materiais, porque agora muitas mulheres conheciam a vida desacompanhada, em conseqüência da guerra e de outras circunstâncias (KOLLONTAI, 2007:71).

¹² Cf. KOLLONTAI, A. What has the October Revolution done for women in the west? (1927). **Selected Articles and Speeches**. New York: Progress Publishers, 1984.

Para a revolucionária, o Estado deveria assumir gradualmente os encargos e tarefas de educação e manutenção das crianças, liberando as mulheres do serviço doméstico. Sendo assim, caberia aos soviets contribuir igualmente para a promoção entre as mulheres da consciência da luta por direitos iguais, envolvendo-as no trabalho comunal e nas questões públicas do Estado.

Em seu livro “A nova mulher e a moral sexual”, escrito em 1918, Kollontai realizara uma contundente crítica à moral burguesa ainda prevalecente na mentalidade de homens e mulheres russos. Segundo a autora, resquícios das velhas concepções prender-se-iam ao espírito da mulher que busca sua libertação, de modo que “o antigo e o novo se encontram em contínua hostilidade na alma da mulher”. Deste modo, seria preciso romper com a mentalidade patriarcal e erigir o amor e a sexualidade sobre novas bases: igualdade, respeito mútuo, companheirismo e solidariedade. Seria, portanto, tarefa da revolução promover as imprescindíveis mudanças nos costumes e na moral, de acordo com os princípios da cultura proletária. Assim,

A reeducação da psicologia da mulher, necessária às novas condições de sua vida econômica e social, não pode ser realizada sem luta. Cada passo dado nesse sentido provoca conflitos, que eram completamente desconhecidos das heroínas antigas. São esses conflitos que inundam a alma

da mulher, os que pouco a pouco chamam a atenção dos escritores e acabam por converter-se em manancial de inspiração artística. A mulher transforma-se gradativamente. E de objeto da tragédia masculina converte-se em sujeito de sua própria tragédia (KOLLONTAI, 2005, p. 21-22).

As mulheres celibatárias procurariam conscientemente substituir o sentimentalismo exagerado pela autodisciplina, a submissão e anulação de sua personalidade pela apreciação da liberdade e independência, a sua “hipócrita máscara de pureza” pela busca pela satisfação sexual, a sua condição de sombra ou reflexo do homem pela afirmação da sua individualidade. Para tanto, seria “preciso que se abram para a mulher as múltiplas portas da vida. É preciso endurecer o seu coração e forjar a sua vontade. Já é hora de ensinar à mulher a não considerar o amor como a única base da sua vida e sim como uma etapa, como um meio de revelar seu verdadeiro eu.” (KOLLONTAI, 2005, p. 39).

Somente a nova sociedade socialista, edificada sobre o princípio da camaradagem, da colaboração e da solidariedade, seria capaz de desenvolver “o potencial de amor”. Logo, a ideologia proletária procuraria educar e reforçar em cada um dos membros da classe operária sentimentos de empatia diante dos sofrimentos, das necessidades dos seus camaradas de classe, estimulando a sua união com outros membros da coletividade e a difusão do

amor (em sentido amplo) enquanto sentimento que une os indivíduos e reforça laços coletivos:

Amar sempre, amar profundamente, em todos os momentos da nossa vida, amar sempre e cada vez com maior abnegação, é o destino de todo grande coração. O amor em si é uma grande força criadora. Engrandece e enriquece a alma daquele que o sente, tanto como a alma de quem o inspira. Se a humanidade não tivesse amor, sentir-se-ia roubada, deserdada e desgraçada. O amor será seguramente o culto da humanidade futura (KOLLONTAI, 2005, p. 36).

Desta mesma forma, o casamento deveria ser visto como uma união livre de iguais, unidos por laços de companheirismo e afinidade. A transformação fundamental da psicologia humana e seu enriquecimento “no potencial do amor” converteria as relações entre os sexos em relações impregnadas de verdadeiro amor, dotadas de uma afinidade real, isto é, em uniões sexuais que nos tornariam efetivamente felizes, sem consumir-nos as energias criativas por completo. Kollontai visa, portanto, a superação do individualismo grosseiro, do egocentrismo e da instrumentalização do outro, promovidos pela moral burguesa. Seriam reconhecidas todas as formas de união entre os sexos, embora a forma fundamental de relação continuasse

baseada na união monogâmica dissolúvel, fundada no amor verdadeiro, no concubinato ou na monogamia sucessiva.

Para tanto, educar-se-ia e preparar-se-ia a psicologia humana para o verdadeiro amor através do “amor-jogo” ou “amizade erótica”, fundado na simpatia mútua, atenção, delicadeza e atitude solícita em relação ao outro. Os indivíduos permaneceriam unidos por inumeráveis laços sentimentais e psíquicos. A nova sociedade, apresentaria-se, assim, como coletivista também em seu espírito e suas emoções, caracterizada pela união feliz e relações fraternais entre os membros da coletividade trabalhadora. O amor, portanto, ocuparia um lugar de honra, como sentimento capaz de enriquecer a felicidade humana:

Quanto mais numerosos são os fios que se estendem entre as almas, entre os corações e as inteligências, mais solidez adquire o espírito de solidariedade e com maior facilidade pode-se realizar o ideal da classe operária: camaradagem e união (...). O ideal de amor da classe operária está baseado na colaboração no trabalho, na solidariedade de espírito e da vontade de todos os membros, homens e mulheres, e distingue-se, portanto, de modo absoluto da noção que tinham do amor as outras épocas da civilização (KOLLONTAI, 2005, p. 124-125).

Os postulados da nova moral proletária enunciados por Kollontai, no entanto, não foram bem acolhidos pelos membros do partido. Como revela em suas lembranças, “minhas teses, minhas idéias sobre sexo e moral, foram amargamente combatidas por muitos camaradas do partido de ambos os sexos” (KOLLONTAI, 2007, p.75). Paulatinamente, portanto, Kollontai viu-se afastada de seu papel como liderança política e de sua atividade militante junto às organizações femininas.

A partir da década de 1930, o avanço nas questões femininas na União Soviética estagnou, ou mesmo sofreu um retrocesso. Visando angariar o apoio de setores conservadores, muitas medidas foram revogadas pelo governo, de modo que nos 30 anos seguintes apenas 3 leis versavam sobre reivindicações femininas (ELEY, 2005, p.130). Assim, a luta feminista ficou relegada ao segundo plano e a participação política ativa das mulheres trabalhadoras foi desestimulada. Em seu lugar, o governo passou a voltar-se para políticas de caráter assistencialista, em nome da promoção do “bem-estar da família”. Como salientou Göran Therborn:

O que quer que tenha sido a dimensão feminista da Revolução Bolchevique, não foi nem oportunista nem simples decoração ideológica. Tratou-se de uma afirmação de princípio, muito difícil de realizar contra forte resistência e tenaz resiliência, mantida

com reservas pelos líderes soviéticos posteriores que, todavia, não puderam nunca abandoná-la completamente (THERBORN, 2006, p. 129).

Após dissentir com o PC e criticar a sua tendência à burocratização e proibição de facções, compondo o grupo “Oposição Operária”, Kollontai foi afastada da direção política do governo, sendo a primeira mulher a ocupar o cargo de embaixadora da Rússia na Noruega, México e Suécia (1923-1945). Deste modo, assumiu, até o fim de sua vida em 1952, o posto de conselheira em assuntos internacionais, com atribuições consultivas. Contudo, o legado de Kollontai, para o marxismo e sua vinculação teórica entre classe e gênero, concebidos como dimensões emancipatórias complementares e indissociáveis de um projeto democrático e libertário socialista, ainda hoje mostra-se fundamental.

234

Como a autora apresenta em sua “Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada”, escrita em 1926, a libertação completa da mulher trabalhadora e a criação das bases de uma nova moral sexual foram os centro de sua atividade teórica e política e igualmente a força diretriz que a impulsionou em todos os aspectos de sua vida. Sendo assim, a recuperação da contribuição de Kollontai e sua análise crítica representam hoje um instrumento com grande potencial emancipador e libertário à disposição das novas gerações de feministas e socialistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALAMBERT, Zuleika. **Feminismo: o ponto de vista marxista**. São Paulo: Nobel, 1986.

BAUER, Carlos. **Breve história da mulher no mundo ocidental**. São Paulo: Xamã: Edições Pulsar, 2001.

BEBEL, August. **Woman under socialism**. New York: New York Press, 1923.

CASTRO, Mary Garcia. Marxismo, feminismos e feminismo marxista – mais que um gênero em tempos neoliberais. **Crítica Marxista**, São Paulo: Boitempo, n.11, 2000.

CLIFF, Tony. **Class Struggle and Women's Liberation**, 1984. Disponível em <www.marxists.org>. Acesso em fevereiro de 2007.

DELPHY, Christine. **L'ennemi principal: Économie politique du patriarcat**. Paris: Syllepse, 1998.

ELEY, Geoff. **Forjando a democracia**: a história da esquerda na Europa, 1850-2000. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

ENGELS, F. **A origem da Família, da propriedade e do Estado**. São Paulo: Escala, 2000.

GUTIÉRREZ, Rachel. **O feminismo é um humanismo**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1984. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de Filosofia/ IFCS, 1984.

HIRATA, Helena, et alli. **Dictionnaire critique du féminisme**. Paris: PUF, 2000.

_____. **Nova divisão sexual do trabalho?** São Paulo: Boitempo, 2002.

KOLLONTAI, Alexandra. **Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada**. São Paulo: Sundermann, 2007.

_____. **A nova mulher e a moral sexual**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. **Selected Articles and Speeches**. New York: Progress Publishers, 1984.

_____. **Sobre la liberacion de la mujer**: seminário de Leningrado de 1921. Barcelona: Editorial Fontamara, 1979.

_____. **Marxisme & révolution sexuelle**. Paris: Maspero, 1977.

_____. **La oposición obrera**. Barcelona: Anagrama, 1976.

LENIN, V. **To the Working Women**. Disponível em <www.marxists.org> Acesso em Janeiro de 2007.

LUXEMBURG, Rosa. **Women's Suffrage and Class Struggle**. Disponível em www.marxists.org. Acesso em fevereiro de 2007.

PERROT, Michele. **As mulheres e os silêncios da História**. São Paulo: EDUSC, 2005.

_____. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SOUZA, Vanessa Bezerra de. **Gênero e marxismo**: um estudo sobre suas aproximações. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003. Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Rio de Janeiro, 2003.

THERBORN, Göran. **Sexo e poder**: a família no mundo, 1900-2000. São Paulo: Contexto, 2006.

Uma senhora de engenho no mundo das letras: História, memória e identidade cultural em Anna Ribeiro de Góes Bittencourt (1843-1930)

Marcelo Souza Oliveira

Resumo: A elite baiana nos fins do século XIX, passou por um período de dificuldades econômicas e sociais em decorrência do declínio das atividades agrícolas para exportação. Tal conjuntura levou muitos membros das elites locais a escrever textos sobre os saudosos tempos de opulência e abastança dos agricultores do Recôncavo. A escritora Anna Ribeiro (1843-1930), era membro desse grupo. Esse artigo analisa as memórias de Anna Ribeiro e propõe um entrecruzamento com as demais publicações e manuscritos de sua autoria. Uma análise das fontes indica que a autora registrou em suas memórias alguns acontecimentos “áureos” que reforçavam a sua identificação com a classe dos senhores de engenho e, ao mesmo tempo, “ocultou” o processo de decadência vivido por esse mesmo grupo.

Palavras-chave: Século XIX; memória; identidade cultural.

The Lady of a sugar mill in the world of literature: History,
memoirs and cultural identity in the work of Anna Ribeiro de
Góes Bittencourt (1843-1930)

240

Abstract: The elite of Bahia in the ends, in the beginning of the century XIX, went by a period of economical and social difficulties due to the decline of the agricultural activities for export. Such context took many members of the learned elite to write texts about nostalgic times of opulence and formers abundance of the Bay area. Writer Anna Ribeiro (1843-1930), it was member of that group. This article analyzes Anna ribeiro's memoirs and it proposes a comparison with the other publications and manuscripts of her authorship. An analysis of the sources indicates that the author registered in their memoirs some "golden" events that you reinforced her identification with the class of you of mill and, at the same time, she "hid" the decadence process lived by that same group.

Keywords: Century XIX; memory; cultural identity.

Aquela manhã de dezembro de 1851 parecia rotineira como várias outras que se passaram no engenho Api no início do terceiro quartel do século XIX. Os mais de cem escravos estavam na lavoura trabalhando para o sucesso da colheita da próxima safra. Na casa-grande, as mucamas estavam a preparar a próxima refeição. A infante Senhorinha do Api, filha

dos senhores da casa, brincava com as negrinhas no terreiro da casa-grande, quando percebeu que algumas pessoas estranhas à família chegavam à porteira, sendo recebidos, em seguida, no salão central da casa senhorial. Não era de costume receber pessoas daquele tipo naquele engenho da freguesia baiana de Sant'anna do Catu-Ba, pois as condições de transporte eram precárias e o acesso difícil. Além disso, costumava-se apenas receber os membros do clã familiar ao qual pertencia o senhoril da casa: tios, primos, cunhados, sobrinhos que habitavam os engenhos vizinhos. A jovem Senhorinha, curiosa em saber o que estava acontecendo, interrompeu a brincadeira com as escravinhas e entrou pelos fundos da grande vivenda assentando-se num dos cômodos, de onde ouvia a conversa. Muitos negros entravam e saíam do recinto: eram escravos das fazendas do sertão pertencentes ao seu avô e a tia, recentemente falecidos. Na sala, ainda se encontravam seu tio Pedro Ribeiro e dois filhos de sua Tia Josefa: Pedro Ribeiro da Trindade e Manoel Paulino Ribeiro, o primeiro de quatorze e o segundo de dose anos de idade, lá estavam também seu pai e sua mãe.

Em pouco tempo, entraram homens brancos, até então desconhecidos. A menina ouviu alguém dizer que se tratava de avaliadores e tabeliões vindos da comarca mais próxima e percebeu que se tratava da partilha dos bens de seu avô. Era novembro de 1851, e a jovem Santinha – apelido com que chamavam Anna Ribeiro de Araújo Góes Bittencourt (1843-

1930) – com a discrição própria de uma menina de “boa família”, mas com uma curiosidade peculiar a toda criança da sua idade, narrou o acontecido:

Assisti então à cena repugnante da avaliação dos escravos, à qual eu não dei então a devida importância. Fiquei com as negrinhas em um lugar donde via o que se passava na sala em que se achavam o juiz municipal, o tabelião e outros funcionários. Os escravos entravam de um a um e ficavam em pé diante dos avaliadores. Cada herdeiro apresentava o seu avaliador: eram estes, portanto, três. Nem sempre combinavam o preço, o que dava lugar a discussões sobre a qualidade da *mercadoria*, (sic) como se essa não fosse de seres dotados de razão e, por conseguinte, de amor-próprio para se doerem de ver os seus defeitos patenteados em meio a escárnio e irrisão. Se era alguma rapariga bonita, cochichavam entre si apreciações bem contrárias à moral, o que dava motivo à hilaridade de todos. Não podia eu ouvir tais julgamentos, mas lembro-me de risadas ruidosas, e das próprias escravas moças comentarem os qualificativos ridículos ou

deprimentes dados às suas companheiras feias ou velhas.¹³

Esse episódio é um dos primeiros descritos no caderninho de memórias de Anna Ribeiro, redigido por volta da década de 1920. No momento que a partilha ora narrada ocorrera, a menina Anna Ribeiro tinha entre sete e oito anos de idade. Contudo, foi à anciã Anna Ribeiro, escritora detalhista e experiente, que escreveu a história. Segundo a autora, suas memórias foram redigidas como um memorial para as futuras gerações da família. O objetivo era guardar as reminiscências da “nobre” família dos Araújo Góes. E nisso, ao que parece, ela foi bastante competente.

Ecléa Bosi afirma que a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo “atual” das representações. Ela observa também que na maior parte das vezes, lembrar não é ver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado “tal como foi”¹⁴.

Por mais nítida que pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmo de então e porque

¹³ BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Araújo Góes. **Longos Serões do Campo**: infância e juventude. Organização e notas Maria Clara Mariani. Rio Janeiro: Nova Fronteira, 1992. p. 30.

¹⁴ BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nossos juízos de realidade e de valor. O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista. Dessa forma, a lembrança da Anna Ribeiro anciã sobre a Anna Ribeiro infante, é a reconstrução de si mesma em função dos valores, crenças, e experiências acontecidas no decorrer de sua vida.

REMEMORANDO OS LAURÉIS DO PASSADO: NOBREZA E OPULÊNCIA DOS ARAÚJO GÓES DO CATU

244

Anna Ribeiro de Araújo Góes Bittencourt (1843-1930) viveu desde os sete anos nos arredores da cidade de Catu, no Recôncavo baiano. A sua realidade foi bem típica de uma sociedade patriarcal e agrária do Oitocentos: escravos, engenhos, igreja, barões (era sobrinha e prima de três dos mais poderosos e abastados da região) etc. Dedicada esposa do médico e senhor de engenho Sócrates Bittencourt, primeiro Intendente de Santana do Catu, empenhou-se em cuidar de seus três filhos, de seu pai e dos serviços domésticos juntos aos escravos. Anna Ribeiro pode ser considerada como uma típica representante da elite do Recôncavo baiano no século XIX. Porém, com um diferencial: era uma senhora de engenho escritora, o que não era comum entre as suas contemporâneas. Escreveu vários romances,

poesias e contos para as jovens “sinhazinhas” de seu tempo, com o intuito de dar-lhes “exemplos” que deveriam ser seguidos¹⁵. Deixou também escritas as suas memórias, manuscritas em caderninhos, que algumas décadas depois foram publicadas por seus descendentes em dois volumes intitulados *Longos Serões do Campo*¹⁶, sendo que no primeiro volume faz uma biografia de seu avô e no segundo conta sua própria história de vida, até o momento do seu casamento (1865).

Em suas memórias, a escritora baiana registra a ostentação e a “nobreza” dos antigos senhores e senhoras de engenho da Bahia Oitocentista. A afirmação de uma origem “nobre”; a opulência expressa nas volumosas festas na casa-grande; e a “abastança” com que se gabavam a elite senhorial são argumentos utilizados pela autora para firmar-se como descendente e, portanto, representante dessa ordem.

Mesmo sendo bastante detalhista, a memorialista confessa que algumas informações sobre episódios contados por ela em uma ocasião podem ter ocorrido em outras, o que enuncia o caráter seletivo das memórias¹⁷. No que tange a

¹⁵ A obra de Anna Ribeiro é vasta e diversificada. Nancy Rita Vieira Fontes classifica a produção literária de Anna Ribeiro da seguinte forma: romances sagrados - *A Filha de Jephthé* (1882) e *Abigail* (1921) – e romances profanos – *O anjo do perdão* (1885), *Helena* (1901), *Letícia* (1908) e *Suzana* (Inédito) e *Lúcia* (1903). Ribeiro também produziu uma biografia intitulada *Longos Serões do Campo* (1992). Dos contos apenas quatro foram recuperados, e mais: dezessete poemas, três hinos religiosos e dezessete artigos.

¹⁶ BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Araújo Góes. **Longos Serões do Campo**. *Op. cit.*

¹⁷ BITTENCOURT. *Op. Cit.* pp. 46.

essa questão, Ecléa Bosi reitera que é preciso reconhecer que muitas das lembranças, ou mesmo das idéias, não são vividas pela própria pessoa: foram inspiradas nas conversas com os outros. Com o correr do tempo, elas passam a ter uma história dentro de si, que acompanha sua vida e são enriquecidas por experiências e debates. Parecem tão familiares que é difícil identificá-las objetivamente. Elas são formuladas por outrem, e as pessoas, simplesmente, as incorporam ao seu cabedal.¹⁸ Dessa forma, ao propor uma releitura dessas memórias, intenciona-se perceber com quais grupos a autora se identificava e como ela se percebia, ou seja, qual era a imagem que ela adquiria ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que construía e apresentava aos outros de si mesma e para os outros¹⁹. No momento da escrita estava em jogo não só a conservação das memórias de sua família, mas sua identidade individual e do grupo social ao qual pertencia.

Segundo Peter Burke, as memórias são construídas por grupos sociais. São os indivíduos que lembram, no sentido literal, físico, mas são os grupos sociais que determinam o que é “memorável” e também como será lembrado²⁰. Pode-se, portanto, afirmar que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual,

¹⁸ BOSI. *Op. cit.* p. 47.

¹⁹ POLLAK, Michael. Memória e identidade social.. **Estudos Históricos** – Teoria e História, Rio de Janeiro, FGV, nº 10, p. 204, 1992.

²⁰ BURKE. Peter. **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 70.

quanto coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência duma pessoa ou dum grupo em sua reconstrução de si. As lembranças de Anna Ribeiro expressam momentos gloriosos e festivos de forma saudosista como se o tempo da narrativa não fosse à sombra do tempo dos episódios narrados. Reforça-se desse modo, a valorização do tempo passado em detrimento do tempo presente. Tratava-se da tentativa da construção identitária da memorialista em momentos de declínio econômico e social nos primeiros anos da República.

EM BUSCA DE UMA IDENTIDADE POSSÍVEL: “A SEGUNDA NOBREZA DO PAÍS”

247

A sociedade baiana Oitocentista se apresentava de forma fortemente hierarquizada. No topo da sociedade do Recôncavo se encontrava uma aristocracia rural que aspirava a condições de nobreza nos moldes europeus. Kátia Mattoso reitera que no Brasil uma pessoa nobre poderia ser reconhecida pela sua linhagem ou pela colocação de seus bens e educação a serviço da pátria. Mesmo que um indivíduo não fosse fidalgo de linhagem, (filho d'algo), poderia ser “agraciado” pelo imperador de acordo com a sua

disposição em “servir” ao império²¹. Nos *Longos Serões do Campo: infância e juventude*, Anna Ribeiro faz uma elucidativa referencia a esse respeito:

[...] os Araújo Góes, do Catu, que ali ocupavam vasta área de território, gozaram sempre da reputação de homens probos, cumpridores de seus contratos, nunca desmentindo da espécie de aristocracia formada pela classe muito considerada dos senhores de engenho, que era *a segunda nobreza do país, como era na França a magistratura*. Tendo gozado de grandes privilégios nos tempos coloniais, conservavam ainda bastantes garantias no Império, como ainda vi na minha mocidade²² [Grifo meu].

A tentativa de atribuir status de nobreza ao ramo paterno de sua genealogia se estabelece de maneira aparentemente pouco desinteressada, mas se revela tendenciosa logo nas primeiras linhas do discurso, afinal os Araújo Góes eram homens “probos” (retos, dignos e incorruptíveis), “cumpridores de contratos”, pertencentes à classe muito “considerada”. O reconhecimento do espírito distinto que, segundo D. Anna todos atestavam, era o primeiro de seus argumentos em busca de um auto-reconhecimento

²¹ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. A opulência na província da Bahia. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **História Privada do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Vol. 02, p. 154.

²² BITTENCOURT. *Op. cit.*, p. 01.

de nobreza. A família Araújo Góes é uma das mais antigas e tradicionais da Bahia. Seu fundador português, Gaspar de Araújo, originário da vila de Arcos de Val-de-Vez, no Minho, e sua Mulher Dona Catarina de Góes, procedente da vila de Alemquer, perto de Lisboa, se instalaram em 1561 na Capitania de Ilhéus. A partir de – 1800-1810 – uma de suas descendências [Simeão de Araújo Góes] se destaca na política e economia de Salvador e do Recôncavo. Três de seus membros foram “agraciados” com títulos de baronato no decorrer do século XIX, período de ascensão econômica e social dessa família²³.

Ao afirmar textualmente que os Araújo Góes não desmentiam a aristocracia formada pelos considerados senhores de engenho, que seriam a “segunda nobreza do país”, a escritora corrobora as informações anteriores. Mas, é na parte final da sua narrativa que ela faz a afirmativa mais interessante: os Araújo Góes gozaram tanto de privilégios nos tempos coloniais, quanto no império. Nos tempos coloniais seria os próprios portugueses que confirmavam a posição da família e no império o novo Estado brasileiro a sancionaria. Em outro tempo, Anna refere-se a uma conversa que teria ouvido do seu avô quando esse estava para casar sua filha com Mathias Araújo Góes: “– (...) É da família Araújo Góes, do Catu; e sei que é boa, (...) São de muito boa família e tem

²³ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. A opulência na província da Bahia. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **História Privada do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Vol. 02.

até fidalguia; não fazem por isso cabedal porque são lavradores e homens dados ao trabalho”.²⁴

O caráter “modesto” das afirmações do patriarca dos Ribeiro vai de encontro ao discurso que afirmava que os nobres de verdade não deveriam se gabar de sua posição, e atribui aos Araújo Góes uma possível fidalguia²⁵. Apoiando-se em Stuart Swchartz, Kátia Mattoso, ressalva que, “apesar da aspiração ao status de nobreza, os senhores de engenho (do Recôncavo) constituíam-se essencialmente em uma aristocracia de riqueza e poder, que desempenhou e assumiu muitos papéis da nobreza portuguesa, mas nunca se tornou um Estado com bases autoritárias. É essa aristocracia que dá a Bahia certas tonalidades da sua opulência”²⁶.

Outra estratégia de Anna Ribeiro foi buscar uma genealogia “gloriosa” que também confirmasse o status social fidalgo. Em sua autobiografia, traz uma ascendência semelhante às genealogias bíblicas. Junto à publicação dos *Longos Serões do campo*, foi publicado pela família Mariani também um extenso quadro genealógico que atribui a dois imigrantes portugueses uma possível nobreza de sangue. Em

²⁴ BITTENCOURT. *Op. cit.*, p. 07.

²⁵ Vilhena registra que várias famílias baianas “passavam” por nobres, segundo ele, um “plebeu torna-se *abjeto* quando quer se fazer passar por nobres, é não falar em seus escritos troças a propósito dos baianos que vivem a inventar para as próprias famílias genealogias tão longas quanto “a dos hebreus, e disputar nobreza com os grandes de todo o mundo (...)”. Para ele, deve ser rico, mas também modesto. (SANTOS, Vilhena, *A Bahia no século XVIII*. Vol I, p. 52).

²⁶ MATTOSO. Kátia M. de Queirós. **Bahia século XIX: Uma Província no império**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. p. 156.

contraposição a essa “origem nobre”, Kátia Mattoso mostra num de seus estudos que muitos “novos ricos” buscavam o reconhecimento de um sangue nobre (que não correria em suas veias). Ela ainda menciona que o genealogista frei Antônio de Santa Maria de Jabotão elaborou no início do século XIX, um catálogo genealógico de todas as famílias poderosas de senhores de engenho do Recôncavo baiano e agraciou a todas elas com ilustres ancestrais. Para ratificar sua afirmação a historiadora expõe como exemplo, coincidentemente, os Araújo Góes: “Gaspar de Araújo, por exemplo, seria descendente da nobre linhagem dos Araújo de Ponte Lima, do Alentejo, e que Catarina, sua mulher, descenderia dos “Góis da Bretanha, província da França”. Na verdade, Gaspar e a mulher chegaram ao Brasil, como simples imigrantes”.²⁷

O primeiro casal dos Araújo Góes se instalara na capitania de Ilhéus e algum tempo depois os primeiros de seus membros vieram a se instalar no Recôncavo Norte, onde estabeleceram uma tradição de hegemonia política e na região. Para Kátia Mattoso o casamento endogâmico seria uma das principais táticas utilizadas por esse clã para expandir suas possessões. Entretanto, numa análise dos documentos de propriedade de terras da família, nota-se também que o casamento era utilizado como forma de reforçar os laços sociais e políticos entre a aristocracia local.

²⁷ MATTOSO, Kátia. **Uma província no império**, p.670, nota 18.

Como, aliás, lembrou Anna Ribeiro “criava-se dessa forma certo espírito de família e, se surgia alguma dissensão, os mais respeitados dentre os parentes tratavam de harmonizá-la. Nas grandes ocasiões, todos se reuniam e se auxiliavam mutuamente”.²⁸ Algumas das famílias aristocratas da região com os quais os Araújo Góes uniram forças foram: os Garcez, Berenguer, Mariani, Bittencourt e os Uzeda e Luna. Anna Ribeiro, por exemplo, casou-se com um primo distante – Sócrates Bittencourt – que era também descendente dos Berenguer. Muitos desses eram vizinhos e aliados políticos.

Segundo Anna Ribeiro essas famílias gozavam, no século XIX, de “opulência” e “abastança” garantida pela cultura canavieira. É importante destacar que o termo opulência, utilizado por ela, é carregado de sentidos, os quais, aliás, particularizados ao longo do Oitocentos. Alguns verbetes de dicionário português referiam-se a ela como “riqueza ostentatória”. No decorrer do século XIX, o sentido da palavra opulência vai se reforçar passando a significar cada vez mais “a qualidade visível da riqueza e sua utilização na convivência social”. Opulentar-se “é tornar-se, abastado conforme o senso do século XIX”. A personagem abastada é alguém *cheio de viveres*. A superabundância do necessário define bem certa opulência, como a que existe, por exemplo, na opulência física²⁹.

²⁸ BITTENCOURT. *Op. cit.*, p. 3.

²⁹ MATTOSO, *Op. cit.*, p. 151-168

Anna Ribeiro descrevia “os tempos de glórias” com muito saudosismo e afirmava esses tempos como os melhores de sua vida. Para ela, o engenho Api era dessas “vivendas” onde mesmo havendo certa “modéstia”, não faltavam o que se precisava para se viver com certo “luxo” e “ostentação”. Os senhores da casa eram Mathias de Araújo Góes e sua esposa Anna da Anunciação que sempre mandavam trazer da Cidade da Bahia os poucos víveres que não eram produzidos dentro do engenho. O proprietário mandava mensalmente a capital um escravo de confiança levando correspondências. Esse escravo inspecionava os outros que levavam os animais de carga e permaneciam num dos portos onde havia trapiche para o recebimento do açúcar. Na volta, traziam fazendas encomendadas e vários objetos de uso da casa, além de doces vindos do Convento das Mercês e outros produtos da indústria feirática, muito apreciados. Tudo isso era comprado pelo correspondente [negociador] que a isso se prestava para ser agradável ao senhor de engenho que lhes dava grandes lucros com a consignação do açúcar, de cuja venda se encarregava³⁰.

A exibição da riqueza material foi uma das formas mais utilizadas para que os senhores do Recôncavo ostentassem o seu poder. Anna Ribeiro recordava-se da fatura que havia, segundo ela, no seu engenho, relatando como a família vivia no engenho e tinha ligações com o que acontecia no

³⁰ BITTENCOURT. *Op. cit.*, pp. 67-68.

Recôncavo. Ela conta que a família detinha a assinatura de vários periódicos nacionais e estrangeiros, algo que só era possível a uma família “de posses”. Conta também sobre uma rede de subalternos que prestavam assistência ao senhor seu pai, e que este por vezes nem ao menos precisava sair de casa para negociar sua produção, recebendo ainda certos favores do seu empregado que o representava no comércio da produção, na Cidade da Bahia. Além disso, ele detinha escravos de “confiança” que faziam a ligação entre ele e o negociador. Na tentativa de se apresentar de forma “modesta” a autora se utiliza de discursos “humildes” referindo-se às vezes ao seu pai como “lavrador” que ganha “da terra o fruto do seu trabalho”.

Como já foi dito, havia um consenso entre a elite de que o verdadeiro nobre deveria ser rico, porém “modesto”. Entretanto, essa “modéstia” acabava esbarrando na ostentação da abastança que gozava. Anna Ribeiro termina esse trecho da narrativa: “Era quase sempre para mim destinados e me davam muito prazer”. Os vestidos das moças eram trazidos da capital, e o luxo e a moda faziam com que as filhas dos Araújo Góes se destacassem entre as parentas. A Senhorinha do Api era uma das poucas meninas que sabia ler e escrever, o grau de estudo da menina era também uma forma de expor a riqueza da família. Quando moça, aprendeu francês, italiano, tocava piano, era cantora oficial das festividades e sabia todas as “prendas” que uma moça de

“boa família” deveria aprender. Segundo Adriana Reis, as mulheres tinham um papel importante na consagração das alianças familiares e no estabelecimento de “boas” relações construídas nos salões e festas promovidas pela elite. Para as jovens isso também representava a possibilidade de casamentos mais “vantajosos” quanto possíveis.³¹

A opulência dessa família também era visível nos encontros sociais que eram promovidos. O engenho Api era considerado o ponto *Chic* de Catu, a única casa que possuía piano. Segundo Anna Ribeiro as festas aconteciam em meio a muita fartura, e, por vezes, duravam dias. Wanderley Pinho também menciona esse momento “áureo” da aristocracia baiana, segundo ele, a vida social, em que figurava o elemento feminino, circunscrevia-se às festas de igreja, às procissões, em tribunas ou sacadas, de cavalhadas e touradas. Ainda sobre as festas no Recôncavo do Oitocentos o autor complementa:

[...] e a referência a jantares e danças de sociedade mais modesta, onde, após a mesa, dançavam-se graciosamente o lundu, alude à riqueza dos senhores de engenho do Recôncavo, em grandes moradas cômodas, com abundância de criadagem e franquezas de hospitalidade. Serve-se enfim, dia ainda, o jantar de aparato, com brindes a não acabar, a tudo e a todos: o anfitrião,

³¹ BITTENCOURT. *Op. cit.*, p. 38.

a cada conviva, aos parentes, aos ausentes, a lavoura, aos patriotas, ao belo sexo... E quando os brindes acabam, começam mais animadas, outras danças, que, entrando pela noite, vão terminar a festa.³²

Típico representante da aristocracia baiana, o neto do Barão de Cotegipe lembra com saudosismo da época em que os senhores do Recôncavo reuniam-se para celebrar suas riquezas. Dessa mesma forma, a memorialista do Api se lembra das festas e celebrações que ocorriam em sua vivenda. A rotina da vida no campo era temperada pelas celebrações religiosas, núpcias e de colheitas. No clã dos Góes cada um tinha um “santo de celebração”. Essas festas eram comemoradas com muita música, danças, comida. Relatando uma dessas festas, no engenho Remédios, Anna Ribeiro ponderou:

Tinha eu tão pouca idade, que não sei bem se as recordações que conservo foram todas desse primeiro jantar que me lembro de ter assistido, talvez algumas sejam de outros que participei, porque eram a repetição daquele com pequena diferença. A civilização parecia estacionária

³² PINHO, Wanderley. Salões e Festas na Província Bahia. In: **Salões e damas no Segundo Reinado**. 3ª ed. São Paulo: Livraria Martins, 1952. p. 41-43.

naquele abençoado cantinho onde se vivia uma vida quase patriarcal.³³

O “cantinho quase patriarcal” dá a idéia da perfeição que aquele mundo representava para a elite senhorial. Resvalando entre o viver calmo dos longos serões e as celebrações temporãs. As festas contavam com a participação de cantores que entoavam músicas acompanhadas por violão e era também uma oportunidade para que os jovens arranjasse casamento, visto que era um dos poucos momentos que as moças apareciam em público. Eram momentos reservados para o encontro da elite, sendo apenas permitida a presença de agregados que mereciam certa estima dos proprietários³⁴. Por vezes, ao final da festa, os escravos pediam aos senhores para festejarem também, e, caso fosse permitido, dançavam sambas e lundus no terreiro do engenho. Essas “concessões” oferecidas pelo senhor compunham estratégias bem delimitadas, e visavam o estabelecimento de relações “harmoniosas” entre senhores e escravos.

257

NO INTERIOR DA CASA-GRANDE: OS SENHORES DO ENGENHO API

³³ *Ibid.*, p. 46.

³⁴ *Ibid.*, p. 54.

O ambiente privado da família patriarcal do Recôncavo oitocentista teve grande importância na formação dos filhos e filhas dos senhores de engenho. Anna Ribeiro relata que pouco freqüentava o arraial de Catu e só fora a cidade da Bahia duas vezes durante a sua mocidade. No cotidiano, o elemento feminino era o centro de todas as rotinas familiares, a sua atividade nessa esfera detinha grande significação social, comparada às atividades do trabalho no espaço público reservado aos homens³⁵. O ambiente familiar teve papel decisivo na formação da maneira de pensar da elite, sobretudo das mulheres.

Mathias de Araújo Góes (1817-1875) migrou da Vila do Itapicuru, onde não fora bem sucedido, para Sant'anna do Catu com a esposa e filha. A opção pela região não fora por acaso, pois ela era habitada por grande parte de sua parentela, que ali desenvolvera uma estratégia de expansão de terras. Terceiro filho do patriarca Manoel José de Araújo Góes, o senhor Mathias era um homem rústico, de pouca instrução, que tinha o mundo da lavoura como extensão e fim da sua vontade e poder. Ele fora um dos primeiros [e únicos] daquela região a implantar a usina de cana a vapor o que lhe garantiu considerável crescimento econômico, comprara todos os seus engenhos com a força do seu trabalho, o último em 1855 foi o engenho Api. Dentro da casa-grande a sua

³⁵ LEITE, Márcia Maria Berreiros. **Entre a tinta e o papel**: memórias de leituras e escritas femininas na Bahia (1870-1920). Salvador: Quarteto, 2005. p. 71.

atuação era incipiente, cabia a senhora sua esposa resolver a maior parte dos problemas que porventura surgissem, levava quase todo o seu tempo “na edificação do engenho, na moagem e na lavoura”. Seu julgamento sobre os outros era sempre duro, o que lhe garantia o apelido de “boca de praga”. Era pai extremoso, mas ao mesmo tempo enérgico e intransigente quando se tratava do que ele julgava o seu dever de pai de família. A relação com a esposa era das piores, pois o abastado senhor era dado “a poligamia que reinava entre os senhores de engenho”. Mesmo tendo o controle da “subsistência” do engenho, o senhor do Api mostrava-se sempre informado acerca das “ultimas novidades” advindas da Europa:

259

Quando a safra era boa não tinha pena de gastar dinheiro e gastava até dar festas em que reunia os parentes; quando a safra era menor restringia as despesas sem que por isso faltasse em casa a abundância, pois os lavradores daquela época tinham todos os gêneros agrícolas em suas propriedades comprando somente o que não se cultivava no país.³⁶

³⁶ BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Araújo Góes [Coletânea]. Conteúdo: contos: [A primeira injustiça; Os sonhos de Josephina; Biografia de Anna Ribeiro de Góes Bittencourt; Notas biográficas de Mathias Araújo Góes; sonetos: Amor eterno oferecido ao Dr. Antonio Pacífico Pereira]. 50 fls. (material manuscrito, transcrito por Clemente Mariani Bittencourt). Salvador,[manuscrito] S/D.

Mathias de Araújo Góes era um homem de grandes propriedades. Em certa conversa com um parente próximo que lhe comunicara que seu filho iria trabalhar como administrador de um engenho: “- Você não tem terras? Por que não aconselha a trabalhar nelas? Não há interesse que me forçasse a exercer tal emprego. Poderia aceitar um emprego público, porque então iria servir a meu país; porém servir a outro homem. Nunca! Preferia trabalhar com a enxada na mão”.³⁷

A posição desse senhor de engenho elucida algumas idéias sobre a elite senhorial do Recôncavo. Sua lógica paternalista não concebia um mundo fora da extensão de sua vontade, nem admitia depender de outro homem como empregado. Ao afirmar que “preferia trabalhar com a enxada na mão” fica nítido de que jamais aceitaria depender de outro homem a não ser dele mesmo. O “trabalho para o país”, pelo menos denotaria certo estado de nobreza, mas trabalhar para outro senhoril era inconcebível na visão do senhor do Api. Para ele, o homem digno deveria ser senhor de sua própria terra e mantenedor de seus dependentes, sendo que a vida de todos deveria convergir para a sua. A ideologia paternalista é pensada em torno da centralidade do senhor, e esse se recusa a viver num mundo que não seja a expressão de sua vontade³⁸.

³⁷ BITTENCOURT. **Longos Serões...** *Op. cit.*, p. 49.

³⁸ Sidney Chalhoub refere-se a ideologia paternalista como “O mundo era representado como mera expansão de sua vontade, e o poder econômico,

No final da sua vida, Mathias foi aconselhado a mudar-se para Salvador ou para Europa para cuidar da sua saúde, mas recusou-se, morrendo pouco tempo depois, afirmando que preferia morrer dentro de suas próprias possessões. A doença e a morte do senhor do Api aconteceram num momento em que os negócios com o comércio do açúcar iam de mal a pior, para Mathias de Araújo Góes, o senhor e suas possessões (incluindo todos que nela residiam) eram como se fossem integrantes de um mesmo corpo e, sendo o homem da casa a sua cabeça, o centro de sua vontade. Além do mais, ele não se concebia fora daquele ambiente, não se imaginava em outra posição que não fosse à do senhoril. No romance *Letícia* (1908), o pai da protagonista o também senhor de engenho, senhor Travassos, teve também a mesma posição ante a doença de que fora acometido. Na ficção, a enfermidade é atribuída à “pirraça dos escravos”, em decorrência do *13 de maio*, como se pode perceber no romance *Letícia*.

Para Peter Burke, do ponto de vista de sua transmissão, cada memória tem suas próprias forças e fraquezas. Ele chama de “esquema” o aspecto presente em vários tipos de meio de comunicação. O esquema se associa a tendência de representar – e às vezes a lembrar – um

social e político pareciam convergir sempre para o mesmo ponto, situado no topo de uma pirâmide imaginária. (CHALHOUB. Sidney. **Machado de Assis Historiador**. São Paulo: Companhia das letras, 2003. p. 58).

determinado fato ou pessoas em termos de outro³⁹. Nesse sentido, o valor simbólico dos nomes de santos e santas da igreja católica, são exemplos interessantes. A leitura do *Flos Sanctorum*⁴⁰ deve ter impulsionado muitas mães da elite cristã oitocentista a dar a seus filhos e filhas nomes que expressassem algum significado.

Um estudo das “Annas” da família Araújo Góes e dos Ribeiro, traz algumas considerações a esse respeito. “*Anna*” significa “aquela que é cheia de compaixão, graça e clemência”. A Senhora *Sant’anna* é padroeira da então chamada *Santana* do Catu⁴¹. *Anna* Ribeiro recebera seu primeiro nome por causa duma homenagem a Santa que teria feito sua mãe engravidar após sete anos de casamento sem “frutos”. A santa de devoção da senhora do Api é tida como símbolo do que o significado do seu nome expressa: além da clemência e compaixão, era também tida como professora, mestra e “mãe da mãe de Deus”. A forma com que a

³⁹BURKE. *Op. cit.* pp. 76-77.

⁴⁰ Leitura obrigatória nos serões do campo do Engenho Api (**Longos serões...** p. 268). O livro é um abreviado do compêndio das vidas dos santos de especial veneração na Igreja Católica, para elegerem advogados e protetores em qualquer dia do ano, trazia também os significados de seus nomes. Trazia também várias reflexões doutrinárias espirituais e morais, exercícios para se imitarem as suas virtudes. O livro foi publicado pela primeira vez em Lisboa, pela Tipografia da Academia Real de Ciências, em 1852.

⁴¹ Segundo a tradição local, a atual padroeira de Catu, teria sido escolhida após um mascate encontrar uma imagem de Santana nas margens do Rio Catu. A tradição conta ainda, que Santana foi a avó de Jesus, considerada “mãe da mãe de Deus”, portanto, mãe de Jesus “duas vezes”, a maior parte das devotas da Santa afirmam que ela foi também matrona das professoras e “mestra por excelência”.

memorialista descreve a sua própria mãe, é semelhante a simbologia que envolve a santa de sua devoção. Anna da Anunciação, mãe de Anna Ribeiro, foi tida como o exemplo da família por muitas gerações: boa mãe, “excessivamente” piedosa com os escravos, amistosa com os agregados. Depois dela outras “Annas” surgiram em sua genealogia familiar, assim como entre os homens os “Pedros Ribeiros” foram muito comuns⁴².

Filha do Major Pedro Ribeiro (? -1849), herói da família por ter participado da campanha pela independência do Brasil na Bahia, Anna da Anunciação desde cedo teve que cuidar dos trabalhos domésticos, dos irmãos e do pai doente, pois sua mãe havia falecido muito jovem. Casou-se ainda muito nova com Mathias de Araújo Góes. Ao que tudo indica a relação conjugal dos senhores do Api era bastante precária, como afirma uma de suas descendentes:

Mas, com uma forte personalidade não fora feliz no casamento. Viviam praticamente separados, ela e o marido, dentro da casa do Engenho, pois era extraordinariamente ciumenta e não se conformava com a poligamia que reinava entre os senhores naquela época⁴³.

⁴² O Pedro Ribeiro Major Pedro Ribeiro é tido como o grande herói da família. Em 1822, as vésperas do centenário da independência, Anna Ribeiro escreveu sua biografia dele, incluindo a história de sua participação na Batalha do Pirajá, pela independência do Brasil na Bahia. A esse respeito ler o primeiro volume dos *Longos Serões do campo*: O Major Pedro Ribeiro (1992).

⁴³ BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Araújo Góes [Coletânea]. *Op. Cit.*

A nobre senhora do Api não aceitava as traições do seu esposo, perante as escravas, por julgar uma depravação moral, fato que a levava a um casamento de “aparências”. Quando Anna Ribeiro foi morar na capital, após se casar com Sócrates Bittencourt, sua mãe preferiu ir “passar uns tempos com ela”. Anna Ribeiro registra sucintamente os problemas conjugais dos pais narrando a questão de forma bastante amenizada: “Demais, ele [Mathias], sem poder qualifica-se de mal casado, segundo confessava minha mãe, não vivia com ela na doce comunhão de idéias e de sentimentos que deve ser o desideratum dos casados. A divergência de idéias ocasionava às vezes entre ligeiras discussões, felizmente sem conseqüências”.⁴⁴

A expressão apaziguadora de Anna Ribeiro reflete a idealização de uma família perfeita presente num faustoso passado que ela gostaria de ter vivido. Essa questão reforça a idéia das memórias como uma reinvenção do passado em função das necessidades de identificação com o presente.

Embora não aceitasse a postura do marido Anna da Anunciação desempenhava plenamente as funções de casa, cuidando não só da filha, senhorinha Anna Ribeiro, como dos escravos e mesmo do dito esposo. Ainda sem concordar com as posições do marido, ela freqüentemente as acatava,

⁴⁴ BITTENCOURT. **Longos Serões...** *Op. cit.*, p.37.

rendendo-lhe a posição de senhorio, sem, no entanto deixar de valer sua “forte natureza” em determinados momentos.

Era responsabilidade das senhoras da época, uma série de serviços e trabalhos de casa: lidar com equipes de cozinheiras, amas de meninos, carregadores, ganhadores, fiadeiras, costureiras, lavadeiras, passadeiras ou de pintores, pedreiros e barbeiros. A senhora de engenho tem uma função proeminente na “harmonia” do cotidiano da família patriarcal⁴⁵. Esse papel foi indispensável para mediar a “intransigência” do senhor diante dos seus dependentes. O papel político exercido pela senhora junto aos agregados e escravos não objetivava apenas a “harmonização” da vida no engenho, mas, pode ser entendido também como estratégia de manutenção das relações com os subalternos.

265

Anna Ribeiro pouco se refere à relação do seu pai com seus subalternos. Como fora afirmado, ele tinha o gênio “intransigente” e pouco ficava na casa-grande. No entanto, são ricas as informações sobre a relação de sua mãe com os dependentes. A consorte do senhor Mathias gostava de contar histórias bíblicas as escravas nos longos serões do campo, quando todas juntas – dominadas e subalternas – cosiam e bordavam roupas na varanda da casa-grande. Tratava-se de um modo de inculcar preceitos de moral às “pobres” escravas. Aconselhava também aos escravos da lida que soubessem respeitar seu senhor, afirmando que “não

⁴⁵ MATTOSO, *Op. Cit.* p. 157.

havia senhor mau para escravo bom”. Não admitia castigos físicos aos escravos de sua possessão. Na ocasião da partilha dos cativos do seu pai e de sua irmã, a narradora conta que todos os escravos queriam “pertencer-lhe”, pois sabiam que era senhora “bondosa”. Aos cativos que ficaram com seus primos, deu imagens e registros de Nossa Senhora e de santos, também dando “úteis” conselhos para vida com os novos senhores: “bem aventurados os que choram porque serão consolados” repetia a terna senhora aos “infelizes” que dentro em pouco iriam partir⁴⁶.

Neste momento, um registro se faz necessário: a influência das formas de recepção de determinados “manuais” e romances da época e a sua relação com a prática social dos senhores no tratamento com os seus subalternos. *A Cabana do Pai Tomás* (1850), as *Cartas de Educação para Cora* (1849), e *Os miseráveis* (1862)⁴⁷, por exemplo, foram leituras (re)apropriadas nos discursos defendidos por Anna Ribeiro. Nas descrições de Anna Ribeiro, verificam-se uma identificação muito forte entre os “ensinamentos” desses livros e a forma com que se tratavam escravos, agregados e lavradores.

⁴⁶ BITTENCOURT. *Longos Serões...* *Op. cit.*, Capítulo III.

⁴⁷ A influência da literatura na vida da romancista e de sua mãe é muito acentuada visto que as mesmas eram leitoras assíduas. Romances franceses, portugueses e brasileiros eram, possivelmente os mais lidos. (FONTES, Nancy Rita Vieira. **A bela esquecida das letras baianas**: a obra de Anna Ribeiro. Salvador: UFBA, 1995. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995. LACERDA. Lílian de. **Álbum de leitura, histórias de leitoras**. São Paulo: Editora da Unesp, 2003).

As similitudes com os personagens descritos nessas obras e os sujeitos descritos pela memorialista é muito grande, o que indica a [re]significação das obras dentro da vida e depois no enredo da narrativa da memorialista do Api. No capítulo três dos *Longos Serões do Campo: infância e juventude* demonstra o modo com que os senhores enxergavam os escravos e como eles o tratavam com “bondade” e com “prestimosidade”. Além de significar a “ação cristã” dos dominadores, essa política de tratamento visava também criar um sentimento de gratidão nos dominados e, através disso colocá-los sempre na condição de “pobres miseráveis eternamente dependentes da benevolência de seus amos”. Esse ponto é importante, pois trata da imposição discursiva da identidade dos outros e da construção da própria identidade. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio de negociação direta com os outros⁴⁸.

267

SALÕES, FESTAS E INCURSÕES LITERÁRIAS NA CIDADE DA BAHIA (1865-1868)

⁴⁸ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos** – Teoria e História, Rio de Janeiro: FGV, nº 10, p.204, 1992.

As duas sessões anteriores trataram do mundo vivido e representado por Anna Ribeiro. Esse tópico tratará de outro trecho da vida da romancista, um período que ela preferiu não registrar em sua autobiografia: sua vida de casada, primeiro em Salvador e depois ocupando o lugar de sua mãe como a nova senhora do engenho da família.

Peter Burke afirma que a história social do lembrar é uma tentativa de responder a três perguntas principais. Quais modos de transmissão de memórias públicas, e como esses modos mudaram ao longo do tempo? Quais os usos do esquecimento? Ele reitera que as memórias que são jogadas ao “esquecimento” são aquelas que para determinado grupo social não é interessante lembrar, o que ele chama de “amnésia social”. Para ele, a censura do passado é algo que serve a interesses do que é importante ou não ser lembrado para quem. Dessa forma, existiu um passado que para a romancista baiana, não era conveniente lembrar, pois, ele impunha a desfiguração de um passado faustoso. Essa questão será aqui tratada com o intuito de focalizar as contribuições que as experiências desse período legaram para as histórias contadas por Anna Ribeiro.

Logo após se casar, Anna Ribeiro mudou-se para Salvador com o esposo, que na época estudava na Faculdade de Medicina. O casamento da primeira romancista baiana realizou-se no Engenho Api em 1865. Ela havia perdido há pouco tempo seu primeiro noivo, Pedro Ribeiro da Trindade, o

mesmo que herdou do avô Pedro Ribeiro e da tia Maria, os escravos das Fazendas do Itapicuru em 1850. Anna Ribeiro ressalta que para ela o consórcio com o Sócrates Bittencourt (1843-1908)⁴⁹, foi algo inesperado, pois ela já estava avançada na idade de casar para os padrões da época – ela estava com 22 anos – ela recusara vários pedidos de casamento, pois preferia “continuar solteira do que casar com um homem intelectualmente inferior”. Foi quando um dos primos resolveu articular o consórcio com outro primo da parte da família Bittencourt. Esse era considerado um casamento vantajoso, pois o jovem médico tinha uma carreira promissora e era de “boa família”. Era uma ótima oportunidade para não ficar na situação precária em que ficava uma moça solteira e solteirona da elite naquele tempo, sem ter sentir o desprazer de casar-se com um homem rústico⁵⁰. Seu futuro esposo freqüentava a mais “apurada sociedade da capital”, era “amigo do médico da Condessa de Barral”, era uma possibilidade de terminar seus estudos. E de fato ela aceitou esse casamento “vantajoso”.

⁴⁹ Filho do Major Rodrigo de Araújo e de D. Maria Francisca de Bittencourt e Aragão, representantes de uma das famílias mais tradicionais do Recôncavo Baiano do século XIX. O major era primo dos Araújo Góes do Catu, família do pai de Anna Ribeiro. (*Longos serões do campo: Infância e Juventude*. P.223).

⁵⁰ Mattoso atribui o celibato feminino no decorrer do século XIX a manutenção da mulher na esfera privada e a endogamia como forma de preservação da riqueza da elite. Esses fatores levaram muitas mulheres a não encontrar maridos e tornarem-se celibatárias. Um estudo da família a qual pertencia D. Anna mostrou que no século XIX 42% das mulheres da família Araújo Góes não se casaram. (MATTOSO. Kátia M. de Queirós. **Bahia século XIX: Uma Província no império**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1992. p.188-192).

A mudança para a cidade da Bahia representou uma transformação muito grande para a vida da jovem senhora. Ela havia vivido quase toda a vida entre os longos serões do campo, as festas religiosas e de família. Dali em diante teria contato com os maiores escritores da província, visitaria os salões mais “bem” freqüentados da capital, teria acesso a bibliotecas como a da Faculdade de Medicina, teria uma vida cosmopolita. Agora estava pronta a conhecer um mundo, freqüentar novos ambientes.

Wanderley Pinho relata que a gente “elegante” da Bahia imitava no seu desembaraço a Corte brasileira e as européias no gosto pelas festas, no desenvolvimento da sociabilidade e na quebra dos velhos moldes de retraimento das senhoras. Anna Ribeiro era amiga de duas das senhoras mais “distintas” da capital: a Senhora Inocêncio Góes (sua prima) e Adelaide de Castro Alves – irmã do poeta dos escravos. A segunda era amiga íntima de Anna Ribeiro, chegando até a escrever uma poesia para Sócrates, seu esposo. Sobre os salões das referidas senhoras Wanderley Pinho, traz detalhes interessantes:

Um deles [refere-se ao salão] foi o da senhora Inocêncio Góis, cujo espírito e graça, sedução e cordialidade espontânea e simples eram um imã de atrativos suaves e tenazes. Ela foi em grande parte a inspiradora e a colaboradora decisiva da carreira política do marido, e congregava em torno de si,

de sua palestra, de seu sorriso, das mesas de chá ou de jogo, da sala em que dançava ou da capela particular em que se cantava o “mês de Maria”, dos comentários ou conciliábulos políticos – um partido maior e mais firme do que o do esposos, deputado pela Bahia e um dos chefes conservadores na província – com suas campanhas de imprensa e cabalas, seus favores e seus discursos.

[...]

Salão de dona Adelaide parecia reter em seus umbrais essa harmonia. Mas o culto de saudade e admiração pelo seu irmão genial e pelo marido combativo, enérgico e artista, não tornaram aquelas salas antecâmaras de cemitério (...). Esse misto de expansão risonha e de melancolia era o encanto maior de sua maneira de receber e congregar um grupo de convivas certos – graças femininas de mocidade e algumas inteligências das melhores da Bahia de então.⁵¹

271

Anna Ribeiro não desfrutou de muitas das possibilidades que a “vida civilizada” e urbana poderiam lhe oferecer, no campo eram escassos os professores e o acesso aos livros, jornais e revistas era difícil. Eram também poucas as ocasiões para reuniões literárias. O período que ela morou

⁵¹ PINHO, Wanderley. Salões e Festas na Província Bahia. In: **Salões e damas no Segundo Reinado**. 3ª ed. São Paulo: Livraria Martins, 1952. p. 55 e 56.

em Salvador foi mais do que nunca, um momento de crescimento intelectual e de acesso a lugares que o engenho não oferecia. As bibliotecas públicas, os saraus, os salões de festas os encontros literários, tudo isso foi possível depois de casada quando foi morar em Salvador com Sócrates, seu esposo, homem educado na capital “na mais fina flor” da sociedade baiana “amigo do médico da Condessa de Barral”, Sócrates proporcionou à sua mulher os momentos dos quais sempre desejara: ter acesso aos livros, e não só a eles, também aos escritores. Foi nesse ambiente que a primeira romancista baiana conheceu e se apaixonou pela obra de Castro Alves. Por um tempo as influências dos inflamados discursos do “poeta dos escravos” moveram o coração dessa jovem senhora.

Pelos tempos de 1865, Castro Alves dominava o meio literário baiano, compondo *Os escravos*, representando o *Gonzaga* recitando em todas as tribunas populares ou cultas. D Anna Ribeiro de Góes Bittencourt **viu-se, por um instante, envolvida nesse movimento animado pela campanha abolicionista e pela guerra de Paraguai.** Mas a formatura do marido e a soma de interesses ligados aos bens de que era herdeira única, desviaram-na para vida rural. Foi então, portres (sic) ilustre senhora de engenho, dirigindo a grande casa cheia de escravos e a educação dos

filhos, integrada na animada vida social do Recôncavo, mas fazendo estágios na Capital e sempre interessada a par das novidades literárias da época, inclusive pela assinatura de revistas estrangeiras⁵²[Negrito meu, grifo do autor].

A agitação da vida na capital fez com que “por um momento” D. Anna se impressionasse pelas suas incendiantes exposições poéticas e teatrais. Anna Ribeiro adorava as audições literárias que aconteciam na capital naquele momento, o que a fez registrar esse costume num de seus romances, *Suzana* (Inédito). No entanto, inusitadamente, embora seja conhecida a sua “paixão” por Castro Alves, não há citações do poeta dos escravos dentre as suas obras prediletas, nem mesmo em seus caderninhos, onde registrava as poesias dos autores que mais gostava. A expressão “por um instante” enunciado pelo seu neto mais velho – que fora criado por ela, como era costume da época – pode ser uma evidência da decepção que a experiência abolicionista trouxe para a vida de sua família. “Por um instante” deixou-se levar pela proposta de seus versos, mas ao deparar-se com a “difícil situação” em que a abolição dos escravos deixou a sua família, provavelmente mudou de opinião em relação as idéias abolicionistas defendidas pelo poeta condoreiro.

273

⁵² BITTENCOURT. Clemente Mariani. *Notas Biográficas*. Manuscrito, 1940. p. 6.

Como há uma lacuna nas lembranças de Anna Ribeiro registradas em suas memórias em relação a essa questão, talvez caiba a literatura por ela produzida indicar algumas possíveis respostas. Em *O Anjo do Perdão* (1882) e *Letícia* (1908) talvez estejam nas entrelinhas algumas dessas respostas: enquanto no primeiro nota-se uma forte influência do abolicionismo vivido pela autora na Cidade da Bahia, quando lá viveu, o segundo já denota uma experiência totalmente diferente: a da abolição da escravatura de 1888 e anos subseqüentes. Defendo a idéia de que o instante de defesa do abolicionismo defendido por Castro Alves, passou quando o *13 de maio* de 1888 destruiu todas as esperanças de volta “aos bons tempos de outrora” lembrados pela escritora-memorialista. Ou seja, a elite sabia que a abolição seria uma realidade, mais cedo ou mais tarde, entretanto, a proposta da libertação dos negros não atingiu as suas expectativas. Dentro da ideologia paternalista da elite agrária a que Anna Ribeiro pertencia, vigorava um ideal de que a abolição deveria partir de uma iniciativa dela e deveria gerar agradecimentos por parte dos negros e esses deveriam continuar a servir, digo trabalhar, para seus antigos senhores, eternamente “gratos pela dádiva que lhes fora outorgada”.

Na escrita de Anna Ribeiro encontram-se presentes ainda muitas “vozes” dessas experiências – tanto de suas práxis, quanto de suas incursões literárias. A polifonia – para usar o termo familiar aos teóricos literários e lingüistas -

presente na produção de Anna Ribeiro oferece um tom peculiar aos estudos das visões da elite sobre o mundo senhorial e o pós-abolição.

UMA SENHORA DE ENGENHO EM “TEMPOS DE CRISE”

O período que Anna Ribeiro passou na capital marcou indiscutivelmente a sua vida e interferiu na forma com que entendia o mundo. Isso acabou refletindo na escrita da sua prosa, como se pode perceber em *Suzana* (Inédito).

Porém, o período subsequente marcaria incisivamente a forma com que a romancista representou a vida senhorial nos fins do século XIX. As experiências vividas nesse período motivaram todo o seu projeto literário, uma vez que para a escritora seus romances preparariam as jovens sinhazinhas para os “novos tempos” que estavam por vir. O advento de “novos tempos” pressupõe a suplantação dos “tempos antigos”, dessa forma, a transição desses espaços temporais indica mudanças e transformações. A missão literária da autora consistia justamente em orientar as suas leitoras para viverem esse momento. Para satisfação de tal fim, ela colhia os “exemplos” e “experiências” que vivia ou presenciava para compor as suas tramas. Ao mudar novamente para o engenho, ela viveu um período de dificuldades que alterou irremediavelmente a vida da família senhorial do Api.

Em 1868, Sócrates Bittencourt formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia. O casal, nessa época, vivia a mais fina flor da sociedade soteropolitana, quando o Senhor Mathias, pai da escritora, adoeceu. O engenho passava por uma das maiores crises de sua história: as secas, a diminuição da mão-de-obra, a situação do mercado externo afetara os negócios do abastado senhor de engenho⁵³. Para complicar, sua doença o impediu definitivamente de laborar sobre seus domínios. Como filha única, Anna Ribeiro teve que deixar o conforto da cidade da Bahia para dirigir os negócios do pai. Tornara-se senhora de engenho. Como sua mãe, cuidaria da casa, dos escravos, dos filhos e até mesmo do seu pai. A história de Anna da Anunciação parecia se repetir com uma sua filha. Mas, os tempos eram outros e o contexto também. Além de desempenhar suas funções “naturais”, Ribeiro também teve de assumir as rédeas do engenho. As informações sobre esse período são escassas, mas algumas evidências apontam para um perfil mais atuante de Anna Ribeiro no que concerne à vida econômica da família. Ao que tudo indica seu esposo não levava jeito para chefiar as funções do engenho.

⁵³Desde o início da década de 1870, a lavoura açucareira mergulhou numa crise financeira que se estendeu até o final do século XIX. A queda dos preços do açúcar nos mercados externos e a concorrência do açúcar de beterraba diminuíram o volume de exportação do produto. Para agravar a situação, a lavoura açucareira, perdeu a força da mão-de-obra em 1888 (FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade**: histórias de escravos e libertos na Bahia (1879-1910). Campinas: Editora da Unicamp, 2006).

Logo que chegou ao Catu, foi eleito vereador e intendente municipal, era um homem muito instruído e bastante culto, educado para viver na alta sociedade da capital, “era amigo do médico da Condessa de Barral” conforme se gabava sua esposa. Já a dona Anna Ribeiro sempre vivera no campo, era curiosa e atenta ao mundo que a cercava e, mesmo sabendo qual era o lugar reservado para ela, bastante observadora, gostava de aprender de tudo um pouco. Clemente Mariani afirmou que Anna Ribeiro “da mãe herdara uma inteligência ampla e interessada, até os seus últimos dias, em toda espécie, com a instrução elementar, uma sólida educação moral e religiosa, bebida diretamente nas Escrituras Santas. Do pai uma inteligência mais precisa e objetiva, graças a qual se constituiu no decurso de uma longa vida, um tesouro de experiência”.⁵⁴

277

A inteligência “mais precisa e objetiva” que lhe constituiu “o tesouro de sua experiência” é uma referência à atuação da senhora Anna Ribeiro num campo em geral destinado aos homens. Na distribuição dos papéis, a mulher era vista como aquela que agia na educação da criança e na harmonização da família, atribuições que ficavam no campo das emoções e sentimentos. Já o homem tinha vocações “naturais” dadas por Deus, que o comissionava para o

⁵⁴ BITTENCOURT. Clemente Mariani. *Notas Biográficas*. Salvador, Manuscrito, 1940. Clemente Mariani foi criado pela avó Anna Ribeiro, seguindo o costume da época que dizia que o primeiro filho do casal seria criado pela avó paterna. Essa relação criou um vínculo muito grande entre os dois.

sustento da família, suas funções eram mais “objetivas”. Para Anna Ribeiro, as mulheres deveriam estar preparadas para tudo, inclusive tomar o lugar dos homens se a situação a isso levasse. Isso fica claro nos enredos de suas histórias. Em *Letícia (1908)*, a protagonista assume o lugar do pai, o senhor Travassos, após a sua morte, ordenando os escravos, negociando com os atravessadores e vendendo a produção. Os valores transcritos ante as personagens ficcionais foram também praticados pela a autora:

Mas a formatura do marido e a soma de interesses ligados aos bens de que era herdeira única, desviaram-na para vida rural. Foi então, forte e ilustre, senhora de engenho, dirigindo a grande casa cheia de escravos e a educação dos filhos, integrada na animada vida social do Recôncavo, mas fazendo estágios na Capital e sempre interessada a par das novidades literárias da época, inclusive pela assinatura de revistas estrangeiras⁵⁵.

Circunstâncias supervenientes e imperiosas exigiram sua volta condição de senhora de engenho. No exercício dessa missão construtora das finanças da família, revelou-se, como sempre, superiora, inflexível quanto ao cumprimento do dever, mas profundamente humana e generosa

⁵⁵ MARIANI, Clemente. *Op. cit.*

para todos aqueles que dela dependiam, até para os escravos⁵⁶.

No Api, nasceram Pedro Ribeiro, Maria Francisca e Joana, e os gêmeos que não sobreviveram. Lá ela passou toda a sua mocidade até a idade de 65 anos, quando se mudou para a capital. Nos primeiros anos de casada, não pôde se dedicar à sua inclinação de escritora e poetisa. A saúde do seu pai foi declinando e ele foi ficando praticamente paralítico. Alugaram uma casa no bairro da Vitória, e consultaram os melhores médicos, sendo que um deles aconselhou uma viagem a Europa, Já estavam de malas arrumadas quando esse desistiu da viagem, logo depois, veio a falecer. Com a morte do pai em 1875, os seus “encargos diminuiram”. Em 1878, seu filho Pedro Ribeiro, foi à capital cursar advocacia, acompanhado da avó, esse fato é importante na vida de Anna Ribeiro, porque futuramente seria esse mesmo filho que garantiria sua subsistência e do seu esposo.

A posição da romancista dentro do cotidiano do engenho, após a morte de seu pai (1874), traz para fins de análise uma relevante contribuição para compreender a literatura de Anna Ribeiro. Tendo como premissa a noção de que a escritora se valia de seus próprios exemplos, ou modelos por ela observados, pode-se conjecturar que ela se

⁵⁶MACHADO, Augusto Alexandre. A vida de Anna Ribeiro de Góes Bittencourt. *Revista da Academia de Letras da Bahia*, p.16, 1952.

projetava em muitas de suas heroínas no que concerne a tomada de posição na administração do engenho. Ao sugerir essas mudanças o que se traduz é a dissolução dos tradicionais papéis conferidos dentro do sistema senhorial, o que por sua vez denuncia o esgotamento desse modelo de vida. Em *Letícia*, a protagonista assume as funções do pai após o seu falecimento, assim como a autora assumira as funções do Api após a morte de seu próprio pai.

Anna Ribeiro contava com aproximadamente 38 anos, quando começou a sua vida literária. Nesse momento, já havia cuidado “resignadamente”, do seu pai – como ela mesma dizia – e já tinha criado todos os seus filhos. A autora começou a vida literária publicando poesias e artigos em jornais locais e, logo depois, no *Almanaque de Lembranças Luso Brasileiro*. Mas, foi 1882 que ela publicou o seu primeiro romance, sob o título de *A Filha de Jephté*. Com forte influência de leituras estrangeiras, principalmente Balzac e Racine, a escritora recontou uma história bíblica do antigo testamento. Em 1885, ela publicou o seu primeiro romance regionalista, *Anjos do Perdão*. A partir de então a veia literária da autora foi interrompida durante exatos dezesseis anos. Ao que tudo indica, o motivo da interrupção foram as dificuldades econômicas que a sua família enfrentou após a abolição da escravidão, questão que foi incessantemente discutida em sua prosa, como veremos mais adiante. Essa parte da história está também sintetizada no discurso de uma de suas netas,

que conviveu diariamente com a escritora no início do século XX, quando ela se mudou para a cidade de Salvador:

Assim, continuou seguindo a sua vocação até 1888 quando veio a abolição. Na sua família a tradição de humanidade entre os senhores e escravos era constante.

Meus avós possuíam cerca de 100 escravos, eles arruinados, pode-se dizer, com o decreto de 13 de maio, mostravam-se inteiramente serenos e justificavam a Princesa – pelas injustiças que haviam presenciado.

Minha avó contava que o *13 de maio* fora um dia de festa no Engenho. Danças, flores, todos manifestando gratidão aos senhores que compartilhavam da alegria dos escravos. Depois, vieram as ingratidões, abandono do trabalho, a paralisação do Engenho, mas ela e meu avô não desanimaram⁵⁷.

Como salienta Marina Maluf, os senhores, mesmo aqueles de tendência abolicionista, reconheciam a importância do trabalho escravo por esse ser mais barato que o livre. A base econômica do status e do poder encontrava-se na escravaria e no acesso e controle social da terra⁵⁸. Dentro desse prisma se justifica o desapontamento do velho

⁵⁷ CABRAL, Anna Maria Mariani. Prefácio. In: BITTENCOURT. Anna Ribeiro de Araújo Góes. **Contos**. Datil. Salvador, S/D, p. 36.

⁵⁸ MALUF, Marina. **Ruídos da memória**. São Paulo: Siciliano, 1995. p. 52-58.

Travassos, senhor de engenho, personagem de *Letícia* (1908) e de Alfredo e Alberto, ambos senhores de escravos e no conto *Violeta & Angélica* (1906), em relação às ingratidões dos ex-cativos que lhes “abandonaram” de forma “ingrata” após a lei Áurea ser decretada como foi visto no segundo capítulo. Só lembrar que o principal capital do senhor de engenho estava investido na pessoa do escravo, imobilizado como renda capitalizada, já que ele acumulava dupla função – ou seja, era ao mesmo tempo de fonte de trabalho e garantia de empréstimos⁵⁹.

As transformações produzidas pela transição do mundo escravista para a sociedade fundada em relações de trabalho livre atropelaram o pai de Floriza – fazendeiro de café paulistano –, deixando-o tomado de profunda angústia e da sensação de ter ficado a deriva ante a situação do incerto, do novo⁶⁰. Situação semelhante parece ter acontecido com a família de Anna Ribeiro, detalhe que ela também ocultou sem sua autobiografia, mas expressou livremente em sua obra literária. Marina Maluf mostra através da análise das memórias de Floriza e Brasília – duas senhoras da elite cafeeira paulista que também viveram nos fins do século XIX – as dificuldades encontradas pelas suas famílias para enfrentar a transição da mão-de-obra escrava para livre. Segundo conta Maluf, as transformações produzidas pela

⁵⁹ MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 2ª Edição. São Paulo: Ciência Humanas, 1981. p. 26.

⁶⁰ MALUF, Op. cit., p. 66.

transição do mundo escravista para a sociedade fundada em relações de trabalho livre atropelaram o pai de Floriza, deixando-o tomado de profunda angústia e da sensação de ter ficado a deriva ante a situação do incerto, do novo. No caso de Brasília, ela registra que a transição para o trabalho livre veio com a preocupação da substituição dos negros pelos estrangeiros. Contudo, nos dois casos, a propriedade de seres humanos sem dúvida acarretou toda sorte de problemas e também testava a “paciência e a habilidade das senhoras”. Nesse período, se constituíram relações tensas e desgastantes entre as senhoras e os cativos sob sua autoridade⁶¹.

283

Desanimados ou não, o casal senhorial, teve que ir morar por alguns tempos com o seu filho Pedro Ribeiro que, na época, servia como promotor substituto nos arredores da cidade de Juazeiro. Foram momentos difíceis que marcaram tanto a vida do clã dos Araújo Góes, que os fez repetir o mesmo discurso sobre a abolição durante anos: o governo não respeitou os senhores do Recôncavo, e permitiu que a abolição acontecesse sem nem lhes dar alguma garantia, por outro lado, os escravos que foram tão “bem tratados” durante o cativeiro, viraram as costas quando mais seus senhores precisaram. Muitos membros da família argumentavam ainda que “na cidade não se sentiu os mesmo efeitos da abolição que o homem do campo sentiu”. Esse assunto foi como mais

⁶¹ Ibid., p. 66-68.

intenso na segunda fase de escrita da obra de Anna Ribeiro durante toda a década de 1910, pois ressentida de sua condição, a elite, da qual ela fazia parte, procurava justificativas para os tempos de infortúnio, que se agravaram naquele período.

É bem verdade que as dificuldades econômicas da elite, já vinham se alastrando há vários anos, bem antes de 1888. Desde o início da década de 1870, vários impropérios já anunciavam as dificuldades econômicas da família de Anna Ribeiro, mesmo assim, o *13 de maio* terá uma dimensão simbólica muito grande na significação do fim da era de glórias que Anna Ribeiro narrou nos *Longos Serões do Campo*. Foram momentos traumatizantes que contribuíram para que a escritora silenciasse seus ímpetos literários durante mais de quinze anos, fizeram também com que ela recriasse várias versões literárias para essa mesma história, durante a década de 1910.

Em 1894, o casal de ex-senhores retornou para o engenho Api, que agora não tinha outro destino a não ser transformado em fazenda: as moendas pararam, os canaviais sumiram, a antiga escravaria migrou em grande parte para cidade. Ruíra-se o mundo de glória e ostentação que um dia dominou aquela região. Mas, a vida continuava. De agricultores para criadores de gado, seriam os bois que agora ocupariam o vasto território do Api. A vista frondosa dos canaviais não mais voltaria a ser visto naquele local. De 1895

até 1907, o casal Anna e Sócrates Bittencourt, viveu na fazenda com estadas no domicílio do filho em Santo Amaro, e, depois de 1900, em Salvador, onde seu filho Pedro Ribeiro fora nomeado Conselheiro do Tribunal, após “concurso” no final do Governo Luis Viana. O emprego no governo fez a vida do filho Pedro Ribeiro prosperar: esse era um dos únicos caminhos valorizados pelos ex-senhores do Recôncavo, após a derrocada da economia canavieira e isto será abordado fortemente nas histórias da escritora. Ela registrou muitos “apadrinhamentos” que fizeram com que alguns de seus personagens oriundos da vida “difícil” do campo encontrem-se seu sustento trabalhando, no outrora odiado, governo republicano.

285

Com a morte do marido em 1907, após longo período de sofrimento, vitimado pelo diabetes, a escritora mudou-se para Salvador para morar numa casa que teve o seu terreno e financiamento provido pelo filho. Junto a ela uma de sua filha – Joana – que não se casara. As dificuldades do campo e a morte do “chefe de família”, como afirmou sua neta Anna Maria Mariani Cabral, fizeram-na migrar para a capital. Esse fato foi um divisor de águas na vida da romancista, pois desde aquele momento ela não escrevera mais sobre temas ligados a abolição e sobre a sorte – digo azar – dos antigos senhores do Recôncavo.

Na década de 1920, o centenário da Independência traz para a autora a recordação do “heroísmo” de seu avô o

Major Pedro Ribeiro, que teria lutado na guerra da Independência da Bahia. As recordações sobre seu avô, morto quando ela tinha sete anos de idade e a vontade de registrar para a sua “posteridade” os grandes feitos do “nobre” homem fez com que a autora começasse a escrever a biografia dele, com as informações que lhe fora contada pela sua mãe, filha do dito Major. O incentivo da família fez com que ela escrevesse as suas próprias memórias. Era, nessa época, uma anciã de cerca de setenta anos de idade.

Ecléa Bosi afirma que a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo “atual” das representações⁶². Ela observa também que na maior parte das vezes, lembrar não é ver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. Por mais nítida que pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmo de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nossos juízos de realidade e de valor. Anna Ribeiro relembra em suas memórias apenas os momentos de “glórias” de uma elite e omite o processo que levou a sua decadência ocorrida nas primeiras décadas da República.

⁶² BOSI, Op. cit., pp. 46-47.

Sobre essa questão Rinaldo César Leite, em *A Rainha destronada*⁶³, analisa os embates simbólicos e políticos travados pela elite baiana nas primeiras décadas republicanas, que coincidem também com os períodos aqui estudados. Segundo o autor, a elite baiana nesse período inventa um senso de identidade local pautada num “passado de glórias” da Bahia e lamenta os infortúnios vivenciados por ela própria na época republicana, que relegou o estado a uma posição coadjuvante no cenário nacional. As lembranças das grandezas da Bahia no passado, que tão vividamente embebiam a memória das elites baianas, encontravam sólidas motivações nas vicissitudes dos novos tempos. Amplas parcelas das elites baianas se ressentiam pelas transformações ocorridas no país no intervalo de poucas décadas de instalação e consolidação da República. Segundo Rinaldo César Leite “rememorar intensamente os anos imperiais era uma fórmula de revivescência do que se teve um dia, já que na realidade prática tudo se apresentava enquanto perda”⁶⁴.

287

Memória é a um só tempo lembrar e esquecer. O ato de rememorar encerra um conjunto de intenções conscientes e inconscientes que selecionam e elegem – escolha que é derivada de incontáveis experiências objetivas e subjetivas do

⁶³LEITE. Rinaldo Cezar Nascimento. **A Rainha destronada**: discursos das elites sobre as grandezas e os infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas. São Paulo: PUC, 2005. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2005.

⁶⁴LEITE. Rinaldo Cezar Nascimento. Op. cit., p.155.

sujeito que lembra. Por isso, ao relembrar, o indivíduo memorizador constrói paisagens e imagens que são verdadeiros campos de significados. A memória funciona como “um espelho no escuro abismo da mente”, e enquanto um monólogo meditativo responde a um aprendizado mais inquisitivo a fim de dissipar ocultações. Ela representa realidades passadas revestidas de valores e significados. Contudo, as lembranças encobridoras são imagens mnêmicas que substituem lembranças mais profundas e escondidas⁶⁵. Na Bahia da Primeira República, a família de Anna Ribeiro se viu obrigada a desativar seus engenhos e migrar para Salvador, vivendo um período de declínio econômico e social. Na autobiografia de da autora, pode-se observar que existiu um jogo de “ditos e não ditos”. O “que deveria ser lembrado”, contudo, entrelaça-se a memória social da elite baiana das primeiras décadas da República, como se pode ler nas páginas dos *Longos Serões do Campo*.

⁶⁵ MALUF, Op. cit., p. 70-71.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BITTENCOURT. Anna Ribeiro de Araújo Góes. **Longos Serões do Campo**: infância e juventude. Organização e notas Maria Clara Mariani. Rio Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

BITTENCOURT. Clemente Mariani. **Notas Biográficas**. Salvador, Manuscrito, 1940

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BURKE, Peter. **Variiedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 70.

CABRAL, Anna Maria Mariani. Prefácio. In: BITTENCOURT. Anna Ribeiro de Araújo Góes. **Contos**. Datil. Salvador, S/D.

CHALHOUB. Sidney. **Machado de Assis Historiador**. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

FONTES, Nancy Rita Vieira. **A bela esquecida das letras baianas**: a obra de Anna Ribeiro. Salvador: UFBA, 1995.

Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.

LACERDA, Lílian de. **Álbum de leitura, histórias de leitoras**. São Paulo: Editora da Unesp, 2003.

LEITE, Márcia Maria Berreiros. **Entre a tinta e o papel: memórias de leituras e escritas femininas na Bahia (1870-1920)**. Salvador: Quarteto, 2005.

LEITE. Rinaldo Cezar Nascimento. **A Rainha destronada: discursos das elites sobre as grandezas e os infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas**. São Paulo: PUC, 2005. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2005.

MALUF, Marina. **Ruídos da memória**. São Paulo: Siciliano, 1995.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 2ª Edição. São Paulo: Ciência Humanas, 1981.

MACHADO, Augusto Alexandre. A vida de Anna Ribeiro de Góes Bittencourt. **Revista da Academia de Letras da Bahia**, 1952.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. A opulência na província da Bahia. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **História Privada do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Vol. 02.

_____. *Bahia século XIX: Uma Província no império*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1992.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos** – Teoria e História, Rio de Janeiro: FGV, nº 10, 1992.

PINHO, Wanderley. Salões e Festas na Província Bahia. In: **Salões e damas no Segundo Reinado**. 3ª ed. Livraria Martins: São Paulo, 1952.

Trabalho e gênero na sociologia: Nova (?) divisão sexual do trabalho e (re)construção da identidade masculina⁶⁶.

Daniel Perticarrari

Fernanda Flávia Cockell

292

Resumo: No Brasil, na esteira das pesquisas sobre relações de gênero na sociologia, um contingente cada vez maior de pesquisadores do mundo do trabalho começa a focalizar sua atenção para as especificidades das relações entre homens e mulheres. Estudos começam a constatar um substancial aumento no número de trabalhadoras mulheres no espaço público e assalariado do sistema capitalista. Esse afluxo do trabalho feminino inspirou a produção de uma gama de estudos relacionados às relações de gênero subjacente ao trabalho. Apresentar como as dimensões de gênero tem sido tratadas na sociologia do trabalho atualmente, é o propósito deste artigo. Veremos que a literatura tem apontado mudanças na atribuição do trabalho nos espaços domésticos, assim como a inserção da mulher no mercado de trabalho. Dessa forma, é nosso intuito chamar a atenção para a

⁶⁶ Este trabalho é parte da tese de doutorado “Foi com o trabalho que me tornei homem”. Trabalho, Gênero e Geração: uma nova identidade. Desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFSCar, sob orientação do Prof. Dr Jacob Carlos Lima, com apoio financeiro da CAPES.

conseqüente (re) configuração sócio-histórica, ocorrida nas identidades de gênero, em especial na percepção das masculinidades.

Palavras-Chave: Gênero, trabalho, identidade, masculinidade.

Work and Gender in sociology: New (?) sexual division of labor and (re) construction of male identity

Abstract: In Brazil, recent researches about gender's relations on the field of sociology have been investigating details about the relationship between men and women. These researches have been finding an essential increase on the number of women working in the public and employed space in the capitalist system. This increase on the female labor influenced many researches about gender and work's relations. The purpose of this article is to present how the dimensions of the gender have been discussing at this moment in the Sociology of Work. The actual literature shows changers on the domestic work, as well as get woman into labor market. In this way, we intend to give evidence of the social and history configuration happened in gender's identities, especially masculinities' perceptions.

Key words: Gender, work, identity, masculinity.

INTRODUÇÃO

Tributária das principais transformações na sociedade como um todo, como por exemplo, a transformação da família nuclear moderna, que tem cedido lugar a uma grande diversidade de arranjos singulares; ou a sociedade de classes que tem assumindo a forma de grupos e movimentos sociais separados, baseados em relações étnicas, sexo, localidades, etc., o enfoque de gênero no mundo do trabalho surge como uma espécie de estímulo para a quebra de um certo “consenso ortodoxo” até então disseminado entre os pesquisadores da sociologia do trabalho, baseada nas pesquisas sobre a exploração capitalista moderna. (SORJ, 2000).

294

No Brasil, na esteira das pesquisas sobre relações de gênero na sociologia, um contingente cada vez maior de pesquisadores do mundo do trabalho começa a focalizar sua atenção para as especificidades das relações entre homens e mulheres. Estudos começam a constatar um substancial aumento no número de trabalhadoras mulheres no espaço público e assalariado do sistema capitalista. Esse afluxo do trabalho feminino inspirou a produção, principalmente a partir das décadas de 70 e 80, de uma gama de estudos relacionados às relações de gênero subjacente ao trabalho, principalmente fabril.

Atualmente, a problemática das relações de gênero no espaço do trabalho tem ocupado posição especial nos estudos sobre reestruturação produtiva. Com efeito, parece haver uma posição consensual existente na literatura recente de que, a despeito da inserção das mulheres no mercado nos últimos anos ter se dado de forma significativa, estas ainda concentram-se em ocupações de baixa qualificação e remuneração mesmo quando ocupam os maiores estratos de escolaridade. Além disso, esses denotam, apesar de um amplo conjunto de transformações, que tem ocorrido poucas rupturas e que o trabalho feminino geralmente é delimitado em estereótipos: costureiras, enfermeiras, professoras, trabalhos de manuseio finos, empregadas domésticas, etc. (HIRATA, 2002; ABRAMO, 1998; CONSONI, 1998; POSTHUMA, 1998; LAVINAS, 1997). Outros argumentos apontam para uma perspectiva dual entre domesticidade e mundo público, assinalando uma exclusão de gênero (LIMA, 2004), mas ainda assentada sobre a mesma perspectiva de precarização do trabalho feminino. Outra abordagem tem sido tema de vários trabalhos recentes quais sejam sobre a divisão sexual do trabalho doméstico (SORJ, 2005; ARAÚJO & SCALON, 2005; OLIVEIRA 2005; NOBRE, 2004; LAUFER, 2003). Há, ainda, abordagens que apresentam os padrões tradicionais de estrutura familiar como um hiato que aparta o trabalho masculino dos afazeres domésticos (MATOS, 2005; PICANÇO, 2005). Uma nova possibilidade de abordagem tem

se desenhado nos últimos anos: estudos que analisam as transformações no mundo do trabalho em relação ao gênero a partir da visão masculina do processo, ou mesmo na configuração de masculinidades⁶⁷ nos espaços do trabalho.

Os estudos de gênero são muito mais amplos do que proponho neste artigo. O próprio conceito de gênero, na sociologia como um todo, tem sido tratado há muito tempo e seus enfoques tem tido suas arestas aparadas constantemente. O conceito de gênero lembra Piscitelli (2002) tem sido elaborado de diferentes formas em momentos específicos da história das teorias sociais. Diversas correntes de pensamento, sobretudo feministas, tem tratado o tema de maneiras distintas, geralmente afirmando a condição de subordinação feminina, bem como denunciando o caráter social dessa subordinação, em detrimento de um suposto caráter natural. Por exemplo, Scott (1991) afirma que o conceito de gênero começou a ser empregado por feministas para fazer referência às formas de relação entre os sexos, sugerindo uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. A partir daí, surgiriam os conceitos de “feminilidades” e “masculinidades” assim como as discussões sobre a pluralidade dessas categorias e o alcance político, cultural e histórico do gênero.

⁶⁷ Segundo Michael S. Kimmel (1998), ao se usar o termo, masculinidades no plural, reconhecemos que masculinidades significam diferentes coisas para diferentes grupos de homens em diferentes momentos. Ou seja, os significados de masculinidade variam de cultura para cultura e em diferentes períodos históricos, onde há múltiplos sentidos de o que ser homem significa.

Apesar de Scott fazer uma separação entre o natural e o social, a literatura tem chamado a atenção que alguns estudos nesse sentido, ainda tendem a ancorar suas análises nas diferenças físicas entre homens e mulheres, consideradas como um aspecto universal e invariável dos indivíduos (PISCITELLI, 2002). O trabalho de Rubin (1975), tem sido citado pela maioria dos estudiosos de gênero, como um marco nos estudos da literatura feminista. A autora trataria o conceito sexo/gênero como um conjunto de arranjos por meio dos quais a matéria prima biológica do sexo humano e da procriação seria modelada pela intervenção social. Gênero seria um imperativo da cultura, sendo importante analisar a totalidade dos sistemas culturais, porque o que esta em questão são coisas de natureza muito distintas, como uma “estrita divisão sexual do trabalho na qual as atividades masculinas são particularmente valorizadas ou situações nas quais os homens controlam concretamente as mulheres” (PISCITELLI, 2002, p.21).

297

O trabalho de Butler (2003) chama a atenção para a necessidade de se refletir, criticamente, sobre os meios através dos quais sexo e gênero passaram a serem considerados como dados. Gênero não deveria ser tratado como simples registro cultural de significado sobre um sexo, mas de maneira que possa conter as relações de poder a ele subjacentes. Gênero poderia ser considerado como um ato intencional no sentido de construção de significados,

reconhecendo que se relaciona com diversas modalidades de identidades construídas discursivamente, “motivo pelo qual torna impossível separar gênero das intersecções políticas e culturais nas quais é produzido e sustentado” (PISCITELLI, 2002, p.28). A difusão de referenciais teóricos recentes, como, por exemplo, o de Butler, contribuiu para a difusão de pesquisas não centradas especificamente nas mulheres, mas um vasto campo de estudos sobre masculinidades ou linhas de pesquisa que levem em consideração a questão das diferenças⁶⁸.

Nosso objetivo é investigar neste artigo como a literatura sociológica sobre trabalho tem tratado as relações de gênero. Almejamos, dessa forma, analisar as principais transformações na atribuição do trabalho nos espaços domésticos devido à inserção da mulher no mercado de trabalho. Além disso, chamaremos atenção para o fato de como as identidades de gênero têm sido construídas socialmente, especialmente, a percepção das masculinidades.

TRANSFORMAÇÕES NO TRABALHO E QUESTÕES DE GÊNERO

⁶⁸ Uma linha de pesquisa bastante fértil tem surgido e sido denominada como estudos *Queer*, com pesquisas que levam em consideração diversos aspectos das identidades (Gays, lésbicas, trans-sexuais, etc). Entretanto, mesmo reconhecendo a importância e diversificação desses estudos nas pesquisas sobre masculinidades, o escopo de nossa tese nos restringiu a simples observações pontuais.

Os estudos mais recentes na sociologia do trabalho têm apontado para um aumento no número de mulheres trabalhadoras concomitante à sua precarização. Segundo Schweitzer (2003), a história do mercado de trabalho, no que se refere às mulheres, tem se mantido fechada, relegando as mulheres às esferas da precariedade, “identificadas como simples e famosa mão-de-obra de apoio” (p.55).

Hirata (2004) constata a grande afluência de mulheres no mercado de trabalho tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento. Dados da Fundação SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados) demonstram que o emprego feminino cresceu na região metropolitana de São Paulo em 1,3% contra um decréscimo de 0,5% no emprego masculino. A autora ressalta, no entanto, que se trata de um aumento que coexiste com maiores índices de subemprego, precariedade e instabilidade, bem como com empregos em tempo parcial.

Lima (2004) argumenta que as assimetrias entre o trabalho feminino e o masculino de forma geral, subjaz à própria noção de globalização da economia bem como da flexibilização dos mercados econômicos. Na sua visão, a mundialização do capital e as novas articulações produtivas entre as economias globais têm atingido profundamente a força de trabalho feminina com conseqüências para o salário, o aumento da carga de trabalho e a presença cada vez maior das mulheres na economia informal, uma vez que tais

arranjos (com sérias restrições a um desenvolvimento mais igualitário) não estariam levando em consideração as idiossincrasias locais de classe, religião, gênero e outros aspectos da identidade.

Hirata (2006) faz constatação parecida ao elucidar três dimensões que dariam ao processo de globalização e mundialização do capital um caráter contemporâneo. Uma delas versa justamente a respeito do processo de globalização, que seria impulsionado por políticas governamentais, na forma de políticas públicas “neoliberais”, com conseqüências tais como a liberalização das trocas comerciais; a desregulamentação e abertura dos mercados; novas lógicas de desenvolvimento das firmas multinacionais, tendo como corolário a privatização; o desenvolvimento da subcontratação; a externalização da produção, tendendo a conseqüências negativas sobre as condições de trabalho e emprego das mulheres. Tal fenômeno contribuiria para a “feminização” da pobreza, principalmente nos países em desenvolvimento do hemisfério sul, onde se encontram com maior incidência processos de informalidade, salário parcial, ausência de benefícios e proteção social, etc. Além disso, como ressaltado pela autora, esses trabalhos precários passaram a existir como “via de regra” e não mais como exceção, o que traz contornos ainda mais graves ao mundo do trabalho, em especial o feminino. O emprego feminino, principalmente nos anos 90, teria uma dimensão paradoxal,

dado a expansão do trabalho das mulheres concomitante à precarização e à vulnerabilidade dos mesmos.

Araújo *et al* (2004) ratifica essa idéia, concluindo que a evolução do trabalho feminino no Brasil tem indicado a existência concomitante de continuidades e mudanças. As continuidades seriam observadas no grande contingente de mulheres (36% das mulheres contra 10% dos homens, segundo dados do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) inseridas no mercado de trabalho em posições não qualificadas, precárias quanto ao vínculo empregatício, mal remuneradas e sem proteção social. As continuidades poderiam ser vistas, também, na permanência de alguns nichos ocupacionais nos quais sempre predominou a mão-de-obra feminina, como por exemplo, o ensino, os serviços de saúde, ocupações administrativas ou burocráticas, como por exemplo, secretárias, recepcionistas, auxiliares de escritório, serviços de limpeza, higiene pessoal, alimentação (cozinheiras) e costura. Porém, poderiam se observar a ocorrência de mudanças, com a inserção feminina em setores de atividade e profissões, antes reservadas aos homens, como por exemplo, nas profissões de nível superior (dentistas, juristas, farmacêuticas), ou mesmo em áreas técnicas (técnicos em análises clínicas, técnico de estatística, técnicos em administração e contabilidade, técnicos químicos, analistas de sistema, etc)

A inserção da mulher no mercado de trabalho, a despeito de sua precariedade, é uma constatação que já vem sendo observada há muito pela literatura especializada. Lavinias (1997) diz que as mulheres estão melhorando sua posição em alguns segmentos de ocupação. No entanto, são observadas algumas diferenças, especialmente de remuneração em relação aos homens, mesmo quando comparado com os mesmos níveis de escolaridade.

Perticarrari (2003)⁶⁹ constatou uma redução na diferença percentual do emprego feminino e masculino da ordem de 6% no total das empresas do setor de eletrodomésticos de linha branca no Brasil, entre 1994 e 2000. Esta diferença, apesar de parecer pequena, denota uma importante mudança no perfil do emprego, já que tradicionalmente o setor metalúrgico é tido como predominantemente masculino. Pôde-se constatar que entre as mulheres, os menores níveis de escolaridade diminuíram em uma proporção maior que a dos homens. Ao contrário, as faixas de maior escolaridade aumentaram em maior proporção entre as mulheres. Em contrapartida, pôde-se observar que as mulheres se concentravam nas menores faixas de remuneração.

⁶⁹ Perticarrari (2003) demonstrou que, a despeito de vários gerentes e trabalhadores da produção negar qualquer tipo de diferenciação por sexo, pôde-se observar em vários discursos, principalmente de mulheres, que têm ocorrido medidas implícitas de preconceito, em que pese à inexistência de mulheres em cargos de chefia assim como a dificuldade de ascensão de carreira e contratação, relatadas por diversas trabalhadoras da empresa.

Lavinás (2001), ao contrário, apresenta dados do PME/IBGE (Pesquisa Mensal de Emprego) entre 1981 e 1998 e conclui que as mulheres vêm melhorando sim seu desempenho no mercado de trabalho, reduzindo o *gap* de gênero, mesmo em termos salariais e ampliando sua participação entre os ocupados. Para a autora, as mudanças em curso na economia têm levado a uma intensa mudança dos postos de trabalho e modificado, portanto, o perfil da demanda (com vantagem para a mão-de-obra feminina). A mulher estaria se adaptando melhor a essa nova demanda, em razão do seu “diferencial de gênero”, como por exemplo, uma maior escolaridade, espessura cognitiva, social e pessoal de cada trabalhador.

303

Barros (2006) demonstra, contudo, que apesar da crescente participação feminina no mercado de trabalho, a proporção das mulheres em idade ativa engajadas ou buscando engajar-se em atividades econômicas é, ainda, muito aquém à masculina (28% a menos que os homens, segundo dados com base na PME, entre 1996 e 1998). As diferenças por sexo são evidenciadas, ainda, na duração da jornada de trabalho. Enquanto cerca de 30% das mulheres trabalham menos de 40 horas por semana, entre os homens apenas 15% trabalham menos de 40 horas, fazendo com que a jornada semanal média de trabalho das mulheres ocupadas seja cerca de 5 horas inferior a dos homens. O autor demonstra que há uma substancial diferença no salário médio

dos homens e mulheres quando comparados com a ocupação e nível educacional. Segundo ele, na grande maioria dos casos os salários masculinos são bem superiores aos femininos. Em apenas 5% dos casos considerados, o salário médio feminino apresentou-se mais de 10% superior ao masculino ao passo que em 81% dos casos o oposto ocorreu.

Consoni (1998) afirma que a presença das mulheres no mercado de trabalho na década de 90, em diversos setores tem sido marcada por poucas rupturas. A posição desigual das trabalhadoras em relação aos homens tem se mantido quase que invariável e pode ser observado quando se avalia o diferencial de remuneração. O salário médio nas ocupações da indústria metalúrgica e ocupações genéricas de produção, por exemplo, são mais do que o dobro daqueles pagos nos serviços domésticos (BARROS, 1997).

No caso do segmento de linha branca, o diferencial salarial entre homens e mulheres parece estar se atenuando. Perticarrari (2003) demonstra que em 1994, 79% das trabalhadoras recebiam até 10 salários enquanto entre os homens, esse percentual chegava a 66,4%. Em 2000 esse percentual subiu para 93,1% entre as mulheres e 86,5% entre os homens. O aumento no conjunto que agrega os menores salários foi de 14 pontos percentuais para as mulheres e de 20 pontos entre os homens.

É coerente afirmarmos, como demonstra Barros (1997), que uma parcela significativa da desigualdade salarial entre

trabalhadores (principalmente com pouca educação) deve-se a diferenças na inserção ocupacional. Enquanto os dois grupos ocupacionais mais importantes do lado feminino (segundo dados da PME em 1997) — serviços domésticos e vestuário — representam cerca de 48% do emprego feminino, estas mesmas ocupações representam apenas 3% do emprego masculino. Por outro lado, os três grupos ocupacionais mais importantes do ponto de vista masculino — construção civil, transportes e metalurgia — que correspondem a cerca de 45% do emprego masculino, representam apenas 3% do emprego feminino. Os quatro grupos ocupacionais de menor relevância para os homens — serviços domésticos, serviços de barbearia e beleza, indústria eletroeletrônica e vestuário — representam mais de 55% da força de trabalho feminina.

Em contrapartida a esse quadro, convém apresentar os resultados da pesquisa de Guimarães (2004), que aponta uma tendência inversa. Durante a retração do emprego durante a conjuntura da década de 90, houve um fechamento de oportunidades ocupacionais em espaços tradicionalmente masculinos, como no caso da construção civil, que se combinaria com um movimento de migração de trabalhadores homens para ramos e atividades tradicionalmente femininos como, por exemplo, saúde e educação. Dessa forma, a tendência do ajuste macroeconômico e reestruturação micro-organizacional estariam possibilitando um maior *mix* do

trabalho em ocupações predominantemente femininas. A contrapartida, contudo, não teria acontecido. Estaria ocorrendo uma diminuição do *mix* de trabalho em setores industriais tidos como o lócus masculino.

A questão da inserção das mulheres no mercado de trabalho foi tema de análise também de Bruschini e Lombardi (2003). De acordo com elas pôde-se observar a constância da inserção feminina no mercado de trabalho, concomitante à má qualidade de suas funções e a predominância dessas em atividades informais e precárias. A atividade feminina chegava, ao final da década de 90 a 47% da população economicamente ativa feminina. Para se ter uma noção, esta taxa, no mesmo período de tempo, chegava a pouco menos de 75% segundo dados do IBGE e PNAD.

Para Sanches e Gebrim (2003) a situação das mulheres no mercado de trabalho é revelada por meio de três indicadores: os de dificuldade de inserção, segundo as quais as dificuldades para obtenção de emprego seriam maiores para as mulheres do que para os homens, tanto que as taxas de desemprego seriam sistematicamente superiores às masculinas; os de qualidade dos postos ocupados, nos quais o trabalho feminino encontrar-se-ia, em maior proporção, em postos de trabalho vulneráveis, representados pelo assalariamento sem carteira assinada, trabalhos domésticos, autônomos e trabalhadores familiares. E de nível de remuneração, os rendimentos da mulher no mercado de

trabalho seriam sempre inferiores aos dos homens, mesmo quando essas exercessem a mesma função e tivessem a mesma forma de inserção. Para os autores esse quadro estaria sendo compensado através de negociações coletivas como formas de melhorias substanciais da situação da mulher no mercado de trabalho, como, por exemplo, garantias relacionadas à gestação, maternidade e responsabilidades familiares – cerca de 80% do total das negociações segundo os autores. Os outros 20% estariam distribuídos entre os temas condições de trabalho (com 8%), exercício do trabalho (menos de 2%), saúde (em torno de 5%) e equidade de gênero (próximo a 4%).

307

Apesar da possibilidade de melhoria das condições de trabalho formal, Girard (2002) conclui que houve um aumento intenso da criação de empregos precários e estes são ocupados preferencialmente por mulheres. No entanto, a autora diz que o desemprego atingiria mais os homens e as mulheres ocupariam os lugares mais vulneráveis, dependendo dos setores. Os homens ocupariam os lugares antes tradicionalmente ocupados por mulheres.

O LUGAR DO TRABALHO FEMININO NO PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Mesmo longe do consenso, a maioria dos autores tem apontado para a desvantagem do processo de reestruturação

no mundo do trabalho para as mulheres. Para Araújo *et al* (2004), a reestruturação produtiva significaria a emergência de um novo padrão de acumulação que reorientaria o conjunto das relações sociais, transformando, não só a organização da produção, os mercados e as relações de trabalho, mas reconfigurando o mundo do trabalho e a própria classe trabalhadora. Esse seria um processo que transformaria o universo do trabalho, aumentando a diversidade, a heterogeneidade e a complexidade da classe trabalhadora. Os novos arranjos e modalidades produtivas estariam configurando um “novo proletariado fabril”, marcado pelas desigualdades de sexo, raça, etnia e geração. A reconfiguração da classe trabalhadora se daria, então, mantendo e aprofundando as desigualdades e, dentre estas, as desigualdades de gênero que, teria um caráter estruturante, na medida em que definem relações sociais, conferindo lugares e papéis diferenciados para homens e mulheres. Dessa forma, o processo de reestruturação produtiva teria uma clara dimensão de gênero “pois seus efeitos perversos, desiguais e excludentes, atingem de forma particular as mulheres” (p. 5).

Hirata (1998) demonstra que a transformação do trabalho no contexto da reestruturação produtiva assinala para uma precarização do trabalho desigual entre homens e mulheres. Com a introdução da informática no setor industrial, certas tarefas e profissões que demandam trabalhadores

qualificados estão sendo abertas às mulheres (engenheiras, analistas de sistemas, etc.). É o caso do setor bancário, onde a mão-de-obra feminina em setores qualificados vem aumentando, principalmente, após o processo de incorporação de inovações informacionais (SEGNINI, 1998).

Se, de um lado, algumas pesquisas demonstram que alguns processos de reestruturação produtiva abriram algumas oportunidades de inserção da mulher, uma vez que teria motivado a criação de mais postos de trabalho em atividades tidas como femininas e com maior exigência de educação formal, como nos casos anteriormente descritos, por outro se observa a ampliação de ocupações sem vínculo formal, que pagam menores salários, e tendem a abranger maior rotatividade (MONTAGNER, 2004). É o caso de várias empresas subcontratadas que alimentam as principais cadeias produtivas e onde se encontram condições de trabalho mais precárias.

Hirata (2006), no entanto, faz menção ao que ela chama de bipolarização do emprego feminino dos anos 80 e 90. De um lado se encontrariam e começariam a se destacar entre as mulheres os empregos altamente qualificados, relativamente bem pagos, valorizados socialmente, como por exemplo, juristas, advogadas, médicas, professoras universitárias, pesquisadoras, arquitetas, etc. De outro lado, pôde-se vislumbrar um aumento maciço (onde de encontrariam mais de 90% das mulheres trabalhadoras) das

profissões desvalorizadas socialmente, pouco remuneradas, isto é, empregos que corresponderiam muito estreitamente com as ocupações das mulheres no ambiente doméstico.

Bruschini e Lombardi (2003), ao estudar a estrutura ocupacional feminina, notam que esta se caracteriza, de maneira geral, por dois segmentos distintos de ocupação. De um lado, as ocupações que gozariam de menos prestígio e ofereceria menor remuneração, como por exemplo, as ocupações em serviços administrativos, serventia, higiene, beleza e auxílio à saúde. Estas ocupações seriam responsáveis por 50% das ocupações femininas na década de 90. De outro lado, estariam as ocupações de nível superior, principalmente nas áreas jurídicas, artes e ensino, responsáveis por 18% das ocupações. Isso denotaria o acesso das mulheres ao mercado de trabalho mostrando sua consolidação, principalmente, na década de 90.

Em estudo anterior, Bruschni e Lombardi (2000), apontam para o que elas chamam – assim como fez Hirata – de bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. De um lado, estariam àquelas ocupações que dizem respeito ao ainda grande contingente de mulheres (cerca de 40% da força de trabalho feminina) que se insere no mercado de trabalho em pólos nas quais se incluem as posições menos favoráveis e precárias, quanto ao vínculo de trabalho, remuneração, proteção social ou às condições de trabalho propriamente ditas. Seriam ocupações nas quais as

presenças das mulheres teriam se dado tradicionalmente, como por exemplo, o trabalho doméstico, as atividades sem remuneração e as atividades de produção para consumo próprio ou do núcleo familiar. Incluir-se-ia segundo elas também, entre as continuidades, o elevado contingente de mulheres em alguns tradicionais nichos femininos, como a Enfermagem e o Magistério. Em sentido oposto, as transformações apontariam para ocupações femininas em profissões de nível superior de prestígio, como a Medicina, a Arquitetura, o Direito e mesmo as Engenharas.

É interessante notar, no entanto, como fizeram Guedes e Alves (2004) que, segundo o Censo demográfico feito pelo IBGE em 1991, as mulheres com nível universitário eram as que apresentavam menores salários em relação aos homens de mesmo nível educacional. Esta relação direta entre escolarização e diferencial salarial, segundo eles, poderia ocorrer por duas razões: “por um lado os trabalhadores de estratos educacionais mais baixos são uniformemente mal remunerados (rendimentos próximos da subsistência) e por outro, contrariamente, a variabilidade de rendimentos no topo das carreiras é muito grande, o que gera uma diferenciação maior entre trabalhadores de mesmo nível educacional” (p.13). Esse diferencial crescente de salários entre homens e mulheres diretamente proporcional às carreiras de nível superior é considerado pelos autores como “uma barreira de

fatores de ordem cultural, muito presente e arraigado na vida social, mas de complexa interpretação analítica” (p.13).

Essa interpretação, que leva em consideração o grupo de trabalhadoras com curso universitário, relativiza a idéia de que a conservação das mulheres em “guetos ocupacionais” seja o principal fator que explicaria os altos diferenciais salariais por sexo uma vez que os diferenciais salariais em relação aos homens de mesmo nível educacional não apresentam uma modificação expressiva no sentido de uma melhora. Dessa forma, os autores sugerem um olhar mais específico para a presença de homens e mulheres em cada carreira, o que pode revelar alguns aspectos da relação entre concentração de renda.

Fonseca (2004) defende a idéia de que a necessidade de acumulação de riquezas no sistema capitalista ultrapassa todos os limites do bom senso. Nesse contexto, os processos de reestruturação produtiva, que tem causado inúmeros impactos sobre a mão-de-obra trabalhadora, teriam como principal preocupação as necessidades da produção, prevalecendo a ética do lucro seja qual forem as conseqüências sociais ou a violação de direitos ocorridos devido a esse processo. Uma dessas conseqüências teria sido a exclusão ou, nas palavras da autora, a sub inclusão ou inclusão precarizada das mulheres, o que contribuiria para a perpetuação das desigualdades e o aprofundamento das assimetrias da divisão sexual do trabalho.

Em outro estudo, Hirata (2002) disserta sobre a crise do emprego assinalando os principais pontos de vista sobre os efeitos diferenciais de acordo com o sexo. Uma das constatações versa sobre os critérios de demissões discriminatórias provenientes dos empregadores, cuja lógica procederia de uma expulsão das mulheres do mercado de trabalho em que elas não teriam lugar de pleno direito.

Galleazzi (2006) depreende também, que ao longo dos anos 90 e início do século XXI, o desemprego atingiu proporções sem precedentes na história recente do País, “fato que tem colocado o problema no centro das grandes questões e desafios de nossa sociedade, extrapolando o âmbito do próprio mercado de trabalho” (p.15). O desemprego entre as mulheres, nesse contexto, segundo a autora, tomaria dimensões maiores e desvantajosas devido a discriminações sofridas no mercado de trabalho. A força de trabalho feminina encontraria maiores dificuldades para ser absorvida na atividade produtiva, resultando em taxas de desemprego que apresentariam patamares bem mais elevados entre as mulheres do que os encontrados para a população masculina.

Além disso, os homens e as mulheres seriam separados por setor de atividade (indústria, serviços, etc.), pela qualificação e pelo tipo de trabalho efetuado. Mesmo se as mulheres e os homens exercessem a mesma atividade, como trabalhadores não-qualificados na indústria, dificilmente teriam o mesmo tipo de tarefas e não seriam, nas palavras da

autora, facilmente intercambiáveis. Segundo a autora, o impacto da crise econômica sobre o emprego feminino e masculino além de ter sido quantitativo, foi também, qualitativo (HIRATA, 2002).

Para Kon (2005) ainda se observa na atualidade, que a distribuição do trabalho entre os sexos nas empresas resulta de “visões arraigadas” sobre o papel da mulher na sociedade, na família e mesmo na manutenção da força de trabalho. As escolhas dos agentes econômicos sobre a incorporação dos trabalhadores segundo o gênero nos processos produtivos das empresas, tanto por parte dos empregadores quanto dos trabalhadores à procura de empregos, refletem “a mentalidade dominante de segregação e discriminação que desfavorece as mulheres” (p.7). As relações entre os sexos ainda são predominantemente assimétricas e hierárquicas, assim como são desiguais as posições ocupadas pelos indivíduos dos dois sexos seja na esfera da produção ou das relações familiares. As oportunidades de trabalho oferecidas para cada sexo derivam em grande parte do conceito sobre o papel da mulher na sociedade, no âmbito familiar e doméstico, e sua capacidade de compatibilizar o trabalho profissional com o doméstico, assim como da qualificação ou capacitação que receberia, segundo ela, uma conotação individualizada de escolaridade para exercer ocupações de maior responsabilidade.

Daune-Richard (2003), salienta que uma das principais pontos em relação às questões de gênero repousaria sob a qualificação do trabalho. A autora argumenta que a tecnicidade é geralmente associada ao masculino e ao trabalho qualificado, sendo socialmente valorizado. Ao contrário, os serviços – excluídos de uma representação em termos de uma tecnicidade e desvalorizados socialmente – são tidos como pertencente ao universo de trabalho feminino. Hirata & Kergoat (2003) concluíram que a atual divisão sexual do trabalho imputa aos homens o trabalho produtivo assim como sua dispensa do trabalho doméstico. Este, ao contrário, é lugar legítimo das mulheres, mesmo que estas estejam se inserindo cada vez mais no mercado salarial.

315

Surge o fato de que o aumento da participação das mulheres na força de trabalho não tem sido acompanhado pela igualdade com trabalhadores masculinos. Segundo Posthuma (1998), o trabalho feminino é caracterizado por vários tipos de exclusão como: segregação setorial e em determinados grupos de ocupação, pequenas chances de ascensão profissional, trabalho em condições precárias ou no setor informal, menor remuneração por hora trabalhada, baixa mobilidade social, etc.

A divisão sexual do trabalho na indústria traz, ainda, elementos adicionais sobre a questão de gênero. É o caso de alguns estudos que contemplam a relação das mulheres e dos homens em relação às técnicas e os processos

empregados na produção. Abramo (1998) aponta para o fato de que se os novos arranjos e encadeamentos produtivos forem orientados, exclusivamente, por uma lógica de redução de custos, a tendência é de que se gerem novos processos de segmentação no mercado de trabalho com desvantagem para toda a força de trabalho, especialmente a feminina, gerando novos processos de expulsão e de precarização. O emprego feminino se concentraria nas pequenas e médias empresas dos setores mais tradicionais da economia, assim como no vasto esquema de subcontratações que serve às grandes empresas. Esse seria o caso de ramos industriais cujo discurso ideológico de trabalho sujo, pesado, perigoso e insalubre demonstraria uma lógica sofismática que corroboraria, sobretudo, com a exclusão do trabalho feminino, uma vez que é justamente nas empresas na base das cadeias produtivas onde o emprego se torna mais precário, instável e os níveis de qualificação geralmente são muito baixos.

A esse respeito, Hirata (2002) diz que as relações sociais entre homens e mulheres fora da fábrica estruturariam a divisão sexual do trabalho profissional, orientando tendencialmente as mulheres para ocupações, os postos, as funções mais simples, independentemente o setor econômico e o grau de modernização e inovação tecnológicas. O que realmente estaria em jogo, seria “as relações de poder e de autoridade entre homens e mulheres” (p.218).

De forma análoga, Rizek e Leite (1998) argumentam que o lugar ocupado pelo trabalho feminino no processo de reestruturação produtiva poderia ser pensado a partir de três dimensões que explicitariam as segregações de gênero. As mulheres seriam mantidas em postos cujo teor conservaria uma similaridade com o trabalho desenvolvido no lar; a identificação de 'sensibilidades' femininas para tarefas específicas simples e desqualificadas; e "a produção de um consentimento fabril associado à construção de imagens marcadas pela equalização das exigências domésticas e fabris que configuram um feminino dócil e confinado à esfera privada da vida doméstica" (p.64). O mesmo argumento é utilizado por Fischer e Marques (2001) que reiteram a situação de desigualdade no trabalho repete as relações domésticas. Os preconceitos que favorecem a reprodução da inferioridade feminina (mãe, dócil, frágil, dedicada etc.) são apropriados pelos colegas masculinos, que, ao invés de acolhê-la como companheira de trabalho, parceira, indivíduo, aceita-na na condição particular de 'mulher'.

Cappellin (2004) argumenta que há uma disparidade de tratamento assim como discriminações de gênero no trabalho. Para a autora, diagnósticos do IBGE e OIT (Organização Internacional do Trabalho) apontam a presença de discriminações associadas à propagação de estereótipos nos espaços, segundo ela, privilegiados do emprego formal. Por conseguinte, se evidenciaria uma maior fragilidade na

manutenção do emprego formal para as mulheres, o alto índice de desemprego feminino, as desvantagens e as diferenças salariais das trabalhadoras, a formação de “guetos ocupacionais”, etc. Isso decorreria das distinções existentes e assimetrias de expectativas de valores entre quem organiza e quem realiza o trabalho, ou seja, seriam situações onde as formações de valores, motivações e expectativas de resultados viveriam em permanente confronto.

Cabe ressaltar que o conceito de inferioridade, designado ao sexo feminino através da religião, escola, família, onde cotidianamente a própria mulher reproduz a superioridade masculina, se reproduz nas relações de trabalho fabril (BOURDIEU, 1999).

De um ponto de vista histórico, é possível observar que a estruturação atual da divisão sexual do trabalho (trabalho assalariado *versus* trabalho doméstico, Fábrica *versus* família) surgiu simultaneamente ao capitalismo, e que a relação assalariada não teria se estabelecido na ausência do trabalho doméstico. A divisão do trabalho é um termo genérico que remete a toda uma série de relações sociais.

Embora a divisão sexual do trabalho se enraíze na atribuição prioritária do trabalho doméstico às mulheres, de modo algum pode ser considerada operante simplesmente no que diz respeito às mulheres (...). Muito pelo contrário, trata-se de uma problemática que atravessa e dá sentido ao

conjunto de relações sociais que a expressão “divisão social do trabalho” abrange (HIRATA; KERGOAT, 2003, p.235).

A articulação entre estruturas familiares e esfera produtiva é, muitas vezes, desconhecida nos estudos acerca do trabalho. E, subjacente a essas, a questão das identidades sexuais. Hirata (2002) demonstra como essas identidades são “exploradas pelo trabalho” fabril. “Dos operários, exigem-se força física e resistência para efetuar um trabalho mais pesado, mais sujo e mais perigoso, e das operárias a execução de trabalhos considerados mais fáceis, mais leves e mais limpos”. (p.267). É importante considerar, contudo, que essa noção parece se apoiar num raciocínio sofismático, uma vez que literatura já aponta para a precarização do trabalho da mulher em detrimento do trabalho masculino, como por exemplo, o trabalho de mulheres que lidam com elementos tóxicos como cola de sapateiro em fábricas de sapato.

Mesmo assim, há setores em que tradicionalmente os homens é que estão sujeitos a maiores riscos. Dejours (1987), em seu estudo sobre a psicopatologia do trabalho, elenca certas categorias profissionais expostas a maiores condições de risco físico e psíquico em detrimento de outras. Seria o caso da construção civil, indústrias de preparação de produtos tóxicos ou mesmo certos trabalhos repetitivos assim como alguns setores tidos como “pesados” em determinados ramos industriais. Demonstra que o medo, intrinsecamente

relacionado à noção de risco, e conseqüentemente às categorias supramencionadas, está associado inúmeras vezes ao trabalho masculino. Correr riscos seria um trabalho eminentemente de “macho”, independente da ansiedade e dos problemas psíquicos a que isso pode acarretar, o que demarcaria os homens em ocupações mais perigosas, insalubres ou que demandem maior esforço físico.

Borsoi (2002) chega à constatação semelhante, ao pesquisar o que ela chama de “os sentidos do trabalho na construção civil”. No entender desta autora, a satisfação dos trabalhadores desse segmento repousaria sob o trabalho enquanto garantia de sobrevivência, acima de tudo. A autora ressalta, não obstante, que o que seria gratificante no trabalho desses operários não seria a tarefa em si, considerada cansativa, pesada, e muitas vezes, perigosa, mas sim a possibilidade do cumprimento de provedor da família. Este sentimento assenta-se sob a percepção do cumprimento de seu papel enquanto homem:

Trabalho, além de significar sustento, sentimento de unidade, lugar de construção de vínculos, significa também a afirmação da virilidade, posto que pode ser modo de expressão da força, da coragem, do caráter do macho (BORSOI, 2002, p. 322).

Emerge das constatações anteriormente descritas a consideração que, a partir desses atributos (e das atitudes,

tidas como essenciais a uma identidade viril), decorre a aceitação, por parte dos trabalhadores homens, de condições de trabalho insalubres, além da recusa da possibilidade do trabalho feminino tido como “frágil”. A idéia de um trabalho viril, ligada à satisfação pelo cumprimento do papel de provedor (estritamente relacionada às diferenças de remuneração), corrobora para a conformação da divisão sexual do trabalho.

Nestes termos, há que mencionar, que alguns trabalhos, apesar de pontuais, já começaram a levar em consideração os processos de identidade construídos no trabalho. Araújo *et al* (2004), por exemplo, discorrerem sobre o que elas chamam de “múltiplos sentidos e significados no trabalho”, onde haveria sentidos vivenciados de forma objetiva, ou subjetivamente distintos por homens ou mulheres, por brancos e afros-descendentes, por jovens ou trabalhadores mais velhos, de modo que há conseqüências distintas de acordo com cada grupo ou categoria de análise. Por isso, homens e mulheres, jovens ou mais velhos, no entender das autoras, estariam implicados de modo distintos, vivenciando e percebendo os processos de mudanças (no caso deste trabalho, no âmbito da reestruturação produtiva) de diferentes maneiras.

Contudo, como vimos neste item, apesar da literatura começar a apontar para estudos desse tipo, que levem em consideração as identidades no trabalho, a carência de

trabalhos é, ainda, muito grande, o que dificulta qualquer conclusão prévia. A literatura apresenta aspectos convergentes e divergentes. Convergem quando concluem que as transformações no mundo do trabalho têm trazido mais problemas e precariedade ao trabalho da mulher do que novas oportunidades. E divergem exatamente em relação a essas oportunidades quando apresenta dados conflitantes em relação ao emprego feminino e masculino e como a precarização afeta homens e mulheres.

IDENTIDADES DE GÊNERO NO AMBIENTE DOMÉSTICO E DO TRABALHO

322

A despeito dos principais impactos sobre o trabalho feminino ou masculino, as transformações no mercado de trabalho, em termos de inserção feminina, tem trazido a questão do papel do provedor no grupo familiar e de divisão das tarefas domésticas, o que tem contribuído para uma possível reconfiguração das identidades tradicionais de gênero.

A literatura tem mostrado que as mutações em curso na estrutura do mercado de trabalho, em que pese o aumento do número de mulheres no mercado ocupacional, não têm sido acompanhadas da mesma forma por decisões negociadas no ambiente do trabalho doméstico, sendo influenciado, talvez,

por uma estrutura de percepção patriarcal⁷⁰ que dificultaria a aceitação masculina com esse tipo de função.

Hirata (2004), relaciona as transformações na divisão sexual do trabalho doméstico com o desenvolvimento, no mundo inteiro, do setor terciário, especialmente os serviços pessoais, o trabalho doméstico remunerado, os cuidados com relação às crianças assim como às pessoas idosas. Disserta que tais serviços, geralmente associados à força-de-trabalho feminina e considerada “naturalmente” tarefas femininas colaboram para o aumento da instabilidade e da precariedade de uma grande proporção da força de trabalho feminina, o que poderia acarretar na diminuição “do estatuto já subvalorizado do trabalho doméstico”. (p.18). Tal processo seria possível pela delegação de uma série de cuidados

323

⁷⁰ Segundo Bourdieu (2001), os agentes sociais são dotados de habitus, inscritos nos corpos pelas experiências passadas: “tais sistemas de esquemas de percepção, apreciação e ação permitem tanto operar atos de conhecimento prático (...), como também engendrar, sem posição explícita de finalidades nem cálculo racional de meios, estratégias adaptadas e incessantemente renovadas” (BOURDIEU, 2001, p. 169). Para o autor a relação com o mundo é uma relação de pertencimento, de presença no mundo, no sentido de ser possuído por ele. Porém, o envolvimento desse agente com esse mundo não instaura uma relação de consciência exterior, mas de uma relação estreita com um mundo que se revela no corpo sob a forma de habitus. A ação para Bourdieu não seria, portanto, nem puramente reativa a estímulos sociais externos, nem puramente consciente e calculada, mas produto de uma história que o próprio habitus contribui para transformá-la. Seria a inter-relação entre a história objetiva das coisas sob a forma de estruturas mais a história encarnada nos corpos, sob a forma de habitus que se criaria o sentido da ação. Bourdieu dirá que as estruturas do mundo social estão no próprio esquema cognitivo do corpo, de forma que a história se comunicaria de alguma maneira consigo mesma. O habitus seria, portanto, o conjunto dos esquemas de percepção da apreciação e ação inculcada pelo meio social em um determinado momento e lugar. Apareceria como a mediação entre as condições objetivas e os comportamentos individuais

domésticos de mulheres com mais recursos para mulheres com menos recursos.

Segundo Nobre (2004), no Brasil, o emprego doméstico foi o setor que mais criou postos de trabalho nos anos 90. A autora demonstra que em 2001, eram seis milhões de pessoas. Dessas, 94% eram mulheres e 66% eram negros. Apesar de se observar um aumento da formalização do emprego doméstico, apenas $\frac{1}{4}$ das mulheres trabalhadoras domésticas tinham carteira assinada e contribuíam para a Previdência Social. (p. 65).

Para Hirata (2004), este “modelo de delegação” tenderia a superpor-se ou mesmo substituir o “modelo de conciliação” entre a vida profissional e a vida doméstica. Por si só, essa amplitude de mulheres no emprego doméstico já seria motivo de preocupação. Porém, em pesquisa recente, Semião (2004) apresenta dados do IBGE para demonstrar que 503 mil trabalhadores domésticos não completaram 17 anos de idade. Além do mais, a grande maioria dessas trabalhadoras, são mais susceptíveis a doenças, vão com menos frequência ao médico e são, muitas vezes, dispensadas pelos seus patrões quando acometidas com alguma doença considerada mais grave.

Em termos de estrutura familiar, o modelo de família baseado nos papéis do homem/provedor e da mulher/dona-de-casa aparece como um processo em significativo declínio ao longo da segunda metade do século XX. Essa tendência

seria encontrada tanto em países centrais, como os Estados Unidos, como em países periféricos, como o Brasil. O declínio desse padrão familiar reflete as alterações ocorridas na esfera do privado, das relações de gênero e da intimidade. Transformações de valores que tem afetado de modo decisivo a estruturação da família tradicional, na qual o chefe da família era responsável pelo controle e decisão sobre os demais integrantes da família (OLIVEIRA, 2005).

Dados extraídos da PNAD / IBGE demonstram que em 2001, 42% dos homens declararam realizar algum tipo de afazer doméstico, contra 90% das mulheres, o que demonstraria, ainda, uma menor responsabilidade do homem na organização doméstica, cabendo às mulheres o ônus do trabalho nesse tipo de conformação. Para Dedecca (2004), a maior “responsabilidade” se traduziria em um uso do tempo extremamente desigual entre homens e mulheres. Apesar da tendência de uma menor jornada de trabalho de caráter econômico exercida pelas mulheres, estas possuiriam uma jornada total superior à dos homens, levando-se em consideração que as mulheres desempenhariam uma jornada de trabalho em afazeres domésticos, em média, três vezes maior àquela realizada por homens.

Bruschini (2004) demonstra que, a partir dos anos 90, o perfil das mulheres no mercado de trabalho no Brasil aponta para trabalhadoras mais velhas, casadas e com filhos. Contudo, segundo ela, as responsabilidades domésticas e

familiares permaneceriam sobrecarregadas sobre as próprias mulheres. Isso contrasta com o aumento do número de famílias chefiadas por mulheres, que chegaria ao final da década de 90 a 26%.

Laufer (2003) expõe que, apesar da igualdade profissional e salarial em pauta na agenda política das democracias ocidentais, a divisão desigual do trabalho familiar e doméstico pesa sobre as desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho e limita a autonomia das mulheres.

Se para os homens, historicamente, o direito ao tempo livre constitui-se em um direito de cidadania – com a redução do tempo de trabalho e com as férias pagas, os assalariados reivindicavam uma liberdade de existir também fora do trabalho – para as mulheres, o caso foi diferente. Suas reivindicações visavam o acesso igual à cidadania pelo direito de ter um emprego. Para elas, o direito ao trabalho assalariado significava a liberdade de existir fora de uma posição de subordinação doméstica (LAUFER, 2003, p. 133).

Essas diferenças salientam a contenda das identidades tradicionalmente assumidas por homens ou mulheres e a percepção das desigualdades relativas à divisão sexual do trabalho. Sorj (2005) demonstra como a nossa percepção sobre as relações de gênero foi historicamente transformada.

De acordo com a autora, desigualdades aceitas como justas passaram, principalmente após os movimentos feministas do século XX, a ser socialmente deslegitimadas; uma dessas é a exclusão das mulheres no mercado de trabalho.

Contudo e a despeito de uma relativa convergência entre homens e mulheres, é importante ressaltarmos que a divisão sexual do trabalho doméstico em parâmetros mais tradicionais (o trabalho do homem é de provedor e da mulher cuidar da casa e da família) é ainda corroborada por boa parte das mulheres⁷¹, fazendo com que coexistam valores tradicionais e também igualitários dentro do sistema de percepção das relações de gênero (SORJ, 2005).

Assentado sob esta perspectiva, Araújo e Scalon (2005) ao estudarem o tema gênero, trabalho e família em perspectiva comparada concluíram que as transformações nos padrões de organização familiar e nas relações de gênero comportariam dimensões que seriam aparentemente conflitantes. Para elas haveria a coexistência de valores e práticas que tendem para o mais moderno junto a outros

327

⁷¹ Para Bourdieu (1999) todos os atos de submissão teriam uma dimensão simbólica, de forma que a dominação sempre colocaria em jogo as estruturas cognitivas que, aplicadas às estruturas sociais, estabeleceriam relações de sentido. Para ele, a dimensão simbólica das relações de dominação se encontra inscrita no corpo, como habitus. Assim, a violência simbólica, mais que uma violência física, ou qualquer outra forma de coação mecânica, constitui o mecanismo de reprodução social, o meio mais forte de se manter a ordem, como no caso da dominação masculina. "As oposições inscritas na estrutura social dos campos servem de suporte a estruturas cognitivas, taxinomias práticas, muitas vezes registradas em sistemas de adjetivos, que permitem produzir julgamentos éticos, estéticos e cognitivos" (BOURDIEU, 1999, p. 124).

ainda muito conservadores, apesar da tendência das mudanças de valores irem à direção de uma perspectiva mais igualitária.

Para Picanço (2005), o trabalho doméstico reproduz, muitas vezes, valores tradicionais das sociedades ocidentais que conotam certos sentidos para a ação. O trabalho doméstico, assim como o trabalho assalariado, comporta determinados valores que estimulam motivações e sentidos. Tais valores, historicamente concebidos, têm passado por um processo de mudança, transformando as motivações e os sentidos. O que antes era uma simples definição do lugar ocupado na vida, o trabalho doméstico é agora, para muitas pessoas, uma obrigação compartilhada.

Contudo, se por um lado essas transformações têm propiciado uma maior inserção feminina na estrutura sócio-ocupacional da sociedade e uma negociação um pouco maior das decisões dentro do núcleo familiar, por outro é possível evidenciar uma complexa e talvez implícita forma de reprodução da desigualdade de gênero, principalmente no que consiste ao trabalho doméstico. É possível afirmar que a divisão sexual do trabalho doméstico, até mesmo naquelas famílias em que a mulher está inserida na esfera produtiva e contribui para o orçamento doméstico, se apóia, ainda, num sofisma que legitima o lócus de poder do homem sobre a mulher.

É necessário destacar que, para boa parte da literatura sobre trabalho doméstico, a divisão das tarefas domésticas tem se reproduzido em uma separação entre produção, considerada função masculina e reprodução, considerada função feminina. O cuidado com a casa e a educação dos filhos – futura força de trabalho para o sistema capitalista – seria, ainda, realizado basicamente pelas mulheres, não sendo elas mesmas consideradas como uma força de trabalho livre, uma vez que tais responsabilidades limitam sua trajetória no mercado de trabalho assalariado (NOBRE, 2004).

De uma forma geral a literatura tem tratado o tema privilegiando abordagens que consideram a estrutura de família tradicional, convencional. De acordo com Kon (2005), o estudo da divisão sexual do trabalho na sociedade, deve ser compreendido a partir das funções impostas ao homem e à mulher na divisão sexual do trabalho na família que, segundo ela, sempre estiveram implícitas nas instituições culturais (políticas, sociais e econômicas), das sociedades em várias fases de evolução. Desde a economia predominantemente rural ou pré-industrial dentro da família, o homem e a mulher desempenham papéis distintos enquanto produtores de bens e serviços à sociedade. Desde então, a atividade econômica da mulher tem se originado de sua função prioritária de reprodução da força de trabalho. Desta função se originariam as distintas formas que tem assumido a subordinação feminina, em diferentes sociedades de maneira que a

participação da mulher na produção, a natureza de seu trabalho e a divisão do trabalho entre os sexos seriam considerados resultados de suas atividades de reprodução. Ressalta, ainda, que grande parte das análises econômicas na atualidade aceita essa forma de divisão do trabalho como algo dado, ou seja, na divisão sexual do trabalho, o papel da mulher ainda é definido para a contribuição à reprodução biológica da força de trabalho, isto é, para a procriação e criação dos filhos.

No entanto, abordagens como esta têm ignorado novas formas de associação e interação entre pessoas, que podem ser do mesmo sexo, por exemplo, ou pessoas que não vêm na família nuclear burguesa como a única e melhor forma de estrutura familiar. Não obstante a convivência de distintos padrões de relacionamentos, a conformação familiar tradicional tem assumido novos contornos, e estes subjazem à própria noção de destradicionalização, entendida aqui como um processo de mudança dos parâmetros clássicos das identidades sexuais. Tal processo pode estar relacionado com a emergência de uma “nova sociedade”, baseada no consumo fugaz de bens facilmente substituíveis que tem influenciado na percepção da própria identidade de gênero – uma época de incertezas, com diferentes modos e hábitos de vida que se comunicam rapidamente e são incapazes, cada um desses, de impor uma hierarquia de valores – favorecendo transformações na divisão sexual do trabalho doméstico

(MATOS, 2005). Entre as famílias operárias, essa idéia de estrutura familiar ainda é muito arraigada no discurso, apesar do lento processo de mudança de percepção que a literatura tem apontado.

É pertinente supor, que a persistência de desigualdades na distribuição de atribuições das tarefas domésticas, ainda que seja possível observar algumas mudanças mais recentes, assim como a própria deslegitimação do trabalho feminino (mesmo quando essas passam a desempenhar o que antes era considerado um trabalho masculino e socialmente valorizado), ainda que em padrões clássicos de família, serve como um subsídio para entendermos os possíveis desdobramentos para as identidades de gênero associadas a famílias operárias como, por exemplo, a pesquisa realizada por Peticarrari (2007) com trabalhadores metalúrgicos. Neste estudo o que está em jogo são as transformações no mundo do trabalho, como um dos principais fatores na (des) construção da identidade de gênero, com o aumento de mulheres, mesmo em funções tradicionalmente tidas como masculinas, e a progressiva participação das mulheres como provedora do grupo familiar.

331

A CONSTRUÇÃO DO MASCULINO

Como afirmado anteriormente, gênero é uma categoria histórica e como tal está aberta às transformações históricas.

A masculinidade, por sua vez, é uma configuração da prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero, que por sua vez reproduz as estruturas reais. Falar de uma configuração prática significa realçar aquilo que as pessoas realmente fazem, não naquilo que delas é esperado; e significa destacar que a ação tem uma racionalidade e um significado histórico (CONNEL, 1995). Contudo, que o conceito de masculinidade está, geralmente, colocado em valores físicos e que a maioria dos estudos sobre identidade masculina está mirada para a sexualidade “tanto que até os dicionários da língua portuguesa apresentam ‘masculinidade’ como sinônimo de virilidade” (ELMÔR, 2002, p. 33). Embora já em 1920, e 1930, Malinowski, Mead, Freud e outros estudiosos fizessem referência ao “masculino” e ao “feminino”, é na década de 60, a partir dos movimentos feministas e dos movimentos gay e lésbico, que o interesse pela masculinidade como objeto de estudo em âmbito social tem seu início, sobretudo nos Estados Unidos e Inglaterra.

Em seu estudo sobre a produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas no contexto, especificamente norte-americano, Kimmel (1998) parte do pressuposto que as masculinidades são socialmente construídas, que variam de cultura para cultura, no transcorrer de um certo período de tempo, além de mudarem através de um conjunto de outras variáveis, de forma que o uso do termo no plural significaria reconhecer que masculinidade tem um

significado diferente para diferentes grupos de homens e em diferentes momentos. Analisa a partir de uma perspectiva histórica, transcorrendo na identificação de vários modelos de masculinidades que são produzidos socialmente.

No final do século XVIII, dois modelos de masculinidade poderiam ser vistos nos Estados Unidos: O “patriarca gentil”, o homem que derivou sua identidade pela posse da terra. Era considerado um pai devotado, que passava muito do seu tempo com a sua família; O “artesão heróico”, que incorporava a força física e a idéia do artesão urbano independente. No século XIX, uma nova versão de masculinidade teria emergido: o “*self-made man*”, onde sua masculinidade deveria ser demonstrada e provada no mercado, pois se trataria de um homem de negócios.

Kimmel (1998) demonstra como esses modelos de masculinidade foram sendo transformados de acordo com a expansão sócio-econômica da sociedade americana, surgindo novos ideais de masculinidade, principalmente, o advento da idéia do homem que buscava demonstrar a sua aquisição de masculinidade bem sucedida através da desvalorização de outras formas de masculinidades, posicionando, segundo ele, o hegemônico por oposição ao subalterno, transformando os diferentes “nos outros”. Dessa maneira, surgiriam vários modelos subalternos, como por exemplo, o *irlandês*, que era visto como não sendo de uma raça pura na Bretanha; os *italianos*, vistos como passionais demais para possuírem o

autocontrole masculino; os *judeus*, que eram “almofadinhas” demais; os *asiáticos*, visto como pequenos demais e demasiadamente gentis. Ou seja, produzindo o ideal de uma masculinidade hegemônica que se disseminou para o mundo todo.

Vale de Almeida (2000) concorda que essa masculinidade hegemônica seria um modelo cultural ideal que, não sendo atingível por praticamente nenhum homem, exerceria sobre todos os homens um efeito controlador, através da incorporação da ritualização das práticas da sociabilidade cotidiana e de uma discursividade que exclui todo um campo emotivo considerado feminino. Além disso, essa masculinidade não seria simétrica da feminilidade, na medida em que as duas se relacionariam de forma assimétrica, por vezes hierárquica e desigual. Dessa maneira, a masculinidade seria um processo construído, frágil, vigiado, como forma de ascendência social que pretende ser, devendo ser considerada uma questão importante é a diferenciação do comportamento individual segundo características como, classe social, percursos individuais e, sobretudo geracionais.

Oliveira (2004) denota que o ideal moderno de masculinidade durante os séculos XVIII, XIX e parte do século XX, representou a imagem mais positiva que a civilização ocidental moderna fez de si mesma.

Características como potência, poder, força, coragem, atividade, ousadia, valentia, vigor,

eficácia, robustez, firmeza, imponência, inteligência, intensidade, integridade, invulnerabilidade, estiveram freqüentemente associadas ao ser masculino e foram pensadas como qualidades em si, que a própria sociedade moderna gostava de se auto projetar (OLIVEIRA, 2004, p. 281).

Na passagem da sociedade medieval para a sociedade moderna “o amor romântico se insinuava como um modelo novo de relação conjugal e prenunciava a conformação de uma instituição–chave para a sociedade burguesa: a família monogâmica” (Oliveira, 2004, p. 22). Por conseguinte, além da eleição do domínio privado como lócus adequado para a manifestação dos sentimentos pôde-se observar um esmaecimento das expressões desenfreadas das emoções.

Nesse contexto, não seria exagero dizer que a formação do atual Estado-nação enquanto instituição moderna guardou papel fundamental e determinante na conformação de comportamentos socialmente considerados como autenticamente masculinos.

Os ideais medievais de bravura e destemor passaram agora a integrar as características fundamentais do soldado devotado e heróico. Expressia-se cada vez mais a imbricação entre militarização, nacionalismo e masculinidade (OLIVEIRA, 2004, p. 27).

Da formação dos Estados modernos até a primeira década do século XX – marcada pelo movimento expansionista colonial europeu que visava a incorporação de novos territórios sob a égide do novo Estado – pôde-se verificar um clima belicoso entre as nações, que aumentava com a busca de novos mercados consumidores. A I Grande Guerra foi tributária dessa atmosfera militar que, após quatro anos, iria produzir, principalmente junto aos derrotados, movimentos com forte apelo ao ideal mítico de masculinidade.

Frutos dessa conjunção, o nazismo, bem como o fascismo e o socialismo buscaram de várias formas inculcar nos jovens um espírito agressivo e belicoso e nessa busca a exacerbação da masculinidade. “Nos momentos de crise (...) enaltece-se os modelos viris que são divinizados, senha para a libertação de movimentos trágicos e monstruosos”. Concomitantemente e, principalmente, após essas insurgências políticas, seria acrescentado um novo elemento: A fábrica. “Ao devotado soldado guerreiro, acrescentar-se-ia o modelo de trabalhador exemplar e responsável como paradigma do homem autêntico” (OLIVEIRA, 2004, p. 41- 43).

O taylorismo/fordismo com sua imposição efetiva de como o trabalho deve ser executado, o crescimento da burocracia e o aumento da hierarquia, a intensificação do trabalho, características estas que exigiam do trabalhador uma vida regular, ou seja, uma vida pessoal regulada pela lógica da fábrica, estabelecendo um comportamento

adequado às necessidades industriais como limites mínimos de garantia da produtividade da força de trabalho, junto à criação das corporações modernas, que disciplinava a sociedade pelo horário da fábrica, fez com que se cultivasse o ideal de um novo homem, devotado à família e cumpridor dos bons costumes (HARVEY, 1993).

Mais do que bons provedores, o realce dado à figura paterna no seio da vida familiar sempre foi enfatizado por instituições, principalmente a igreja, e vinha ao encontro dos emergentes ideais burgueses. “A ação conjunta das instituições modernas constituía e garantia as bases sociais do modelo viril emergente” (OLIVEIRA, 2004, p. 49). Nesse contexto as funções da mulher eram claras: mãe, educadora, provedora de afeto, carinho. Ao pai, provedor do lar e protetor por excelência de toda a sorte de invasores caberia manter a tranqüilidade do núcleo familiar. Toda uma conjuntura reforçava esse cenário familiar característico: “das leis civis aos preceitos religiosos, passando pelas narrativas e romances populares, que apoiavam os estereótipos de gênero” (OLIVEIRA, 2004, p. 49).

É nesse contexto que a elaboração imaginária do lugar simbólico feminino (delicada, frágil, insegura e agora responsável pelos afazeres domésticos) ganhou força, de forma que sua projeção num agente masculino se tornou, cada vez mais, sinônimo de infâmia, desonra,

desclassificação social e passível de ser classificado como comportamento desviante.

A masculinidade destacou-se como um valor básico sobre o qual a sociedade burguesa construiu sua auto-imagem. Os desviantes forneciam o modelo às avessas, contratipo que figurava como a antinorma, o antiparadigma do homem burguês (OLIVEIRA, 2004, p. 78).

Apesar de muitos desses elementos simbólicos perdurarem até os dias atuais, há que se ressaltar que alguns aspectos da sociedade contemporânea têm favorecido algumas transformações no ideal moderno de masculinidade. Distintas mudanças socioestruturais têm ocorrido, principalmente, no que tange o surgimento de novos modelos de produção capitalista, com conseqüências para a divisão social do trabalho.

Do ponto de vista sociológico, a recente organização social tem sido descrita como capitalismo tardio, ultramodernidade, sociedade pós-industrial, flexível, ou seja, novos padrões de acumulação têm engendrado novas dinâmicas de interação social, em que pese a divisão sexual do trabalho familiar. As novas possibilidades científicas e tecnológicas e a tradução destas em novos arranjos produtivos, sobretudo a partir dos anos 80, deram novo impulso a este processo, conformando um novo paradigma técnico econômico, o qual se mostrou apto a provocar

substanciais transformações não apenas na dinâmica econômica, mas também social, política e mesmo cultural (FREEMAN; PEREZ, 1988).

O desmonte da grande empresa, junto ao fim da racionalidade total assim como o surgimento do experimentalismo e da fragmentação bem como da subcontratação, demarcam uma condição “pós-moderna” em que se enfatiza a transformação tempo/espaço (HARVEY, 1993). Essas transformações têm incidido sobre várias instituições desmantelando certezas que foram de fundamental importância na construção de ideais modernos (BAUMANN, 2003), dentre eles o de masculinidade.

No rol dessas mudanças, destacam-se àquelas no seio do núcleo familiar burguês. Esta, constituída até então pela esposa devotada e filhos orbitando em torno do pai com sua dominação incontestável, se vê inserida em uma crise de inversão de valores, com destaque para a dificuldade em compatibilizar casamento com trabalho e vida pessoal. Como conseqüências vêem-se “a postergação cada vez maior para o vínculo conjugal e crescente formação de relacionamentos sem vínculos legais” (OLIVEIRA, 2004, p. 78), por conseguinte “a falta de legalização enfraquece a autoridade patriarcal, tanto institucional quanto psicologicamente” (CASTELLS, 1999, p. 174).

A ideologia do patriarcalismo legitimando a dominação baseada na idéia de que o provedor da família goza de

privilégios foi abalada. A vida familiar nos moldes conservadores não se ajustaria mais ao agente pós-moderno, sendo o lar para este, uma verdadeira prisão (OLIVEIRA, 2004). Para Baumann (2003):

As chances de que a família sobreviva a qualquer de seus membros diminui a cada ano que passa: a expectativa de vida do corpo mortal individual parece uma eternidade por comparação. Uma criança média tem diversos pares de avós e diversos “lares” entre os quais escolher – por temporada, como as casas de praia. Nenhum deles se parece com o verdadeiro e único lar (BAUMANN, 2003, p. 47).

Junto a essas transformações, a idéia de masculinidade hegemônica, isto é, aquela de homens brancos, heterossexuais, de setores médios da população, que tenderia a se configurar como o conjunto de práticas dominantes, passou a ser questionada. (ARILHA, 1998). Segundo Badinter (1993), essa hegemonia masculina é conquistada a um alto custo, o que seria uma batalha diária. A autora demonstra que esse esforço para se estar a altura do que se espera ser homem (viril) é um processo cuja deflagração se deu a partir do movimento feminista dos anos 60 que fez evaporar a característica universal masculina aceita, até então, como “natural”. Como demonstra a autora, até o século XVII, a mulher era medida segundo o padrão de

perfeição masculina. A partir do século XVIII, a mulher passaria a ser diferenciada do homem por seu espaço, sendo este incumbido da criação, produção e política. “A esfera pública é seu elemento natural” (p.9) diz a autora. Hoje a masculinidade seria um conceito relacional, pois seria definida em relação à feminilidade. Dessa forma, é válido dizer que não existe um modelo masculino universal.

Como diz Kimmel (1998), se hoje estamos procurando uma visão da masculinidade hegemônica contemporânea “a do executivo globalizado, com telefone celular, laptop, assento na classe executiva, engravatado” poderia ser o retrato e não precisaríamos olhar além dos grupos que têm sido excluídos, como por exemplo, mulheres, homossexuais, negros, velhos, etc.

É por isso que Vale de Almeida (2000) ressalta a necessidade de se analisar formas de culturas distintas, num contexto etnográfico, onde é possível ponderar as masculinidades em conjunturas geracionais e de grupos específicos, onde o mais importante poderia ser a própria desconstrução da masculinidade hegemônica, percebendo a sua volatilidade, ou seja, a sua historicidade.

Dessa maneira, há que se ponderar que a própria percepção da masculinidade é algo difuso, porém específico se considerarmos trajetórias particular, como no caso, em que a mulher ocupa, cada vez mais, posição de destaque no mercado de trabalho. Uma das questões que emerge deste

contexto é a própria dificuldade do homem em aceitar o trabalho doméstico em detrimento ao público.

Se existe uma obrigação moral de trabalhar, de sustentar as suas famílias e também, sacrificar o corpo, todas como elementos prestigiantes e capital simbólico de masculinidade, existe, porém, uma utopia da preguiça e do lazer, da abundância oriunda da riqueza, da limpeza do trabalho não braçal. E isso, para os trabalhadores operários é um ponto de tensão, dada que uma das únicas formas de importância social é no símbolo de homem trabalhador (VALE DE ALMEIDA, 2000).

342

Bourdieu (1999) tratou desses esquemas de pensamento em relação à construção das identidades em seu trabalho sobre a dominação masculina. Segundo ele, essa “batalha moral” derivaria de estruturas de percepção encarnada nos corpos sob a forma de “*habitus*”. Para ele:

O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes. Esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao próprio corpo, em sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos conformando-a aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos

homens sobre as mulheres (BOURDIEU, 1999, p.18).

A pior humilhação para um homem consistiria em ser “transformado em mulher”. Além do mais, como pudemos perceber no autor, essa é uma relação de dominação que a própria estrutura patriarcal lhes impõe, fazendo com que os atos, tanto masculinos como femininos, acabem sendo inevitavelmente, atos de reconhecimento e de submissão. Isso poderia ser visto, por exemplo, no ato da conquista, concebido pelos homens como uma forma de apropriação, de posse. Diferente das mulheres, que estariam socialmente preparadas para viver a sexualidade como uma experiência íntima e cheia de afetividade que incluiria ‘toques’, ‘carícias’, ‘abraços’. “Os rapazes tendem a compartimentar a sexualidade concebida como ato agressivo e, sobretudo físico, de conquista orientada para a penetração e o orgasmo”, ou seja, como forma de dominação. Outro exemplo é a desonra para um homem em assumir o papel de “mulher dona-de-casa” (BOURDIEU, 1999, p.30).

Por hora, salientamos que o princípio dessa visão dominante e que faria com que as pessoas percebessem o mundo segundo este mesmo princípio, se daria à custa, e ao trabalho, de uma socialização difusa instituída pela arbitrariedade cultural. Essa orientaria as distintas identidades inscritas nos corpos através de “injunções tácitas, implícitas

nas rotinas da divisão do trabalho ou dos rituais coletivos ou privados” (BOURDIEU, 1993, p. 34).

Essas relações instituídas entre os gêneros se inscreveriam também, segundo Bourdieu (1999) nos princípios de visão e de divisão, que levariam a classificar todas as coisas do mundo e todas as práticas segundo distinções redutíveis à oposição entre o masculino e o feminino. Caberia aos homens, localizado do lado exterior, do oficial, do público, a realizar todos os atos tidos como perigosos e espetaculares. Às mulheres, pelo contrário e situadas do lado do interior, do privado, caberiam os trabalhos domésticos, escondidos, “até mesmo invisíveis e vergonhosos, como o cuidado das crianças” (BOURDIEU, 1999, p.41). São as mulheres que seriam encarregadas das preocupações vulgares da gestão cotidiana da economia doméstica.

A divisão sexual estaria incorporada na divisão das atividades produtivas, associadas à idéia de trabalho, bem como no capital simbólico, que atribuiria aos homens o monopólio de todas as atividades oficiais, públicas, de representação, de ‘trocas de honras’, ‘trocas de mulheres’, etc.

Como diz o autor, “não seria exagero comparar a masculinidade a uma nobreza” (p.75), já que além do fato de que o homem não poder ‘rebaixar-se’ a desempenhar determinadas tarefas tidas, socialmente, como inferiores, as

mesmas tarefas acabam se tornando nobres e difíceis quando realizadas por homens, ou insignificantes, fáceis, quando realizadas por mulheres (BOURDIEU, 1999).

Dessa maneira, a masculinidade é uma noção relacional, edificada a partir dos outros homens, pelos homens, para os homens e contra a feminilidade, “por uma espécie de medo do feminino e construído, primeiramente dentro de si mesmo” (BOURDIEU, 1999: p.67).

O arquétipo do homem superviril, no momento em que a mulher assume posição cada vez mais atuante no espaço público pode ser fonte de sofrimento e inquietação, especialmente àqueles que orbitam entre o *lócus* do seio doméstico e posições desprivilegiadas no mercado de trabalho em relação a suas companheiras. Há, entretanto, que considerar que a construção e o exercício da masculinidade em termos de trabalho podem representar uma experiência enriquecedora para boa parte dos agentes masculinos, mesmo àqueles envolvidos nos esquemas de percepção patriarcal, dependendo dos modelos de família e dos padrões de divisão do trabalho encontrados.

345

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura sociológica sobre o trabalho tem tratado o tema das relações de gênero de forma muito homogênea e não consensual, onde há a predominância do discurso de

precarização do trabalho da mulher em detrimento de estudos que levem em consideração as dimensões simbólicas do trabalho como um todo, especialmente, sobre a percepção a respeito do trabalho do homem, a partir de uma perspectiva identitária.

Nestes termos, observamos que a sociologia tem dado preferência aos estudos quantitativos ou mesmo estudos qualitativos, mas que sempre levam em consideração o trabalho específico da mulher, deixando algumas questões de fora do debate, como por exemplo, a construção das identidades (principalmente do homem) no ambiente de trabalho. Além disso, os dados tendem a divergir em relação às novas oportunidades trazidas pelo fenômeno de reestruturação produtiva em relação ao emprego feminino e masculino (quem tem perdido mais com isso?), o que nos gera a dúvida de que tem sofrido mais com essas mudanças e o que nos estimula a diversificar nossa análise em direção a uma abordagem um pouco diferente, que leve em consideração como propõem Araújo *et al* (2004) a especificidade de setores e grupos e os aspectos simbólicos a eles relacionados.

Vimos que ainda há a persistência de desigualdades na distribuição de atribuições das tarefas, ainda que seja possível observar algumas mudanças mais recentes. A observação de que tem havido alterações na estrutura da divisão sexual do trabalho, nos obrigou a tratar das esferas da

construção das identidades masculinas atreladas, especialmente, no âmbito do trabalho.

O conceito de identidades (escolhido em detrimento do conceito de papéis, por demonstrar o caráter mutável daquela) tem sido entendido na sociologia enquanto construções sociais e históricas que podem variar com o tempo e a sociedade em que o indivíduo se insere. Essa abordagem permite entender a identidade masculina como algo dinâmico, que tem sofrido alterações (o que se vive é um período de mudança e transição para novas formas de masculinidade, ou seja, novas relações ainda não inteiramente configuradas), pois falar em crise denotaria corroborar com um discurso preconceituoso e conservador que colocaria a masculinidade num altar, que teria que ser alcançado por todos os indivíduos.

Por último, constatamos que as masculinidades são construídas historicamente e sido socialmente entendidas de diferentes formas, o que torna necessário a análise contextual de grupos específicos para que não incorramos no equívoco de tratar a identidade masculina como única e incontestável. O significado atribuído a um dado evento varia enormemente de um indivíduo para outro, de maneira que o mesmo contexto pode produzir histórias diferentes, "ligando biografias através de especificidades contingentes" (BRAH, 2006, p.362).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

348

ABRAMO, L. **Um olhar de gênero**. Visibilizando precarizações ao longo das cadeias produtivas. Gênero e trabalho na sociologia latino – americana. ALAST. São Paulo; Rio de Janeiro, 1998. CD-ROM.

ARAÚJO, C.; SCALON, C. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In: _____. **Gênero, Família e Trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

ARAÚLO, A.C.; AMORIM, E.R.A.; FERREIRA, V.C.. **Os sentidos do trabalho da mulher no contexto da reestruturação produtiva**. Artigo apresentado no VIII Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. **Anais**, Coimbra, Portugal, 2004. CD-ROM.

ARILHA, M. Homens: entre a “zoeira” e a “responsabilidade” In: ARILHA, M. UNBEHAUM, S.; MEDRADO, B. **Homens e Masculinidades**: outras palavras. São Paulo: Editora 34, 1998.

BADINTER, E. **XY Sobre a identidade masculina**. Rio de Janeiro: Editora Nova fronteira, 1993.

BARROS, R.P. Conseqüências de um novo padrão de inserção das mulheres no mercado de trabalho sobre o bem estar na região metropolitana de São Paulo. In: CEPAL. **Emprego feminino no Brasil: mudanças institucionais e novas inserções no mercado de trabalho**, 2006.

BARROS, R.P., **A desigualdade da pobreza: estratégias ocupacionais e diferenciais por gênero**. Texto para discussão, Rio de Janeiro: IPEA, n. 453, 1997.

349

BAUMANN, Z. **Comunidade**. A busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BORSOI, I. C. F. Os Sentidos do trabalho na construção civil: o esforço alegre sem a alegria do esforço. In: JACQUES, M. G.; CODO, W. **Saúde mental e trabalho: leituras**. Petrópolis: Editora vozes, 2002.

BOURDIEU, P., **A Dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. **Meditações Pascalianas**. Trad. Sergio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 157-251, 2001.

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.26, p. 329 – 376, 2006.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M.R. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**. n. 110, p. 67-104, julho, 2000.

_____. Mulheres e Homens no mercado de trabalho brasileiro: um retrato dos anos 1990. In: MARUANI, M.; HIRATA, H. (Orgs.). **As novas Fronteiras da Desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: SENAC editora, 2003.

BRUSCHINI, C. Trabalho de Mulheres executivas no Brasil no final do século XX. **Cadernos de Pesquisa**. v. 34. n. 121. p.105-138, jan- abr. 2004.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAPPELLIN, P. A igualdade das oportunidades nas relações de trabalho: a ética da reparação antecede o dever de responsabilidade. In: COSTA, A., OLIVEIRA, E.; SOARES,V.

(Orgs.). **Reconfiguração das Relações de Gênero no trabalho**. São Paulo: CUT – Brasil, 2004.

CASTELLS, M. **O Poder da identidade**. Volume II. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CONNELL, R. W. **Masculinities**. Berkeley: University of California Press, 1995.

CONSONI, F. L. **Dez anos de estrutura de emprego na indústria automobilística brasileira: rupturas e continuidades (1986-1995)**. Campinas: UNICAMP, 1998. Dissertação (Mestrado em política Científica e Tecnológica) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

351

DAUNE-RICHARD, A. Qualificações e representações sociais. IN: MARUANI, M. & HIRATA, H. (orgs.). **As novas Fronteiras da Desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: SENAC editora, 2003.

DEDECCA, C.S. Tempo, trabalho e Gênero. IN: COSTA, A., OLIVEIRA, E. & SOARES, V. (orgs.). **Reconfiguração das Relações de Gênero no trabalho**. São Paulo: CUT, 2004.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 3ª Edição. São Paulo: Editora Cotez, 1987.

ELMÔR, M.G. **Masculinidade em jogo**: um estudo sobre papéis masculinos num grupo de adolescentes no futebol. Campinas: UNICAMP, 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

FISCHER, I.R.; MARQUES, F. **Gênero e exclusão social**. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/tpd/113.html>. Acesso em 04. jul. 2001.

FONSECA, N. A. Ética, direitos e relações de gênero no trabalho – a recriação do sentido do trabalho do ponto de vista dos direitos humanos. IN: COSTA, A., OLIVEIRA, E. & SOARES, V. (orgs.). **Reconfiguração das Relações de Gênero no trabalho**. São Paulo: CUT, 2004.

FREEMAN, C.; PEREZ, C. Structural crises of adjustment: the techno-economic paradigm. In: **Technical Change and Economic Theory**. Publisher, 1988.

GALEAZZI. I.M.S. Mulheres trabalhadoras: 10 anos de mudanças no mercado de trabalho atenuam desigualdades. **Mulher e trabalho**. São Paulo, 2006.

GIRARD, C. F. N., *Dossiê: Globalização e Trabalho: perspectivas de gênero*. Ferreira Nunes. – Brasília: CFEMEA; FIG/CIDA, 2002.

GUEDES M.C.; ALVES, J.E.D. **A população feminina no mercado de trabalho entre 1970-2000**: particularidades do grupo com nível universitário. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. **Anais**, Caxambú- MG, 20-24 de Setembro, 2004.

353

GUIMARÃES, N.A. **Caminhos cruzados**: estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores. São Paulo: Editora 34, 2004.

HARVEY, D. **Condição Pós – moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. A divisão sexual do trabalho revisitada. In: MARUANI, M.; HIRATA, H. (orgs.). **As novas Fronteiras da Desigualdade**: homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: SENAC editora, 2003.

HIRATA, H. **Desemprego e condições de trabalho numa perspectiva de gênero**. Palestra apresentada por Helena Hirata [ago. 2006]. 48 min. Palestra concedida ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos.

_____. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

_____. O universo do trabalho e da cidadania das mulheres – um olhar do feminismo e do sindicalismo. In: COSTA, A., OLIVEIRA, E.; SOARES, V. (Orgs.). **Reconfiguração das Relações de Gênero no trabalho**. São Paulo: CUT, 2004.

_____. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. **Revista latinoamericana de estudios del trabajo**. Rio de Janeiro; São Paulo, Ano 4, n. 7, 1998.

KIMMEL, M. S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. **Horizontes antropológicos: corpo, saúde e doença**. Porto Alegre, ano 4, n.9, 360p. 1998.

KON, A. Considerações teóricas sobre a divisão sexual do trabalho na família: repercussões sobre o mercado de trabalho. Artigo apresentado no “I Seminário As famílias e as

políticas públicas no Brasil”. **Anais**, Belo Horizonte -MG, 2005.

LAUFER, J. Entre a esfera pública e a esfera privada: os desafios dos direitos das mulheres. In: MARUANI, M.; HIRATA, H. (Orgs.). **As novas Fronteiras da Desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: SENAC editora, 2003.

LAVINAS, L. **Empregabilidade no Brasil: inflexões de gênero e diferenciais femininos**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

LAVINAS, L. Emprego feminino: o que há de novo e o que se repete. In: **Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, 1997.

LIMA, M. E. B. A dimensão do trabalho e da cidadania das mulheres no mercado globalizado. In: COSTA, A., OLIVEIRA, E.; SOARES, V. (Orgs.). **Reconfiguração das Relações de Gênero no trabalho**. São Paulo: CUT, 2004.

MARCONDES, W.B., *et al.* O peso do trabalho “leve” feminino à saúde. **São Paulo em perspectiva**. v.17, n.2, p. 91-101, 2003.

MATOS, M. A democracia não deveria parar na porta de casa: a criação dos índices de tradicionalismo e de destradicionalização de gênero no Brasil. In: ARAÚJO, C.; SCALON, C. **Gênero, Família e Trabalho no Brasil**. (Orgs). Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

MONTAGNER, P. A reestruturação produtiva e o desemprego da mulher. In: COSTA, A., OLIVEIRA, E.; SOARES, V. (Orgs.). **Reconfiguração das Relações de Gênero no trabalho**. São Paulo: CUT, 2004.

NOBRE, M. Trabalho doméstico e emprego doméstico. In: COSTA, A., OLIVEIRA, E.; SOARES, V. (Orgs.). **Reconfiguração das Relações de Gênero no trabalho**. São Paulo: CUT, 2004.

OLIVEIRA, P. P. **A Construção Social da Masculinidade**. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Editora UFMG, 2004.

OLIVEIRA, Z. L. C. A provisão da família: redefinição ou manutenção dos papéis? In: ARAÚJO, C.; SCALON, C. **Gênero, Família e Trabalho no Brasil**. (Orgs). Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

PERTICARRARI, D. **Foi com o trabalho que me tornei homem. Trabalho, Gênero e Geração**: Uma nova

identidade. São Carlos: UFSCar, 2007. 144f. Versão preliminar apresentada à banca de qualificação da Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

PERTICARRARI, D. **Reestruturação produtiva e emprego na indústria de linha branca no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 2003. 100f. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

PICANÇO, F.S. Amélia e a mulher de verdade: representações dos papéis da mulher e do homem em relação ao trabalho e à vida familiar. In: ARAÚJO, C.; SCALON, C. **Gênero, Família e Trabalho no Brasil**. (Orgs). Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

357

PISCITELLI, A. Re-criando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, L.M. **A prática feminista e o conceito de gênero**. Textos didáticos, n. 48, Campinas, SP, 2002.

POSTHUMA, A.C. Mercado de trabalho e exclusão social da força de trabalho feminina. **Gênero e trabalho na sociologia latino – americana**. ALAST. São Paulo; Rio de Janeiro, 1998.

RIZEK, C.S.; LEITE, M. Dimensões e representações do trabalho fabril feminino. **Gênero e trabalho na sociologia latino – americana**. ALAST. São Paulo; Rio de Janeiro, 1998.

RUBIN, G. The traffic in women: notes on the political economy of sex In: REITER, R. **Toward an anthropology of women**. Monthly review press, New York, 1975.

SANCHES, S. GBRIM, V.L.M. O trabalho da mulher e as negociações coletivas. **Estudos Avançados**. v. 17, n.49, 2003.

SCHWEITZER, S. Situar as mulheres no Mercado de trabalho. In: MARUANI, M.; HIRATA, H. (Orgs.). **As novas Fronteiras da Desigualdade**: homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: SENAC editora, 2003.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 16, n.2, p.5-22, jul-dez., 1991.

SEGNINI, L.R.P. Relações de gênero no trabalho bancário informatizado. **Cadernos Pagu**. Campinas, n.10, 1998.

SEMIÃO, A. A reestruturação do trabalho doméstico remunerado e suas implicações. In: COSTA, A., OLIVEIRA,

E.; SOARES,V. (Orgs.). **Reconfiguração das Relações de Gênero no trabalho**. São Paulo: CUT, 2004.

SORJ, B. Percepções sobre esferas separadas de gênero. In: ARAÚJO, C.; SCALON, C. **Gênero, Família e Trabalho no Brasil**. (Orgs). Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

SORJ, B. Sociologia e Trabalho: mutações, encontros e desencontros. **Revista Brasileira de ciências Sociais**. v. 15, n. 43, junho, 2000.

VALE DE ALMEIDA, M. **Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade**. Lisboa: Fim de século, 2000.

Prostitutas e Movimento Político: a valorização da Profissional do Sexo

Frederico Sidney Guimarães

360

Resumo: Este trabalho objetiva analisar o surgimento e organização do movimento político em defesa da valorização da Profissional do Sexo no Rio de Janeiro. Durante a conjuntura política da década de 1980, as prostitutas nesta cidade tiveram seus primeiros ensaios para organização de entidades em defesa de suas causas, que influenciaram a realização do I Encontro Nacional das Prostitutas em 1987 e a estruturação da Rede Brasileira de Prostitutas. Através da prática de parceria e informação, este movimento conseguiu resultados consideráveis na melhoria da auto-estima da mulher prostituta e nas campanhas de prevenção das doenças sexualmente transmissíveis. Tem como utilização a metodologia da História Oral e leituras de fontes escritas disponibilizadas nas ONGs pesquisadas.

Palavras chave: Prostituição, Movimentos Sociais, cidadania.

Prostitutes and political movement: the valorization of sex worker

Abstract: This paper analyses the organization and creation of politic movement that defends Professional of Sex rights and for their valorization on the city of Rio de Janeiro. It was influenced by politic context of 1980 decade, when was organized the I National Meeting of Prostitutes in 1987 and established the Prostitutes Brazilian Network. This movement achieves great success on sexual diseases prevention and has had considerable results on prostitutes self-stigma improvement. We use the Oral History methodology and the support of written sources available on ONGs that was visited.

Key words: Prostitution, Social Movements, citizenship.

361

No tempo em que a maçã foi inventada
Antes da pólvora, da roda e do jornal
A mulher passou a ser culpada
Pelos deslizes do pecado original.
Guardiã de todas as virtudes
Santas e megeras, pecadoras e donzelas
Filhas de maria
Ou deusas lá de Hollywood
São irmãs porque a mãe natureza
Fez todas tão belas.
Oh! mãe, oh! mãe
Nossa mãe, abre o teu colo generoso
Parir, gerar, criar e provar
Nosso destino valoroso.

São donas-de-casa
Professoras, bailarinas
Moças operárias, prostitutas meninas
Lá do breu das brumas,
Vem chegando a bandeira
Saúda o povo e pede passagem
A mulher brasileira.

Maria Bethânia - Mulheres Do Brasil

INTRODUÇÃO

362

Os versos acima exaltam a mulher brasileira e possuem uma generalidade sobre a variedade de atividades e qualidades que podem ser encontradas no cotidiano do universo feminino. A prostituta menina é retratada como qualquer outra qualificação, assim como se especifica que elas também podem ser mães, solteiras ou casadas, santas ou megeras. São nas antíteses, nos paradoxos, na multiplicidade de entendimentos que compreendemos que o indivíduo é multi-facetado e que sua personalidade deve ser respeitada.

Através dessas premissas que surge o movimento social em defesa da mulher prostituta, que luta pelo reconhecimento de sua cidadania, saúde e condições de trabalho. Este trabalho se propõe a analisar o surgimento desta mobilização na cidade do Rio de Janeiro e as formas

que encontraram para organizar a representação de suas causas e a estruturação de seus órgãos, inclusive a tentativa de se efetivar um movimento nacional. Nosso objetivo é analisar a conjuntura histórica que propicia a organização política desses atores sociais e a as atividades desenvolvidas em defesa da Profissional do Sexo.

Este artigo possui sua importância pela possibilidade de compreensão das atividades de diversos atores sociais, nesse caso as prostitutas, que vem despertando interesses nas áreas acadêmicas recentemente, tendo muito ainda a ser estudado. Além disso, estamos trabalhando com fontes orais que permitem a exposição de opiniões das personagens participantes do movimento, enfatizando a riqueza das representações sociais envolvidas.

Não é intenção restringir as organizações políticas das prostitutas a uma única cidade, ignorando a contribuição das outras áreas com mobilizações semelhantes, que também devem ser analisados detalhadamente, entretanto nosso foco se concentrou na cidade do Rio de Janeiro, mais especificamente nas áreas conhecidas como “Zona do Mangue”, uma região reconhecida pela existência de diversos estabelecimentos de prostituição. Nesse espaço foram organizadas as primeiras atividades políticas na cidade que possibilitaram a organização do I Encontro Nacional das Prostitutas em 1987, evento que fortaleceu as estratégias de expansão do movimento nacionalmente.

No Rio de Janeiro, esse encontro marcou o início da luta institucionalizada. Não podemos deixar de mencionar, entretanto que havia um histórico de iniciativas que contribuíram para o amadurecimento da consciência das prostitutas sobre seus direitos e para a conseqüente mobilização pela proteção social e reconhecimento internacional de suas causas. Neste caso, há como exemplo dois fatos que se tornaram símbolos: a ocupação de uma igreja na França por prostitutas locais como forma de protesto e, no Brasil, as manifestações contrárias às arbitrariedades da polícia e das políticas públicas em seus territórios no decorrer das décadas de 1970 e 1980.

A ocupação da Igreja Saint-Nizier, em Lyon, em 1975 por 150 prostitutas que protestavam contra as multas, prisões e assassinatos simbolizou o Dia Internacional das Prostitutas, 2 de junho⁷². Historicamente, este evento se tornou notório por defender, num local religioso, um grupo social cujas atividades de provimento financeiro contrastavam com os padrões éticos e morais das religiões cristãs.

Considerado o aspecto histórico do processo de lutas, este trabalho reconhece estas iniciativas como sendo capaz de modificar os padrões clássicos de comportamento e trabalho, a partir do momento em que se exige do estado a

⁷² <http://sistemas.aids.gov.br/imprensa/Noticias.asp?NOTCod=64776>
acessado no mês de novembro de 2006.

legalização de uma atividade incontestavelmente discriminada pela maioria da sociedade.

O surgimento dessas atividades de contestação reflete um caminho no qual a própria sociedade brasileira, considerada democrática e liberal, amadurece suas instituições políticas e cria possibilidade para melhorar a relação entre os diferentes padrões comportamentais dos indivíduos. Esta afirmação parte do pressuposto de que essa luta não se encontra respaldada apenas na participação das próprias profissionais do sexo, mas pelo apoio dado a tais questões por outros setores como movimentos religiosos, homossexuais e algumas representantes feministas.

Mesmo assim, não se pode deixar de lado o fato de que um dos problemas que enfrentamos atualmente é a melhor definição de democracia e como ela pode ser vivenciada na complexidade do jogo social. A dúvida faz parte da problemática de equiparar, num mesmo plano de conquista, a noção de igualdade e direito para todos. Esta questão fica evidente a partir do momento em que uma sociedade democrática e de direito considera parte dos grupos populacionais como inferiores e destituídos do reconhecimento de sua cidadania e/ou os submete a controles sociais por conta de seus comportamentos. (HARDT, 2000)

Destacamos a importância não apenas da luta pela regulamentação do trabalho, mas pela ampliação de direitos

sociais e civis, considerando, nesse caso, não apenas o ganho da proteção trabalhista, mas também aceitabilidade e respeito social às prostitutas. Percebe-se que este movimento encontra barreiras não apenas na estrutura dos estados e das instituições tradicionais da sociedade, mas também nos próprios integrantes do que seria esta categoria de trabalho⁷³.

No decorrer do processo de luta, foi criada uma série de iniciativas para expandir as atividades políticas, de acordo com os problemas próprios da categoria. Não podendo se organizar em sindicatos e necessitando arrumar meios de manter uma comunicação, inclusive considerando a distância nacional, os responsáveis por este movimento optaram por criar uma “rede” de atuação. Através de uma cadeia de relacionamentos inter-grupais e diversidade de associações, as Profissionais do Sexo procuram manter uma coesão mobilizatória em meio a tanta multiplicidade de sujeitos envolvidos.⁷⁴

Entender o funcionamento desse instrumento de luta será um processo que necessitará partir do pressuposto de que os sujeitos envolvidos nessa cadeia de relacionamento possuem autonomia e identificações próprias, sejam elas individuais ou mesmo grupais. Essa observação se faz pertinente devido à ausência de uma norma ou qualificação

⁷³ Um exemplo dessas barreiras é o fato de não ser consenso, entre as prostitutas, da necessidade da legalização de suas atividades. Mesmo nas organizações, as militantes não demonstram, em seus discursos, uma clareza nas opiniões favoráveis a legalização e a maneira como deveria ser feita.

⁷⁴ Entrevista 2 - Otília Silva Leite (Gabriela), realizada em 18/09/2006

para se fazer parte da Rede Brasileira de Prostitutas. Os quesitos em comum que ficam evidentes são o pertencimento à mesma categoria de trabalhadores, a manutenção da coesão de interesses e a responsabilidade de atuarem em prol do mesmo objetivo: a legalização da Profissão.

O conceito que utilizamos de “Movimento Social” não se propõe a audácia de uma teorização profunda acerca da conceituação avançada do tipo de movimento social no qual estão inseridas as prostitutas, e muito menos pretende uma qualificação categórica entorno do paradigma escolhido. O trabalho da Maria da Glória Gohn, intitulado Teoria dos Movimentos Sociais, paradigmas clássicos e contemporâneos é de grande utilidade para uma aprendizagem sobre as abordagens teóricas sobre o tema (GOHN, 1997). Nossa pesquisa apoderou-se desse trabalho para fazer uma conceituação básica do movimento social que estamos analisando:

... ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil... (GOHN, 1997, p. 251)

Esta pesquisa foi desenvolvida segundo a metodologia da História Oral. Para orientação dessa metodologia e seu desenvolvimento, temos o apoio de textos que abordam a

prática da pesquisa com fontes orais e sua importância metodológica. Daí a leitura de textos como os de Paul Thompson, “A voz do Passado” (THOMPSON, 1992), e o texto que analisa a questão metodológica da história oral no Brasil feito por Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado, intitulado “A história oral no Brasil” (FERREIRA, 1996). Além da história oral, haverá a possibilidade de análise da documentação escrita relacionada ao tema. Na ONG Davida, tivemos acesso a jornais e folhetos no espaço criado como um “centro de memória”.

Desta maneira, cabe explicar que os jornais citados neste trabalho foram lidos em recortes encontrados nesse centro de memória da ONG Davida. Nem sempre era possível verificar os dados completos da publicação. Para facilitar e padronizar as referências dos jornais, preocupou-se em especificar o nome do jornal, o título da matéria e a data da publicação.

Contamos com um total de nove entrevistas realizadas e transcritas entre lideranças, colaboradores e participantes das organizações, as entrevistas foram numeradas e especificadas no final do artigo. O perfil dos entrevistados nos possibilita perceber a diferença no discurso. As lideranças e colaboradores apresentam uma ordenação de idéias mais politizadas e acadêmicas, enquanto que as prostitutas que participam das ONG focalizam suas experiências locais e demonstram divergências nas opiniões sobre as formas e

necessidade da profissionalização da prostituição. Através dessa diversidade de dados e relatos, foi possível a compreensão das representações feitas sobre as atuações políticas e suas vinculações com as causas do trabalho, saúde e auto-estima. As citações das entrevistas estão numeradas e especificadas no final do trabalho. Quando é exposto o diálogo da entrevista, o nome do entrevistador está abreviado em “FS”, que significa: Frederico Sidney.

Optamos por não criar pseudônimos, pois além de não ter sido solicitado pelas personagens entrevistadas, em nenhum momento houve qualquer preocupação com a exposição de seus verdadeiros nomes. Durante as entrevistas, foi possível perceber a convicção que tinham quanto à escolha de suas profissões e o orgulho pela participação nas atividades sociais.

O artigo é dividido em duas partes, tendo a primeira as abordagens acerca da história da prostituição e as políticas públicas referente às prostitutas na cidade do Rio de Janeiro. Isso possibilita um entendimento da localização da área do Mangue e as diferentes concepções sobre as atitudes que são tomadas em relação às prostitutas nas cidades.

Na segunda parte, analisaremos a organização das instituições que defendem a legalização da Profissional do Sexo e as atividades organizadas para solução dos problemas da categoria. Nessa parte, daremos atenção à estruturação da Rede Brasileira de Prostitutas.

PROSTITUIÇÃO NO RIO DE JANEIRO E POLÍTICAS PÚBLICAS

370

A prática do meretrício pode ser considerada uma constante na história do desenvolvimento urbano. Sua atividade é encontrada em relatos milenares. As citações bíblicas, por exemplo, são textos que evidenciam a busca por esse tipo de prestação de serviço⁷⁵. Esta afirmação é referente a uma justificativa de que este estudo inicia sua abordagem sobre o crescimento da prostituição no século XIX, sem querer menosprezar os séculos precedentes ou induzir a conclusão de que seria nos oitocentos que a prostituição teria se instalado no Rio de Janeiro.

O fato diretamente vinculado ao crescimento da prostituição no Rio de Janeiro foi exatamente o desenvolvimento que passou a cidade durante o século XIX, por diversos fatores: transferência da Corte de Portugal para o Brasil, imigrações, desenvolvimento de um centro exportador de café, etc. Devemos lembrar que foi durante este período

⁷⁵ O uso do termo prestação de serviço não se pretende qualificar esse tipo de atividade, apenas simplifica uma série de conotações que estão relacionadas à prostituição. Podemos perceber que existem especificidades entre a prostituta e o cliente quanto ao ponto de vista do interesse da realização desse exercício. Pela parte da prostituta poderíamos mencionar: a busca pela sobrevivência; riqueza; trabalho etc., pelo cliente temos a idéia da busca pelo divertimento, prazer etc. Esses interesses estariam implícitos na idéia da "prestação de serviço".

que se percebeu o aumento quase que ininterrupto da demografia nas grandes cidades da Europa e América.⁷⁶

A chegada da Família Real portuguesa modificou drasticamente a pacata vida colonial da cidade, pois, com a Corte, alterou-se a vida cultural, política e econômica do Rio de Janeiro, tornando-a mais complexa e importante (seria a capital do Reino Unido de Portugal e Algarves) (NEVES e MACHADO, 1999).

Demograficamente constata-se o crescimento da cidade durante o século XIX. Se por volta de 1808, quando chega a Corte no Rio de Janeiro, a cidade tinha em média 60.000 habitantes, essa população cresceu para 116.444 habitantes em 1821, segundo recenseamento organizado no mesmo ano. (SOARES, 1992, p. 10).

Durante o período após 1840 o Rio de Janeiro passou por diversos incrementos da sua vida urbana, como a instalação da iluminação a gás, chegada de novos imigrantes europeus, aumento do número de escravos devido à economia do café. A população em 1850 já tinha em média nos perímetros urbanos um total aproximado de 205000 habitantes. (SOARES, 1992)

Porém, desse total da população, houve uma discrepância entre os sexos, havendo muito mais homens instalados na cidade do que mulheres. Segundo Soares, esse

⁷⁶ Faz-se referencia nesse caso a diversos estudos sobre a revolução industrial, migrações e crescimento econômico do período.

diferencial entre os sexos é relacionado à chegada de mais migrantes homens do que mulheres.

Os anos de 1860 e 1870 foram significativos para crescimento de estabelecimentos industriais e comerciais na cidade, foi nesse período da história do Brasil que a atuação do Barão Mauá se destacou nos investimento da cidade. Realizam-se, nesse período, reformas urbanas e observa-se o crescimento das atividades econômicas referentes à indústria e ao comércio. A cidade passa a ter iluminação a Gás, novas linhas de bondes, fábricas e mais casas de diversão.

O aumento do número de pessoas e o maior desenvolvimento de atividades tipicamente urbanas (trabalho, lazer, aglomeração, etc) favoreceram a construção de uma conjuntura propícia para o exercício do meretrício. Rogério Botelho de Mattos indica a maneira como o incremento da vida urbana, associado ao amadurecimento das práticas capitalistas na cidade, criou uma mentalidade favorável às atividades do meretrício.

Por mais que tivéssemos passeios tipicamente familiares⁷⁷, paralelo a essa efervescência cultural, indicando uma visão negativa da prática da prostituição, as prostitutas não deixaram de ser vistas como uma parte positiva do

⁷⁷ O que se intenciona dizer com "passeios familiares" não conota sentido pejorativo a outros tipos de passeios. Apenas faz referência a passeios típicos que as famílias costumam fazer, como passear pelas ruas, jantar fora, ir ao teatro etc...

processo do aperfeiçoamento do capitalismo e da modernização. (MATTOS in: RIBEIRO, 2002).

As festas e o esplendor dos bordéis vinculam-se a uma visão cultural semelhante ao que ocorria na Europa, principalmente na cidade de Paris. O requinte francês se relacionou com a visão de suas mulheres e da riqueza de seus bordéis, estando inclusive sendo referência para prostituição de luxo na cidade.

Essa valorização não ocorreu amplamente. A aceitabilidade e exaltação das casas de prostituição não se verificam quando se analisam as instalações menos favorecidas economicamente. Junto com a prostituição, tivemos conseqüências negativas comuns ao crescimento urbano, principalmente se pensarmos na questão sanitária. Portanto, não foi difícil para os primeiros observadores do caos da cidade do Rio de Janeiro fazerem uma relação entre a negatividade das condições do baixo meretrício e as mazelas urbanas associadas ao crime, saúde e violência.

Como a atenção sobre o baixo meretrício estava associada aos problemas da cidade, seja ela pela parte policial ou médica, os primeiros estudos de que se tem notícia sobre prostituição são os trabalhos apresentados à Faculdade de Medicina e as publicações médicas especializadas. (SOARES, 1992).

Desta forma, é possível observar, nesses estudos, inúmeros casos de preconceitos e estereótipos relacionados à

mulher, escravo, clima e população nativa. As primeiras interpretações sobre a causa da prostituição apontavam diversos fatores que seriam determinantes, como a desvinculação com a doutrina cristã, falta de educação moral, miséria. Esses argumentos podem ser encontrados nos trabalhos do Dr. Lassance Cunha sobre a prostituição no Rio de Janeiro. (SOARES, 1992). Ou seja, são argumentos que procuravam justificar a escolha da prática do meretrício e ainda fazem parte da mentalidade no início do século XXI.

Ressaltamos, portanto, a complexidade das ações do Estado com as prostitutas, pois há interpretações sobre a atividade do meretrício que induziram algumas políticas públicas favoráveis ao aumento dessas atividades. Sobre esse assunto, destacamos primeiramente o argumento que levou o estado a desconsiderar possíveis danos da prostituição e tem relação direta com a idéia de que as prostitutas atenderiam a uma necessidade orgânica do animal humano. A prostituta teria um papel estabilizador dos ânimos sexuais dos homens cujas fantasias seriam contempladas com as meretrizes. (SOARES, 1992, p. 17).

Se os homens necessitam da prostituição para realização de seus instintos, no Rio de Janeiro, havia um agravante dessa situação por causa da discrepância entre o número de homens e mulheres. Isso cria um problema vinculado a outra interpretação que estimulou o apoio à prostituição feminina: a pederastia.

A prática homossexual, segundo Soares, era mais freqüente entre os caixeiros portugueses do “baixo comércio”. Criando outra forma de prostituição, que no caso seriam a masculina, o poder público chegou a tomar medidas oficiais para a tentativa de conter esse tipo de atividade.

(...) para obstar-lhe a impetuosidade sempre crescente deu-se o ato oficial da importação das primeiras meretrizes européias, em 1846, época em que o cônsul português, o Barão de Moreira, buscou destarte impedir a propagação do mal no baixo comércio, que se tornava então o foco mais perigoso deste flagelo social. (ALMEIDA, 1906, p. 76 e 77)

375

O que podemos perceber nesses casos era que o Estado chegava oficialmente a trazer mulheres para praticarem a prostituição. Isso ocorria no mesmo momento em que o Rio de Janeiro passava pelo desenvolvimento urbano e as políticas públicas começavam a associar a prostituição com a questão policial.

Apesar das preocupações das autoridades e dos preconceitos com a desordem e violência, a prostituição no Brasil nunca foi considerada crime pela legislação brasileira, porém seu exercício passou por uma criminalização através da condenação daqueles que propiciam o meretrício. Desde a segunda metade do século XIX a prostituição, que foi relacionada à causa policial, seria passível de repressão e

controle por parte das autoridades públicas de segurança. No final do século XIX, com a entrada em vigor do Código Penal de 1890, o lenocínio foi considerado crime, mantendo essa caracterização no momento em que estamos analisando este caso.

Seguindo a análise exposta por Jan Carlos Silva (SILVA in: ABREU, 2005, p. 72-105), a polícia passou por diversos processos de reforma desde sua inauguração em 1808, quando da chegada da Família Real Portuguesa. Desde sua estruturação, foram criados diversos órgãos como auxílio e complemento da atuação da polícia. No ano de 1841 foi feita uma grande reforma, quando foram criados os Juízes de Paz – eleitos pelos cidadãos de bens do distrito.

Esses juízes criavam as subseções, de no mínimo 25 residências, que ficariam sob a jurisdição do inspetor do quartirão. Desta forma ficou mais específica a idéia do controle territorial por parte do poder policial, que deveria estar atento às atividades ilegais do local. Numa de suas atribuições, deixa-se evidente: “advertir mendigos, vadios, bêbados e prostitutas a mudarem de vida para não sofrerem ação legal” (HOLLOWAY, 1997, p. 103 apud SILVA in: ABREU, 2005, p. 75).

Em 1871 a polícia perderia seu poder judicial, ficando restrita à questão da segurança pública. Porém, mesmo tendo a idéia de que a polícia ficaria submetida ao poder de direito, devendo respeitar leis e obedecer a um procedimento padrão,

isso não significou de fato a perda do poder desta instituição. Não é novidade na história do Rio de Janeiro que a polícia age de forma independente das leis. Tendo por base este argumento da forma arbitrária da atuação policial:

A compreensão da relação entre polícia e a sociedade se torna ainda mais difícil se lembrarmos que a polícia está contida dentro de certos limites: os da sua própria administração e os das regras da legalidade. A chave para desvendarmos o mistério não está nem na função, nem na instituição, nem na administração policial. Está em sua ação. A ação policial é praticada com base na realidade dos fatos. Nesse contexto, as regras são constantemente ultrapassadas pela prática. (LEITE, 2005, p. 26)

377

Com a consideração de que a questão da prostituição deveria ser analisada pela ótica da segurança pública, a polícia implementou diversos tipos de investidas na tentativa de: moldar a configuração das áreas destinadas à prática do meretrício; determinar a maneira pela qual essas atividades deveriam ser exercidas; e, em alguns casos, eliminar a realização deste trabalho.

Por meio dessas atividades do poder público podemos entender como no Rio de Janeiro a prostituição se concentrou no que foi chamado de Zona do Mangue. A história da idéia do confinamento das prostitutas passa pela tentativa de

regulamentação da prostituição, por mais que esse tipo de atividade nunca tenha sido oficialmente legislado pelo Estado Brasileiro.

Essa regulamentação teve como pressuposto o fichamento das profissionais do sexo que atuavam nas ruas da cidade. Com esse instrumento, a polícia conciliava suas ações com o tipo de exigência que se fazia por parte da comunidade, por isso começam as tentativas de remoção e confinamento das prostitutas. Entre os anos de 1890 a 1920 a polícia se incubiu de definir um território para a prostituição e os anos de 1920 a 1942 foram caracterizados pelo confinamento das meretrizes na Zona do Mangue e suas inscrições nas delegacias locais. (SILVA in: ABREU, 2005).

A constituição dessa área destinada para o trabalho das prostitutas não significou o completo cerceamento delas, pois no Rio de Janeiro é possível encontrar outros territórios onde é efetuada a prática do sexo profissional, a exemplo dos bairros da Lapa, Praça Mauá, Copacabana, Quinta da Boa Vista dentre outros.

Nossa atenção se focaliza no Mangue por conta do seu simbolismo, já que foi lá onde ocorreram diversos confrontos e diálogos em referência à questão da prostituição no Rio de Janeiro. Durante as décadas de 1950 e 1970, chegou-se a ter uma experiência da criação do que foi chamado de “República do Mangue”, definida pela sua estruturação própria na qual as

prostitutas do local poderiam eleger quem estaria no controle das casas onde trabalhavam.

A idéia da criação de uma república das prostitutas na zona do mangue do Rio de Janeiro teve como pressuposto a ação de controlar e permitir a prática saudável da prostituição. Podemos perceber as idéias que passam a fundamentar os planos policiais sobre a questão da prostituição na área do Mangue, verificando o pensamento de Armando Pereira acerca da prostituta, pois Pereira tornou-se comissário da Polícia em 1945, e depois de uma carreira jornalística, Faculdade de Direito e trabalho na delegacia do Mangue, criou um livro em que retrata suas idéias acerca desse tipo de atividade profissional.

379

Seu livro, intitulado: Prostituição, Uma Visão Global com segunda edição de 1976 (PEREIRA, 1976), ajuda na compreensão da visão policial do período da criação da República do Mangue. Uma de suas preocupações está em determinar quem faz parte do grupo envolto do meretrício. Desta forma, pode-se destacar: O proxeneta, pessoa que visa somente ao lucro, induzindo a mulher à prostituição; o Lenão ou cafetina, quem mantém a casa da prostituição, podendo ser entendido como uma espécie de empresariado; o rufião ou cafetão, aquele que é sustentado pela prostituta; e diversos outros atores que auxiliam nas atividades das mulheres do Mangue.

Tendo como base essas três figuras, podemos melhor entender a justificativa e os projetos de funcionalidade da República do Manguê. Juçara Luzia Leite, em seu trabalho sobre esse tema, ressalta:

É a partir da idéia da tentativa de anulação desses três elementos que Pereira passa a defender uma posição inovadora: para além do “regulamentarismo” e do “abolicionismo”, o “neutralismo” seria a forma mais eficaz de se eliminar o “meio prostitucional”, este sim ilegal, e não a prostituta ou a prostituição. Este pensamento é a chave para a compreensão da criação da República do Manguê. (LEITE, 2005, p. 40)

As atividades de sustentação da República do Manguê duraram em média até a década de 1970, quando novas políticas públicas para a prostituição são empregadas. Nesse caso, podemos levar em consideração alguns descasos com a questão da prostituição ou novas tentativas de remoção.

Será nesse contexto da década de 1980 que poderemos perceber a criação de uma mentalidade questionadora das próprias prostitutas sobre suas condições e a possibilidade do início da organização política. Nas resistências da sobrevivência do Manguê, as prostitutas se mobilizaram e se destacaram como sujeitos políticos.

Durante este período, constata-se, como grande aglutinador das prostitutas no Rio de Janeiro, o surgimento de

lideranças que começam a expor sua condição na mídia e referir-se como “trabalhadora”. Esse tipo de discurso começa a ser primeiramente abordado quando Gabriela Leite aparece nos Jornais e TV dando notoriedade à condição da prostituta desvinculada da comumente associação à mulher vitimada.

Nas suas participações em grandes reuniões e Encontros, inclusive a nível internacional, Gabriela consegue dar início a uma reflexão sobre a situação específica das prostitutas entre as suas colegas. Até então, a construção de uma identidade coletiva das mulheres que participavam dos trabalhos da Pastoral, baseava-se na unidade de experiências do ser mulher, pobre, marginalizada, excluída e vítima”. (MORAES, 1992, p. 273)

381

O texto faz referência a uma conjuntura própria da década de 1980 que é a crescente politização da vida política nacional. Neste período o Brasil estava no final da ditadura militar iniciada em 1964, o que contribuiu para uma intensa movimentação política acerca das possibilidades democráticas que então surgiam.

Entre os acontecimentos sociais que fazem parte desse período, ressaltam-se o surgimento do Novo-Sindicalismo, as campanhas das Diretas Já e, após o regime militar, as repercussões das discussões acerca da Assembléia Constituinte. É através dessa conjuntura que é importante

entender o envolvimento da Igreja, principalmente a Católica, nas causas dos grupos menos favorecidos.

Essa intervenção da Igreja Católica não era novidade na história do Brasil e podemos perceber que havia uma intenção, por parte dos membros da estrutura católica, de entender melhor a vida social e ao mesmo tempo contribuir para a melhora da qualidade de vida de seus fiéis. A idéia de uma ação da Igreja para se fortalecer frente às ameaças do seu poderio social faz parte do que Heloisa Martins analisou sobre a “crise da hegemonia”, consequência da perda do monopólio religioso do catolicismo brasileiro (MARTINS, 1994). A perda do monopólio corresponderia a fatores que indicavam a queda das vocações sacerdotais e os esforços da instituição para repor o clero, conter a pluralidade correspondente à religiosidade praticada pelo povo, além de controlar as crenças leigas e teorias atéias, como exemplo, o marxismo.

Mesmo que não se possa negar a importância dessa crise da hegemonia religiosa da Igreja, é importante entender essas modificações como um processo de interações de diversas conjunturas da sociedade e interesses institucionais. Ainda que a hegemonia católica estivesse ameaçada, havia questões sociais que pressionavam e influenciavam a maneira por meio da qual a linha de atuação da Igreja seria modificada. Estas forças vindas do meio social têm importância quando se leva em consideração que o novo

projeto de Igreja seria voltado para os problemas dos oprimidos. Entende-se que à medida que a Igreja se aprofunda no estudo sobre os problemas sociais, ela parte para uma idéia de ação voltada para a contribuição da melhoria desses problemas.

O fator que podemos demonstrar de grande incentivo para a mobilização política das prostitutas na década de 1980 será a junção da causa da prostituição pelo viés autônomo e defensor de sua dignidade com a experiência que já vinha sendo realizada pelos movimentos da Igreja e comunitários.

Em sua entrevista, Gabriela demonstra como iniciou o processo de divulgação da casa da prostituição na mídia e nos movimentos sociais:

Eu fui pro Mangue. Eu fui pra antiga Vila Mimosa. Fui batalhar lá. Lá eu estava batalhando e morando lá, eu um dia a gente recebeu a visita da Benedita da Silva que tava recém eleita no primeiro mandato dela, nos convidando pro encontro que ela ia fazer, que era o primeiro encontro de mulheres de favela e periferia. Aí fui e mais duas ou três colegas. Lá chegando estavam os primeiros parlamentares do PT, os primeiros aqui do Rio, tipo a Lúcia... ela depois ela foi pro Santo Daime, foi morar no Acre e largou toda política, Oh meu Deus, quando eu lembrar eu te digo. A Benedita, um monte de gente

assim nessa história e tinha gente mulheres de favela de todo lugar.⁷⁸

Assim percebemos a inserção de algumas prostitutas que, junto com a Gabriela, investem nos assuntos referentes à política e comunidade. Em outra parte da entrevista, ela deixa evidente que seria nesse momento que a mídia chamaria atenção:

Tinha lá um pessoal de uma rádio de um programa de rádio, o pessoal me entrevistou, foi aquela coisa: ó, prostituta que fala, né, aquela história toda. Eu não tenho porque prostituta não falava assim, a rádio me entrevistou. A partir dessa entrevista da rádio, eu fui procurada pela Folha de São Paulo, então a minha primeira entrevista foi pra Folha de São Paulo, pra jornal escrito, foi pra Folha de São Paulo, depois disso eu fui chamada prum programa de televisão, que era no SBT (...) Pra mim fui nesse programa, aí foi indo, aí povo começou a me chamar...⁷⁹

Como foi analisado nesse histórico da prostituição no Rio de Janeiro, houve uma série de intervenções do poder público nas questões da localização das atividades do meretrício e políticas destinadas ao controle das prostitutas. Desta forma, podemos analisar as políticas públicas

⁷⁸ Entrevista 2 - Otília Silva Leite (Gabriela), realizada em 18/09/2006.

⁷⁹ Entrevista 2 - Otília Silva Leite (Gabriela), realizada em 18/09/2006

referentes à questão da prostituição. Isso nos auxiliará no entendimento sobre as diferentes ações do estado com as prostitutas e sobre a conjuntura da conscientização política das profissionais do sexo, como foi o caso das tentativas de remoção do Mangue da área central do Rio de Janeiro.

Destacam-se três modelos dessas políticas públicas: proibição, regulamentação e abolição da prostituição (SILVA in: ABREU, 2005). A proibição, como o nome diz, faz parte de uma maneira autoritária de se tentar resolver os problemas sociais, de forma a proibir, pela lei, a prática do meretrício. As prostitutas que vivem nesse sistema estão sempre sendo perseguidas pela polícia sobre o argumento da ilegalidade de sua prática. Como consequência direta dessas medidas, surge a necessidade de camuflar o exercício desta profissão. Através desse jogo com o poder público surgem as “zonas”, áreas de tolerância pelo poder público, as “dançarinas” e diversas formas de fugir da consideração de prostituta.

A regulamentação visa ao mapeamento das áreas ocupadas pelo meretrício e o estabelecimento de normas para o exercício da atividade. Um exemplo de criação de territorialidades como forma de expressão de poder, que no caso seria o controle. Existem vários métodos voltados para a regulamentação, como o fichamento das prostitutas, exigência de visitas periódicas a postos de saúde, criação de uma burocracia de certificados indicando as condições daqueles que estão sendo catalogados.

Esse modelo é o preferencial dos sanitaristas e dos projetos de “urbanização” das cidades. A partir da constatação do meretrício como uma prática natural dos meios urbanos, o que faz relação com o senso comum de que estaríamos tratando da profissão “mais antiga do mundo”, esse seria o melhor meio de se manter o controle sobre esta prática e evitar os maus urbanos dessa atividade, como a proximidade com a criminalidade e a propagação de doenças sexualmente transmissíveis.

A consideração da inevitabilidade da prostituição está relacionada com a percepção de que em todos os momentos da história e em diversas estruturas urbanas houve a prática do meretrício. Desde os tempos antigos aos tempos modernos, encontramos experiências diversas de mulheres que se utilizam da prática do sexo para auto-sustentação. Isso ocorre mesmo nas regiões com boa qualidade de vida após o *welfare state*⁸⁰.

Por último, teríamos o modelo abolicionista, cuja intenção é extinguir as causas possíveis que levariam ao surgimento de prostitutas. Nesse caso, a principal característica é a “vitimização” da mulher prostituta. Elas seriam livres para o exercício de suas práticas sexuais, porém a repressão estaria ligada àqueles que cooptam com tal atividade. O surgimento desse tipo de mentalidade teve

⁸⁰ Menção ao tipo de política econômica que vigorou em grande parte dos países da Europa capitalista no pós-guerra, que proporcionou os melhores níveis de qualidade de vida para grande parte da sua população.

origem com a percepção de que a regulamentação não estaria sendo capaz de manter o controle sobre as profissionais do sexo.

O abolicionismo está vinculado a um viés conservador e moralizante, carregado de preconceitos referentes ao ideal comportamento feminino na sociedade. Esse nosso pressuposto também foi analisado no documento do Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas Públicas e da Coordenação de DST e AIDS. O ideal abolicionista teria surgido no século XIX, por um grupo de mulheres inglesas que reivindicavam a reforma moral da sociedade. Para aprimorar suas atividades, criaram a Federação pela Abolição da Regulamentação Governamental da Prostituição, e hoje tem sede em Paris com o nome de Federação Abolicionista Internacional (FAI) (MINISTÉRIO DA SAUDE, 2002, p. 20). No Brasil, o abolicionismo é presente nos setores ligados a Igreja Católica que se relacionam com a questão da prostituição.⁸¹

387

Esse terceiro tipo de ação tem como parâmetro a possibilidade da erradicação total da necessidade de se ter

⁸¹ Nossa intenção não é fazer um julgamento de valor referente às iniciativas dos grupos ligados a Igreja que atuam com a causa da prostituição. É reconhecido os diversos benefícios que trouxeram as atividades desses grupos na área social, principalmente se for pensarmos nas questões indígenas, dos marginalizados, trabalhadores e menores de rua. No nosso caso específico, vinculamos a idéia de “conservador” e “moralizante” por conta das divergências encontradas entre as atividades da Igreja Católica e as considerações das ONGs que lutam pela profissionalização da prostituição.

Profissionais do Sexo na sociedade. Isso ocorreria com a eliminação dos fatores que levariam as mulheres a praticarem essa atividade profissional. De acordo com essa lógica, seria necessária a construção de uma “sociedade ideal”, sem os problemas socioeconômicos que vivem a maioria das populações.

O ideal abolicionista restringe-se ao indicador econômico como a causa da prostituição. Segundo este ideal, o exercício desse tipo de profissão seria consequência direta das carências materiais a que estariam submetidas essas mulheres. Negam-se, por exemplo, outros fatores que levam a manutenção da comercialização do sexo.

388

Há estudos que analisam o processo de entrada no mundo da prostituição, ressaltando uma combinação de vontades, objetivos e características, não necessariamente interligados: vaidade pessoal, divertimento, desilusão amorosa, um meio de ganhar a vida, um trabalho como outro qualquer, por causa do namorado, para conseguir um objetivo, vingança, destino, gosto etc. (MORAES, 1992, p. 107). Podemos enfatizar também outros fatores psicossociais referentes ao erotismo, às fantasias ou até mesmo à consideração da exposição da masculinidade presente na negociação com a prostituta. Este último exemplo indica a manutenção deste comércio pelas necessidades presentes no ponto de vista dos clientes.

O contato, seja físico ou apenas visual, entre os homens que ali transitam favorece a troca de informações e a reafirmação da masculinidade, ostensivamente exposta por meio de olhares, gestos e atitudes que transpiram desejo e volúpia, denunciando uma clara intencionalidade para o sexo, ainda que não necessariamente consumado. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002, p.15)

Se nos deixarmos levar pela generalização de considerar a entrada na prostituição por conta da necessidade de sobrevivência, não daríamos conta do imenso universo da mente humana. Desconsidera-se que as condições gerais das sociedades levam milhões de mulheres a passarem pelas mesmas dificuldades financeiras. Não podemos esquecer que essa noção de “ganho” é completamente subjetiva, se pensarmos na eterna possibilidade de se ter um emprego melhor e com melhores salários. Qual seria o valor suficiente para abandonar a prostituição?

É com essa indagação, sobre os motivos da saída da profissão, que entendemos a relação entre os ideais abolicionistas e os que chamaremos de regulamentaristas. Pois, como já foi observado, mesmo nos países que lograram padrões de vida social e econômico confortáveis, há a existência de locais nos quais o sexo é comercializado. Portanto, na mentalidade dos que querem a regulamentação, se é impossível combater, cria-se uma política de controle.

A discussão sobre a abolição e esse projeto de sociedade perfeita esta presente nos discursos do movimento das prostitutas. Em entrevista a uma revista, verificamos a opinião de Gabriela Leite sobre projeto abolicionista. Indagada sobre a inexistência da prostituição na sociedade ideal:

Em tese posso concordar com 80% do pensamento dessa frase, mas ela implica com o pensamento de que no dia em que a sociedade ideal, para alguns o comunismo, chegar, não vai haver prostitutas. Primeiro: até chegar essa sociedade ideal, vamos dar as costas à prostituição? As prostitutas? Segundo: quando chegar a sociedade ideal, elas só podem acabar com a prostituição reprimindo-a, muitas sociedades européias desenvolvidas têm prostituição...⁸²

Os principais alvos do abolicionismo são os traficantes de mulheres, a prática de “escravização” das prostitutas e o próprio estabelecimento onde se efetuam os acordos sexuais, que são referenciados no termo lenocínio.⁸³ Devido a sua legislação, o Brasil se encaixa nesse modelo. A crítica feita a esse tipo de ação do estado em relação à meretriz é vinculada à penalização da mulher e ao mesmo tempo demonstra uma prática contraditória, já que a prostituição

⁸² Entrevista do Jornal Tribuna da Imprensa, entrevista de Leila Magalhães para Gabriela Leite. 20/07/1987

⁸³ Criminalização da exploração da prostituição. Estão inclusos nesse item qualquer casa, boite, bar ou qualquer órgão que possibilite a atividade da prostituta.

seria permitida, mas o local onde é exercida não. Desta forma, a fragilidade das profissionais, repressão e o desrespeito às mínimas condições de cidadania são fatores que prejudicam a construção e manutenção de um esquema de conquista dos direitos da mulher prostituta.

O Brasil, portanto, possui atitudes contraditórias com a idéia abolicionistas por conta das políticas de remoção das casas para outras localidades na cidade do Rio de Janeiro. Houve uma retirada deliberada das prostitutas da área central e a concentração de suas atividades para outra região, que ficou conhecida como “Mangue”. Essa ação corresponde ao modelo de regulamentação, como foi o caso da experiência da “República do Mangue”.

Isso demonstra que os poderes possuíam o conhecimento da existência de tais estabelecimentos e estavam transferindo-os para outras áreas, até a consolidação do bairro das prostitutas, chamado de “Vila Mimosa”. Porém, essa região não estaria livre de problemas com os interesses de outras categorias, como as dos vizinhos e dos comerciantes em geral. Formou-se um território cuja identidade dividiria espaço com diversos outros grupos que comumente possuem opiniões opostas quanto à constituição e finalidade do espaço ocupado.

Aparecida Fonseca de Moraes, em sua dissertação sobre a identidade social e o processo de organização política das Prostitutas no Mangue (MORAES, 1992), nos auxilia no

entendimento de como as investidas nos seus locais, na década de 1980, puderam aprimorar a conscientização política na zona do Mangue.

No caso específico da Vila Mimosa, Moraes indica dois fatores que ocorreram logo após o I Encontro, vinculados a esta questão do espaço, contribuindo para organização política própria na região. O primeiro foi a investida do Pastor Fanini para a remoção da zona do meretrício por conta da criação da sede de sua TV.

Esta tentativa iria unir as prostitutas e as cafetinas em defesa de seus territórios, dando ênfase à caracterização das atividades da Associação das Prostitutas, fundada logo após a realização do I Encontro, focalizadas nas questões comunitárias e profissionais. O outro evento foi a tentativa do poder público de criar um “Centro Integrado para fins de atendimento ao meretrício no Município do Rio de Janeiro”, que ficou conhecido como “piranhódromo”, designação dada para as obras públicas que cercavam os espaços para contenção e demarcação para as diversas atividades na cidade, como as criações do “sambódromo” e do “camelódromo”.

O projeto de lei que se refere à criação do “piranhódromo” surge no legislativo em 1989, e encontra uma Associação das Prostitutas instalada e com sede própria. Mais uma vez foi feita uma mobilização em defesa dos seus espaços. O que podemos perceber é que, diferente das

outras investidas no espaço das prostitutas no decorrer dos séculos XIX e XX, haveria uma instituição própria das prostitutas que defende, junto ao poder público, a defesa de seu território a partir do final de 1980.

Nessa conjuntura que foi organizada a realização do I Encontro Nacional das Prostitutas, em 1987, na cidade do Rio de Janeiro. Este encontro contou com a colaboração do ISER (Instituto de Estudos da Religião) e foi coordenado pela Gabriela Leite. Cabe enfatizar que estava em desenvolvimento nesse período uma crescente mentalidade política reivindicativa e que isso contava com a ajuda de partes dos representantes das Igrejas. Segundo Aparecida Fonseca Moraes (MORAES, 1992), a inserção de algumas prostitutas nos trabalhos de apoio desenvolvido por agentes externos, como foi o caso da Igreja, incentivou a criação de lideranças que começaram a questionar o rumo do discurso social empregado por esses movimentos.

As prostitutas começam a se ver capazes de criarem seus próprios movimentos, concentrando a atuação na defesa de sua existência e de seus direitos. Essa seria uma interpretação nova sobre a realidade da prostituição, pois os organismos externos de apoio às meretrizes normalmente as visualizam como vítimas. No caso da Pastoral da Mulher Marginalizada, por exemplo, o objetivo do discurso é que a sociedade teria que criar condições para que não houvesse

mais prostituição, tirando a culpa da mulher e a transferindo para a sociedade.

Em uma reportagem do Jornal O Globo, em 21/07/1987, durante a realização do I Encontro, Gabriela Leite demonstra sua visão crítica e podemos entender também a forma como as lideranças começam a interpretar as maneiras que a sociedade procura encontrar soluções sobre a existência da prostituição.

Somos 10 milhões no país, esta é uma profissão que sempre existiu. Somos contra as teses de direita, que dizem que a prostituta é um mal necessário e contra as de esquerda que afirma que as prostitutas é resultado de uma sociedade capitalista, passível, portanto, de recuperação com a sociedade ideal. Ora, as duas são reacionárias, não somos vítimas, é uma opção de vida que vai continuar a existir enquanto houver 35 milhões de menores abandonados, de mais de 2 milhões, pelos dados oficiais, de desempregados. Enquanto não chega essa sociedade ideal temos que lutar por nossos direitos, pelos nossos espaços e não continuarmos marginalizadas. E aqui estamos hoje numa escola, quando mais de nós nunca entraram numa para estudar.⁸⁴

⁸⁴ Jornal O Globo, *Prostitutas se reúnem sem preconceito*. 21/07/1987.

Essas trabalhadoras passam a questionar suas condições de marginalizadas dos setores da sociedade. Esse reconhecimento contribui para uma melhor análise de seus problemas, tendo em vista que não seriam grupos de intelectuais nem políticos fazendo esses discursos, mas as próprias Profissionais do Sexo.

As demonstrações de apoio contribuíram para o melhor desenvolvimento do evento, pois fortalecia a idéia de que elas deviam assumir suas condições sem culpa. O encontro foi organizado tendo em vista uma dinâmica que incluía discussões em grandes plenárias, onde podiam ser observadas as grandes emoções dos organizadores do Evento, e também as reuniões em pequenos grupos.

Na abertura, puderam ser presenciados choros das líderes e as declarações de estarem realizando um sonho há muito esperado, como foi o caso de Gabriela Leite. No decorrer do evento, era relatada a intenção de se criar um documento para ser levado à Assembléia Constituinte e de se fazerem ouvir pelos representantes políticos. Numa reportagem da revista Manchete, em agosto de 1987, foi relatada a comoção quando houve a presença do senador Nelson Carneiro, que se propôs a ser porta-voz das prostitutas junto às autoridades.⁸⁵

Nesta mesma matéria, é concluído que foi importante para as mulheres presentes no encontro a percepção, pelas

⁸⁵ Revista Manchete, 08/1987. Matéria de Jussara Martins, pagina 107.

personalidades políticas e artistas presentes, do reconhecimento de suas condições de cidadãs e membros de uma categoria profissional. Isso contribuiu com as estratégias das organizadoras do encontro quanto ao desenvolvimento de uma maior interatividade por parte das próprias prostitutas por conta da criação de uma atmosfera amigável para se expressarem sem receios.

As pequenas conferências tinham a intenção de contribuir com a construção de uma intimidade maior entre as mulheres, proporcionando locais onde poderiam debater mais intimamente sobre suas condições de trabalho e desenvolver melhor uma crítica quanto às questões gerais da profissão. Percebendo ainda algumas dificuldades para fazer com que as mulheres se sentissem mais à vontade em se exporem, outras estratégias foram realizadas para melhorar a participação, como a realização de conversas em locais mais diferenciados. Daí pequenos grupos começaram ocupar locais como escadas e corredores, e, vivenciando um caráter mais informal da discussão, foi possível uma maior revelação de seus “modos de vida”. (MORAES, 1992)

Um fato relatado que merece consideração é que, além da notoriedade que esse encontro proporcionou na mídia, permitindo que suas vozes fossem divulgadas para amplos setores da sociedade, as prostitutas notaram a adesão dos próprios funcionários que cuidavam da manutenção do centro de artes. As faxineiras, que inicialmente as haviam

hostilizado, estavam presentes no fechamento do encontro demonstrando apoio.⁸⁶

A partir da análise da organização e fechamento do evento, celebrado em forma de festa e homenagens realizado num ato público no Circo Voador, podemos começar a analisar suas conseqüências. O objetivo do encontro seria discutir abertamente com outras prostitutas, representando várias partes do país, os problemas referentes às condições de trabalho, cidadania e violência. É também notória a intenção de se criar uma organização permanente.

Segundo Gabriela Leite, o I Encontro possibilitou a criação de atividades importantes que permanecem em desenvolvimento até o momento da pesquisa:

...esse encontro lançou as bases pra Rede Brasileira, que a gente queria era se juntar mais, a gente também pensou que precisava ter um veículo de comunicação, naquela época não existia Internet, nada disso. Então a gente pensou em fazer um jornal, e aí eu convidei o Flávio em 88 e, dezembro de 88, a gente lançou o Beijo da Rua...⁸⁷

Esse relato se refere à criação da Rede Brasileira de Prostitutas e de um editorial que se chamaria “Beijo da Rua”. Esses órgãos foram criados no decorrer dos anos após o I Encontro. Nos jornais da época, foram mencionadas as

⁸⁶ Revista Democracia Viva. Abril de 2006 – Junho 2006, Ibase.

⁸⁷ Entrevista 2 - Otilia Silva Leite (Gabriela), realizada em 18/09/2006

intenções de criação de instituições políticas com objetivos próprios da categoria.

Na Revista Manchete⁸⁸ é exposto que haveria a idéia de criar organizações estaduais próprias, com recursos angariados pelas próprias integrantes. Na Tribuna da Imprensa⁸⁹, num tom mais classista, é dito que as prostitutas se organizariam em uma associação e dariam o primeiro passo para a profissionalização da prostituição.

A expressão social acarretada pelo encontro e a disseminação do ideal de amadurecer as atividades políticas das prostitutas demonstraram o quanto foi aproveitada essa conjuntura. Principalmente na região do Mangue no Rio de Janeiro, onde ocorreu uma grande mobilização para a defesa de seus espaços e o surgimento de uma instituição, como foi o caso da Associação de Prostitutas da Vila Mimosa.

Os resultados do I Encontro foram satisfatórios tanto na parte psicossocial, através do fortalecimento da mentalidade direcionada para a valorização da mulher, como na parte da prática militante, pois foi a partir desse evento que tivemos o surgimento dos primeiros órgãos em defesa das prostitutas por elas mesmas dirigidos.

Dentre o surgimento das instituições que defenderiam a causa da prostituição e estariam na discussão da composição da Rede Brasileira de Prostitutas, temos o exemplo do Davida

⁸⁸ Revista Manchete, 08/1987. Matéria de Jussara Martins, pagina 107

⁸⁹ Jornal Tribuna da Imprensa, *As Prostitutas se organizam*. Rio de Janeiro, 20/07/1987.

e do Fio da Alma. A ONG Davida foi fundada em 1992 pelo grupo que trabalhava nos projetos de prevenção do Iser, que tinha como componentes, por exemplo, Gabriela Leite, Flávio Lenz e Doroth.

Já a Fio da Alma, com a presidência da Ivanilda Santos de Lima, é fundado no final da década de 1990, que contou com o auxílio e experiências dos participantes do Projeto Integrado da Marginalidade (PIM). Estes fatores demonstram que as lideranças dessas ONGs tinham apoio e vivências de trabalho em outros órgãos, e aproveitaram os momentos nos quais tiveram a chance de construir institutos próprios para a defesa das prostitutas.

Mesmo se considerarmos que durante a década de 1990 possa ter surgido ONGs com lideranças que não estiveram presentes no I Encontro, como foi o caso da Fio da Alma, o convívio entre as lideranças e o compartilhamento dos mesmos problemas profissionais fizeram parte, diretamente e/ou indiretamente, da difusão dos objetivos do encontro realizado em 1987.

Um fator que faz parte desta nossa discussão sobre a institucionalização do movimento, e que está implícito no aprimoramento da atuação política expandida num patamar nacional, é a organização de um instrumento capaz de manter convergente as atividades e possibilitar a ajuda mútua entre os órgãos das prostitutas. É assim que na próxima seção

analisaremos a configuração da Rede Brasileira de Prostitutas.

REDE BRASILEIRA DE PROSTITUTAS E AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

400

Dentre as formas de organização da militância política das Profissionais do Sexo, a Rede Brasileira das Prostitutas é a mais complexa. Um dos principais problemas que temos, que se refere à definição dessa organização, é a ausência de um instrumento legal que oficialize a existência desta rede. Porém, mesmo sem um regulamento e um documento cartorial que indique sua organização, suas representações e reconhecimento entre as participantes do movimento são inegáveis. Isso fica nítido tanto nas abordagens favoráveis observadas nas entrevistas como nas críticas feitas entre lideranças sobre a definição do pertencimento ou não na rede.

A coordenação desse órgão situa-se na própria ONG Davida, onde podemos encontrar cartazes, folhetos e demais meios que divulgam a existência da organização no âmbito nacional. Na memória histórica do movimento, registra-se o I

Encontro realizado em 1987 como o marco fundador da Rede Brasileira de Prostitutas.⁹⁰

Para especificarmos melhor o assunto desta parte do trabalho, gostaríamos de deixar indicado que nosso entendimento sobre o que seria essa organização nacional teve como parâmetro: a compreensão da conjuntura política e social que condiz com uma busca generalizada em se organizar em redes sociais e a procura por uma aproximação do conceito de rede apropriado para o movimento das prostitutas sem deixar de lado suas peculiaridades.

Desta maneira, trabalhamos com o pressuposto de que a escolha pela organização do movimento em rede faz parte de um processo amplo que está contido nos dilemas políticos e sociais presentes no cenário do final do século XX. Mesmo sem a negação das particularidades dos atores sociais, há uma interação com as ideologias difundidas nas últimas décadas do século, referentes à globalização e à flexibilização.

No caso dos movimentos sociais, não podemos negar a problemática do desmantelamento dos aparatos do estado capazes de promover ou manter a justiça social. A retirada da responsabilidade direta do poder público com alguns setores da sociedade incentivou a criação de diversas redes de apoio

⁹⁰ Folheto fornecido na ONG Davida – produzido pela Rede Brasileira de Prostitutas – sem data. Essas informações também podem ser vistas no site da rede: <http://www.redeprostitutas.org.br/> acessado nos meses de 06 de 2006 à 11/2007.

para escolas, hospitais, associação de moradores dentre outros. (MINHOTO & MARTINS, 2002, p. 88)

No caso específico das prostitutas, nota-se a intenção de fugir das formas tradicionais organizadas em pirâmides hierárquicas para proporcionar mais agilidade e adaptação às diversidades nos organismos que respondem por seus problemas. Como exemplo prático, aponta-se a eliminação de partes dos problemas referentes ao financiamento desses movimentos pelos institutos estatais e/ou privados. A ausência de uma centralidade administrativa permite que cada representação tenha o provimento mais apropriado a suas demandas e projetos.

402

Essa abordagem acerca dos novos pensamentos que estariam influenciando a organização do movimento das prostitutas corresponde, em parte, às análises feitas por Laurindo Dias Minhoto e Carlos Estevam Martins. Sobre a configuração de novos modelos organizacionais, percebe-se que a posição entendida acerca das estruturas piramidais parte da:

crença de que o controle hierárquico constituir-se-ia numa limitação eficaz às incertezas geradas no ambiente externo às organizações, o que leva as organizações piramidais a se concentrar demasiadamente no controle dos recursos, em detrimento do controle dos resultados obtidos. (MINHOTO & MARTINS, 2002, p. 86)

O dialogo que estamos fazendo sobre a organização do movimento das prostitutas em rede teria uma relação direta com essas questões acerca da hierarquia e com uma preocupação em respeitar a autonomia de cada participante. A proposta é nova, e sua percepção dentro do próprio movimento é difusa. Há uma grande influência, nesse caso, da maneira de pensar de Gabriela Leite sobre as formas tradicionais de representação dos trabalhadores em geral. Indagada sobre a sindicalização:

...quem sabe a gente transa um sindicato mais leve, né? Do que esses que estão por aí, mas vai ser necessário sim. É.. eu acho que a gente ganha muita coisa com a legalização e perde outras, né? A gente perde, por exemplo, esse ar meio romântico da nossa organização a gente perde..⁹¹

403

O que percebemos é que as Profissionais do Sexo são direcionadas a procurar meios criativos para possibilitar uma maior representação das suas questões. A profissão ainda não é legalizada e por isso a sindicalização é inviável. Suas questões vão além das propostas que permeiam as atividades tradicionais classistas, pois não são focalizadas no âmbito político-econômico, e sim reivindicam uma extensão da idéia de cidadania e de maior aceitação quanto à diversidade do comportamento sexual dos indivíduos. Daí sua inserção no debate acerca das redes nos movimentos sociais:

⁹¹ Entrevista 2 - Otília Silva Leite (Gabriela), realizada em 18/09/2006

Nesse caso, ao se constituir sob o signo da promessa de alargamento e redefinição do fazer político tradicional –, balizado pela hierarquia classe/partido/ estado –, o conceito de rede ganha uma dimensão romântica, de natureza libertária pós-moderna. (MINHOTO & MARTINS, 2002, p. 95)

A estratégia utilizada pelo movimento social das prostitutas a partir do I Encontro, principalmente o discurso e a prática da gestão da ONG Davida durante a década de 1990, é a criação e o fortalecimento da Rede Brasileira de Prostitutas. Esse entendimento das intenções do encontro em 1987 pode ser percebido não somente nas falas da Gabriela Leite, mas também em outros estudos realizados sobre o tema, como podemos ver nesta citação de Aparecida Fonseca de Moraes:

(...) I Encontro, em 1987, inicialmente o objetivo era propiciar o surgimento de iniciativas como esta em vários pontos do país, de forma a ser facilitar a articulação de uma *rede de contatos e intercâmbios entre as prostitutas* e visando, acima de tudo, o desencadeamento de ações conjuntas de reivindicações dos direitos sociais. (MORAES, 1992, p. 280)

Tendo consciência da delicadeza na definição desse tipo de organização e a própria constituição da rede em si,

teremos que ressaltar alguns fatores que serão a base do que entendemos de “rede” e a problemática da verificação dessa organização entre as próprias prostitutas. Isso é consequência pela escolha “informal” da atuação da rede, pois não há um registro, centro de comando, estatuto. Uma opção própria dos idealizadores dessa entidade que prioriza, antes de tudo, a autonomia dos seus componentes.

Para seguir nosso raciocínio, listamos as características necessárias para entender a funcionalidade da Rede Brasileira de Prostitutas, tanto pelo discurso, como pela prática. Tais características foram consideradas na definição de rede por Cássio Martinho (MARTINHO, 2001)

- Valores e objetivos compartilhados: O que une os diferentes membros de uma rede é o conjunto de valores e objetivos que eles estabelecem como comuns;
- autonomia: Cada integrante mantém sua independência em relação à rede e aos demais integrantes. Numa rede não há subordinação;
- vontade: Ninguém é obrigado a entrar ou permanecer numa rede. O alicerce da rede é a vontade;
- multiliderança: Uma rede não possui hierarquia nem chefe. A liderança provém de muitas fontes. As decisões também são compartilhadas;

- descentralização: Uma rede não tem centro. Ou melhor, cada ponto da rede é um centro em potencial e
- múltiplos níveis: Uma rede pode se desdobrar em múltiplos níveis ou segmentos autônomos, capazes de operar independentemente do restante da rede, de forma temporária ou permanente, conforme a demanda ou a circunstância. Sub-redes têm o mesmo "valor de rede" que a estrutura maior à qual se vinculam.

406

Essas características gerais expostas acima irão contribuir para a compreensão das especificidades da Rede Brasileira de Prostitutas. Desde sua formação, essa rede passou por problemas de concepção e sustentação percebidos pelas próprias lideranças e colaboradores. Note que, neste caso, não estamos apenas preocupado com a correta utilização do conceito teórico, e sim em entender e perceber, na prática, como está sendo realizado o trabalho de mobilização política das prostitutas que se propõem a ter uma representatividade nacional.

A Rede Brasileira organiza-se em diversas localidades e se integra através de contatos que chamamos de *informacionais*. Mesmo que levemos em consideração que o tipo de "poder" associado à noção de território não se efetua de forma *stricto sensu* no caso do movimento nacional das Profissionais do Sexo, já que não há a necessidade de manter

um controle ferrenho sobre a composição, estruturação e integração dessa entidade, há a necessidade de manter esse movimento organizado e coerente, principalmente quando se necessita planejar eventos como encontros e constituir parcerias.

Vejamos um exemplo do que seria a expansão da rede e do movimento das prostitutas:

Nesse projeto, que é um projeto maior, que é um projeto político e formação de lideranças, militâncias, né? Trazer mulheres pra estarem participando do movimento, da rede... ele se dá também a gente vai nos lugares, a gente pinta duas pessoas interessadas, que queiram entrar nesse universo da militância, elas vão vir aqui no rio, vão receber um treinamento e vão fazer um projeto e vão começar as atividades no seu lugar. Em São Paulo é a Rua Augusta a princípio, a gente tem duas mulheres da Rua Augusta, e aí tem um trabalho que a mulher se envolve tanto com o trabalho, não é só ela, não é personificar o trabalho, é criar uma estrutura pra que outras mulheres então se organizem, entendeu? Se organizem pra brigar pelos seus direitos, inclusive o direito fundamental que é o reconhecimento da profissão, além do CBO.

(...)

Tanto é que a gente tem lá... vamos lá, tem o contato de novo com Araruama, o trabalho floriu, as meninas querem criar uma instituição, pelo menos uma organização primária pra começar fazer o trabalho. Macaé ta lá... entendeu? As coisas ficaram (...) ⁹²

É interessante observar que, no desenvolvimento das atividades pelas instituições representantes das Profissionais do Sexo, houve o contato com outras ONGs existentes que faziam um trabalho de prevenção com as prostitutas, mas que não possuíam a prostituição como foco de seu trabalho. É o caso de uma ONG chamada Fada ⁹³, em Araruama, que faz um trabalho de suporte aos soropositivos. Porém, com o contato estabelecido com a ONG Davida, houve a possibilidade de desenvolverem trabalho em conjunto com as prostitutas na cidade.

O pertencimento à Rede Brasileira de Prostituta não seria oficial, inclusive durante a realização da entrevista com a Kátia (coordenadora do projeto de prevenção da ONG Davida) é afirmado que essas ONGs não fariam parte da Rede, mas que haveria um “flerte” entre elas. Como procuramos entender o funcionamento desta instituição nacional, não haveria essas necessidades formais para se considerar parte integrante, e sim demonstrar disponibilidade

⁹² Entrevista 7 - Kátia Monteiro, realizada em 02/04/2007

⁹³ Esta ONG é citada na entrevista de Kátia Monteiro em 02/04/2007 (Entrevista 7).

para efetuar trabalhos em conjunto e apoiando a causa da prostituição. Nos meios de divulgação, como site e cartazes, defini-se esta organização como “sendo um grupo e associações de prostitutas e *entidades colaboradoras* comprometidos com a promoção e defesa da cidadania e dos direitos humanos da categoria”. (grifos nossos)

Outra forma de demonstrar a composição do que seria a formação desse espaço da Rede é quando há a afirmação de sua não-participação. Nesse caso, temos como exemplos as entidades que não se dispõem a defender a profissionalização da prostituição. As Pastorais Sociais e a Associação de prostitutas da área da Vila Mimosa do Rio de Janeiro, por exemplo, não são consideradas como integrantes da Rede Brasileira de Prostitutas.

Para analisarmos as atividades desenvolvidas, nos limitamos às abordagens acerca das organizações não-governamentais do Rio de Janeiro, ONG Davida e Fio da Alma. As referências feitas a respeito da generalidade dos espaços foram baseadas: nas entrevistas das participantes que mencionam outras regiões; na interação entre diferentes órgãos; e na própria noção nacional que encontramos nos planejamentos de algumas ações. Exemplo disso foi a participação do movimento das prostitutas e representantes do Ministério da Saúde nas discussões sobre o financiamento e planejamento das campanhas preventivas das doenças sexualmente transmissíveis.

A Rede Brasileira de Prostitutas, deixando claro o entendimento que temos dos sujeitos que aderiram à noção da construção dessa rede, desenvolve atividades com finalidade de contribuir com a auto-estima da imagem da Profissional do Sexo. Segue uma lógica da valorização da profissão de acordo com a reivindicação da legalização da categoria. Os atos de convencer uma trabalhadora de que sua imagem não representa negatividade e de investir na superação da vergonha de sua profissão estimularam uma visão positiva no grupo de mulheres que se vêem como importantes e úteis dentro do movimento. Apesar disso, permaneceu, entre essas prostitutas, uma memória coletiva referente aos preconceitos que marcaram a imagem da prostituição.

Podemos perceber a necessidade de se investir na questão da auto-estima das prostitutas em inúmeras campanhas das organizações da categoria. No início de sua mobilização, quando ainda estava conhecendo personagens políticos e participando de reuniões, Gabriela chega a mencionar, num encontro que teve em Salvador com representantes da Pastoral, uma preocupação com a maneira como as prostitutas seriam tratadas, mesmo por aqueles dispostos a contribuir com a condição da prostituta:

Vocês estão me tratando como um cachorrinho, entendeu. Aí começa toda história, e também porque eles chamavam as prostitutas lá desse

encontro de Salvador chamavam as prostitutas de “Meninas”, meninas entre aspas. No sexto eram meninas entre aspas também, então as meninas elas falavam assim em público, meu nome é fulana de tal e eu sou uma “menina” de Feira de Santana, entendeu? Uma história assim.⁹⁴

Nesse trecho, Gabriela ressalta que a prostituta deve ser chamada como ela é, ou seja: Prostituta, e com isso não se deixar levar pela conotação pejorativa do termo, já que seria parte da valorização da profissão. Mesmo considerando que esta fala é de uma líder e que, por si só, já possui o discurso para a valorização, a questão da preocupação com a defesa do lado positivo da imagem da Profissional do Sexo está contida no discurso das trabalhadoras das ONGs, com é o caso da Rita, secretária-multiplicadora do Fio da Alma:

Lá a gente aprendeu tudo isso e passamos pra frente, entendeu? Passamos pra outras, pra outras meninas e também com direito da auto-estima delas, que elas têm a auto-estima lá embaixo, se você falar um risco, um risquinho a toa que você ofendeu elas, elas já acham que o mundo vai cair nas costas delas. Né?

FS – Pode dar um exemplo?

Rita – Por exemplo se você reprimir... se você chega perto dela: Ah, você é uma puta, uma

⁹⁴ Entrevista 2 - Otília Silva Leite (Gabriela), realizada em 18/09/2006

vagabunda, você não vale nada. Aquilo ali pra elas já é uma ofensa. Hoje em dia ela retribui a você o que você ta falando⁹⁵

Essa personagem possui experiência com casos de mulheres vítimas de maus-tratos. Em várias partes de sua entrevista, sua memória vincula-se à militância em informar sobre os direitos civis e sociais e melhorar a visão da prostituta sobre si. A possibilidade de uma prostituta revidar uma ofensa, ou procurar por justiça é um grande avanço em sua opinião. Em seu depoimento, percebemos o quanto ela valoriza sua condição sob o aspecto da independência que possui por conta do seu trabalho:

412

FS – Você sempre foi prostituta assumida...

Rita – Sabe porque? Tem aquela história Fred, eu própria me sustento e não te peço nada, então você tem que respeitar aonde eu to. Quando eu fui trabalhar na praça, ninguém da minha família queria me dar nada, eu dormia no hotel, comia no hotel, entendeu? Então não tinha uma vida, não tinha casa, não tinha nada. Foi se outra pessoa passar, ta fazendo o que aí? Pegando home (...)⁹⁶

A identidade da prostituta, no caso de Rita, está amadurecida por conta das suas realizações e há uma convicção da sua participação como uma mulher batalhadora

⁹⁵ Entrevista 5 - Rita de Cássia, realizada em 09/03/2007

⁹⁶ Entrevista 5 - Rita de Cássia, realizada em 09/03/2007

na sociedade. O termo em si, “prostituta”, não seria ofensivo, sem mesmo haver necessidade da utilização de eufemismos para nenhuma das entrevistadas. Porém, não podemos deixar de notar que entre essas trabalhadoras não há consenso sobre as denominações que podem trazer um entendimento negativo acerca da Profissional do Sexo.

A maneira pela qual se deve dar o “nome” para as Profissionais do Sexo faz parte de uma intrigada cadeia de entendimentos sobre as reais representações que essas mulheres têm na sociedade. A partir da nossa participação em encontros organizados e observando os diálogos entre as prostitutas presentes, constatamos uma interessante classificação que diferencia a “puta” da “prostituta”.

Ivanilda, presidente da ONG Fio da Alma, menciona que a puta é aquela mulher que rouba o marido da outra, enquanto que a prostituta é a mulher que presta seus serviços sexuais. Essa concepção não descarta o teor negativo que possui o termo “puta”, normalmente utilizado em xingamentos. A negatividade deste nome está relacionado à prática da mulher que seria a responsável pelos adultérios, que desejam o parceiro(a) alheio(a). Note que, nesse caso, não apenas se referencia às meretrizes e sim a qualquer indivíduo que se posiciona na classificação de amante externo a uma relação monogâmica.

Já para Gabriela Leite a conotação de “puta” é identificada como uma opção de vida e está associada a um

entendimento lúdico da profissão. O termo teria uma representação carismática da imagem das prostitutas, sem o peso da negatividade que o nome geralmente conota. É interessante ressaltar que dicionários da língua portuguesa designam a palavra puta como sinônimo de prostituta (HOUISS & VILLAR, 2002; FERREIRA, 2004).

De qualquer forma, nas entrevistas, há geralmente a utilização do termo como sinônimo mesmo, como é o caso da Rita, falando sobre um evento com a participação da Ivanilda e o interesse das pessoas sobre as Profissionais do Sexo: “(...) ó, são tudo prostitutas, e eles vêm falar com a gente que eu acho que é curiosidade, pra ver se puta sabe falar, entendeu?”⁹⁷

A participação em diversos encontros contribui para que as próprias voluntárias das ONGs e demais trabalhadoras percebam a sua importância no movimento. Não podemos esquecer que foi exatamente a aparição de prostitutas que assumem sua condição, sem demonstrarem preconceito ou remorso, que fortaleceu a organização política das Profissionais do Sexo.

Um fator que está contribuindo também com a auto-estima dessas trabalhadoras, principalmente para aquelas que trabalham nas ONGs, é a percepção do interesse demonstrado pelos ouvintes nos encontros e o modo que seus trabalhos são divulgados na mídia. Numa entrevista

⁹⁷ Entrevista 5 - Rita de Cássia, realizada em 09/03/2007

realizada em 13/11/2006, a prostituta Rosa disse sobre o Fórum Social em Porto Alegre:

FS – Como é que foi o Fórum?

Rosa – Ah, o Fórum foi muito bom, viu! Foi maravilhoso! Além de a gente viajar todo mundo junto, fazer uma farra danada, o trabalho lá também foi muito positivo, todo mundo gostava de chegar lá e perguntar, ne tudo.

FS – então, como é que eram essas perguntas, essas atuações...

Rosa – É... como que nasceu a idéia... agora sempre tava a Gabriela lá também, ih o pessoal ficava tudo doido lá. Uma loucura total.⁹⁸

415

Rosa é uma prostituta que trabalha no Campo de Santana, Rio de Janeiro e é multiplicadora na ONG Davida, e se propôs a fornecer a entrevista sem nenhum problema, pois houve conflitos de horários na ONG o que fez com que ficássemos sem ninguém para entrevistar. A Rosa, então, se prontificou em ser entrevistada, o que demonstra uma confiança e segurança na sua importância como informante.

O seu otimismo e irreverência ficam nítidos conforme perguntamos justamente sobre a diferença que ela poderia analisar entre o antes de entrar na ONG e o depois:

⁹⁸ Entrevista 3 - Rosa Antonia de Melo Martins, realizada em 13/11/2006

FS – Você pode dar um exemplo assim que você diferencia assim, atuação antes de você ter entrado na ONG e como é que você percebe isso agora, sendo multiplicadora...

Rosa – A minha auto-estima era bem baixa, depois que eu entrei aqui a minha auto-estima é bem elevada. Tanto que eu disse que eu sou linda, né? (risos) Melhorou muito, conhecimento também, que eu já conheci várias pessoas.

FS – E você tenta ajudar as outras prostitutas a terem o mesmo conhecimento.

Rosa – Com certeza.⁹⁹

Seu foco de valorização teve como um dos motivos a possibilidade de se fazer notável e útil. Seu discurso demonstra a força da sua atividade por contribuir para o combate de doenças através do fornecimento de informações sobre saúde e, o mais importante, ser a personagem confiada para exercer esse meio de comunicação.

A atividade da multiplicadora foi uma reivindicação da própria Rede Brasileira de Prostitutas que tinha como finalidade dar à prostituta a possibilidade de participar do processo de informação e capacitação para a função da prevenção. As responsáveis por exercer tais atividades estariam multiplicando a capacidade de difusão dos meios saudáveis de exercer suas profissões, pois, quanto mais

⁹⁹ Entrevista 3 - Rosa Antonia de Melo Martins, realizada em 13/11/2006

peessoas são informadas, mais elas podem se tornar informantes. Nesse caso, nota-se a preocupação, por parte do movimento das Profissionais do Sexo, da necessidade de desenvolver a confiabilidade que as trabalhadoras deveriam ter.

... a prostituta deveria ocupar o lugar de protagonista da prevenção. Munida de informações, poderia tornar-se uma agente de prevenção (...) definiu-se como essencial a participação das prostitutas na formulação das políticas de prevenção relacionadas a esse segmento específico. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002, p. 46)

417

Esse tipo de trabalho e reconhecimento desenvolveu uma percepção de valorização na prostituta Maria, outra multiplicadora da ONG Davida. Extrovertida, Maria faz questão de mostrar sua satisfação expondo sua notoriedade no movimento:

Viajo sempre pra São Paulo, nós agora, não ultima vez viajamos pra Belo Horizonte, nós fomos pro Congresso de Belo Horizonte, é, mas muita gente mesmo, muito elogiado, muita foto, e muito gente da sociedade, de vários países da Itália, de vários lugar, desfilamos na Rua Augusta de São Paulo, desfilamos em Belo Horizonte, conheci as prostitutas de lá. Mas fazemos viagens que eu nem

planejava conhecer um dia, mas quando será? Mas foi pelo Davida, que passei a conhecer, e pelo Davida eu trabalho também na prevenção há 10 anos com a Gabriela....¹⁰⁰

No seu discurso, também é muito valorizada a sua participação na Daspu, uma grife de roupas criada pela ONG Davida que deu visibilidade a causa da prostituição até no mundo da moda. Além da satisfação de pertencer a um grupo de prevenção de DST e ser confiada para tal atividade, ser modelo da Daspu ofereceu a oportunidade de se ver valorizada também pela propaganda de roupas que usualmente são feitas por modelos jovens dentro de um exigente padrão de beleza.

418

Perguntada sobre a invenção da Daspu, Maria responde:

essa invenção foi muito legal, foi uma surpresa. Nem eu sabia, de eu ser escolhida pra ser manequim e desfilas para Daspu, ser manequim, mostrar as roupas, e logo assim no primeiro dia, eu me senti um pouquinho emocionada, um pouquinho de vergonha, mas pouquinho só, muita vergonha não, eu nunca tive vergonha, de nada, graça a Deus! O que a gente faz por gosto a gente não pode ter vergonha, pelo contrário, a gente tem que ter sem vergonha, e saber trabalhar, se saber

¹⁰⁰ Entrevista 4 - Maria da Silva Santos, realizada em 13/11/2006

trabalhar consegue tudo, e vou lá no mercado pra também explicar, né? Aí, começamos a desfilar e tudo aí com a Gabriela, e com a intermédio da Bete, com a prevenção (...)¹⁰¹

Toda essa representação valorizada da Profissional do Sexo e a visão positiva sobre a vida e trabalho, que estão presentes nas entrevistas, não ficam imunes dos consagrados estigmas por que passam as prostitutas na sociedade. A coragem de assumir sua atividade profissional, de fazer a defesa das mulheres em programas de prevenção e em divulgação da grife de roupas criada pela ONG Davida não apagam da memória dessas personagens que a marca de meretriz é uma representação negativa sobre suas vidas.

419

Podemos perceber várias formas encontradas para justificar o exercício dessa profissão, e uma dessas justificativas se encaixa no modelo de ação do Estado abolicionista, que tira da mulher a culpa de estar praticando tal atividade. A prostituta, nesse caso, é vítima do modelo econômico, sendo a causa da sua escolha, externa, fora do âmbito pessoal. Sendo assim, estaria sempre presente a possibilidade de se construir meios para impedir essa escolha profissional.

Essa lógica faz parte da memória de Rosa e Maria, já que ambas admitem terem exercido outras profissões antes de serem prostitutas. Entretanto, com a opção da prostituição,

¹⁰¹ Entrevista 4 - Maria da Silva Santos, realizada em 13/11/2006

houve um retorno econômico mais satisfatório para a realização de seus planos. Esse modelo de explicação ameniza os danos negativos para a prostituta, porém, quando os meios econômicos fogem da justificativa da escolha da profissão:

(...) deparamos com uma representação social da prostituta que aponta como um ser imerso em lascívia, insaciável, pecaminoso e pernicioso à moral e aos bons costumes. Não raramente, essa 'outra' imagem associada à prostituição surge quando se percebe alguma fratura no discurso econômico que tenta explicá-la. Ou seja, quando fracassam as tentativas de fazer com que o sujeito prostituído abandone o desvio social ao qual supostamente, foi lançado pela miséria (...) (MINISTÉRIO DA SAUDE, 2002, p. 12)

Com esse tipo de interpretação, podemos entender um pouco o limite da valorização da imagem das prostitutas que nos forneceram entrevista. Não houve problema ao exporem suas luta para aceitação individual como prostituta e multiplicadora, mas quando se trata da oficialidade e do registro profissional, ainda encontramos, na memória dessas personagens, uma idéia negativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento da prostituição no Rio de Janeiro esteve vinculado ao desenvolvimento urbano pelo qual passou a cidade desde a transferência da Família Real Portuguesa, em 1808. Conforme a cidade se expandia, tanto demográfica como economicamente, cresciam as atividades ligadas ao meretrício. O que foi possível perceber é que a notoriedade da expansão do comércio sexual ao mesmo tempo em que contemplou uma visão modernizadora, respaldada no esplendor das casas de prostituição de luxo, também criou os primeiros alarmes referentes ao malefício desse tipo de comércio nas áreas menos favorecidas economicamente.

As atitudes do estado em relação às prostitutas sempre foram contraditórias, dependendo das influências que estavam referenciando a tomada das decisões. Ao mesmo tempo em que se incentivava a migração de prostitutas, por conta da preocupação com o aumento dos casos de pederastia, observado como consequência da desproporção entre os gêneros devido à chegada maior de migrantes masculinos, começavam a surgir meios de criminalizar as estruturas vinculadas ao meretrício. Desta forma, a criminalização caminhou para um tipo de pensamento no qual a prostituta é considerada vítima das conjunturas adversas da sociedade, sendo criminosos aqueles que gerenciam a prostituição.

Quando foi atribuída, para a polícia, a responsabilidade de controlar o território e incentivar os mendigos e prostitutas

a mudarem de vida para não sofrerem ações legais, ocorreram as primeiras investidas de demarcação dos espaços da prostituição, mesmo quando a polícia perdeu seu poder judicial. Desta forma, no decorrer do século XX, houve várias investidas do poder público, e da polícia, nas transferências das casas de prostituição e no incentivo de concentrar essa atividade em uma área específica da cidade, que ficou conhecida como Zona do Mangue.

Foi nesse espaço que tivemos os primeiros ensaios da construção de uma identidade política das prostitutas no Rio de Janeiro, principalmente após a chegada da Gabriela Leite, uma prostituta de São Paulo. Com sua experiência política, incentivou a conscientização em defesa da causa da Profissional do Sexo. Inicialmente, o apoio à organização política contou com a contribuição de agentes externos, como foi o caso da interação com alguns setores progressistas da Igreja Católica, porém, não tardou a se tornar nítida a diferença do pensamento acerca da definição do que seria a questão da prostituição.

Para a maioria dos setores religiosos, a prostituta é vítima da sociedade injusta e capitalista, devendo o estado oferecer condições para que não haja necessidade da mulher se prostituir. O movimento político que estava surgindo na Zona do Mangue tinha como pressuposto a afirmação da identidade da Profissional do Sexo, vinculando diretamente as questões do meretrício com a causa trabalhista. A prostituta

deveria ser definida como uma profissional e ser respeitada como tal.

Essa é uma postura que contrasta com todas as tradicionais considerações acerca das políticas públicas referentes à prostituição. Proibir, regulamentar ou abolir não contemplam mais a necessidade percebida por este movimento. É necessária a legalização e a descriminalização da estrutura que sustenta o meretrício. As casas de prostituição seriam encaradas como empresas e as prostitutas de rua seriam protegidas pela lei contra os abusos dos aproveitadores dessa atividade.

O amadurecimento dessas considerações sobre a Profissional do Sexo contou com a organização de um movimento político que ganhou notoriedade na mídia e expandiu-se pelo território brasileiro, incentivando o surgimento de instituições que defendessem a profissionalização dessa profissão. Durante a realização do I Encontro Nacional das Prostitutas, na cidade do Rio de Janeiro em 1987, foi criada a base da estruturação da Rede Brasileira de Prostitutas, uma entidade que integra os organismos e grupos que trabalham com a questão da prostituição e se identificam com legalização dessa forma de trabalho.

Constituíram-se grupos autônomos que procuram manter a coerência do movimento, criando suas próprias atividades e buscando apoios e financiamentos mais

apropriados para seus planejamentos. Dentre as principais ações desses organismos, as campanhas de prevenções de DST/AIDS tiveram respaldo por parte do Ministério da Saúde, e possibilitaram a vinculação dessas atividades com a valorização da questão profissional da prostituta e da melhoria da sua auto-estima.

Porém, ao mesmo tempo em que durante as entrevistas percebemos o orgulho das mulheres em se assumirem prostitutas e serem protagonistas dos projetos de prevenções de doenças, ainda persistem reflexos do estigma da imagem negativa da meretriz, principalmente quando perguntadas sobre a assinatura da carteira de trabalho. Fato que demonstra que não é somente por elas mesmas que a valorização deve ser feita, e sim pela própria sociedade. O respeito à Profissional do Sexo deve partir do pressuposto de que se trata de uma profissão como qualquer outra, contribuindo com o fim de preconceito referente às mulheres que optaram por esse tipo de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Pires de. **Homossexualismo (a libertinagem no Rio de Janeiro)**; estudo sobre as perversões e inversões do instinto genital. Rio de Janeiro: Laemmert & C. Editores, 1906.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

425

FERREIRA, Aurélio B. de Holanda. **O dicionário da língua portuguesa**. Curitiba: Editora Positivo, 2004.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, maio 1996.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **Identidades culturais na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Dp&A, 1997.

HARDT, Michael. A sociedade mundial de controle. In: ALLIEZ, Eric (Org.). **Gilles Deleuze: uma diva filosófica**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

HUYSEN, Andréas. Passados presentes: mídia, política, amnésia. In: **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IANNI, Otavio. **Teorias da Globalização**. 12. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

LEITE, Gabriela. **Eu mulher da vida**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992

LEITE, Juçara Luzia. **República do Mangue**: controle policial e prostituição no Rio de Janeiro (1954 – 1974). São Caetano do Sul: Yendis, 2005.

MARTINHO, Cássio. Algumas palavras sobre rede. In: SILVEIRA, Caio Márcio; REIS, Liliane da Costa (Orgs). **Desenvolvimento local**: dinâmicas e estratégias. Rio de Janeiro: Rede DLIS, 2001.

MARTINS, Heloisa Helena T de Souza. **Igreja e Movimento Operário no ABC**. São Paulo – São Caetano do Sul: Hucitec, 1994.

427

MATTOS, Rogério Botelho de. A dinâmica dos espaços da prostituição na cidade do Rio de Janeiro: 1840:1940. In: RIBEIRO, Miguel Ângelo. **Território e Prostituição na Metrópole Carioca**. São João de Meriti. Rio de Janeiro: Ecomuseu Fluminense, 2002.

MEYHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 5.º ed., Edições Loyola, 2005.

MINHOTO, Laurindo Dias; MARTINS, Carlos Estevam. As redes e o desenvolvimento social. **Cadernos Fundap**. n.º 22, 1.º semestre de 2002. Disponível em

<<http://www.fundap.sp.gov.br/index.asp?link=publicacoes/cadernos/cad22/cadernos22.asp&linktitfigtxt=publicacoes/publicacoesfiguratxt.asp&linknoticia=publicacoes/publicacoesnoticias.asp&linktitfig=publicacoes/publicacoesfigura.asp>> Acessado em 27 jul de 2007.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, SECRETARIA DE POLÍTICAS DA SAÚDE & COORDENAÇÃO NACIONAL DE DST E AIDS. Profissionais do sexo: documento referencial para ações de prevenção das DST e AIDS. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

428

MORAES, Aparecida Fonseca. **Mulheres da Vila**. Prostituição e identidade social: a experiência da Vila Mimosa. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992. Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Rio de Janeiro, IFCS, 1992.

NEVES, Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto Fernandes. **O império do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

PEREIRA, Armando. **Prostituição, uma visão global**. Rio de Janeiro: Pallas, 1976.

RIBEIRO, Miguel Ângelo. **Território e Prostituição na Metrópole Carioca**. São João de Meriti: Ed. Fluminense, 2002.

SÉGUIN, Elida. **Minorias e grupos vulneráveis**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

SILVA, Jan Carlos da. A polícia e o controle da prostituição na cidade do Rio de Janeiro (1841-1942). In: ABREU, Maurício de Almeida. **Rio de Janeiro: formas, movimentos, representações**: estudo da geografia histórica carioca. Rio de Janeiro: Da Fonseca Comunicações, 2005.

429

SOARES, Luiz Carlos. **Rameiras, Ilhoas, Polacas...** A prostituição no Rio de Janeiro do século XIX. São Paulo: Ática, 1992.

SOUZA, Marcelo José Lopes. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia**: conceitos e temas. 2.º edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

THOMPSON, E.P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **As Peculiaridades dos Ingleses**. Campinas: Unicamp, 2002.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ENTREVISTAS REALIZADAS:

Entrevista 1 – Ana Marina, entrevista realizada em 04/09/2006
– pesquisadora da ONG Davida

430

Entrevista 2 – Otília Silva Leite (Gabriela), liderança do movimento, coordenadora da Rede Brasileira de Prostituta, presidente da ONG Davida - Entrevista realizada em 18/09/2006

Entrevista 3 – Rosa Antonia de Melo Martins – Prostituta e Multiplicadora da ONG Davida – entrevista realizada em 13/11/2006

Entrevista 4 – Maria da Silva dos Santos - Prostituta e Multiplicadora da ONG Davida – entrevista realizada em 13/11/2006

Entrevista 5 – Rita de Cássia – Prostituta, Multiplicadora e Secretária da ONG Fio da Alma – entrevista realizada em 09/03/2007

Entrevista 6 – Sandra Selma – Prostituta e Multiplicadora da ONG Fio da Alma – entrevista realizada em 09/03/2007

Entrevista 7 – Kátia Monteiro – Coordenadora dos projetos de prevenção da ONG Davida – entrevista realizada em 02/04/2007

Entrevista 8 – Ivanilda Santos de Lima – Prostituta e Presidente da ONG Fio da Alma – entrevista realizada em 15/06/2007.

432

Resumo: O presente artigo aborda as relações de gênero no universo cretense enquanto continuidade de uma estrutura mítica e relativa à práxis do homem oriunda dos períodos Paleolítico e Neolítico. Dessa forma, o foco das análises recai sobre as representações da Deusa das Serpentes, oriunda de Cnossos, do touro, do duplo machado e do labirinto, elementos que, entrelaçados, formam uma inextricável teia, repleta de símbolos que compartilham do motivo da fecundidade, fertilidade e continuidade da vida, e de como estes elementos, presentes no mito de Minos e Ariadne, revelam uma estrutura de sucessão matrilinear ao trono de Creta. A análise é pautada nos pressupostos teóricos da Semiótica greimasiana, sobretudo na figurativização, da Antropologia, da Helenística, da Arqueologia e da Etimologia.

Palavras-chave: Creta; Deusa-Mãe; touro; labirinto; hierogamia; figurativização.

Abstract: The present article analysis the gender relations in the Cretan universe as the continuity of a mythical structure and related to the praxis of the man originated from the Paleolithic and Neolithic periods. Thus, the focus of these analysis is in the representations of the Serpents Goddess, originated from Cnossos, the bull, the double axe and the maze, elements that, attached to each other, make a connected web, full of symbols that share the reason of fecundity, fertility and life continuity, and how these elements, present in the Minos and Ariadne myth, show a matrilinear succession structure to the Crete throne. The analysis is based on the theoretical presuppositions of the Greimas Semiotics, also on the figurativeness, of the Anthropology, the Hellenistics , the Archeology and the Etymology.

Keywords: Crete; Mother-Goddess; bull; maze; hierogamy; figurativeness.

*pisando a grama, a flor intacta: em Creta
dançavam moças ao redor de altares:
seus pés marcavam um tempo além das eras*
Safo, 1987:frag.16

A cultura cretense é marcada pelos mesmos valores dos períodos Paleolítico e Neolítico, a Deusa Mãe, o touro e o *labrys*. Das primeiras civilizações pouco restou, o período pré-palacial deixou apenas alguns resquícios. Já o período

neopalacial (1.700 –1.400 a.C.), o dos grandes palácios de Cnossos, Phestos e Mália, guarda valiosas informações sobre essa cultura tão rica e fascinante. Creta foi o centro de uma rede marítima, dominou a navegação e o comércio, o que fez convergir para ela culturas e povos dos mais diversos.¹

Seus palácios e vilas de intrincados desenhos e cores vivas foram palco ideal para o “surgimento” de mitos e a estruturação de uma arte profundamente religiosa, que permite evidenciar a complexidade alcançada pelas fontes neolíticas – a deificação do mundo natural – e o requinte a que chegou seu culto.

Como a teia de fios delicados e brilhantes que se sustém no ar – ilusão de luz e sombra – Creta e seu labirinto, povoado pela Deusa da Serpente, Ariadne, Teseu e o Minotauro, atraem e aprisionam, guardando em seu centro os segredos de todos os caminhos.

A SENHORA DE CNOSSOS

*Todas las noches baja al pazo
ya la mañana reaparece
con un nuevo reptil entre los brazos.*
Octavio Paz, 1995, “Dama”

¹ Sobre Creta cf. Papapostolou 1981; Hood 1973; Treuil 1989.

As duas grandes Damas provenientes de Cnossos são representações da Grande Senhora (*Pótnia*), denominadas pelos arqueólogos como as Deusas das Serpentes. Esses dois ídolos em faiança, provenientes do tesouro do santuário de Cnossos, datam de aproximadamente 1.600 a.C. Ligeiramente divergentes em suas representações, as Deusas das Serpentes guardam a mesma matriz figural e o mesmo conjunto de semas que levam ao motivo da Deusa Mãe e sua hierogamia com o touro.²

A DEUSA DO NÓ

435

Em faiança policromada, a Deusa do nó (fig.1) porta uma saia longa, de formato cônico, adornada por um barrado geométrico de losangos sobrepostos semelhantes a uma rede de pesca ou de caça ou, ainda, a favos de mel, e por linhas finas e horizontais, de cor escura, distribuídas em intervalos regulares que circundam o cone/saia de cor clara dando a idéia de listas. Não há qualquer indicação sobre os pés. Sobre a saia observa-se um “avental” em formato de U, ligeiramente irregular na parte superior, situado entre a cintura e a metade da saia; ele possui um contorno em relevo, seguido de um barrado de linhas sinuosas, quase uma grega.³ Mais acima

² Para facilitar a identificação, a Deusa com um felino sobre a cabeça será nomeada como Deusa com felino, enquanto a outra será a Deusa do nó.

³ Denomina-se grega a cercadura arquitetônica formada de linhas retas entrelaçadas (Ferreira 1986).

desse barrado, o corpo de uma enorme serpente que, partindo do topo da coroa em forma de tubo, desce num movimento sinuoso, contornando a lateral da cabeça,⁴ os ombros, a linha dos seios, a cintura e o ventre, para retornar ao alto, sobre a coroa, onde a cabeça do réptil com a boca aberta encontra a cauda. Sob o corpo da serpente, na região do cinto pubiano, tem-se a presença do nó, ou laço, sagrado. Os seios nus são realçados por um corpete.



Fig. 1 – Deusa das serpentes – Deusa do nó.

⁴ O que parece uma orelha desproporcional é, na realidade, parte do corpo da serpente que desce pela cabeça da Deusa.

A deusa traz os braços estendidos à frente do corpo e enlaçados por outra serpente. O animal tem a cauda segura pela mão direita da deusa e a cabeça sobre a palma da mão esquerda. O corpo do réptil passa por sobre os ombros, contornando as costas da estatueta.

O rosto é triangular, com nariz, olhos e boca bem definidos – o relevo criado pelo nariz, juntamente com o triângulo do rosto, assemelha-se ao visto na Vênus de Brassempouy. Os cabelos aparecem numa estreita faixa entre a coroa e o rosto. A coroa tubular, de base maior que a extremidade superior, sofre um afunilamento delicado – assemelhando-se aos descansos tubulares de Gúrnica e Cnossos.

A saia de forma cônica triangular mantém os semas vistos para o triângulo púbico e as coxas das Vênus, que levam à seguinte transformação classemática: <humano> –» <vegetal> –» <mineral> ↔ Terra-Mãe. Enquanto nas Vênus o último termo do percurso era gruta/caverna, na Deusa do nó vê-se uma ressemantização na qual o ventre/gruta/saia é também colmeia/*omphalós*.

A conotação da colmeia é perceptível, além do formato, no barrado da saia, cujo desenho assemelha-se aos favos do mel; na presença da serpente, abelha alada, que guarda a gruta/colmeia; em sua ligação com o touro e no enorme valor atribuído às abelhas na cultura creto-micênica.

A figura do touro presente na estatueta da Deusa, embora sutil, é duplamente marcada: no formato em U do avental – idêntico aos cornos de consagração e, sobretudo, no contorno sinuoso da grande serpente sobre o ventre e o tronco, que desenha a silhueta de uma cabeça de touro cujos chifres são seu prolongamento em redor da cintura e dos seios. Touro e serpente se fundem nas representações de ambos. A serpente desenha o touro com seus volteios e os cornos desse animal são decorados com motivos ofiomórficos. Reiterando a equivalência existente na protofiguratividade desse contorno mítico observa-se o veículo fertilizador e protetor, o consorte/falo/arma, sobreposto ao sexo/ventre da deusa, que, por sua vez, tem seu limite marcado, guardado, pelo nó sagrado – substituto do cinto/sulco das Vênus.

Nó, cinto ou laço, sagrado ou não, eles prendem, ligam e protegem os objetos aos quais estão atados. O nó sagrado, sobre o ventre da Deusa do Nó, é bastante elaborado e se afigura como um desafio aos que pretendem ultrapassar o limite por ele guardado.⁵

Equivalendo ao sulco do baixo-ventre das Vênus paleolíticas e neolíticas, o nó realça o ventre e seu poder

⁵ Desatar o nó equivale a possuir a Ninfa; cf. MARQUETTI, F. R. 2001, cap.1. A simbologia do cinto, ligado ao sexo, perdurou até a Idade Média, como mostra o costume das viúvas de depositarem seus cintos sobre a tumba dos maridos quando renunciavam à sua sucessão (Chevalier & Gheerbrant).

criador, ligando as doçuras do sexo ao perigo de morte,⁶ tão bem atestado nos mitos de Glauco, Dioniso e Eros, nos quais a *jarra de mel* (ventre) é fonte de prazer e perigo. Unindo pólos opostos – Céu/touro/serpente à terra/Deusa Mãe –, ele se encontra no centro (*medial*), a meio caminho entre o alto e o baixo, o gozo e a morte, o divino e o humano – o ventre, o sexo feminino e seu delta, cingidos pelo cinto e protegidos pelo nó, são a figurativização da vida, como o cordão umbilical, ligando o feto à mãe. A mãe tece em seu ventre uma nova vida; quando pronta, corta o fio que as une – do mesmo modo as Moiras fiam o destino/vida dos homens; no seu final, o fio é cortado e os homens deixam a terra, seguindo para o Hades.

439

Tecer é não só cardar a lã, mas entrelaçá-la regularmente, atar os fios para deles obter o tecido que, como a vida, deverá apresentar um motivo ou desenho. Nesse sentido, o nó é o início da vida e o novelo é sua promessa.⁷ “Tecer não significa somente predestinar (com relação ao plano antropológico) e reunir realidades divinas (com relação ao plano cosmológico), mas também *criar*, fazer sair de sua

⁶ O selo preso ao pulso da Deusa com a pomba de Cnossos equivale ao nó sagrado, uma vez que os pulsos são intercambiáveis com o sexo (cf. MARQUETTI, 2001: cap. 2 – os adornos das deusas); o selo corresponde ao nó, pois é um fecho, um limite a ser respeitado. Outro selo famoso na mitologia é o cinturão de Hipólita, que Hércules rouba num de seus trabalhos. Insígnia de realeza e poder, ele é também o laço inviolável que protege o ventre da rainha das Amazonas: desprendê-lo é possuir Hipólita.

⁷ O tecido, a teia e o labirinto compartilham o mesmo motivo do tecer – todos são caracterizados por uma trama/rede que prende e, embora sejam finitos, podem ser tomados por infinitos, como a espiral logarítmica.

própria substância, exatamente como faz a aranha, que tira de si própria a teia” (Eliade 1949:159).

O nó é promessa de abertura e limite a ser respeitado; no caso do nó sagrado de Creta, ele indica a união entre a vida contínua e imortal da Terra Mãe, com seus benefícios, à de seu consorte, o touro/Sol, cujo representante é Minos/Teseu.

Os seios/frutos da deusa estão sustentados pelos pequenos nós/laços do corpete, que os ligam ao grande nó sacro. O fruto, produto da terra fecunda, como o leite nos seios da mãe, pressupõe a hierogamia, o desatar do nó ou cinto para a fecundação da Deusa.

440

A coroa em forma de descanso tubular é referência clara a seu estatuto de coluna/pilar que sustém e liga o alto e o baixo – é sobre a Deusa que repousa o universo, é ela que une os opostos e conjuga em si o todo, o uno.

Na mão esquerda ela prende a cauda da serpente; com a direita, num gesto de oferta, sustém a cabeça do animal – em suas mãos estão o princípio e a continuidade do movimento sinuoso e elíptico da vida, figurativizado pela serpente. A vida nasce, é sustentada por seus ombros e deve sua perpetuação à generosidade da Deusa. A cauda presa em sua mão indica o poder, sua soberania sobre a serpente/vida, e também sobre o falo/macho que a cobre. Embora ela necessite de sua virilidade para ser fecundada, ele é seu dependente, fruto de seu ventre, como tudo o mais,

filho e amante, sua vida está nas mãos da Deusa, como a de Teseu nas de Ariadne.

A DEUSA COM FELINO

Também em faiança policromada, a Deusa com felino (fig.2) apresenta algumas variações em relação à anterior. Sua saia, também em formato cônico, é longa e subdivide-se em camadas horizontais sobrepostas, passando de um tom marrom avermelhado na base, com alguns nuances mais claros, a um marrom quase bege junto à cintura, com matizes mais escuros. As faixas ou babados da saia apresentam ainda uma alternância regular de sulcos e/ou listas verticais de cor mais intensa que a da faixa, indo do quase preto, na base, ao marrom/ocre na parte superior.

441



Fig. 2 – Deusa das serpentes – Deusa com felino.

Esse jogo de cores, do marrom terra ao areia, sulcado por linhas verticais de tons mais intensos, torna a saia da Deusa semelhante à terra arada e cultivada, com sua superfície tomada pela plantação e suas diversas tonalidades, delimitada pelos sulcos, horizontais e verticais, para o escoamento da água da chuva ou para a irrigação do campo. Como a saia compartilha dos semas vistos para o delta fértil das Vênus e sua ligação com a terra, fica plenamente justificada a leitura das cores presentes na saia e seus matizes com o da plantação.

442

Essa imagem de campo produtivo, presente na saia da Deusa com felino, faz retomar a imagem da Deusa do nó, cuja saia é marcada por linha horizontais finas e regulares – semelhantes ao campo preparado para o plantio/semear, mas que, ao contrário da Deusa com felino, ainda não germinou – levando a pensar as deusas como dois momentos consecutivos na representação da Terra Mãe. Um primeiro momento, com a Deusa do nó, no qual a terra está preparada mas ainda não recebeu a semente: a presença do nó sagrado e da serpente guardando o ventre, além de seu gesto de oferecimento e a placidez no rosto, confirmam a leitura dessa deusa como a Virgem, a *koré* não desvelada. É um segundo momento, com a Deusa com felino, na qual o nó já foi desatado, a cintura desvelada e fecundada; a terra fértil faz o grão germinar e cobrir os campos. Por sobre o ventre, o “avental” com o signo do touro, o U , agora já não traz mais a

serpente, mas os alvéolos da colmeia nascida entre os chifres do animal, ou seja, o mel/colmeia nascido do crânio do touro primaveril sacrificado.

Na cintura vê-se uma faixa estreita, em relevo, que contorna o corpo da Deusa com felino; é a base do corpete; contornando essa faixa, no sentido vertical e com espaçamento regular, pequenas linhas marrons; logo acima dela o corpete se abre, deixando os seios nus. Enquanto na Deusa do nó observavam-se pequenos laços no corpete sob os seios, na Deusa com felino eles dão lugar a uma forma retangular e vazada, semelhante ao batente de uma porta ou abertura qualquer – indicando um caminho aberto, franqueado para seu interior. O corpete da deusa traz nas mangas a mesma alternância de cores e faixas que a identificada na saia.

Seus braços não mais se estendem à frente do corpo, mas erguem-se em ângulos retos, assemelhando-se ao chifre do touro estilizado, já visto na Deusa de Gúrnica ou sobre os tubos. Se o gesto na Deusa do nó era de oferta/entrega, aqui indica sua fusão com o touro, amante e protetor; é por isso que em cada uma das mãos a Deusa traz uma serpente e as brande como se as fosse lançar sobre um inimigo, como dardos ou raios – é o Touro urânico ameaçando os que ousam se aproximar de sua Senhora.

O rosto triangular tem os olhos, o nariz e a boca bem definidos. Chamam a atenção as sobrancelhas bem

arqueadas – o que confere à Deusa uma expressão facial terrificante. Como Afrodite, Citeréia Coroadada, que após sua união amorosa inspira o terror a seu amante, apresentando-se a ele com uma imagem grandiosa na estatura e no brilho e na qual o colo e os olhos desempenham papel fundamental (*Hino a Afrodite I*, 170-175), a Deusa com felino aparece em toda a sua grandiosidade terrificante após ser fecundada e se tornar Mãe.

Sobre sua cabeça, não mais o tubo e a serpente, mas uma coroa circular baixa e adornada com pequenas “flores” circulares e claras, entremeadas por pequenos triângulos invertidos pintados em tom escuro. Essas pequenas “flores” são na realidade formadas por dois círculos concêntricos, representação simplificada da espiral que pode ser observada em inúmeras representações cretenses, como no selo palacial com motivo de espiral (museu de Heráclion), nos grifos que ladeiam a sala do trono de Cnossos, na faixa decorativa do *mégaron* do rei em Cnossos, no diadema em ouro da tumba III de Micenas e outros. A espiral, símbolo erótico que caracteriza os ciclos da natureza, vem associada na coroa da Deusa com o triângulo invertido, símbolo igualmente erótico ligado ao sexo, à fertilidade/fecundidade e à vida. A coroa, como as demais jóias (de Afrodite e das Vênus), tem sua conotação sexual, podendo ser permutada com o cinto,⁸ uma vez que ambos partilham os mesmo semas. Sobre essa

⁸ Cf. MARQUETTI, 2001:cap. 1, “o véu cômico”, e cap. 2.

coroa/sexo instala-se um felino, leão, leopardo ou, como querem alguns, gato. Esse felino – cujo suporte figural é dado por <extremidade> + <superatividade> + <cilindricidade>, pois assume o alto da estatueta e apresenta formas marcadas pelos semas anguloso, cilíndrico, formado, sólido, forma fechada, liso e cromático, idêntico ao dos consortes das Vênus paleolíticas e neolíticas – pode ser tomado como tal, ainda mais por estar sobreposto ao sexo/coroa da Deusa. Sua coloração amarela aproxima-o do Sol, senhor uraniano e consorte da deusa e sucessor astral do touro. Dessa forma, a interpretação desse felino como um leão ou leopardo, animais representados ao lado de sua Senhora (como no selo de Cnossos, no qual a deusa está sobre um monte e é ladeada por dois leões), é muito mais pertinente do que a do gato, animal doméstico e que, segundo aqueles que assim o definem, indicaria a ligação da deusa com os ritos e afazeres domésticos.

445

A gestualidade e o semblante terrível da Deusa a aproximam muito mais de uma *pótnia thêron*, Senhora das Feras, do que de uma “vestal” cretense. Assim como Afrodite e Ártemis, a Deusa com felino se inscreve entre as *pótnias* que se comprazem com a companhia das feras e, se o felino ali representado é de estatura pequena, é bom lembrar que as Senhoras sempre foram representadas em tamanho muito maior que seus consortes, assim como a Terra parece maior que o Sol aos olhos dos homens.

O DESENHO DA TEIA

Não só o touro e o *labrys* dominam Creta: a espiral e sua contrapartida arquetônica, o labirinto, assumem nos palácios, vasos, adornos, moedas e demais manifestações artísticas um papel importante, conjugando a beleza do traço e do movimento com a força da presença da Deusa. Mais que simples decoração, a espiral é a epifania da Grande Deusa Mãe.

446

Representada ora pela espiral, ora por dois círculos concêntricos, como se viu na coroa da Deusa com felino, ora pela rosácea ou pela flor de lis – ela conota o ciclo da vida, sua evolução. De seu nascimento, ou aparição num ponto original, central, até seu prolongamento em movimento infinito observa-se a protofiguratividade do centro seguido de um ou mais contornos, como a encontrada nos dois círculos concêntricos, ou na rosácea, ela também um centro seguido de um ou dois círculos, borda das corolas. Na flor de lis sua presença é perceptível nas pétalas terminadas em caracol, ou espiral. Forma recorrente que pode ser ainda encontrada nos braços dos polvos pintados sobre os vasos, ou no pingente das abelhas encontrado em Mália.

A presença da espiral marca também o disco de Festos e a escrita indecifrável dos cretenses. No disco, o centro é ocupado pela rosácea – espiral em espiral, que remonta a uma origem distante, tendo como princípio o

embrião/novelo/Sol, filho–amante, gerado pela Deusa Mãe em seu útero/gruta/labirinto. Inscritos um sobre o outro, confundindo o masculino com o feminino, é na união dessas duas espirais, rosácea e espiral/disco, que se descreve o mundo cretense.

A TEIA, O FUSO E O LABIRINTO

O fio, como o novelo, a espiral e o círculo, compartilha do motivo da fecundidade/fertilidade/continuidade da vida. A correlação estabelecida entre o fio/novelo e a vida é anterior mesmo ao ato de fiar e tecer; ela encontra sua origem na teia e sua senhora, a aranha. Fiando seu mundo a partir de si mesma, a aranha e seu fazer são a prefiguração de uma das divindades mais antigas: as fiandeiras. Elas alimentam a inesgotável compreensão do desenrolar de toda a existência, enquadrada pelo nascimento e pela morte.

Somente à mulher caberia essa função, ela que cria o feto em seu ventre, como o novelo preso à roca por um fio, pacientemente formado; ao nascer, ainda ligado ao útero pelo fio/cordão umbilical, deve ser desligado/cortado para que possa ganhar sua existência. Diante dessa imagem pouco há a ser discutido sobre o mito das Moiras e outras fiandeiras.

As deusa tecem.... vidas.... expedientes: amorosos, políticos, guerreiros, propícios ou maléficis – todas possuem entre seus epítetos o de “tecelã de ardis”, como Afrodite; ou a

de “roca ou fuso de ouro”, como Ártemis e Atena. Virgens, amantes ou esposas, elas tecem... a vida da humanidade.⁹

O fuso, utensílio–instrumento da fiandeira, foi o primeiro a simbolizar a lei do eterno retorno. Segundo Platão, o fuso da necessidade regula o conjunto cósmico, autonomiza a balança da vida e da morte [...] as Moiras fundam o mundo feminino, na medida em que ele é representação da periodicidade, da renovação, da transformação, da ruptura e do nascimento. (Brumel 1998:375)

O ciclo – movimento uniforme e rotativo – é então o gesto de ligação entre as fiandeiras, a Deusa Mãe e a espiral/novelo. A fertilidade e a fecundidade encarnadas no corpo da fiandeira têm sua origem no sexo da renovação da vida e da instauração da imortalidade, transcendente a toda destruição – como os ciclos da natureza e a sucessão das gerações: a jovem ninfa se tornará mãe e engendrará uma nova *koré*, como Deméter e Perséfone, Pasífae e Ariadne – no rapto e violação da filha está prefigurado o drama da mãe.

O labirinto, como o novelo, partilha a simbologia da teia; ele é um entrelaçar de caminhos; “combinando o motivo da

⁹ A iconografia da deusa tendo nas mãos o fuso ou a roca é bastante difundida também no Oriente. A roca aparece nas mãos de Istar, da grande deusa hitita, da deusa assíria Atargatis e de uma divindade cipriota primitiva, assim como nas mãos da Deusa de Éfeso e na Deusa com fuso encontrada em Tróia, datando de aproximadamente 2.000 e 1.500 a.C.. Todas elas são divindades ligadas à Lua e às serpentes e têm função fertilizante/fecundante comum nos mitos (Eliade 1981:194).

espiral e da trança, representa o infinito sob os dois aspectos de que ele se reveste na imaginação do homem: isto é, o infinito eternamente em mutação da espiral e o infinito do eterno retorno figurado na trança” (Chevalier & Gheerbrant 1989:532). Atingir o centro é encontrar a origem da vida, ligar-se novamente à Terra Mãe; sair do labirinto, em contrapartida, é renascer, daí seu uso iniciático em diversas culturas e religiões.

Sua origem remonta às cavernas e grutas pré-históricas, de intrincados acessos e corredores sinuosos. A caverna, no monte Ida, em Creta, na qual Minos se encontrava com Zeus a cada nove anos, seria o mais temível e intrincado labirinto, do qual Dédalo tirou o “modelo” para sua construção. Etimologicamente, *labýrinthos* “labirinto” é a casa do *labrys*.¹⁰ É no centro da teia/labirinto da Deusa Mãe que se encontra seu consorte. Como o Sol, que se esconde (morre) nas entranhas da terra para renascer a cada manhã, o Touro/*labrys* é representado no interior do labirinto.

449

O FIO DE ARIADNE

*Arruinei a roca, o risco, o fuso,
doce mãe, no tumultuoso amor por um
menino que me urdiu a esguia Afrodita.*
(Safo, 1987:102)

¹⁰ Brandão 1990, verbetes *Minos* e *Minotauro*.

Creta tem sua origem ligada à paixão e ao touro. Esses dois elementos, somados à figura feminina da Deusa Mãe e suas representantes, constituem o elo da sucessão mítica cretense. Alternando-se, substitui à mãe a filha, e um touro a outro, num movimento contínuo e cíclico, como o da espiral – o universo labiríntico de Creta desenha-se múltiplo, embora uno.

O TOURO DO IDA

450

Zeus nasce em Creta. É no Ida, buscando refúgio, que Réia dá a luz ao futuro senhor do Olimpo. O pequeno Zeus é protegido por Gaia, que o esconde num antro profundo e inacessível; amamentado pela ninfa Amaltéia, o pequeno deus tem por companhia os curetes – demônios guerreiros e barulhentos, que com sua dança armada abafam o choro do divino infante. É esse Zeus jovem e imberbe que reinará sobre Creta, e ao qual são dados os epítetos de *ómbrios*, *hyétios* (chuvoso), *úrios* (que envia ventos favoráveis), *astrapaîos* (que lança raios), *brontaîos* (que troveja) – e é também aquele que se manifesta, o visível, o claro, o brilhante – qualificativos que o ligam diretamente ao raio e à chuva, mas também ao Sol. Zeus é, antes de mais nada, um deus da fertilidade – aquele que fecunda a Terra-Mãe com seu sêmen/chuva e faz o grão germinar com seu valor. Devido à sua ligação com a terra, da qual surgiu e a qual fecunda, ele é

também *khthónios*; filho e amante, Zeus se une a diversas divindades ctônicas, como Europa, Sêmele, Deméter e outras, reafirmando assim sua hierogamia com a Deusa Mãe e assumindo seu lugar de consorte, representado pelo touro, animal ao qual está intimamente associado, ou pela serpente: *Zeus Meilichios*, *Ktesios* ou *Phlios*, epítetos que se juntam à representação de um Zeus em forma de serpente, o deus das tempestades. Novamente o touro, a serpente e o raio aparecem imbricados, confundidos na imagem do consorte da Deusa Mãe, como na Deusa do nó de Cnossos (Verbruggen 1981:127-154 *passim*).

Zeus aparece ainda em Creta como *brontaios*, deus da tempestade, do raio e da chuva; *epirnytiós*, que reina sobre o mundo vegetal, atestando sua ligação com a fertilidade da vegetação, como mostram outros epítetos a ele ligados: *endendros*, *epikarpios*, *karpophoros* e *karpodotes*. O nome *welchanos* é encontrado igualmente em Creta, deus da chuva, do raio e protetor da vegetação, tido como um Zeus arcaico ou ligado a Hefesto e/ou Ares, e ao qual se associa o galo.¹¹ Como no mito de Ares, Afrodite e Hefesto: o senhor do fogo/raio – Ares – liga-se ao animal, enquanto Hefesto, igualmente senhor do fogo, é o Deus dos nós; ambos, amante e marido, de uma Senhora cuja marca primeira é a sedução, o cinto onde se encontram todos os encantos e o sexo –

¹¹ Cf. Verbruggen 1981:143-144.

referências que se aproximam sobremaneira do universo cretense da Deusa das Serpentes e seu consorte.

É nessa perspectiva de consorte viril e pujante que Zeus é representado em Creta como efebo. O jovem deus dos mistérios do monte Ida, o Zeus ctônico, nasce, tem seus primeiros ritos iniciáticos e morre, assim como os demais amantes/consortes da Deusa Mãe – epifania vegetal e taurimórfica que tem sua continuidade no mito de Dioniso Zagreus.

O Zeus cretense é um deus pré-helênico; segundo Verbruggen (1981:21-26), ele assume em Creta o papel de Átis, o amante frígio de Réia–Cibebe. Nilsson, Farnell, Bethe e outros confirmam essa idéia – o Zeus cretense é um deus–touro, deus da vegetação e seu culto tem um caráter orgiástico, com características ctônicas e funerárias. Sua relação com os curetes e seu esconderijo nas entranhas da terra é evidência de uma iniciação guerreira, com a morte e renascimento do jovem Zeus que se une à Deusa Mãe – prefigurada na união do Touro/Zeus com Europa.

As cerimônias do Ida, nas quais o centro do culto é ocupado por um *Zeus Idaios*, confirmam sua divindade ctônica. Representadas em escudos e outros objetos votivos encontrados junto à entrada da gruta, próximos de um altar retangular talhado na rocha, essas peças mostram uma deusa nua cercada de dois *sphinx* ou leões, ou o deus com os pés sobre o couro de um touro e erguendo um leão acima da

cabeça (Verbruggen 1981:71-73). A figurativização do Deus sobre o couro do touro e elevando o leão conota o sacrifício do touro na “estação” do leão, no qual o agente é o deus; elo entre touro e leão, ele é a imagem do Senhor que vence a ambos, o Senhor dos animais.

“Oito metros acima do altar, há uma gruta superior que conduz a uma pequena sala que contém estalactites em forma de falo e um pequeno montículo que faz pensar num trono”, na descrição de Verbruggen (1981:75), que mostra claramente a representação de uma hierogamia – a gruta/sexo/útero da Deusa invadida pelo falo/estalactite do macho. Até 700 a.C. era venerado nessa gruta do Ida um deus, senhor do raio. Ele era cercado de símbolos de soberania (águia, touro, leão) e acompanhado de servidores. Na mesma gruta era venerada uma divindade feminina. Seu culto comportava oferendas para queimar, danças circulares, o jogo dos címbalos, oferendas de estatuetas, de vasos e sobretudo de armas. Certas oferendas indicam a presença de homens e outras de mulheres (Verbruggen 1981:78-79).

Segundo autores antigos, os curetes e as ninfas existiam antes do nascimento de Zeus; derivam dos dáctilos, anteriores aos curetes, e eram a princípio servidores de uma divindade feminina.

Resquícios desse tipo, somados a cerimônias de períodos posteriores, relatadas por diversos comentadores antigos, ainda realizadas nas grutas do Ida e que conjugavam

a iniciação masculina e guerreira com a iniciação das jovens cretenses, culminando com seu casamento,¹² assim como o ocorrido entre Zeus e suas nutrizas, demonstram, pela continuidade e auto-referência, o caráter cônico, guerreiro e orgiástico presente no culto de Zeus e de sua Senhora no monte Ida, culto ligado à fecundidade/fertilidade da terra e seus habitantes.¹³

O TOURO DO MAR

454

Ao raptar Europa, jovem e bela princesa fenícia, filha de Agenor e descendente, por sua parte, do próprio Zeus e de Posidão, Zeus assume a forma de um magnífico touro branco, com chifres semelhantes à Lua crescente. Sob essa forma ajoelha-se aos pés de Europa, deixa-se acariciar por ela e montar. Ao tê-la sobre o dorso, lança-se velozmente ao mar, chegando a Creta, onde se une à jovem ao pé de uma fonte em Górtina,¹⁴ sob alguns plátanos que, em memória dessa união, conservam o privilégio de jamais perderem as folhas. Dessa união nascem três filhos: Minos, Radamanto e

¹² Esses ritos ocorriam a intervalos regulares, em períodos de 8 ou 9 anos, sempre na estação de Sírius, ou Canícula, quando o touro solar abrasava a terra-fêmea (Verbruggen 1981:71-99; Triomphe 1989:173-178).

¹³ Cf. Verbruggen 1981; Triomphe 1989; Nilsson 1950; Picard 1948 e outros.

¹⁴ Europa está associada à deusa cretense de Górtina, *Hellôtis*, esposa do deus Welchanos, confundido com Zeus ou Apolo. O casal reaparece em Maratona e Corinto, sendo a deusa identificada à virgem Atena (Triomphe 1989:179).

Sarpédon. Europa casa-se posteriormente com Astérion, rei de Creta, que adota os filhos de Zeus.¹⁵

Nesse mito de origem da dinastia cretense observam-se vários elementos recorrentes do mito da Deusa Mãe e que se repetirão no de Minos e Ariadne. A começar pelo touro branco com chifres semelhantes à Lua crescente. Como foi visto anteriormente, Zeus assume desde seu nascimento as insígnias de um deus urânico e solar, astro brilhante, representado pelo touro.¹⁶ Zeus será sucedido no leito de Europa por Astérion, nome que tem sua origem em “estrela”, *hastérios*, podendo ainda significar “aranha”, “planta” ou “astro” (Magnien). Como Zeus, Astérion apresenta-se sob o signo urânico e brilhante.

A união do deus com Europa é fecunda, prova disso são os três filhos, mas essa união é também fonte de vida e continuidade para a natureza – a referência aos plátanos, sempre verdes, que não perdem suas folhas, não morrem, portanto, revela o poder dessa hierogamia. A presença da fonte é outro indício; em quase sua totalidade, os mitos mostram as uniões/violações míticas ocorrendo junto a fontes, lagos e outros mananciais. Característica que será assumida posteriormente nos rituais iniciáticos, propiciatórios e outros,

¹⁵ Cf. Brandão 1993; Souza 1973; Jeanmaire 1939; Dumézil 1924; Picard 1948; Verbruggen 1981; Davembez 1966; Guimarães 1995.

¹⁶ Confirmando seu valor astral, o touro cuja forma foi assumida por Zeus transforma-se em constelação, que é colocada no céu. Essa constelação é a que desaparece com o surgimento de Órion, em junho-julho, Canícula, e, segundo Triomphe (1989:168), é sacrificada com o *labrys* portado pelo gigante.

todos conjugam a água, ou o úmido (feminino), com o fogo (masculino).¹⁷

Já Europa, na etimologia fenícia, designa a *Sombra*, ou a Lua Nova (Triomphe 1989:184). Assim como Réia ou Gaia, ela é a Senhora que habita o mundo ctônico, é a negra, como Afrodite *Melainis*, associada ao reino de Hades e semelhante a Perséfone – ela é a escuridão da terra, o vazio profundo e perigoso, a terra úmida. Como Lua Nova, ela é a Lua que vai habitar as regiões infernais. Em ambos os casos, Europa figurativiza a Senhora ctônica, a grande Deusa Mãe ligada à Lua e seus ciclos, terrível e benéfica, como a Vênus de Laussel.

DA SATISFAÇÃO DOS DESEJOS...

Após a morte de Astérion, Minos disputa com os irmãos o trono cretense. O futuro soberano alega que, de direito e de fato, Creta lhe pertence por vontade dos deuses e, para prová-lo, declara que os deuses lhe concederiam tudo o que desejasse. Ao fazer um sacrifício a Posidão, solicita ao deus que faça sair um touro do mar, comprometendo-se a imolar o animal logo em seguida em sua honra. Posidão atende o pedido, o que lhe vale o poder supremo, sem mais contestação por parte dos irmãos. No entanto, Minos, impressionado com a beleza do animal, não o sacrifica e o

¹⁷ Cf. MARQUETTI, 2001 a relação ninfa-água no cap. 1 e nota 125.

envia para junto de seu rebanho, desejando conservar-lhe a raça. Minos casa-se com Pasífae, filha do deus–Sol Hélios e de Perseis, e com ela tem vários filhos, dentre eles, Glauco, Androgeu, Ariadne e Fedra. Para punir Minos do perjúrio, Posidão alia-se a Afrodite, fazendo nascer em Pasífae uma paixão irresistível pelo touro.¹⁸ Auxiliada por Dédalo, Pasífae consuma seu desejo. Dessa união funesta nasce o Minotauro, também chamado Astérion, monstro com corpo de homem e cabeça de touro. Buscando esconder o filho bastardo, Minos faz Dédalo construir, no palácio de Cnossos, o labirinto. Ali encerra o Minotauro, o qual alimenta com vítimas humanas.¹⁹

A atmosfera que cerca a personagem de Minos e as aventuras de Pasífae e do Minotauro traduzem uma estrutura reincidente: a do consorte, ligado ao touro, que se une à deusa. Minos, filho de Zeus–touro, tem seu poder assegurado igualmente pelo touro, epifania de Posidão, que no universo cretense é um símile de Zeus. Minos é, portanto, também um touro – consorte viril que cobre inúmeras amantes (ninfas ligadas à terra como Prócris, que o livra das serpentes de Pasífae, ou Britomártis, a *doce virgem*, nome dado à Ártemis cretense) e tem por esposa Pasífae, a *que ilumina a todos* –

457

¹⁸ A paixão de Pasífae pelo touro é atribuída ora a Posidão somente, ora a ele e a Afrodite, que vinga na filha de Hélios a indiscrição do pai que havia contado a Hefesto sobre os amores clandestinos da deusa com Ares. Posidão em sua ira enfurece o touro, que mais tarde é morto por Hércules ou Teseu (Brandão 1993).

¹⁹ Cf. Brandão 1993; Guimarães 1995; Davembez 1966; Grimal 1993; Plutarco 1991:28-36.

filha do Sol²⁰ – ela é a personificação da Lua Cheia. Da união do Touro/Sol – Minos com a Lua/Pasífae nasce Ariadne, *a muito bela, ou a casta, a pura, a luminosa, a muito sagrada e/ou honrada*.²¹ Ariadne, como Pasífae, é filha do touro/Sol e da Senhora cretense e seguirá um destino idêntico ao dela.

Os valores ctônicos estão figurativizados, em Pasífae, em seu poder de maga; ela é irmã de Circe e, como ela, conhecedora de todas as ervas; no domínio das serpentes, animais que faz nascer do corpo de seu esposo quando ele se une a outras amantes – só a ela as serpentes poupam da morte; além de sua ligação com a Lua.

Ao unir-se ao touro de Posidão, Pasífae gera o Minotauro que, por sua vez, é um avatar da Lua, cujo crescente se assemelha aos cornos do touro. Ao ser denominado Astérion, “estrela”, mas também “aranha”, vê-se confirmar um ciclo não só estelar, retorno de Sírios, mas também figurativo, pois o novo Astérion–aranha–touro ocupa o centro da teia–labirinto. Chantraine afirma que o Minotauro é etimologicamente *o Homem–Touro*. Filho da Deusa Mãe e de seu consorte, o Minotauro é o sucessor de Minos nessa dinastia taurimórfica – uma vez que Teseu terá de matá-lo para poder se unir a Ariadne, a nova Senhora de Cnossos.

²⁰ Astro ligado ao touro, como mostra seu enorme rebanho de bois, animais de brancura imaculada e cornos de ouro, que os companheiros de Ulisses ousam comer (*Odisséia* XII, 260-402).

²¹ Seu nome revela atributos que mais tarde serão conferidos a Afrodite e Ártemis.

O MATADOR DE TOUROS

Após encarcerar o Minotauro no labirinto, Minos lhe oferece como repasto os jovens enviados a ele por Egeu, tributo que o rei de Atenas tem de pagar devido ao assassinato de Androgeu, filho de Minos, ocorrido durante os jogos de Atenas.²² A cada sete, ou nove anos, as versões variam, Egeu envia a Minos sete rapazes e sete moças. Ao chegar a época do terceiro tributo a pagar, Teseu²³ se oferece como uma das vítimas. Embora Egeu se oponha, Teseu parte com os jovens. O rei dá ao piloto da embarcação duas velas, uma negra para a partida e outra branca (ou púrpura, cor das flores do carvalho²⁴) para a volta, que haveria de servir para noticiar a salvação dos passageiros. Teseu parte para Creta, mas antes vai a Delfos orar ao deus, que lhe ordena que tome Afrodite como guia e companheira de viagem. Ao chegar em

459

²² Androgeu, após vencer os jogos, é enviado por Egeu para lutar contra o touro de Maratona, quando falece. Alguns mitógrafos dizem ser esse touro o mesmo que saiu das águas a pedido de Minos.

²³ Teseu é dado como filho de Posidão e/ou de Egeu. Etra, sua mãe, ter-se-ia unido a ambos no mesmo dia. Egeu é descendente de Hefesto, deus do fogo, e de Gaia /Atena. Hefesto tenta violar Atena, mas ela escapa a ele; no entanto, o sêmen do deus cai sobre Gaia (a terra), que gera Erictrônio, ancestral de Egeu. Teseu é descendente, portanto, de um deus do fogo com uma Deusa Mãe. Deve-se observar ainda que Hefesto, após ser lançado do Olimpo por Zeus, viveu nove anos numa caverna, onde aprendeu a trabalhar os metais. Foi esposo de Afrodite, que o traiu com Ares – outro senhor do fogo.

²⁴ A púrpura ou vermelho-escuro é a cor da realeza, mas aqui é também indício do esperado renascimento de Teseu; banhado no sangue escuro da mãe ao nascer, Teseu deveria regressar do centro da terra, envolto por velas (que possuem estreita correlação com os véus e, portanto, com o hímen-sexo) rubras – signo do iniciado.

Creta, Ariadne, filha de Minos e Pasífae, é tomada de um violento amor pelo jovem e lhe entrega o novelo (ou coroa luminosa)²⁵ para que possa sair do labirinto; a única condição imposta pela jovem é que Teseu a leve consigo quando deixar a ilha. Teseu, munido da espada e do novelo, entra no labirinto e mata o Minotauro, retornando a Atenas com os companheiros e Ariadne. Devido a uma tempestade, Teseu é atirado às costas de Chipre (ou Naxos) onde abandona Ariadne,²⁶ que mais tarde é encontrada por Dioniso; enamorado da bela Ariadne, o deus do vinho se une a ela. Teseu aporta em Delos e, depois de sacrificar a Apolo e consagrar a estátua de Afrodite que Ariadne lhe havia dado, executa com os jovens um coro de danças cujas figuras imitam as curvas e os ângulos do labirinto, num ritmo de movimentos alternantes e circulares. Teseu a executa em redor do *Cerato*, altar feito de chifres (*keráton*). Esquecido de mudar as velas, o piloto aproxima-se de Atenas com as velas negras. Egeu, acreditando na morte do filho, atira-se ao mar.

²⁵ Existem duas versões sobre o objeto ofertado a Teseu por Ariadne. O mais corrente é o novelo; o outro, uma coroa luminosa dada a Ariadne por Dioniso ou Afrodite. Tanto o novelo quanto a coroa se inserem no rol figurativo do círculo/espiral e demais semas vistos para o sexo. O novelo remete ao feto/cordão umbilical, mas também à Lua e seus raios/fios de luz, imagem contida na coroa. Ariadne, como Pasífae, é a Lua cercada por uma coroa de luz que guia o homem na escuridão da noite. Como símile do sexo, é graças à paixão inspirada por Afrodite que Ariadne se oferece a Teseu, auxiliando-o.

²⁶ Há várias versões sobre o abandono de Ariadne por Teseu. Numa delas, a jovem está grávida e desce à Terra, enquanto Teseu fica a bordo e é levado para longe pela tempestade; em outra, o jovem a abandona por estar apaixonado por outra mulher. Em ambas, Afrodite tem uma parcela de responsabilidade.

Teseu empreende ainda várias expedições. Numa delas, une-se a Antíope, uma das Amazonas, com quem tem Hipólito. Mais tarde, regressa a Creta e rapta/desposa Fedra, irmã de Ariadne.²⁷

O mito de Teseu recupera inúmeros elementos ligados à Deusa Mãe e sua hierogamia com o touro, bem como os ritos propiciatórios e iniciáticos ligados ao Ida.

Teseu é filho de Egeu e/ou Posidão, congregando dessa forma o fogo de Hefesto com o mar/touro de Posidão. Embora o senhor dos mares seja, geralmente, associado ao cavalo, em Creta e no mito de Minos/Teseu ele se faz representar pelo touro. Assim sendo, Teseu é fruto da união de deus urânico com a Deusa Mãe, equivalendo-se a Minos. Mas essa identidade não se restringe apenas à origem de ambos: Teseu, como Minos, é o símbolo do iniciado – juntamente com mais treze jovens, ele é encerrado no labirinto (símile da gruta do Ida onde Minos, a cada sete ou nove anos, vai se encontrar/enfrentar Zeus–Touro para relatar seu governo, só retornando ao mundo com o consentimento do deus), enfrenta o Minotauro, sofrendo uma morte ritual antes de se unir a uma esposa real e divina, Ariadne; duplo de Pasífae, ela é a luminosa, a luz da Lua, a ninfa/*koré* que se entregará ao touro/deus numa hierogamia semelhante à de Europa e Zeus. E, como Pasífae, deixará esse touro por

461

²⁷ Cf. Plutarco 1991:17-51; Brandão 1993 verbetes *Ariadne*, *Minos*, *Minotauro*, *Pasífae* e *Teseu*.

outro, Dioniso – deus taurimórfico e ligado à vegetação, o que lhe custará a vida, sendo substituída por uma nova *koré*, Fedra.

Retomando a epifania de Zeus, a morte do *kouros* divino na gruta tem, como a morte/desaparecimento mística do iniciado, seu modelo na morte anual da vegetação, seguida de uma ressurreição primaveril promovida pela divindade feminina (Triomphe 1989:181). Teseu, morto/desaparecido no labirinto/gruta, renasce pelas mãos de Ariadne – o novelo é o cordão umbilical, fio mágico, que traz Teseu à vida – como os demais consortes, ele é filho e amante de Ariadne. Seu (re)nascimento é fruto da união do Sol/touro com a terra – é o sangue do Minotauro, imolado por Teseu, derramado no labirinto/gruta/útero da Terra que promove a renovação e o surgimento de um novo ciclo, agora mantido por Teseu e Ariadne.

As sucessões dos consortes da Deusa Mãe ocorrem a intervalos regulares; eles são provados de maneira a demonstrar sua força, coragem e virilidade; se fracassam, são substituídos por um mais jovem e, eventualmente, imolados como tributo à deusa. O novo Senhor se unirá então a uma nova Senhora, revigorada pelo sangue, pronta a receber o sêmen. Ariadne sucede a Pasífae, como ela sucedeu a Europa – todas são a mesma e única Deusa – Mãe – Terra.

O abandono de Ariadne por Teseu parece confuso em suas muitas versões, mas, se visto dentro do arcabouço

narrativo estabelecido para a Deusa Mãe e seu consorte, é bastante claro e coerente. Ariadne, mais que uma personagem apaixonada, é a figurativização da *koré*, da virgem, como Perséfone, Ártemis ou da Afrodite que se une a Anquises no *Hino a Afrodite I*. Todas guardam a figuratividade da fruta madura pronta para ser colhida – plenas de sementes, elas precisam ter suas cascas rompidas, suas cinturas desnudadas, seus cintos desprendidos, seus véus levantados pelo Sol/touro para que as sementes se espalhem sobre a terra fecunda, gerando novos frutos para a nova estação primaveril. Sob esse aspecto, Ariadne equivale à Deusa do nó de Cnossos – *koré* benéfica, que oferece a continuidade da vida, serpente/novelo. Mas, após ser fecundada, a *koré* desaparece, deixa de existir, e Ariadne assume seu aspecto de *pótnia* – *Senhora das Feras* ligada ao leão solar²⁸ (Dioniso), sucessor do touro, sendo substituída por outra *koré*, Fedra. Como Pasífae, ela brande as serpentes/abelhas da ira e as faz nascer de seu consorte – é a visão terrificante da Deusa com felino.

463

Dioniso é o *filho do Céu*, nascido duas vezes; ele é primeiro filho de Zeus e Perséfone. Zeus assume a forma de uma serpente para se unir à *koré* ctônica. Perseguido por Hera, o jovem deus é entregue aos cuidados dos curetes e

²⁸ Como Zeus, Dioniso assume valores uranianos e ctônicos, pois Ariadne é encontrada e amada pelo deus quando dormia num campo cheio de narcisos. O sono/torpor causado pelo perfume dos narcisos é comparado à morte; assim, Ariadne é um duplo de Perséfone, a *koré* raptada por Hades enquanto colhia um belo narciso, e Dioniso de Hades, deus ctônico.

Apolo, mas Hera o encontra e envia os Titãs para que o devorem. “Morto”, desmembrado e cozido, só resta o coração do deus, que Atena rouba aos Titãs a mando de Zeus, que o devora ou o dá a Sêmele, antes de se unir à jovem. Sêmele, avatar da Grande Mãe, é a terra, grávida do deus é fulminada por Zeus (senhor do raio) ao desejar vê-lo em todo o seu esplendor. Dioniso, retirado do ventre de Sêmele, é colocado na coxa de Zeus, que termina sua gestação.²⁹ Ao (re)nascer é confiado às ninfas e aos sátiros, sob a forma de bode. Entre as vinhas, na sombria gruta de Nisa, Dioniso cria o vinho.

Como Zeus/Minos/Teseu, Dioniso é filho da Terra – Deusa Mãe fecundada pela serpente/touro/raio. Após sua morte ritual, renasce, conjugando o úmido e o ígneo. O deus apresenta-se então sob a forma de touro, de bode e, às vezes, de um felino (pantera, leopardo ou leão). Deus das orgias e do êxtase, ele é para os cretenses Zagreus, o Senhor das Feras, confundindo-se com Zeus, associado às abelhas, às serpentes e às danças vertiginosas ao som dos címbalos.

Ao tornar Ariadne esposa de Dioniso, o mito recupera os valores astrais e perpétuos dos ciclos da natureza. Se Dioniso é o novo Zeus–touro, Ariadne é a deusa cretense, a terra. Instalados no céu, com a constelação da coroa, o par divino celebra a cada ano a renovação da natureza, servindo de modelo e estabelecendo uma seqüência ritual, na qual

²⁹ A coxa de Zeus possui aqui uma equivalência com o útero/ventre das Vênus, como o triângulo formado pelas coxas dessas deusas.

vida, sedução e morte equivalem a mais uma volta da elipse do tempo – nova, diferente, porém idêntica à anterior.

Não é sem motivo que Teseu retorna a Atenas na época da colheita: ele, que, matando o touro na casa do *labrys*, nada mais fez que prolongar a longa aventura taurina que teve seu prosseguimento com o nascimento do Minotauro, é o agente que irá traduzir o mito em estruturas religiosas e sociais mais concretas. Ele é o iniciado que, sob os auspícios de Afrodite, Senhora do sexo e da fertilidade, retorna à vida e ensina/representa, através da dança (símile do ato sexual), os perigosos caminhos que levam ao centro do labirinto – ao ventre da Deusa. Novamente Teseu e o Minotauro se fundem: ao recriar o labirinto através da dança, Teseu assume o lugar do homem–touro–aranha, ocupando o centro da teia–labirinto por ele tecido. A dança executada por Teseu segue o movimento chamado *gêranos*: associado ao grou (ave pernalta), é dançado por várias pessoas, uma atrás da outra em fila e numa única fila.

[...] a dança do grou imita ora a saída do labirinto, ora a entrada na morada do Minotauro. E nas descrições dos antiquários o movimento é especificado por dois aspectos. De um lado, suas figuras maiores são a paralaxe e a espiral (parállaxis e anêlixis), combinando num traçado helicoidal os movimentos alternados da esquerda para a direita. De outro, o movimento é conduzido

por dois guias, cada um ocupando uma extremidade. Os dançarinos se alinham numa fila contínua, porém provida de dois guias, como uma fila cujo cerra-fila se metamorfoseasse em guia, num ponto e num tempo do percurso. (Detienne 1991:18)³⁰

O TOURO ENREDADO

466

Na continuação do mito de Teseu, ocorrem novas uniões com as *kórai*: com Antíope, a Amazona, que, como as ninfas abelhas do cortejo de Ártemis/ Ariadne/ Afrodite, nutrizes de Zeus, entrega-se ao touro para gerar um novo filho/amante – Hipólito, o sucessor de Teseu; e com Fedra, a nova Senhora, que deseja um novo consorte, pois Teseu, já velho, deve ser substituído, mas Hipólito recusa-se a cultuar Afrodite e a se unir a Fedra. Caluniado por ela, Hipólito é morto pelo touro que Posidão faz surgir do mar a pedido de Teseu. Incapaz de controlar seu carro, “*preso nas rédeas, Hipólito, é arrastado num laço inextricável, esmagando a*

³⁰ A referência ao grou complica e muitas vezes oculta a pertinência dessas figuras de dança para descrever o percurso do labirinto. Para uns, a Donzela na dança da primavera descobria um antigo rito agrário, relacionado com um percurso lustral alheio às aventuras de Teseu (a dança ao longo do altar seria um rito banal de natureza lustral aproximado por contra-senso de um antigo rito agrário de primavera sob o signo da ave grou, segundo Roux, citado por Detienne); para outros, seu nome evoca um detalhe singular da dança: *a forma triangular da evolução* (1991:18). Tratando-se de uma dança ligada ao labirinto e, portanto, à elipse e ao sexo feminino, a forma triangular da evolução retoma o delta púbico.

*cabeça nos penhascos e lacerando as carnes*³¹ (Eurípides, *Hipólito*, 1236-1239).

Os versos de Eurípides narram o sacrifício desse jovem touro – enredado e preso por um nó que não se pode desatar, ele é arrastado por suas éguas, banhando a terra deserta com seu sangue; como Minotauro ou Dioniso seu sangue fecunda a terra.

A presença do *nó inviolável* que o liga, por meio das rédeas (correias, faixas ou cintos), às éguas recupera a figuratividade das deusas com suas cinturas guardadas pelo nó sagrado. Como o cavalo, as éguas ligam-se às trevas do mundo ctônico e às abissais profundezas do mar. Associados às deusas ctônicas, os eqüinos aparecem no mito de Deméter, representada na Arcádia com cabeça de cavalo, no das Eríneas e no das Harpias, demônios das tempestades, da devastação e da morte, representadas a um só tempo como mulheres, pássaros e éguas (Chevalier & Gheerbrant).

O sacrifício/morte de Hipólito, enredado nos laços/nó de Afrodite, junto ao mar, assume o mesmo motivo sêmi-narrativo e protofiguratividade dos demais deuses e heróis

³¹ O verbo *desmeýo* (atar, enlaçar), do qual deriva *desmós* “nó” possui a variação *désmios*, “que encanta, que enfeitiça”; pas. “encantado, enfeitiçado”. A derivação poética remete a uma aproximação entre enredar/prender/atrair e encantar/seduzir, correlação também presente no latim *seducere* “levar para o lado, atrair”; da mesma forma, o latim *fascinus* ou *fascinum* significa “quebranto, sortilégio, malefício” e pertence à mesma família etimológica de *fascia* “faixa, atadura”; o termo *fascínio*, “mau-olhado, quebranto, sortilégio” no português tem origem no verbo *fascinare* “encantar, enfeitiçar”, a mesma raiz dos sortilégios e nós (Brandão 1994:55).

ligados às Senhoras. Atados a elas, pelo nascimento e pelo sexo, eles oferecem seu sangue e/ou sêmen para fecundá-las, gerando um novo substituto. Como Minos foi substituído pelo touro de Posidão, Hipólito também o é. Minos é morto pelas filhas do rei Cócalo, na Sicília, num banho de pez fervente (o piche é um “líquido” oriundo das profundezas da terra), “cozido” como Dioniso pelos Titãs. Teseu, como Egeu, tem seu fim no mar, em Círos; todos perecem ligados à água, ao feminino, e a Afrodite e Posidão.

Atados à Deusa do amor erótico, pelo desejo ou pela violência/dor, os machos conjugam um percurso narrativo que leva de seu ocultamento numa gruta/caverna a um banho de sangue (seu ou de seu antecessor) e posterior união com a Senhora. Dioniso, oculto na caverna, renasce após “emascular/matar” a vinha (os grãos de uva possuem o mesmo conjunto sêmico visto para os testículos), e então unir-se a Ariadne ou outra *koré*. Zeus assume o poder após esconder-se no seio de Gaia e “matar” Cronos, que por sua vez também foi ocultado por Gaia em seu ventre para que emasculasse Urano. Motivo recorrente, o mais jovem assume seu direito de união com a Senhora ao verter o sangue de seu antecessor, seqüência encontrada nos rituais de Ártemis, quando o aspirante a sacerdote deve matar o anterior e colher o ramo de ouro da árvore sagrada, e na sucessão dos reis divinos, que não podem ter uma morte natural ou por doença, o que corromperia a terra, os homens, as plantações e

animais, inviabilizando a vida da comunidade. O sintoma particular que comumente selava a sentença de morte do rei é bastante significativo: quando ele já não podia satisfazer os desejos de suas numerosas mulheres – em outros termos, quando sua capacidade viril cessava, bem como a possibilidade de reprodução –, era o momento de morrer e ceder o lugar a um sucessor mais potente.³² Rituais sangrentos que perduraram até o período clássico, sendo abrandados depois (Frazer 1956:23-30, 312-332 *passim*), mas que revelam a permanência de uma estrutura cuja origem coincide com a do homem.

Assim como o cinto ou o nó, o touro branco, consorte da deusa e senhor do céu, tem sua imagem gravada desde as cavernas paleolíticas (o belo touro de Lascaux) até os relatos míticos dos amores de Europa e Pasífae e nos versos da tragédia. Fonte de vida e de morte, o touro e sua Senhora percorrem o imaginário humano desde seu nascimento, proposital ou não, inspiração das musas ou engenho e arte do poeta/artista. Impossível saber com certeza, mas é na arte e

469

³² Outro aspecto que precisa ser levado em consideração, segundo Silvia de Carvalho (1985:25) “é que, com a formação dos Estados Teocráticos, o rei-sacerdote ou o rei encarnação de deus é, antes de tudo, tido como um ‘ser que se sacrifica’, um mediador entre o seu povo e os deuses ou o mundo exterior, e esta mediação se consegue no esquema arcaico de representações, assumindo o rei um status de ‘vítima sacrificial’. Esse sacrifício, numa sociedade de linhagens, em que os mortos – os ancestrais – são os mediadores entre o mundo humano e o Cosmos (Natureza e Além) caracteriza-se como um rito que visa transformar o chefe num ancestral vivo e por isso rei sagrado ou encarnação de deus, pois a linha genealógica ascendente leva naturalmente ao herói civilizador, que é, em última instância o deus criador dos homens e do mundo humanizado.”

pela arte que esses traços se perpetuaram e evoluíram, se auto-referindo e transformando. A Natureza e a arte aparecem como reflexos uma da outra, deixando ao homem/Teseu o papel de espelho, superfície polida em que se projetam.

Dessa forma, os laços e adornos que enfeitam o corpo das deusas enredam o macho e o prendem ao desejo. Brilhantes e sedutores, delicados e transparentes, eles capturam o olhar, arrastando sua presa para o centro de uma teia. Atados a essa imagem fascinante, os consortes deixam-se morrer no gozo do prazer. A “femme fatale”, Deusa Mãe, Afrodite, instalada no centro de sua teia, move-se entre o brilho e a sombra – seu corpo é o centro, está sempre no centro, ocupando o mundo que o engloba – a experiência de transformações inesperadas e maravilhosas (nesse corpo feminino) deixa no homem uma impressão intensa, êxtase perigoso, fronteira da sedução que se dá no encontro da representação do véu/cinto com a representação da carne.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRANDÃO, Junito de Souza. **Mitologia Grega I**. Petrópolis: Vozes, 1993.

_____. **Mitologia Grega II**. Petrópolis: Vozes, 1994.

BRUMEL, Pierre (org.). **Dicionário de mitos literários**. Rio de Janeiro: José Olympio ed., 1998.

471

CARVALHO, Sílvia Maria Schmuziger. O mito de Édipo: uma análise antropológica. In: BRANDÃO, Jacyntho Lins (org.). **O enigma em Édipo Rei e outros estudos de teatro antigo**. Belo Horizonte: UFMG/CNPQ, 1985. p.19-41.

CHANTRAINE, Pierre. **Dictionnaire Étymologique de Langue Grecque**. Histoire des mots. Paris: Éditions Klincksieck, 1980.

CHEVALIER, Jean & GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos**. Coord. Carlos Sussekind. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

DAVEMBEZ, Pierre et al. **Dictionnaire de la civilization Grecque**. Paris: Fernand Hazan, 1966.

DETIENNE, Marcel. **A escrita de Orfeu**. Trad. Mario da Gama Kury. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

DUMEZIL, G. **Le festin d'immortalité**. Étude sur la mythologie comparée indo-européenne. Paris: Gallimard, 1924.

ELIADE, Mircea. **Traité d'histoire des religions**. Paris: Payot, 1949.

ELIADE, Mircea. **Tratado de historia de las religiones**. Morforlogia y dinámica de lo sagrado. Madrid: Cristiandad, 1981.

EURÍPEDES. **Hipólito**. Trad. Carlos Miralles. Barcelona: Bosch, 1977.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986

FRAZER, James George. **La rama dorada**. Magia y religion. México: Fondo de Cultura Económica, 1956.

GRIMAL, Pierre. **Dicionário da Mitologia Grega e Romana**. Trad. Victor Jabouille. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1993.

GUIMARÃES, Ruth. **Dicionário da mitologia grega**. São Paulo: Cultrix, 1995.

HOMÈRE. Hymnes à Aphodite. In: **Hymnes**. Trad. Jean Humbert. Paris: Les Belles Lettres, 1967. p.141-64.

HOMÈRE. **L'Odyssee**. Trad. P. Mazon. Paris: Les Belles Lettres, 1967.

473

HOOD, Sinclair. **Os minóicos**. Lisboa: Ed. Verbo, 1973.

JEANMAIRE, H. **Couroi et Courètes**. Essai sur l'éducation spartiate et sur les rites d'adolescence dans l'antiquité hellénique. Lille: L' Observateur, 1939.

MAGNIEN, Victor & LACROIX, Maurice. **Dictionnaire Grec-Française**. Paris: Belin, 1969.

MARQUETTI, Flávia R. **Da Sedução e outros perigos**. O mito da Deusa Mãe. Araraquara: UNESP, 2001. 289fls. Tese

(Doutorado em Estudos Literários) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, 2001.

NILSSON, Martin P. **The Minoan Mycenaean religion and its survival in greek religion**. Paris: Payot, 1950.

PAPAPOSTOLOU, J.A. **Crète**. Athenes: Éditions Clio , 1981.

PAZ, Octávio. Dama. In: **Libertad bajo palabra**. Obra poética (1935-1957). México: Letras Mexicanas e Fondo de Cultura Económica, 1995.

474

PICARD, Charles. **Les religions Préhelléniques**. Paris: Univesitaires de France, 1948.

PLUTARCO. Teseu. In: **Vidas paralelas**. Trad. Gilson Cardoso. São Paulo: PAUMAPE, 1991. V.1, p.17-51.

SAFO. **Safo**: tudo que restou. Trad. Alvaro Antunes. Minas Gerais: Interior Edições, 1987.

SOUZA, Eudoro. **Dioniso em Creta e outros ensaios**. Estudo de mitologia e filosofia da Grécia. São Paulo: Duas Cidades, 1973.

TREUIL, René et al. **Les civilisations égéennes du Néolithique et de l'Age du Bronze**. Paris: Universitaires de France, 1989.

TRIOMPHE, Robert. **Le lion, la vierge et le miel**. Paris: Les Belles Lettres, 1989.

VERBRUGGEN, H. **Le Zeus Crétois**. Paris: Les Belles Lettres, 1981.

BRITO, Eleonora Zicari Costa de. **Justiça e gênero**: uma história de menores em Brasília (1960-1990). Brasília: Editora Universidade de Brasília: Finatec, 2007.

Emerson Dionisio G. Oliveira

476

O livro de Eleonora Zicari Costa de Brito bem poderia chamar-se “Modos de produzir vítimas”, afinal vítimas, num imaginário generalizador, são seres passivos, indefesos e propensos a merecer cuidados, tutela, disciplina e vigilância. Tais adjetivos mencionados para qualificá-las possuem um endereço certo nessa pesquisa: crianças e adolescentes do sexo feminino. *Justiça e gênero* possui como tônica central o modo como a categoria “menor de idade”, em especial a “menor de idade”, fora lido pela Justiça de Menores no Distrito Federal entre 1960 e 1996 (embora o título estabeleça 1990, a autora nos traz dados atualizados até os meados da década seguinte). Uma leitura que mereceu a adoção de uma série de estratégias que refletem questões ligadas às relações de gênero, evidenciadas e criticadas pela autora.

No primeiro capítulo, Brito nos dá, de início, a contemporaneidade daquilo que será discutido nas páginas seguintes, ao citar um parecer do ministro do Supremo

Tribunal Federal Marco Aurélio de Mello sobre um caso de estupro, interpretado sob as luzes dos preconceitos e das desigualdades que matizam as relações de gênero. Ano? 1996. Para os estudiosos da área, nenhuma novidade, mas lembremos que o livro mira também os especialistas em Direito, que podem estar convictos (ou dissimulam uma convicção) sobre uma certa imparcialidade da lei, senão, pior, da sua aplicação.

O trabalho inscreve-se no grupo de estudos de gênero que possui como ambição desnaturalizar as relações entre homens e mulheres, mostrando-as como construções sociais, históricas e culturais. Tal ambição amplia-se na medida em que seu estudo segue para além daquilo que definimos como masculino e feminino, chegando a questionar outro campo de jogos ideológicos e de interesses de apagamento: a infância (e seu prolongamento incerto, a juventude).

477

Antes de analisar os casos indicados nos arquivos do antigo Juizado de Menores de Brasília, a partir do estudo de cinco mil processos de um universo de cerca de trinta e dois mil, a autora nos apresenta a história da constituição da justiça voltada ao “menor” infrator por meio da configuração do Código de Menores, numa clivagem entre Direito e as Ciências Médicas, além das teorias assistenciais em voga desde o final do século XIX.

Desta forma, o livro localiza o leitor pelas histórias normativas que procuraram regular a relação entre a infância,

a juventude e a Justiça. Nesse aspecto, indica o caráter ambíguo do Código de Menores de 1927, na medida em que, para esse instrumento legal, o “menor” foi uma criação da tensão entre um sujeito ligado ao perigo, a ser detectado e disciplinado, e o sujeito cuja inocência deveria ser resguardada ou recuperada. A autora apresenta-nos esse *leitmotiv*, intimamente ligado à dimensão punitiva – marca do Direito Penal – que matizou a questão até 1990, ano da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e mostra-nos como esse sujeito “menor” é destituído de sexo e sofre o apagamento regulador das tensões de gênero.

478

Enquanto a lei retira o sexo do menor, a prática, por meio das aplicações do Juizado, recompõe esse sexo “anulado”. Para a autora, “antes de ser ‘menor’, a menina é seu corpo, seu sexo de mulher”, como demonstra já de início, a partir da análise do caso de estupro avaliado pelo ministro do Supremo, em que a transgressão não está no ato, mas naquele que transgride – máxima da Escola Positiva de Direito Penal.

Ao longo do livro os casos vão surgindo de modo a configurar ora a constituição de uma vítima, ora uma delinquência, sempre imaginada a partir do sexo. Exemplos não faltam; nas questões em que a *menina/mulher* é vítima de crimes sexuais, o que importa é verificar sua índole e não o caso em si. Nesse aspecto, o que os discursos proferidos pelos curadores e juizes instauram é a justificativa da

violência como punição social para a “má-conduta” da mulher “devassa”. Impressiona a recorrência de preconceitos tradicionais impostos às menores; constata-se que, em relação à *menina/mulher*, o crime se associava irremediavelmente à prostituição ainda no final dos anos 80. Sua sexualidade era, como sempre, o foco para onde convergiam essas explicações.

Impressionante, na mesma direção, não são os motivos para puni-las, mas os motivos para absolvê-las. Percebem-se inversões táticas nas “fábulas” judiciais (termo muito apropriado usado pela autora) para inocentar o acusado ou a acusada, por meio da condenação da vítima. Quando inocentadas – no caso das *meninas/mulheres* – era necessário apelar para um jogo constituinte tutelar, que via, mesmo na menina confessadamente homicida, um ser “inocente” que estava apenas sendo conduzido pelas circunstâncias de modo inadvertido. Nem pensar em vê-las como sujeitos que constroem estratégias de resistência ante a violência a que eram expostas; isso macularia a personagem “vítima”.

O trabalho nos lembra que, na lógica das fábulas processuais, não cabia à mulher um papel ativo. Sua defesa só poderia ser constituída diante da evidência de que seu papel de agente passivo do ato estava garantido, de tal modo, mostram-nos os casos narrados, que, protegida e vigiada pela insígnia do perigo, o respeito à mulher e o crédito de seu

relato, passava pelo testemunho do homem adulto. Não são raros, por exemplo, os pareceres que culpam as mães pelas “distrações” das filhas, enquanto ao pai, pobre ser desavisado, nada cabia senão a vergonha.

O desvio infanto-juvenil, ou seja, sua punibilidade perante a lei insere-se, portanto, no contexto de certa estratégia de *governamentalidade*, que, por um lado, buscava disciplinar os corpos e, por outro, objetivava a regulação tutelar. Sobre as questões dos corpos, Brito narra todo um jogo de poder na constituição de uma Medicina Legal, cara às determinações hierárquicas entre homem/mulher, adulto/criança e normal/anormal. Teorias como as divulgadas por Afrânio Peixoto e Nina Rodrigues foram as que deram os contornos do debate sobre a delinqüência no Brasil e, conseqüentemente, sobre a infância e a juventude a serem “protegidas”, objetos preferenciais do saber criminológico.

Tal saber é evidenciado pela autora por meio do estudo de dois laudos solicitados pela Justiça. Um proferido para uma menina e outro, para um menino (os casos de Alice e Mário, independentes, estão entre as comparações mais impressionantes do livro). Os laudos naturalizam os comportamentos, fixando os que são normais num e noutra sexo e classificando-os no discurso médico. O saber médico (legal) respaldava a criação do desvio – ação fora da norma qualificada na patologia clínica –, migrando-o da ordem moral para a clínica.

O leitor poderá verificar nos exemplos acima, como em outros, o que certamente estava enquadrado num *desvio feminino socialmente esperado*. O que os pareceres e as sentenças não estavam preparados a permitir eram meninas em situações tidas como preferencialmente masculinas. Um exemplo é a modalidade *perturbação da ordem*, instituída como um domínio reservado ao masculino, uma vez que corriqueiramente a rua – o espaço público – estava “estabelecida” como tal, enquanto na modalidade *inadaptação familiar*, o número de transgressões femininas está “naturalizado”, pois passa-se para a esfera privada. Brito nos mostra como a própria pré-seleção do delito era imposta pelas relações de gênero, na medida em que certas práticas desviantes são, na verdade, cometidas por meninos e meninas, mas classificadas de modo diverso.

Enfim, analisados, esmiuçados e delimitados por critérios específicos a cada época, crianças e adolescentes vêm a complexidade de seu “ser no mundo” reduzida a traçados lineares. Tal linearidade, contudo, obedecia a regras que mudaram entre os anos 60 e o início dos 90. A autora não comete o erro de planificar os valores nas décadas estudadas. Está, antes, interessada em como, em momentos distintos, embora próximos, o aparato regulador da “infância” lida com o paradoxo entre uma Justiça que institui para si o peso da modernização moral, ao passo que continua a reconduzir valores tradicionais instituídos às mulheres.

É certo que Brito salienta que as mutações, em muitos aspectos, só renovam alguns padrões de conduta historicamente defendidos. Ignorar que as relações de gênero impõem hierarquizações que estão para além daquelas “admitidas” pela lei, essa mesma viciada em dissimular tais hierarquias, mesmo nos dias atuais, é um alerta premente desse livro. De tal monta que a polêmica que mesmo hoje divide grupos feministas em torno do uso do sistema penal na luta pela defesa e pelo reconhecimento de direitos às mulheres deve ser evidenciada à luz das questões tratadas aqui. O que Brito questiona é até que ponto pode-se esperar que a prática de se acionar esse sistema legal em favor da defesa dos direitos das mulheres pode ser eficaz ou, ao contrário, promotora de um quadro de aprofundamento das relações hierarquizadas de gênero. Pela conduta de sua pesquisa, a autora parece não crer que tal sistema – como ele se apresenta atualmente – seja capaz de garantir equidade.

Alguns momentos do livro merecem atenção. O recorte etário está sempre acompanhado do de gênero, mas também dos de raça e de classe social. A autora mostra-nos que as relações de gênero complicam-se quando há a intersecção com determinações pré-concebidas de classe social, por exemplo. Um dos destaques estava nas denúncias de furtos praticados por moças empregadas domésticas. Em muitos casos, como os próprios processos indicavam, eram famílias interessadas em livrar-se daquela menor que não mais se

adequava ao regime de menina da casa. Jovens, algumas vezes crianças, trazidas do interior do País para trabalhar como domésticas sem receber salário, num dúbio jogo de exploração e tutela que, em determinado momento, era considerado indesejável. Tal questão mostra que o livro não se presta a maniqueísmos, pois aqui a autora indica como foi importante o papel do Juizado para desvelar esse jogo.

Às mulheres tudo se perdoava: ironia discriminatória que atingia também as jovens de classe média que furtavam no comércio local. Elas eram, geralmente, enquadradas no chamado 'descuido', ou seja, a capacidade de pegar e não pagar por mera falta de atenção.

Outra lição importante, em especial aos historiadores, são as questões metodológicas da pesquisa. Brito não lê os processos como entes supremos. Desconfiou de suas determinações de produção, enquadrando-as num contexto histórico localizado, e evidenciou os procedimentos representados pela instituição. Exemplo: nos anos 60 e 70, o juizado de Menores de Brasília não possuía o aparato interdisciplinar de profissionais, previsto em lei, os quais deveriam apoiar as decisões tomadas; nem mesmo contava com instituições "corretivas". Fatos que influenciavam as decisões e que fizeram muitos processos percorrerem uma cansativa rede burocrática, na esperança de que os problemas externos à demanda judicial fossem resolvidos antes de uma possível sentença.

Também é válida – embora incompleta – a avaliação da autora quanto ao ECA. Com ele mudam um pouco as questões estudadas. Há grandes passos para a constituição da cidadania de crianças e adolescentes frente à legislação passada. No novo Estatuto, passam a ser considerados infração apenas os atos que possam ser listados aos crimes previstos pelo Código Penal, “diferentemente do antigo Código de Menores, que, embora tomasse o Código de Penas como horizonte referencial, caracterizava-se por imensa liberdade na conotação de desvio atribuída aos atos de crianças e jovens. É nesse sentido que vários atos antes ‘criminalizados’ pelo Código de Menores deixarão de sê-lo a partir da entrada em vigor do ECA”, exprime a autora.

São todas questões cruciais para quem quer compreender, a partir dos exemplos de Brasília, as determinações legais frente às relações de gênero. No entanto, *Justiça e gênero* parece apontar para um crítica mais ampla: se os magistrados, os promotores, enfim, os especialistas da lei se amparam no senso comum, o que torna seu saber mais autorizado que o dos não especialistas? O alvo da autora não foi esse, mas ela nos deixa munição para inquirir o próprio sistema legal na sua autoridade, no seu lugar social de saber, historicamente tão cioso de suas fronteiras e práticas.

MATOS, Maria Izilda Santos. **Terceiro setor e gênero: trajetórias e perspectivas.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2005.

Priscila da Silva Nascimento

A partir da década de 1990, no Brasil, vem crescendo o interesse pelos estudos que relacionam a temática de gênero aos processos de mundialização, rede de movimentos e política neoliberal; tal interesse expressa uma perspectiva que marca as atuais produções no campo científico, a de uma preocupação em relacionar os fatos políticos como interligados a fenômenos de impacto global. Assim, como indica Maria Izilda Santos Matos, o processo da globalização ao mediar a relação entre o global e o local evidencia as diferenças e provoca um debate acerca dos grupos historicamente excluídos.

485

É desta maneira que o livro: *Terceiro setor e gênero: trajetórias e perspectivas* de Maria Izilda Santos Matos, empreende a sua colaboração para pensar a questão de gênero na complexa organização mundial neoliberal que, para a autora, perpassa três momentos, ambos articulados na proposição de uma visibilidade do acirramento das desigualdades sociais na atual reconfiguração de instituições

da sociedade, como por exemplo, a família, hoje chefiada em sua maioria por mulheres na América Latina.

Atrelando a situação da mulher a um cenário de avanços políticos em múltiplos setores nos últimos 50 anos às desigualdades sociais latentes nos países periféricos, a autora coloca a primeira parte de seu livro, dedicada aos temas: mundialização, ong's e terceiro setor.

Partindo da consideração da existência de pólos hegemônicos de poder que articulam as forças sociais, resistências e cooperações no século XX, elenca duas ocasiões de transformação do capital para pensar seu impacto na questão de gênero. O primeiro momento no pós-segunda guerra mundial, de 1944 a 1973, marcado pela expansão do comércio, modelos de organização economia e criação de órgãos internacionais de cooperação, por exemplo, a ONU (Organização das Nações Unidas), blocos econômicos e outros. E a segunda ocasião, já no final do mesmo século, com uma generalização do livre-comércio, difusão das empresas transnacionais e mobilidade de capitais amparado no capital financeiro.

As características de interdependência e integração dos mercados, o aumento do comércio e das trocas internacionais de bens e serviços, a desregulamentação e abertura dos mercados vinculados à economia, são reflexos de práticas políticas neoliberais que com o processo de mundialização, segundo a autora, agudizam a diversidade e a

heterogeneidade das experiências refletindo nas situações de trabalho, emprego e nas formas de inserção das mulheres e homens, do Sul e do Norte (p.19).

Nestes processos há um duplo aspecto na questão da mulher; um beneficiamento com as expansões das oportunidades de trabalho, o crescimento das possibilidades de instrução e o acesso à contracepção, porém, contudo, as mulheres sofrem proporcionalmente mais que os homens nos processos de recessão, desemprego e nas jornadas do cotidiano, a exemplificação deste fato está na ausência de divisão do trabalho doméstico, o que acarreta, por sua vez uma dupla jornada de trabalho para a mulher¹.

As transformações causadas no cotidiano com as mudanças econômicas atentou a partir da década de 1980, para uma incorporação das dimensões do político e do cultural articuladas ao econômico, tecnológico e social. Assim, conjuntamente com (CANCLINI, 1995), a autora expõe a sua explicação sobre a relação existente entre a globalização e visibilidade das exclusões de ordem cultural: “Apesar de tendências à homogeneização da cultura política, cresceram as convivências multiculturais, ampliando possibilidades de intercâmbio entre várias culturas (locais, regionais, nacionais

¹ Entende-se aqui como *questão da mulher* todas as relações sociais de gênero e suas implicações, o que não significa que tais colocações e discussões restringam-se apenas as mulheres, ao contrário, estende-se a todos os grupos que de alguma maneira estão envolvidos nas relações de poder que produzem a desigualdades entre os gêneros.

e transnacionais), bem como a potencialização da circularidade cultural”.

E de acordo com (GOHN, 2001), com a globalização ocorre uma metamorfose do sistema de desigualdade social no Capitalismo para um sistema de exclusão social. Neste novo cenário, as lutas sociais relevantes serão pela inclusão social de setores sociais que antes eram excluídos por estarem em desigualdade socioeconômica e que agora estão excluídos também por estarem em desigualdades socioculturais, se soma a este quadro os negros, as mulheres, os homossexuais e outros.

488

O deslocamento da relevância dos aspectos estritamente econômicos para a consideração de outros fatores de exclusão social, como a opressão cultural, levou a novas ações e ambientes de discussão que a partir da década de 1980 se configurarão nas Organizações não-governamentais, as ONG's.

As ONG's surgem no contexto histórico das políticas neoliberais de minimização do Estado; tal medida impulsionou a criação de espaços alternativos para a proposição de medidas contra as desigualdades sociais, como afirma (Sherer-Warren, 1999), o termo Ong passou a ser incorporado pelas agências internacionais para denominar as organizações responsáveis pela implementação de projetos de promoção do desenvolvimento.

Destarte, como as conjunturas e correlações de forças sociais se alteram, a autora coloca a trajetória das Ongs atrelada aos aspectos de ordem política; se na década de 80 as mesmas buscavam articulações partidárias, sindicais e com a Igreja progressista, na década de 90 mudam de natureza, voltando-se para mobilizações pontuais, locais, atuando a partir de demandas específicas, incorporando o plano da cultura, como as questões de geração, raça-etnia e de gênero com o intuito de afirmação maior do que o de contestação.

A polêmica de uma positividade e/ou negatividade das Ong's é colocada pela autora não de maneira maniqueísta, mas revelando duas visões acerca do tema, a de que as Ongs são um campo propício as ações do neoliberalismo, que buscam repassar suas responsabilidades sociais para o campo da sociedade civil e a de que a organização é um motor de transformação social, idéia partilhada pela autora.

Além das Ongs articuladas as ações sociais, há também o Terceiro setor, que é dividido em 3 seguimentos: forma tradicional de ajuda mútua, expresso em creches, asilo e hospitais, os movimentos sociais e as associações civis, com o caráter reivindicatório junto à sociedade e ao Estado e a filantropia empresarial, que tem crescido consideravelmente em virtude das vantagens fiscais que o governo oferece para as empresas.

A segunda parte do livro destina-se ao tema: Da invisibilidade do gênero: trajetórias, perspectivas, possibilidades e desenvolvimento.

Entendendo como uma das mudanças mais marcantes na sociedade mundializada a relação homem-mulher e que a mesma trouxe a visibilidade das mulheres em diferentes setores como o trabalho, nas escolas e universidade, política, artes e ciência, a autora inicia sua investigação das causas de tal fato.

A partir da década de 1960 verifica-se um número crescente de pesquisas sobre as mulheres como novos agentes sociais exigência de um momento em que a noção de tempo, espaço e de social passam por uma resignificação.

A ciência produzindo anticoncepcionais permitiu um maior controle da maternidade e redimensionamento do tempo feminino, o que propiciou à mulher integrar mais efusivamente na vida pública compondo o mercado de trabalho com os homens, embora de maneira desigual. A mulher deixando a esfera privada do lar trouxe o político para o âmbito do cotidiano, assim segundo a autora, iniciou-se um amplo questionamento da sociedade, família, disciplina e etc. (p.51).

Os diferentes temas ligados à questão da mulher foram abordados pela produção acadêmica com enfoques variados de acordo com o seu contexto histórico-político, na década de 1970, privilegiou-se as questões do trabalho feminino, em

particular o fabril, em virtude dos estudos sobre o movimento operário, na década de 1980, os temas sobre o papel feminino na família, casamento, maternidade e sexualidade predominaram.

Pensar a produção acadêmica sobre a mulher implica em analisar o conceito de gênero trabalhado e entendê-lo como parte dos questionamentos necessários para a descoberta do outro, da alteridade, dos excluídos, deste modo este conceito é concebido como uma construção do feminino e do masculino, que se definem um em função do outro, uma vez que se constituíram social, cultural e historicamente em um tempo, espaço e cultura determinada ².

O uso parcial desta categoria de análise, segundo a autora, fez com que grande parte da do conhecimento produzido privilegiasse o enfoque das experiências femininas em detrimento de seu universo de relações com o mundo masculino e alerta para a importância de que as intervenções busquem a transformação masculina.

Na terceira e última parte do livro observamos a temática, Uma questão de gênero: Ong's, neste capítulo há a conciliação dos capítulos anteriores, o primeiro tratou do tema Ongs, o segundo da questão de gênero e o terceiro propõe uma relação entre Ongs, gênero e terceiro setor na contemporaneidade brasileira.

² A autora entende o conceito de gênero como relações sociais baseadas nas diferenças hierárquicas que distinguem os sexos (p.56)

Analisa a proposta de seis Ongs que tratam da questão da mulher e aponta dois problemas – a tendência a se substituir mulher por gênero, o que afeta o aspecto relacional do termo e gera um isolacionismo que a categoria pretende romper e a ausência de organizações que incluam os homens no processo de mudança das desigualdades de gênero.

Para pensar os avanços e limites das ações empreendidas acerca de gênero divide sua exposição em dois pontos centrais que perpassam as análises elaboradas no decorrer do livro. As práticas de gênero possuindo um caráter reformista, baseado na reprodução dos papéis femininos como luta pela melhoria de condições de vida: saúde, moradia entre outros, ou seja, seu enfoque trabalharia na garantia de direitos de melhoria de vida, contudo não reverteria as assimetrias entre homens e mulheres, já as estratégias de gênero estimulam as redefinições de papéis enfatizando a mulher como sujeito múltiplo e com amplas necessidades que mudam de indivíduo para indivíduo e que não necessariamente estão vinculadas às condições materiais da existência.

O livro *Terceiro setor e gênero: trajetórias e perspectivas* é um estudo extremamente interessante. Ao abordar os diversos aspectos envolvidos na relação homem-mulher e vinculá-los a uma esfera maior, a da mundialização, o livro impulsiona um debate que é central na atualidade, a politização do cotidiano, com as mulheres discutindo suas

opressões na esfera do privado, e a reorganização de muitas lutas sociais que vem passando por uma crescente institucionalização expressa na emergência das Ongs desde a década de 1980.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos, conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

GOHN, Maria da Gloria. **Educação não formal e cultura política: impactos sobre o Associativismo do terceiro setor**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

494

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Terceiro setor e gênero: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: Cultura Acadêmica : Instituto Presbiteriano Mackenzie, 2005.

SHERER-WARREN, Ilse. SHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

GONÇALVES, Andréa Lisly. **História & Gênero.**
Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

Laura Valéria Pinto Ferreira

Várias são as dúvidas levantadas sobre a possibilidade em se escrever a história das mulheres. O estudo sobre o feminino tem suscitado vários embates, nos quais até mesmo o nome para designá-lo gera polêmicas: história feminista, história das mulheres ou história de gênero. Há controvérsias sobre a pertinência do assunto e acusações sobre ser uma história sexuada. A historiadora e professora da Universidade Federal de Ouro Preto, Andréa Lisly Gonçalves, em seu livro “História & Gênero”, pretende responder a algumas dessas questões e discorrer sobre a evolução da história das mulheres, seus temas, as abordagens e as fontes disponíveis. Andréa Gonçalves tem como área de interesse e de pesquisa os temas relativos à escravidão, às identidades étnicas e às revoltas sociais na região mineradora mineira. Ela explica que o elemento gênero surgiu, em seu trabalho, “aos poucos, como se tivesse *autonomia própria*”. Ao estudar as alforrias, principalmente em Minas Gerais, as fontes revelaram uma grande participação feminina em casos de alforrias, nos processos judiciais para a preservação de liberdade, nas

atividades econômicas e na dinâmica social. Através dessa constatação, Gonçalves afirma ter adquirido “a convicção da importância de se considerar a categoria gênero na compreensão dos processos históricos”.

Andréa Gonçalves busca analisar, em sua obra, o aspecto relacional entre as características masculinas e femininas. A autora ressalta, em diversas partes do livro, a idéia de que o papel feminino, assim como o masculino, é construído socialmente. Ela refuta a visão que naturaliza a essência feminina, e, para tal, Gonçalves utiliza-se de afirmações como as de Simone de Beauvoir, em “O Segundo Sexo”, segundo a qual: “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. (...) Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como Outro”.

O primeiro capítulo, *Militância Feminina*, tem como tema principal a luta das mulheres pela participação no espaço público. O século XIX, na Inglaterra, foi marcado por uma moral vitoriana que primava pela valorização da família e da idéia de privacidade. A situação de crescimento econômico e demográfico desse período determinou, às mulheres, um retorno ao lar. Essa moralidade não se restringiu ao contexto inglês, muito pelo contrário, o ideal de família burguesa passou a ser o padrão familiar para todo o Ocidente, situação que também foi estendida ao modelo feminino. A mulher deveria restringir-se às tarefas domésticas, à maternidade e à

família. O comportamento esperado para as mulheres era o de verdadeiros “dragões da virtude”.

Manifestações de cunho feminista surgiram da indignação com essa situação de inferiorização das mulheres. Entretanto, Andréa Gonçalves ressalta a dificuldade em determinar o início do movimento feminista, pois este “se manifesta em lugares e mediante formas e iniciativas as mais variadas”. A “Convenção para o Direito das Mulheres”, em 1848, é considerado como a primeira tentativa organizada em mudar a condição feminina. Segundo Gonçalves, a militância feminista do século XIX teve como preocupação fundamental a inserção da mulher na vida pública e política, ou seja, uma luta por cidadania que se caracterizou pela luta pelo sufrágio universal.

A autora utiliza-se de diversos exemplos para demonstrar a luta por maior liberdade e participação política e social das mulheres. Ela destaca a presença de mulheres como: Elizabeth Cady, organizadora da “Convenção para o Direito das Mulheres” e presidente da “Associação Nacional pelo Sufrágio Feminino” nos Estados Unidos; Apolinária Suslova, escritora, jornalista e feminista russa; Nísia Floresta, educadora, escritora, feminista, abolicionista e republicana brasileira; Virgínia Woolf, escritora e feminista inglesa entre outras. Gonçalves demonstra que as mulheres utilizaram-se da literatura e do jornalismo para introduzirem-se no espaço público. Esse foi um dos setores onde se deram as primeiras

conquistas das mulheres na esfera pública, pois, assim como a pintura, sua confecção poderia ser realizada no âmbito doméstico.

No segundo capítulo intitulado *Anatomia e destino*, Gonçalves analisa o desenvolvimento da historiografia em relação ao estudo das mulheres. A ampliação de temas e objetos históricos efetivada nas últimas décadas permitiu a inserção das mulheres como atores históricos. A autora destaca alguns escritores, correntes literárias e escolas historiográficas e como estes enfocam a “questão feminina”. Ela enfatiza que a visão corrente era a de que a condição feminina é como um estorvo natural ao qual a mulher estaria condenada. Desde a Antiguidade há uma idéia de que homens e mulheres são opostos: a mulher estaria relacionada com a natureza e suas características oscilariam entre dois pólos: o materno e o selvagem, enquanto o homem seria mais adequado à civilização e à cultura.

Gonçalves recorre a vários autores em diferentes épocas históricas para demonstrar a visão a cerca da inferioridade feminina. Platão e Aristóteles afirmavam que a natureza estabeleceu uma desigualdade entre homens e mulheres e “justificavam a inferioridade feminina com a mesma desenvoltura com que se referiam à sujeição do escravo”. Para Spinoza, a principal característica feminina seria a irracionalidade. Segundo Freud: “anatomia é destino” e “a melhor analista... se sai melhor desempenhando a tarefa a

que foi destinada pela biologia – a de mãe”, tais afirmações garantiram ao psicanalista a fama de preconceituoso. Michelet afirmava que a condição feminina era um fardo, uma pesada fatalidade e que esta deveria se restringir ao espaço doméstico, pois apenas esse seria compatível à condição feminina. Caso contrário se revelaria o seu lado maléfico e diabólico. Michelet reproduzia “estereótipos imemoriais”, contudo ele acreditava ser possível escrever uma história das mulheres, não apenas com as mulheres proeminentes como também com as mulheres do povo.

Através de um breve panorama da historiografia, Andréa Gonçalves nos mostra a posição adotada por diferentes escolas historiográficas em relação às mulheres e ao estudo de gênero. Apesar de algumas tentativas esporádicas em desenvolver estudos sobre as mulheres ou inseri-las na história da humanidade, até as décadas de 1960 e 1970, a História tinha como objeto principal, o “Homem universal”: “*O homem, macho, branco sempre no comando*, como aparece em um verso da música *Estrangeiro* de Caetano Veloso”. O momento crucial para a história das mulheres sob o aspecto acadêmico relaciona-se ao movimento feminista da segunda metade do século XX. Gonçalves adverte para a simplificação que alguns autores fazem quanto a evolução da História feminina. Segundo eles, haveria uma cronologia muito precisa: primeiramente o movimento feminista teria provocado o aparecimento de uma

história feminista e de cunho político; num segundo momento, a crise do movimento feminista teria ocasionado a sua despolitização surgindo, então, a história das mulheres; e atualmente haveria uma despolitização total e o nascimento da denominação de história do gênero, que buscaria o aspecto relacional entre os sexos. Para Gonçalves, o processo de desenvolvimento da História das mulheres efetivou-se através de “marchas e contramarchas” e não de momentos estanques como é normalmente descrito.

A categoria Gênero adquiriu vigor a partir da década de 1980 e pretende demonstrar os diferentes papéis sociais dos sexos e através de uma análise relacional perceber o significado histórico e social desempenhado por mulheres e homens. Segundo a autora, essa categoria histórica tem gerado várias polêmicas e apesar de muitos trabalhos se intitularem de estudos de gênero, estes são, sobretudo, estudos sobre mulheres. O gênero seria uma mudança conceitual de grande valia, contudo a maioria dos trabalhos não tem privilegiado o caráter relacional que deve estar implícito na utilização desse conceito histórico. Empregado para estudar a história das mulheres e não as relações entre homens e mulheres essa categoria perde o seu caráter inovador.

O terceiro e último capítulo, *História das mulheres: fontes, temas e abordagem*, faz um levantamento dos trabalhos já realizados com a temática feminina e aponta as

possibilidades de fontes e abordagens. Segundo Gonçalves, tanto as fontes oficiais – documentos cartoriais, processos criminais, censos, entre outros - quanto as fontes consideradas não convencionais - cartas, diários, relatos orais e muitos outros - constituem-se em excelentes fontes para o estudos das mulheres e das relações de gênero. As biografias merecem especial análise, pois tanto podem ser utilizadas como fontes, assim como, suscitam produções historiográficas. O cotidiano urbano e rural, a educação, a escrita, a cultura, a leitura, o poder e o contra poder, a família, o espaço público e privado, a moralidade, a prostituição e o crime se constituem em exemplos de temas que têm sido adotados quanto à questão feminina.

501

Certamente, “História & Gênero” permitirá que os leitores leigos se iniciem no assunto, assim como os pesquisadores se beneficiarão com sua análise historiográfica e bibliográfica. A autora tece um panorama da história das mulheres, as possibilidades de temas, as fontes utilizáveis e as diferentes abordagens empreendidas na historiografia brasileira e internacional. Texto agradável e que abre várias perspectivas para novos trabalhos no campo da história das mulheres e da história do gênero. Dessa maneira, a autora mostra, de forma cabal, as possibilidades e a pertinência em se escrever uma história das mulheres.

Carta à Baronesa: intervenção de mulheres de elite na política de Ouro Preto, século XIX.

Amanda Dutra Hot

502

A partir do século XVIII, podemos situar a escrita de si, em nosso caso específico a epistolografia, como uma prática cultural exercida no espaço privado, por homens e mulheres comuns¹. As mulheres aparecem, nesse sentido, como principais missivistas, mesmo ao considerarmos que ainda em fins do século XIX quase dois terços das mulheres eram analfabetas.

É relativamente recente o uso de fontes produzidas no âmbito privado pela historiografia. O que primeiro parece ter chamado a atenção dos historiadores para estas novas fontes foi a possibilidade de, através delas, se reconstituir e mostrar os contra- poderes exercidos pelas mulheres nos recônditos do lar². Pode-se dizer, ainda, que a partir do momento em que as mulheres inserem-se no mundo da escrita, acabam exercendo alguma influência sobre o espaço público; é nesse

¹ GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. In: **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 17.

² GONÇALVES, Andréa Lisly. **História e Gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 86-87.

sentido que o documento transcrito a seguir deve ser entendido.

Maria Leonor de Magalhães Teixeira, integrante da elite ouro-pretana do século XIX, que em fins da década de 1860 foi agraciada com o título de Baronesa de Camargos, foi casada com Manoel Teixeira de Souza – Barão de Camargos – influente político dos oitocentos.

A futura Baronesa de Camargos aparece, na sociedade em que estava inserida, como expoente curioso da mediação entre público (sociedade e política) e privado (lar). Aproveitando-se da condição de esposa de um político importante (o Barão de Camargos foi deputado provincial, deputado geral, senador e vice-presidente da Província de Minas Gerais, além de inspetor da Tesouraria Geral), a Baronesa soube usar a seu favor e a favor daqueles que a cercavam as vantagens que tal posição poderia lhe proporcionar. Essas redes clientelares³ se destacam por terem como principais protagonistas duas mulheres: Josephina Nunan e Maria Leonor. A primeira, aproveitando-se da posição de amiga de Maria Leonor, suplica a ajuda da mesma como intercessora do Barão de Camargos para conseguir um cargo que se acha vago na Tesouraria da

503

³ O conceito de redes clientelares a que estamos nos referindo consiste naquele trabalhado por Antonio Manuel Hespanha. Ver: HESPANHA, Antonio Manuel. "História de Portugal: o Antigo Regime". In: MATTOSO, José (Org.). **História de Portugal**. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, v. 4.

Província de Minas Gerais para seu primo Carlos Calisto Andrade.

Através desse pedido de Josephina, podemos abstrair dois aspectos interessantes da sociedade e da política ouro-pretana dos oitocentos: a primeira é o fato de uma mulher, Josephina, tomar partido de um homem da família, Carlos Andrade, para lograr um cargo para o mesmo, presumindo – e este é o segundo aspecto – ser uma outra mulher, Maria Leonor, capaz de conseguir tal feito político.

Assim, podemos perceber que o adágio de que as mulheres do século XIX foram inatuantes e omissas, politicamente falando, é questionável. Certamente outras mulheres, assim como Maria Leonor e Josephina Nunan, usaram de suas condições sociais e econômicas como um fator favorável à sua participação – mesmo que discreta – na política e na sociedade, endossando, em seus espaços de sociabilidades, a política do dom e contra-dom.

Minha Prezada Amiga⁴

Ouro Preto 6 de Maio de 1861

Desejo que a minha amiga e o Excelentíssimo Senhor Teixeira e sua família fizessem feliz viagem. Confiada na sua

⁴ Este documento é parte integrante do fundo Barão de Camargos, que encontra-se no Arquivo do Museu da Inconfidência (Casa do Pilar), em Ouro Preto. Optamos por atualizar a grafia e a pontuação e evitar abreviaturas excessivas; os trechos acrescentados encontram-se entre parênteses; para os termos ilegíveis usamos o sinal (?); o sinal (sic) indica que a construção adotada consta do original.

amizade e bondade para comigo e minha família, animei-me a dirigir-lhe esta pedindo-lhe para por mim pedir ao Excelentíssimo Senhor Teixeira toda sua valiosa proteção a favor do meu primo Carlos Calisto Andrade, que pretende a um dos lugares de terceiras Escriurarias que se acham vagas na Tesouraria desta Província. Eu conheço a merecida influência que o Excelentíssimo Senhor Teixeira goza nessa corte, e assim creio que ele poderá pelo seu intermédio, ou pelos seus numerosos amigos, obter do Ministro da Fazenda a nomeação do meu Primo. Peço a Vossa Excelência para empregar todos os seus esforços a fim de alcançar do Excelentíssimo Senhor Teixeira todo seu apoio e proteção a favor do meu Primo. Ele já fez exame e (o) resultado do mesmo creio que vai pelo este (sic) mesmo correio, (e) vão muitos os pretendentes e com alguma proteção; mas eu quase que tenho certeza de que só a proteção do Excelentíssimo Senhor Teixeira será suficiente para que meu Primo seja nomeado. Eu espero merecer de Vossa Excelência este grande obséquio pelo que me confessarei eternamente grata. Ficando a minha amiga certa de que tudo quanto a favor dele fizer eu receberei como feito a mim. Ansiosa espero a sua resposta, e conto que receberei esta prova de sua amizade e bondade, e sou a primeira a reconhecer o seu prestimoso gênio, e queira perdoar esta minha importunação. A Senhora minha cara amiga aceite com (sic) as minhas recomendações e de minhas manas, e queira

apresentar os meus respeitosos cumprimentos ao
Excelentíssimo Senhor Teixeira, e dispor do insignificante
préstimo desta que deseja mostrar que é

De Vossa Excelência sincera e atenciosa amiga e obrigada
criada,

Josephina Nunan

SOBRE OS AUTORES

Tânia Regina Zimmermann possui graduação em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (1992) e mestrado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (2001) com créditos concluídos em História na Universidade de Heidelberg, Alemanha. Atualmente é doutoranda pela Universidade Federal de Santa Catarina e professora da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul . Tem experiência na área de História Contemporânea, Ensino de História e História das Mulheres e das Relações de Gênero.

507

Heloísa Maria Teixeira possui graduação em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (1996) e mestrado em História Econômica pela Universidade de São Paulo, no qual desenvolveu a dissertação "Reprodução e famílias escravas em Mariana (1850-1888)", defendida no ano de 2001. Doutora pela Universidade de São Paulo pelo Programa de Pós-Graduação em História Econômica, com a tese intitulada "A não-infância:crianças como mão-de-obra em Mariana (1850-1900)", sendo o título obtido em 2008. Atualmente é

professora do Centro Universitário de Belo Horizonte (Uni-BH), onde leciona as disciplinas Metodologia da Pesquisa Histórica, etno-história e Política e trabalho. Desenvolve suas pesquisas com base nos conceitos e métodos da História Demográfica e da História Econômica. Seus objetos de pesquisa estão vinculados aos seguintes temas: economia de subsistência, escravidão, família escrava, transição do sistema de trabalho escravista, trabalho infantil.

Fernanda Alina de Almeida Andrade possui graduação em HISTÓRIA pela universidade federal de minas gerais (2002) . Tem experiência na área de História , com ênfase em História do Brasil. Atuando principalmente nos seguintes temas: FEMINISMO, HISTÓRIA, MULHER, GÊNERO.

Natascha Stefania Carvalho Ostos possui graduação em Direito pela UFMG (1999), graduação em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (2007) e Mestrado em História pela UFMG (2009). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil República, atuando principalmente nos seguintes temas: nação e nacionalismo, história ambiental e de gênero.

Joana El-Jaick Andrade possui bacharelado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2003), bacharelado e licenciatura em Ciências Sociais pela

Universidade Federal do Rio de Janeiro (2003) e mestrado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (2006). Atualmente cursa o Doutorado em Sociologia na Universidade de São Paulo. Tem experiência nas áreas de Sociologia, Ciência Política e Direito, com ênfase em Teoria Social, atuando principalmente nos seguintes temas: teoria política, sociologia jurídica, sociologia do trabalho, instituições políticas e relações de gênero.

Marcelo Souza Oliveira é graduado em História pela Universidade do Estado da Bahia (2005) e Mestre em Estudo de Linguagens pela mesma Universidade. É membro do grupo de pesquisa do CNPQ/CAPES "História, Literatura e Memória", vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens da UNEB. É Professor Efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, Campus Senhor do Bonfim-Ba. Interessa-se por temas relacionados a História, Memória e Literatura na Bahia da Primeira Republica. Atualmente tem se voltado também para o estudo da História da educação profissional na Bahia.

Daniel Peticarrari possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (1999), Mestrado em Política Científica e Tecnológica pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (2003) e Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos

(2007). Foi professor substituto de sociologia da UFSCar no primeiro semestre de 2009. Atualmente é Pós doutorando em Sociologia, com bolsa Fapesp, e participa de projeto de pesquisa em sociologia industrial e do trabalho junto à UNICAMP/UFSCAR (departamento de sociologia da Universidade Federal de São Carlos supervisionado pelo professor Jacob Lima e Faculdade de educação, supervisionado pela professora Márcia Leite). Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia Industrial e do Trabalho, Pesquisa Social e outras sociologias específicas, como Identidade e cultura, saúde do trabalhador, ciência e tecnologia, teoria das organizações, transformações tecnológicas e organizacionais do trabalho e mobilidade social.

Fernanda Flávia Cockell é graduada em Fisioterapia pela Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais (2001), Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos-SP (2004) e Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos-SP (2008). Atualmente, é Pesquisadora Associada ao Departamento de Sociologia da UFSCar e pós-doutoranda em Sociologia (bolsista Fapesp), tendo como objeto de pesquisa O trabalho precário dos Agentes Comunitários de Saúde e suas múltiplas formas de inserção , supervisionado pelo Prof. Dr. Jacob Carlos Lima. Desde 2005, participa do Grupo de

Estudos Trabalho e Mobilidade Social da UFSCar (TRAMA), coordenado pelo Prof. Dr. Jacob Carlos Lima. Tem experiência na área de Saúde do Trabalhador, Políticas Públicas em Saúde, Saúde Coletiva, Saúde da Família, Sociologia do Trabalho e da Saúde, atuando principalmente nos seguintes temas: saúde, trabalho, vulnerabilidade social, redes sociais, informalidade, ergonomia e doenças ocupacionais.

Frederico Sidney Guimarães é mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO em 2008, graduado em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), em 2005. Experiência na área de História e Memória, com ênfase em História do Brasil República, Trabalho e Movimentos Sociais, atuando principalmente nos seguintes temas: memória, prostituição, trabalho, movimentos sociais e história oral.

Flávia Regina Marquetti possui graduação em Letras pela Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (1988), mestrado em Estudos Literários pela Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (1995), pesquisa envolvendo o mito de Narciso, literatura e artes visuais, da Antigüidade Clássica até o século XX; doutorado em Letras, área de Estudos Literários, pela Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (2001), a pesquisa aborda a figuratividade no mito da deusa mãe nas

representações literárias e nas artes plásticas. O estudo é diacrônico, abrangendo desde o paleolítico até o período arcaico grego; no pós-doutoramento, que deu continuidade ao tema, foram contemplados os períodos clássico, medieval e moderno, as pesquisas estão pautadas nas questões de gênero e sexualidade, a abordagem segue a semiótica da escola de Paris. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em ESTUDOS LITERÁRIOS, atuando principalmente nas seguintes áreas: cultura clássica, mitologia, literatura brasileira, literatura grega, teoria da literatura, semiótica, artes visuais, teatro (história do teatro e teatro brasileiro) e leitura dramática.

512

Emerson Dionisio G. Oliveira possui graduação em Comunicação Social Habilitação Jornalismo pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1995) e mestrado em História da Arte e da Cultura pela Universidade Estadual de Campinas (1998). Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (2009), autônomo pela mesma instituição e co-editor da Revista "Em Tempo de Histórias". Tem experiência na área de Artes, com ênfase em Artes Plásticas, atuando principalmente nos seguintes temas: arte contemporânea, história da arte, acervos, comunicação social e memória.

Priscila da Silva Nascimento é mestranda pelo Programa de pós-graduação de Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista atualmente dá continuidade a pesquisa iniciada na graduação, financiada pela Fapesp, "Uma análise das reivindicações do movimento de mulheres zapatistas de 1994 a 2000". Seu estudo abrange temáticas como gênero, movimentos sociais e América Latina, elabora ainda, atividades de extensão como oficinas sobre gênero para secundaristas em escolas da rede pública, sendo ainda membro dos Grupos de Pesquisa: Organizações e Democracia e Cultura e Gênero vinculado ao CNPQ.

Laura Valéria Pinto Ferreira possui graduação em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1995) e especialização pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1997). É mestranda em História na Universidade Federal de Juiz de Fora. Atualmente é professora do Instituto Estadual de Educação (Governo do Estado de Minas Gerais) e da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Tem experiência na área de História. Áreas de interesse: modernidade, urbanidade, Primeira República, filantropia, disciplinarização social e infância desvalida.

Amanda Dutra Hot Possui graduação em História pela Universidade Federal de Ouro Preto. Atualmente é mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da mesma

instituição, com projeto de pesquisa voltado para o estudo das Minas Gerais oitocentistas.

Amanda Dutra Hot possui graduação em História pela Universidade Federal de Ouro Preto. Atualmente é mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da mesma instituição, com projeto de pesquisa voltado para o estudo das Minas Gerais oitocentistas.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

- Os artigos devem ser acompanhados de resumo, abstract ou Résumé entre 250 a 300 palavras, espaço simples, em parágrafo único e de três (03) palavras-chave, key-words ou Mots clés que caracterizam o seu conteúdo.
- As resenhas devem ser apresentadas em no máximo seis (06) laudas.
- O artigo deverá ser submetido sem numeração de páginas.

515

1. O texto deverá ter as seguintes configurações:

- Fonte Times New Roman. Tamanho da Fonte: 12
Título: 12, centralizado, sem caixa alta, observando maiúsculas e minúsculas. Nome do autor: 12, com entrada pelo nome, na margem direita do texto. A titulação e demais informações sobre o autor e /ou co-autor deverá constar em nota de rodapé, pelo sistema numérico arábico. Subtítulos: 12, em caixa alta sem negrito, à margem esquerda do texto.

Texto: tamanho da fonte: 12

- Configuração de Página (margens): Superior – 3 cm, inferior – 2 cm, esquerda – 3 cm, direita – 2 cm
- Espaçamento: No texto entre linhas: espaço duplo
Da margem superior ao título: dois espaços duplos
Do título para o nome do autor: dois espaços duplos
Do nome do autor para o corpo do texto: dois espaços duplos
Do corpo do texto para o subtítulo: dois espaços duplos
Do subtítulo para o corpo do texto: espaço duplo

2. Referências, Citações e Outros:

- As referências e citações bibliográficas devem aparecer no corpo do texto, conforme normas da ABNT de outubro de 2002.
 - * Citações com até 3 linhas, no corpo do texto, entre aspas, seguidas pela referência, no sistema autor, data, página, entre parêntesis. (SILVA, 1999:32)
 - * Citações com mais de 3 linhas, em novo parágrafo com recuo de 4 cm, espaço simples, tamanho de letra tamanho 10, sem aspas, sem itálico, seguidas pela referência, no sistema autor, data, página, entre parêntesis.
- Usar o sobrenome do autor em caixa alta, somente ao final de citações que estiverem entre aspas e dentro de parêntesis, o que equivale dizer que no texto, quando aparecer citações de autores, devem ser escritos somente com iniciais maiúsculas. Ex.: Conforme Silva (1999), o instituto de linguagem...

- As subpartes do texto, se numeradas, devem vir à margem esquerda, sem recuo, seguindo as orientações da ABNT.
- As referências bibliográficas devem constar ao final do trabalho, conforme normatização da ABNT de outubro de 2002.
- As notas deverão ser apenas de caráter explicativo; deverão ser resumidas e colocadas ao final do artigo; e as remissões para o final do artigo devem ser feitas pelo sistema numérico arábico, sobrescrita ao texto a que se refere.
- O autor deverá encaminhar, para o endereço abaixo, três cópias impressas, sendo que em duas das cópias não deverá constar nem nome do(s) autor (es), nem o da instituição à qual está (estão) filiado(s), nem qualquer outro tipo de referência que possa identificá-lo(s), e na terceira, o nome e a instituição de filiação deverão estar presentes.

517

Universidade Federal de Ouro Preto - ICHS
Departamento de História - LPH – Revista de História
Rua do Seminário, s/nº - Centro Cep: 35.420-000
Mariana – MG

ISSN 0103-7110



Programa de Pós-Graduação em História
Departamento de História